EDIÇÃO ESPECIAL

REVISTA PARLAMENTO DE ITAPEVI

DEMOCRACIA E CIDADANIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

escola do Parlamento de Itapevi

15ª Legislatura

Mesa Diretora

Biênio 2023/2024

Thiago da Silva Santos
Presidente

Cícero Aparecido de Souza
Vice-Presidente

Rogério Moreira dos Santos
Primeiro Secretário

José Aparecido Ramos
Segundo Secretário

Erondina Ferreira Godoy

Terceira Secretária

Vereadores 2021/2024
Akdenis Mohamad Kourani, Anderson Cavanha, Aroldo Gueiros da Silva, Bruno Silva Gabriel, Camila Godói da Silva Rodrigues, Cicero Aparecido de Souza, Denis Lucas (In Memoriam), Donizetti Dias Carvalho, Eduardo Sanches Casagrande, Erondina Ferreira Godoy, Jose Aparecido Ramos, Lucas Gabriel Correia Silva Martins (Licenciado), Luiz Ricardo dos Santos, Mauricio Alonso Murakami, Marcelo Aparecido Antônio, Mariza Martins Borges, Rafael Alan De Moraes Romeiro, Rogério Moreira dos Santos, Thiago da Silva Santos, Wellington José dos Santos

escola do Parlamento de Itapevi
Dr. Osmar de Souza

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

REVISTA PARLAMENTO DE ITAPEVI

DEMOCRACIA E CIDADANIA

Número 4 - 2024 – Edição Especial

ESCOLA DO LEGISLATIVO E POLITICAS PÚBLICAS

Contribuições para o
Desenvolvimento Local e Regional

EDITOR CHEFE
Dr. Roberto Eduardo Lamari

EDITOR EXECUTIVO
Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

EDITORES DE SEÇÃO
Prof. Esp. Jadson Nunes Santos
Prof. Mestre Marcelo Simões Damasceno

CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL
Jadson Nunes Santos
Marcelo Simões Damasceno
Marcos Jorge Bataglia
Rafael Augusto Sasaki Neves
Welliton José da Silva

COMITÊ CIENTÍFICO
Aline Martins, Bruno Souza, Edna Pereira, Elisabete Campos, Joyce Hellen Luz, Joyce Miranda Leão Martins, Marela Barbosa, Patricia Garcia Costa, Paulo Silvino Ribeiro, Renato Elizeu, Tathiana Chiacarino

COMITÊ ORGANIZADOR/ AVALIADOR DA EDICÃO ESPECIAL
Prof Dr Cidoval Morais de Sousa (UEPB), Prof Dr Cristiano Capellani Quaresma (UNINOVE), Prof Dr Diego de Melo Conti (PUC-Campinas), Prof Dr Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira (UNITAU), Prof Dr Edson Trajano Vieira (UNITAU), Prof Dr Eduardo Shimoda (UCAM), Prof Dr Eduardo Winter (INPI), Prof Dr Francisco Cristovão Lourenço de Melo (ITA), Prof Dr Francisco do O' de Lima Júnior (URCA), Prof Dr Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE), Prof Dr Silvio Cezar Arend (UNISC), Prof Dr Waldecy Rodrigues (UFT)

Revisão
Patricia Garcia Costa

Projeto gráfico
Rennan Andrade

FICHA CATALOGRÁFICA

ISSN 2675-8415
ISSN 2763-7611 (online)
Revista Parlamento de Itapevi Democracia e Cidadania (2023), n° 3
Itapevi (SP): Câmara Municipal de São Paulo, maio 2023. As opiniões externas nesta publicação são exclusiva responsabilidade de seus autores.

Todos os direitos desta edição reservados à Escola do Parlamento “Doutor Osmar de Souza”
Câmara Municipal de Itapevi
Rua Arnaldo Sergio Cordeiro das Neves, 80 - Vila Nova Itapevi, Itapevi
São Paulo – CEP 06694-090
Tel.: 0055 – 11 – 4141-4472 ramal 222 – 273
escoladoparlameto@itapevi.sp.leg.br
ww.itapevi.sp.leg.br

SUMÁRIO

1. CIDADE INTELIGENTE SUSTENTÁVEL
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA 7
Luiz Carlos de Toledo e Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira

2. A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL TRADUTOR / INTÉRPRETE DE LIBRAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS 21
Jadson Nunes Santos e Adriana Leônidas de Oliveira

3. ANÁLISE DO PROGRAMA BOM PRATO NO MUNICÍPIO DE ITAPEVI – SÃO PAULO 41
Flávia Seretti de Araujo Rezende, Moacir José dos Santos e Monica Franchi Carniello

4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS E GOVERNANÇA COOPERATIVA: IMPULSIONANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM REDE. 55
Marcos Jorge Bataglia, Quesia Postigo Kamimura e Moacir José dos Santos

5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ITAPEVI 83
Renato Souza Santos, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira e Márcia Regina de Oliveira

6. O IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS 109
Ygor Lira Saraiva e Quesia Postigo Kamimura

7. AS ESCOLAS NO PODER LEGISLATIVO E A NECESSIDADE DE UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 125
Roberto Eduardo Lamari, Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira e Adriana Leônidas de Oliveira

8. A EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO PÚBLICO DE ITAPEVI SOBRE AS POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO CLIMÁTICA – ODS 13. 153
Diony Vanderlei Nobre do Espirito Santo, Quésia Postigo Kamimura e Edson Trajano Vieira

9. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A INTER-RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. 171
Maicon José F. da S. Barbosa e Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

10. OS PROJETOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LOCAL 211
Sandra Regina dos Santos Silva, Quésia Postigo Kamimura e Marcela Barbosa de Moraes

11. PROCESSOS HISTÓRICOS DE IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS DE GOVERNO COM FOCO NA EFICIÊNCIA 229
Rafael Augusto Sasaki Neves e Moacir José dos Santos

12, TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO BRASIL E SEU IMPACTO NO ÂMBITO DA FAMILIA NO SÉCULO XXI 251
Edinaldo Jose Silva e Edson Aparecido de Araújo Querido Oliveira

13. O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA COMO MEDIDA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO 275
Odilson Gomes Braz Junior, Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira e Adriana Leonidas de Oliveira

14. REFLEXÕES DAS PRÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO NO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA 295
Edy Pollo Santos Hassegawa Moscoso, Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, Welliton José da Silva e Márcia Regina de Oliveira.

15. ANALISE DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE SAÚDE DO CANTÃO – TOCANTINS 317
Jocicleia Chaves Dias Rodrigues, Airton Cardoso Cançado e Waldecy Rodrigues

16. CIRCULAÇÃO DO PEDESTRE: ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E CONFORTO AMBIENTAL: O CASO DA PRAÇA DOS GIRASSÓIS – PALMAS - TO 347
Elisabete Soares Araújo, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa, Thyago Phellip França Freitas, Liana Bezerra Dias de Lima, Liliana Pena Naval e Elvio Quirino Pereira

LISTA DE AUTORES 381

LISTA DO COMITÊ ORGANIZADOR/ AVALIADOR 387

1. CIDADE INTELIGENTE SUSTENTÁVEL UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

SUSTAINABLE SMART CITY AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Luiz Carlos de Toledo
Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira

RESUMO

As melhorias tecnológicas dentro do desenvolvimento regional ampliam o crescimento de uma cidade e, por isso, pretende-se colocar em cena como se pode abordar essa realidade de desenvolvimento e crescimento no contexto de inovação e sua realidade de sua sustentabilidade, inteligências e sistemas digitais. A construção dos conceitos sobre cidades inteligentes e sua política pública no contexto de melhorias traz questões para um debate sobre como a tecnologia pode mudar o desenvolvimento de uma cidade e de seus habitantes. Tendo como objetivo uma revisão integrativa de literatura, buscou-se artigos que, em análise dos vários contextos de melhorias tecnológicas, possibilite que uma cidade se torne inteligente, digital e se desenvolva dentro em estudos aplicados estratégias e formulação de políticas públicas como ponto para análise da gestão e de melhorias. Considerando que a revisão integrativa é uma ferramenta nova no campo de estudos de tecnologias, é necessário que se sintetize artigos e se analise as bases e critérios. Desse modo observa-se como podem produzir um conhecimento mais

assertivo em suas análises e comparações de tecnologias associadas à inovação e consequentemente às melhorias.

Palavras-chave: Cidade Digital; Cidade Inteligente; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Technological improvements within regional development boost a city's growth, which is why the aim is to highlight how this reality of development and growth can be approached in the context of innovation and its reality of sustainability, intelligence, and digital systems. The construction of concepts on smart cities and their public policy in the context of improvements raises questions for a debate on how technology can change the development of a city and its inhabitants. The aim of this integrative literature review was to find articles that, by analyzing the various contexts of technological improvements, enable a city to become intelligent, digital and develop within applied studies, strategies, and the formulation of public policies as a point for analyzing management and improvements. Considering that the integrative review is a new tool in the field of technology studies, it is necessary to synthesize articles and analyze the bases and criteria. In this way, we can see how they can produce more assertive knowledge in their analysis and comparisons of technologies associated with innovation and, consequently, improvements.

Keywords: Digital City; Smart City; Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma cidade sustentável depende de investimentos e como se aplica a inovação para o bem-estar da população e assim, amplia-se as melhorias e trazer qualidade de

vida para a população da cidade. Desenvolver políticas públicas dentro do ambiente municipal não é uma tarefa fácil no contexto da sustentabilidade e trazer modelos de cidades saudáveis e bem estruturadas com bons índices de desenvolvimento humano com projetos de novas tecnologias é base para a inovação. Buscar tecnologias de inovação para se ter cidades sustentáveis é importante e, para isso, é necessário que se tenha clareza do processo de melhora. Com base nisso é necessária uma revisão integrativa de literatura sobre esse assunto e apresentar suas características e soluções. A busca e seleção de artigos neste contexto foram poucos documentados e, por esse motivo, utiliza-se de diversos periódicos para levantamento dos artigos. O critério de recorte temporal, compreende o período de 2011 a 2023, com descritores sobre Inovação, Cidades Inteligentes e Cidades, sustentabilidade e tecnologias digitais.

Uma revisão integrativa da literatura voltada a cidades sustentáveis e tecnologias da informação proporciona a construção e compartilhamento de informação e a transformação para cidade inteligente como resultado de um processo urbano e regional. Abordar o assunto cidade inteligente segundo (Chourabi et al, 2012), no contexto de que a solução dos problemas de desenvolvimento urbano e crescimento populacional é consequência da utilização de tecnologias da informação e comunicação como práxis na melhoria de serviços com tecnologias digitais no uso diário como políticas públicas no ambiente do poder público executivo.

Com o objetivo de apresentar subsídios de informação e aplicação de revisões integrativas no cenário da cidade inteligente e sustentabilidade, o presente artigo apresenta a importância das fases construtivas desta revisão integrativa e seus aspectos a serem considerados para a utilização de uma metodologia inovado-

ra no contexto da construção de conceitos e seus resultados sobre o tema sustentabilidade e cidade inteligente.

Essa demanda da urbanização e a entrada dos serviços digitais abre espaço para possíveis soluções conectadas e introduzindo o conceito de cidade inteligente.

Com investimentos em tecnologias, as cidades inteligentes estão se desenvolvendo e tornando digitais, mas nem sempre sustentáveis. Vários projetos sobre inovações tecnológicas estão sendo aprimorados para a melhoria do funcionamento de uma cidade e não há dúvida de que essas inovações se tornarão parte do cotidiano. Essas cidades usarão a tecnologia da informação e comunicação (TIC´s) para tornar a vida mais fácil, segura e digital. Os projetos devem ser bem desenvolvidos, iniciados e equipados com uma infraestrutura inteligente certa, partindo de um planejamento e informação bem estruturada.

Ao planejar uma cidade inteligente, de acordo Adriano et al. (2000), deve-se considerar quanto os cidadãos estão integrados nas inovações e quão inteligentes precisam ser. A inovação nesse sentido traz o diferencial para o sucesso dessa cidade inteligente sustentável que depende da capacitação de seus cidadãos de fazer bem o uso da tecnologia mais recente. Os treinamentos institucionais também desempenham um papel especialmente importante a este respeito.

2. O QUE SÃO CIDADES INTELIGENTES.

Uma cidade inteligente requer um grau de investimento grande do poder público e investir também na educação do cidadão para uma nova era digital. Sem grupos de estudos e pesquisadores dispostos a assumir e desenvolver projetos afins, as cidades inteligentes podem não ter o sucesso requerido para se tornar inteligente (Chourabi et al., 2012). O futuro do planejamento urbano requer

a combinação da tecnologia, e capital humano para melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade. Atualmente o conceito de cidade inteligente está sendo desenvolvido em países como na Europa e Canadá. Este estudo apresenta algumas das estratégias, vantagens e desvantagens da cidade inteligente sustentável.

O termo descritor sustentabilidade nos artigos referenciados traz definições não pontuais e com segmentos de forma a segmentar em áreas agregadas ao conceito de cidade inteligente. Aponta-se algumas considerações sobre a estrutura de uma cidade inteligente no contexto da sustentabilidade. De início observa-se o processo através de uma infraestrutura inteligente onde se pode considerar as TIC´s, recursos de valor agregado como energia, água e transporte como partida para melhorias e eficiência na cidade. Energia e transporte fazem parte de uma estrutura de implementação de tecnologias visando eficiência energética como iluminação de tecnologias leds e a utilização de painéis solares, uso de veículos elétricos e mobilidade inteligente em vias de acesso rápido com faróis inteligentes. Outros fatores como gestão ambiental também são considerados no contexto da sustentabilidade. Para o desenvolvimento local deve-se criar um ambiente de apoio com soluções de monitoramento da qualidade de vida e apoio ao desenvolvimento econômico local (Weiss, et al., 2013) e (Abdala, et al., 2013).

A cidade sendo projetada para ter uma infraestrutura inteligente com estradas e sistemas de transporte público que precisam ser bem conservados para que os cidadãos se locomovam com facilidade propicia a visão de inovações a serem implantadas nas cidades e consolida a percepção de sucesso entre seus residentes. As cidades inteligentes precisam fazer mais do que trazer informações e fazer uso de tecnologias para seus munícipes. Uma cidade inteligente e sustentável precisa de muitos recursos para

se desenvolver a sua base econômica e social, ou seja, seu desenvolvimento regional.

Na definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), "cidade digital e inteligente é aquela que coloca em prática de modo contínuo a melhoria de seu meio ambiente físico e social utilizando todos os recursos de sua comunidade". Esse movimento foi iniciado no Canad**á** e Estados Unidos e foi disseminado para Europa e américa latina anos depois.

Para entender o como se compartilha inovações para uma cidade, é preciso que se observe a agenda de política pública, sua proposta e as estratégias para um desenvolvimento urbano e social. É um projeto que propõe uma abordagem do ponto de inteligência e sustentabilidade para a cidade no contexto do bem-estar do ser enquanto sua participação cidadã, utilizando dos meios digitais e suas plataformas e a governança pública.

Quanto ao conceito de educação socioeducativa, aborda-se aspectos fundamentais de estratégia, planejamento, construção de um grupo de conselhos para cidade, organização comunitária e uma atuação integrada e multidisciplinar. Com base nisso objetiva-se tornar uma prática constante de política pública, a produção de informação adequada e educacional de saúde e conhecimento de novas tecnologias para cidades sustentáveis, saudáveis e inteligente.

A informação e a construção do conhecimento do contexto tecnológico contribuem para a formação do cidadão que está num ambiente de multimídia com multitarefas.

Uma análise de observação em textos acadêmicos sobre o discurso sobre a cidade digital e inteligente e como a inovação para o cidadão se torna o ator principal do uso de tecnologias para a inclusão social e digital e, consequentemente, saudável. Esse embasamento sobre saudável e sustentável vem ao encontro de duas dimensões sobre o tema tecnologias para a informação

que são tecnologias para infraestrutura e as tecnologias aplicadas no contexto institucional e comunicação (Herculano, et. al., 2021). Com base no exposto procura-se um conjunto de estratégias para se desenvolver a cidade digital. Para a perspectiva humana e social. A Cidade inteligente tem um contexto mais determinante focado na compreensão de melhoria de qualidade de vida onde a inovação e o conhecimento desenvolvem o pensamento crítico para a participação da comunidade de modo sustentável.

3. METODOLOGIA

A revisão integrativa como método de coleta de informação e de pesquisa permite uma compilação e sintetização sobre o assunto e a consequente compreensão sobre o tema. Pretende-se estudar a sustentabilidade como vetor para cidade inteligente e analisar os conceitos dos respectivos artigos na sua referência bibliográfica como forma de discussão sobre os critérios apresentados de cidades inteligentes, cidades saudáveis e sustentáveis, buscando entender as semelhanças e diferenças e suas combinações dentro do critério investigativo acadêmico. Os artigos relacionados tinham como descritores "cidades inteligentes, cidades sustentáveis e cidades saudáveis", considerando as publicações em periódicos nacionais. A pesquisa foi delineada a partir da análise sobre a questão da sustentabilidade, inovação e cidade digital e partiu da intenção de se observar como uma cidade se torna inteligente.

Quadro 1: Artigos pesquisados como base de conhecimento para revisão integrativa.

procedência/periodicos	artigo	autores	resumo
Ciencia &Saúde Coletiva, 5(1):53-62, 2000	A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?	Jaime R. Adriano, Gustavo A. F. Werneck, Max A. Santos, Rita de Cassia Souza	Discute o contexto de cidades saudáveis e aborda a pesquisa de campo como plano estratégico.
einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6	Revisão integrativa: o que é e como fazer	Marcela Tavares de Souza, Michelly Dias da Silva, Rachel de Carvalho	Método aplicado a este artigo, com o objetivo de construir conhecimento através de vários artigos e suas correlações
Saúde e Sociedade v.14, n.3, p.134-143, set-dez 2005	Cidade Saudável: relato de experiência na coleta e disseminação de informação sobre determinantes de saúde	Davi Rumel, Maristela Sisson, Zuleica Maria Patrício, Claudia R. C. Moreno	Este artigo traz uma comparação entre duas cidades observando as inovaçãoes no contexto da Saúde
COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 18, n. 4, out./dez. 2021	Percepção dos habitantes do município de Pindamonhangaba/SP acerca das dimensões de cidades inteligentes	Carlos Silvio Herculano, Marcela Barbosa de Moraes, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira	No contesto de desenvolviment ourbano regional esta pesquisa traz um diagnostico sobre o impacto das inovaçãoes para uma cidade
© Labor & Engenho, Campinas [SP] Brasil, v.12, n.4, p.525-532, out./dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.20396/labore.v12i4.8654327	Cidades Inteligentes são Cidades Saudáveis?	Marcia Maria Arco e Flexa Ferreira da Costa, Cláudia Coelho Hardagh	Como tecnologias e contribuiem realmente no contexto das cidadesa inovadoras e sua relação com o desenvolvimento urbano
Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade - GeAS - 8(2), p. 389-405, maio/ago. 2019	Indicadores para cidades inteligentes: a emergência de um novo clichê	Sonia Maria Viggiani Coutinho, Carolina Cássia Conceição Abilio, Maria da Penha Vasconcellos, Clovis Armando Alvarenga Netto	Pesquisa sobre como os indicadores impactam no contexto de cidades inteligentes
Revista Tecnologia e Sociedade - v. 19, n. 55 (2023) Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 19, n. 55, jan./mar. 2023- https://periodicos.utfpr.edu.br/rts	Cidades inteligentes e humanas: percepção local e aderência ao movimento que humaniza projetos de smart cities	Marcos Alberto Martinelli, Jorge Alberto Achcar, Wanda Aparecida Machado	Com a temática cidades inteligentes, o artigo aborda o estudo e analise sobre a integração de tecnologias em uma pesquisa exploratória-desacritiva
urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2015 set./dez., 7(3), 310-324	Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanos: a experiência da cidade de Porto Alegre	Marcos Cesar Weiss, Roberto Carlos Bernardes, Flavia Luciane Consoni	Com uma abordagem metodologica, artigo de caracter qualitativo e exploratório, traz no contexto sobre cidades inteligentes e as inovações em uma capital do Sul do Brasil
urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management - 2019, 11, e20190118 - https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.e20190118-	Cidades inteligentes: insights e contribuições das pesquisas brasileiras	Kellen Lazzaretti, Simone Sehnem, Fernando Fantoni Bencke, Hilka Pelizza Vier Machado	Pesquisa sobre rede de estudos em universidades no contexto de cidades inteligentes no recorte nacional
Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 09, n. 18, edição especial 2013 - DOI: 10.3895/rts.v9n18	Cidades inteligentes: a aplicação das tecnologias de informação e comunicação para a gestão de centros urbanos	Marcos Cesar Weiss , Roberto Carlos Bernardes , Flavia Luciane Consoni	Como o uso deTIC´s - tecnologias da informação ecomunicação são abordadas para transformação digital na gestão das cidades
International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM) - ISSN 2316-6517 - DOI: https://doi.org/10.47916/ijkem-vol3n5-2014 Publicado: 2014-01-26	Como as cidades inteligentes contribuem para o desenvolvimento de cidades sustentáveis?: Uma revisão sistemática de literatura	Lucas Novelino Abdala, Tatiana Schreiner, Eduardo Moreira da Costa, Neri dos Santos	Estudo sobre como cidades inteligentes e sua contribuição para a sustentatentabilidade

Elaboração própria - 2023

4. SOBRE ANÁLISES APRESENTADAS NOS ARTIGOS PESQUISADOS

O estudo da cidade sustentável e saudável no contexto do desenvolvimento econômico também é um ponto a ser observado neste estudo. O conceito de construção de uma cidade no recorte temporal entre 2013 e 2023, facilita a comparação com os tempos de hoje, segundo sua metodologia e políticas públicas.

Entre os artigos contemplados neste estudo, observa-se reflexões sobre como a tecnologia impacta na construção de cidade inteligente e o processo educativo sobre novas tecnologias. A Inovação no contexto do cidadão e sua realidade frente ao neologismo tecnológico, a sustentabilidade e seu ecossistema como prática constate de evolução.

A tecnologia a serviço do ser humano evidencia a qualidade de vida do ponto da sustentabilidade e sua contribuição para o ser humano, a tecnologia, e seu equilíbrio com os espaços urbanos. O uso de tecnologias como a inteligência artificial e neural para desenvolvimento de cidade inteligente e seu apelo sem ser emocional apresenta construções bem trabalhadas no ecossistema urbano como uma imersão surrealista das tecnologias que podem ou não serem benefícios ao cidadão que vive em um ambiente altamente tecnológico e pode não estar educado para isso.

No contexto sobre a construção de uma cidade digital e inteligente ser sustentável, é preciso, dentro do seu escopo, uma modelagem educacional adequada para a sustentabilidade. A promoção da saúde na forma de qualidade de vida é o ponto de partida do argumento social econômico e estratégico para a qualidade de vida e, parte-se da sustentabilidade a formação para uma melhor qualidade de vida. Esse parâmetro é observado em Coutinho (et. al., 2019).

Considerando o aspecto das políticas públicas para qualidade de vida e para o ecossistema de uma cidade inteligente, é necessário colocar propostas sobre a problemática da qualidade de vida para que este movimento de cidade inteligente e sustentável entre na pauta. É necessário um grupo comunitário que de acordo com Adriano et. al (2000) e Costa et. al (2018) contribua no sentido de que cidade saudável é só não só informativa, mas também cria um cenário multidisciplinar na comunidade.

4.1 UMA ANÁLISE COM PERSPECTIVA NACIONAL

Com pouca experiência e falta de capacitação gerencial, este processo teve muitas dificuldades para seu desenvolvimento no Brasil. A falta de critérios e de parâmetros na construção de um modelo aplicável foi o ponto chave para a pouca implementação ou implantação dessa iniciativa no desenvolvimento de cidade inteligente e sustentável.

A cidade digital do ponto de vista cidade inteligente e a sua Inovação traz um aspecto neste estudo que o argumento considerado qualidade de vida da população da cidadania individual, coletiva e ambiental é definida pela gestão e iniciativa da comunidade. É a prática da sustentabilidade.

A ideia de trabalhar a sustentabilidade no contexto da cidade inteligente, trazendo para o município políticas públicas sociais e a promoção de inovação para a educação e a saúde da população, torna um modelo otimizado no município utilizando ferramentas tecnológicas. Todo o processo começa com a implantação de um grupo multidisciplinar e a elaboração de um projeto de município digital e inteligente e assim, consequentemente, se construa experiências e estratégias para a propagação de informações e conhecimento para que gestores e educadores desenvolvam o projeto sustentável de uma cidade inteligente e digital. Este parâmetro é observado em Adriano et al. (2000).

Com um dos objetivos de ampliar a inclusão social e educacional no ambiente socioeconômico, o ensino e aprendizagem pode mitigar as desigualdades dentro das políticas públicas desde que entre na pauta de agenda e na aplicação de indicadores demográficos para uma cidade digital e inteligente Coutinho et al. (2019).

Um dos exemplos de integração entre inovação e sua aplicação no conceito de cidade inteligente é caracterizado pela experi-

ência feita pela universidade de Campinas que desenvolveu uma estratégia de abordagem com a formação de um grupo/núcleo de pesquisas e trabalho em uma comunidade com o objetivo de apresentar e informar para transformar uma comunidade carente bem desenvolvida no contexto de uma cidade digital e inteligente. Essa replicação se deu em várias cidades com a mesma iniciativa. Weiss et al. (2015)

Interpretações e entendimentos sobre a sustentabilidade para cidades inteligente implicam em um perfil técnico e na construção de indicadores de qualidade para a sua quantificação.
Esses indicadores formam critérios e padrões para o desenvolvimento do conceito de cidade digital e inteligente. Critérios como indicadores demográficos e sociais para determinar escolaridade Coutinho et al. (2019). Os problemas econômicos e os recursos de crescimento também formam um conjunto de indicadores sobre essa comunidade que apresenta demanda abaixo da linha da pobreza e sua qualidade de vida.

Outros indicadores que apresentam informações sobre a saúde, ambiente e prevenções de doenças e de drogas, também formam outro ciclo de informações sobre demanda de uma cidade digital e inteligente.

No sentido de desenvolver um protocolo de informações, o uso de mídias e jornais formaram um núcleo de colaboração fundamental para o compartilhamento das informações sobre os indicadores.

Essa abordagem indica que a prática constante de avaliação e desenvolvimento de políticas públicas para o desenvolvimento de cidades saudáveis e inteligentes partindo da construção de grupo acadêmico na forma de uma pesquisa para apresentar a sustentabilidade e inovação tecnológica com as TIC´s, como forma de informar e amenizar as diferenças socioeconômicas e mitigar

possíveis problemas nos mais diversos segmentos da infraestrutura inteligente e consolidar a capacitação e informação para a comunidade em Lazaretti et al. (2019).

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento regional municipal passa por contribuições desde os agentes públicos até os grupos comunitários e acadêmicos para trazer mobilização social e informação de qualidade para que projetos como cidades sustentáveis e saudáveis se tornem viáveis economicamente.

As construções e estratégias de políticas públicas para desenvolver uma agenda e implementar projeto para a sustentabilidade e trazer um conceito de cidade inteligente sustentável precisa consolidar grupos de comunidade e agentes públicos e grupos acadêmicos. O fato de não conseguir bons resultados é devido a problemas econômicos e financeiros, pois mesmo com mobilização social e estratégias definidas por estes grupos no projeto sustentável para mitigar problemas de inovação ainda é insuficiente para os objetivos esperados e sustentabilidade e assim aspectos como a medição de índices e indicadores de desenvolvimento fica prejudicada.

Um ponto observado de forma consciente é capacidade da comunidade mostrar vontade de desenvolver essa prática e o engajamento dos grupos para que esse planejamento educacional de informação sobre a saúde.

Entende se que não é só a sustentabilidade que se induz nas práticas de uma cidade digital e inteligente, pois as tecnologias devem ser observadas de forma a trazer mais benefícios do que entretenimento aos cidadãos. Com o uso de tecnologias e processo digital pretende-se construir e desenvolver progressivamente o conhecimento das pessoas analfabetas digitais que são reféns

da ignorância cognitiva digital e assim possam ser educadas para obter consciência e se mobilizarem para articularem junto à comunidade desenvolver o conhecimento mesmo que com capacidades reduzidas.

Trazer a tecnologia não é suficiente para o conjunto da obra de uma cidade inteligente. Esse tripé sustentabilidade, educação e cidade digital e inteligente faz parte do contexto de aprimoramento sustentável para uma cidade mais inovadora e mais humana. Há uma complexidade em torno desse novo modelo de desenvolvimento de soluções tecnológicas que precisa ser mais humanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, J. R. et al.. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?. Ciência & Saúde Coletiva, v. 5, n. Ciênc. Saúde coletiva, 2000 5-(1), 2000.

CIANCONI, . de B. .; ALMEIDA, . C. de . Contribuições das bibliotecas públicas para o desenvolvimento de cidades inteligentes. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 26, p. 1–22, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.e82627. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/82627.

COSTA, M. M. A. e F. F. da; HARDAGH, C. C. Cidades inteligentes são cidades saudáveis? Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 12, n. 4, p. 525–532, 2018. DOI: 10.20396/labore.v12i4.8654327. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8654327.

FRELLO, A. T.; CARRARO, T. E. Contribuições de florence nightingale: uma revisão integrativa da literatura. Escola Anna Nery, v. 17, n.

Esc. Anna Nery, 2013 17(3), jul. 2013. **https://doi.org/10.1590/S1414-81452013000300024**

MARTINELLI, M. A.; ACHCAR, J. A.; HOFFMANN, W. A. M. Cidades inteligentes e humanas: percepção local e aderência ao movimento que humaniza projetos de smart cities. R. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 16, n. 39, p. 164-181, jan/mar. 2020. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/9130.

POMPEO, Daniele Alcalá; ROSSI, Lídia Aparecida; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta paulista de enfermagem**, v. 22, p. 434-438, 2009.

RUMEL, D.; SISSON, M.; PATRÍCIO, ZM; MORENO, CRC Cidade saudável: uma abordagem para a disseminação de informações sobre os determinantes da saúde. Saúde e Sociedade, [S. l.] , v. 14, n. 3, pág. 134-143, 2005. DOI: 10.1590/S0104-12902005000300009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7160.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

Weiss, M.C., Bernardes, R.C., & Consoni, F. (2017). CIDADES INTELIGENTES: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. Acesso em https://www.semanticscholar.org/paper/CIDADES-INTELIGENTES%3A-casos-e-perspectivas-para-as-Weiss-Bernardes/694fa050aa66403c664526e4760c8fb2491cee81.

Forbes pesquisa Tom Vander Arca; https://www.forbes.com/sites/tomvanderark/2018/06/26/how-cities-are-getting-smart-using-artificial-intelligence/?sh=788dfc7b3803-

2. A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL TRADUTOR / INTÉRPRETE DE LIBRAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

THE TRAINING OF PROFESSIONAL SIGN LANGUAGE TRANSLATORS/INTERPRETERS AT BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

Jadson Nunes Santos
Adriana Leônidas de Oliveira

RESUMO

O presente artigo tem a finalidade de investigar a disponibilidade de cursos de graduação em tradução e interpretação de Libras – Português nas universidades federais brasileiras. A motivação para a escolha deste tema provém das reflexões sobre os desafios enfrentados na prática da interpretação e tradução que requerem um domínio profundo das técnicas envolvidas. O problema que se apresenta refere-se é se as Universidades Federais oferecem formação para o intérprete de Libras de modo satisfatório? Quanto aos objetivos apresentam-se a intenção de identificar quais são as universidades federais brasileiras que oferecem formação em nível acadêmico para os profissionais tradutores e intérpretes de Libras. O foco desse estudo está na esfera político-governamental por meio das universidades que oferecem os cursos de graduação para formação acadêmica do profissional de Libras. A metodologia adotada alicerça-se na perspectiva quantitativa em uma perspectiva exploratória e descritiva sobre as unidades que

oferecem o curso de Libras. Os resultados preliminares da pesquisa apontam para uma deficiência na formação de profissionais qualificados nesta área. A bibliografia utilizada para fomentar as reflexões propostas baseiam-se em Nascimento (2011), Santos e Rodrigues (2022), Schuwarts (2011).

Palavras-chave: Formação. Tradutor Intérprete de Libras. Formação Acadêmica. Universidades Federais Brasileira.

ABSTRACT

The purpose of this article is to investigate the availability of undergraduate courses in translation and interpreting of Libras - Portuguese at Brazilian federal universities. The motivation for choosing this topic comes from reflections on the challenges faced in the practice of interpreting and translating, which require an in-depth mastery of the techniques involved. The problem is whether federal universities provide satisfactory training for Libras interpreters. The objectives are to identify which Brazilian federal universities offer academic training for professional Libras translators and interpreters. The focus of this study is on the political-governmental sphere through the universities that offer undergraduate courses for the academic training of Libras professionals. The methodology adopted is based on a quantitative, exploratory and descriptive perspective on the units that offer Libras courses. The preliminary results of the research point to a deficiency in the training of qualified professionals in this area. The bibliography used to foster the proposed reflections is based on Nascimento (2011), Santos and Rodrigues (2022), Schuwarts (2011).

Keywords: Training. Libras Interpreter. Academic Training. Brazilian Federal Universities.

1. INTRODUÇÃO

A formação do profissional tradutor/intérprete de Libras é um tema amplo e sujeito a várias ramificações e, por esse motivo, é necessário que se coloque em cena a sua função social no que tange a inclusão dos deficientes auditivos. O conceito de inclusão parte da capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, conviver com as diferenças.

Em relação ao termo diferença é importante colocar em evidência que o espaço social é cosmopolita por natureza, ou seja, cada sujeito é um mundo. (Pacheco, 2019)

Diante disso a formação do profissional tradutor/intérprete de Libras surge de forma eclética e multifacetada em sua função inclusiva de desenvolvimento do sujeito para a sociedade.

Nos estudos de desenvolvimento regional, a questão da inclusão de grupos minoritários, mais especificamente a comunidade surda, assume um papel de destaque. Para Mandelbatt (2014) a atuação engajada e transformadora culmina na metamorfose de sujeitos que estavam alheios à realidade que os cercavam e de seus próprios direitos para novos atores sociais aptos a influenciar as dinâmicas sociais e políticas que os circundam. A inclusão transcende a participação superficial nas estruturas sociais existentes como instituições e poder político e está intrinsecamente ligada ao pleno exercício dos direitos fundamentais dos sujeitos. Conforme Silva, Kauchakje e Gesueli (2003) a inclusão abrange não somente o acesso à cidade, a educação, trabalho, assistência social, saúde, lazer e cultura, mas abrange também a construção de uma participação ativa e significativa nessas esferas. Nesse contexto a função do intérprete de Libras é importante, pois auxilia não só no aspecto comunicativo do surdo, mas também em sua inclusão.

Corroborando com essa afirmativa para além dos direitos e deveres atribuídos ao profissional de Libras, a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 torna a Língua de Sinais Brasileira, a língua oficial da comunidade surda. O Decreto considera o intérprete de Libras um agente importante para inclusão dos sujeitos surdo, nesse sentido, o Art. 17. do Decreto apresenta caminhos formativos para o tradutor e intérprete de Libras – Língua portuguesa, e determina que deve ocorrer por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. O exercício da profissão foi regulamentado por meio da Lei 12.319 de 1 de setembro de 2010, no entanto a Presidência da República vetou o artigo que determina a formação em nível superior e com isso, a criação de conselhos profissionais e órgãos de classe. A esse respeito, Nascimento (2011) reitera:

> No entanto, se por um lado a regulamentação da profissão aprovada em 2010, possui vetos em relação à formação superior com a justificativa de que isto limitaria a atuação de profissionais formados em outras áreas, conforme discorre o mesmo documento, por outro, o Decreto 5.626 de 2005, bem como o Decreto 7.612 – Plano Viver Se Limites de 2011, ambos já citados, determinam e induzem a formação deste profissional em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Letras – Língua Portuguesa, conforme podemos ler no Capítulo V do Decreto 5.626 que determina o prazo de dez anos, a partir de sua promulgação, para que suas determinações ocorram. (Nascimento, 2011 p. 26)

Pode-se recorrer também às contribuições de Quadros (2004) que afirma que a história dos intérpretes de língua de sinais ini-

ciou-se com atuação em atividades voluntárias. O aprendizado das técnicas tradutórias se dava por meio de cursos livres promovidos por associações de surdos, pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) e por instituições religiosas.

Ferreira (2015) destaca as reivindicações da comunidade surda e as políticas públicas de acessibilidade comunicacional como dois fatores que impulsionaram a oferta de formação acadêmica. O primeiro curso de nível superior voltado a formação do TILSP foi idealizado pela Universidade Federal de Santa Catarina e lançado no ano de 2008 em parceria com MEC, na modalidade a distância em 15 universidades federais e estaduais: Belém (UEPA); Belo Horizonte (CEFET-MG); Brasília (UnB); Campinas (UNICAMP); Curitiba (UFPR); Dourados (UFGD); Florianópolis (UFSC); Fortaleza (UFC); Goiânia (CEFT-GO); Natal (CEFET-RN); Porto Alegre (UFRGS); Recife (UFPE); Rio de Janeiro; Salvador (UFBA) e Vitória (UFES). A parceria possibilitou no ano de 2012 a formação de 400 bacharéis, que deram origem no país ao primeiro grupo de profissionais com formação em nível superior específica.

O Estudo da Tradução e Interpretação é considerado um campo interdisciplinar que abrange a tradução de textos escritos e a interpretação de discursos oralizados ou sinalizados, bem como a análise e compreensão das questões teóricas e práticas relacionadas à tradução. Além das disciplinas de linguística, gramática, interpretação simultânea e consecutiva, a tradução e interpretação engloba também diferentes técnicas e métodos utilizados na tradução, como, por exemplo, as questões culturais, políticas e éticas envolvidas durante o processo de tradução e contribuem de modo significativo para o desenvolvimento de diversas linguagens e sistemas de comunicação entre pessoas de diferentes culturas e idiomas.

Nicoloso (2015, p. 48) destaca que os Estudos da tradução como disciplina foram estabelecidos por Holmes em *The name and nature of Translation Studies (1988)* e afirma que, nesse texto, o autor apresenta um mapa que estabelece ramos específicos dentro da disciplina dos Estudos da Tradução. Lacerda (2000) enfatiza que, no tocante a jovem profissão do intérprete de Libras, percebe-se cada vez mais a necessidade de intérpretes qualificados para atuação em diferentes esferas da vida social.

> [...] o tradutor-intérprete atua na fronteira entre os sentidos da língua de origem e da língua alvo, com os processos de interpretação relacionando-se com o contexto no qual o signo é formado. O sentido do enunciado é construído na interação verbal, e é atualizado no contato com outros sentidos, na relação estabelecida entre interlocutores. A interpretação é um processo ativo, que procede de sentidos que se encontram, existindo, apenas, na relação entre sentidos, como um elo numa cadeia de sentidos. Pode-se dizer assim que a interpretação se revela na multiplicidade de sentidos existentes (Lacerda, 2000, p. 6).

Desse modo o intérprete de Libras é visto como o intermediador responsável por estabelecer um elo entre os interlocutores, o que resulta na participação ativa nas diversas esferas da sociedade, seja no âmbito relacional, educacional, político e/ou cultural. Nesse caminho evidencia-se a necessidade de difundir mais cursos e programas de graduação e pós-graduação específicos. Atualmente algumas universidades brasileiras oferecem essa formação e há uma tendência crescente para incluir essa área de estudo nos currículos universitários, o que corrobora com aquisição de conhecimento e aprimoramento das habilidades e competências que tradutor intérprete de Libras – TILS, necessita desenvolver

para tornar as escolhas interpretativas mais eficientes e eficazes, de modo a expandir a conscientização dessas áreas de estudo e influenciar positivamente a valorização da categoria profissional.

Para tanto, Ferreira (2015, 41) ressalta que "quando se pensa em formação de TILS, é necessário verificar o corpo docente, desenho curricular, competências e habilidades que o curso focará e em quais os níveis de atuação estes futuros intérpretes atuarão"

De acordo com Machado (2015) durante o processo cognitivo o intérprete executa a ação de ouvir/visualizar uma sentença do texto-fonte e passa a buscar equivalências/semelhanças linguísticas a partir da organização conceptual que envolve a experiência cultural, social e individual, com o objetivo de compreender o conceito para finalmente processar as "escolhas interpretativas".

Machado (2017. P. 18) sinaliza que os intérpretes atuantes em Casas Legislativas no Brasil vivenciam diferentes dificuldades linguísticas, sociolinguísticas e, até mesmo de operações técnicas para atuação em contextos políticos. Nascimento (2021, p.20) discute a existência de um conhecimento implícito sobre a interpretação de Libras para Língua Portuguesa e a necessidade significativa de validar o conhecimento prático. A ausência desse conhecimento para profissionais em exercício é relacionada à "vazio de normas" conforme identificado por Schwartz (2011), ressaltando a importância de preencher esse vazio através de formação e aprendizado contínuo.

Outro fato que não pode ser ignorado, é que cursos de pós-graduação lato sensu têm se mostrado eficazes na formação de intérpretes de Libras, atendendo à crescente demanda por profissionais qualificados. A integração entre teoria e prática, aliada ao desenvolvimento de competências linguistas e culturais, proporciona uma base sólida para a atuação profissional ética e eficiente.

Diante do exposto é importante considerar a demanda de atuação nos diversos contextos discursivos e, por esse motivo, o presente estudo se propõe a corroborar com as pesquisas relacionadas às habilidades e competências especificas da tradução esfera político/governamental e apresenta o seguinte problema:

As Universidades Federais oferecem formação para o intérprete de Libras de modo satisfatório?

Quanto aos objetivos apresentam-se os elencados a seguir:

identificar quais são as universidades federais brasileiras que oferecem formação em nível acadêmico para os profissionais tradutores e intérpretes de Libras.

O foco desse estudo está na investigação da carga horária e conteúdo que estão sendo destinados ao ensino das técnicas de tradução e interpretação na esfera político-governamental por meio de análise curricular dos cursos de graduação para formação acadêmica deste profissional.

1. METODOLOGIA

A importância de uma pesquisa se revela na tentativa de conhecer e explicar como ocorrem os fenômenos e, diante disso, explicita-se que o desenvolvimento da pesquisa proposta se caracteriza como exploratória e descritiva, na medida em que procura identificar quais são as universidades federais brasileiras que oferecem formação em nível acadêmico para os profissionais tradutores e intérpretes de Libras.

Em uma perspectiva quantitativa que é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas por meio da análise das Universidades Federais Brasileiras que se propõem a formar profissionais Tradutores / Intérpretes de Libras – Português (TILSP). A investigação é feita por

meio de consulta nos sites oficiais das Instituições de 68 Universidades Federais espalhadas entre as 5 regiões do País. A análise tem por objetivo mensurar se há ou não foco no ensino de estratégias para atuação em Libras. São analisados os cursos de graduação em seis Universidades Federais. Evidencia-se que dois destes currículos são da UFSC, presencial e EAD. As outras instituições são a UFG, UFGD, UFES, UFRJ e UFSCAR.

2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esclarece-se que para o desenvolvimento do artigo proposto foi feito o levantamento dos dados de 68 Universidades Federais espalhadas entre as 5 regiões do País. Instituições essas que seguem elencadas a seguir:

População e amostra

NORTE	
Acre: Universidade Federal do Acre – UFAC	**Apenas licenciatura**
Amapá: Universidade Federal do Amapá – UNIFAP	É polo de apoio presencial do bacharelado EAD oferecido pela UFSC
Amazonas: Universidade Federal do Amazonas – UFAM	**Apenas licenciatura**

Pará:	
Universidade Federal do Pará – UFPA	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal Oeste do Pará – UFOPA	Não oferece
Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA	É polo de apoio presencial do bacharelado EAD oferecido pela UFSC
Rondônia: Universidade Federal de Rondônia - UNIR	**Apenas licenciatura**
Roraima: Universidade Federal de Roraima – UFRR	**Apenas licenciatura**
Tocantins:	
Universidade Federal de Tocantins – UFT	Não oferece
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT	Não oferece
NORDESTE	
Alagoas: Universidade Federal de Alagoas – UFAL	**Apenas licenciatura**
Bahia:	
Universidade Federal da Bahia – UFBA	Não oferece
Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	Não oferece
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB	Não oferece
Ceará:	
Universidade Federal do Ceará – UFC	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal do Cariri – UFCA	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	Não oferece

Maranhão: Universidade Federal do Maranhão – UFMA	**Apenas licenciatura**
Paraíba:	
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	**Apenas licenciatura**
Pernambuco:	
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE	Não oferece
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	Não oferece
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (também possui campus na Bahia e no Piauí	Não oferece
Piauí:	
Universidade Federal do Piauí – UFPI	**Apenas licenciatura**
Universidade do Delta do Parnaíba – UFDPAR	Não oferece
Rio Grande do Norte:	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA	**Apenas licenciatura**
Sergipe: Universidade Federal de Sergipe – UFS	**Apenas licenciatura**
CENTRO-OESTE	
Distrito Federal: Universidade de Brasília – UNB	**Apenas licenciatura**
Goiás:	
Universidade Federal de Goiás – UFG	OFERTA BEL. L/L
Universidade Federal de Catalão – UFCAT	Não oferece
Universidade Federal de Jataí – UFJ	Não oferece

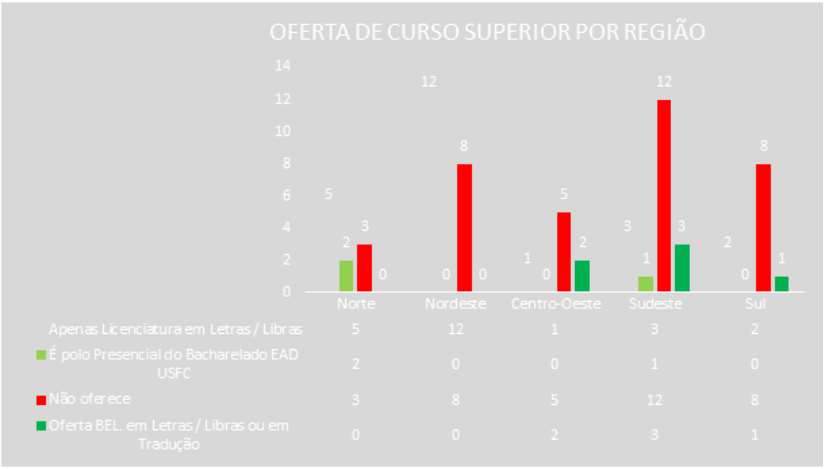
Mato Grosso:	
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	Não oferece
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR	Não oferece
Mato Grosso do Sul:	
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	Não oferece
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	OFERTA BEL. L/L
SUDESTE	
Espirito Santo: Universidade Federal do Espirito Santo – UFES	OFERTA BEL. L/L
Minas Gerais:	
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG	Não oferece
Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI	Não oferece
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal de Lavras – UFLA	Não oferece
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP	Não oferece
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ	Não oferece
Universidade Federal de Uberlândia – UFU	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal de Viçosa – UFV	Não oferece
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Não oferece
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	Não oferece
Rio de Janeiro:	
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	OFERTA BEL. L/L
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	Não oferece

Universidade Federal Fluminense – UFF	Não oferece
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ	Não oferece
São Paulo:	
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	Não oferece
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR	OFERTA BEL. TILSP
Universidade Federal do ABC – UFABC	É polo de apoio presencial do bacharelado EAD oferecido pela UFSC
SUL	
Paraná:	
Universidade Federal do Paraná – UFPR	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA	Não oferece
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR	Não oferece
Santa Catarina:	
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	OFERTA BEL. L/L
Universidade Federal da Fronteira do Sul – UFFS (Também possui campus no Rio Grande do Sul)	Não oferece
Rio Grande do Sul:	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Não oferece
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	Não oferece
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	**Apenas licenciatura**
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Não oferece
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA	Não oferece
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Não oferece

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No que tange a questão inicial, as Universidades Federais oferecem formação para o intérprete de LIBRAS de modo satisfatório? evidencia-se que, dentre as 68 Universidades Federais apenas seis delas ofertam graduação específica voltada à tradução e interpretação Libras / Português e três funcionam como polo de apoio presencial do bacharelado EAD que é oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina. Os dados apontados mostram atenção e preocupação em ofertar formação para professores de Língua de Sinais, pois somente vinte e três Universidades Federais oferecem Licenciatura em Letras / Libras.

Tais resultados levam a pensar quais seriam as estratégias adotadas pelos profissionais em atuação considerando a formação de base e a formação continuada. Evidencia-se pouca opção formativa no território nacional e a situação se agrava ao se olhar de modo regionalizado, conforme gráfico a seguir.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os dados apontados no gráfico acima explicitam a necessidade de cursos de formação para os profissionais da interpretação baseados em estudos linguísticos e culturais que visem não só o

desenvolvimento e aprimoramento de habilidades de interpretação em Libras-Português e Português e Libras, mas também o desenvolvimento de senso ético-profissional e ofereça corpo docente de excelência.

O trabalho do TILSP vem sendo discutido no país em suas diversas esferas de atuação e, com isso, as necessidades sociais do mercado de trabalho também estão atreladas a esta questão, pois marcam os campos de desenvolvimento profissional que indicam as principais funções de uma profissão e as tarefas em que essas funções se concretizam (Santos e Rodrigues, 2022).

Embora a formação em nível superior oferecida pelas Universidades Federais leve em consideração a atuação em contextos comunitários, o alcance aos possíveis profissionais ainda é baixo se considerar-se o número de universidades que oferecem o curso de Libras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências é possível sinalizar a carência na formação específica para tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS). Essa lacuna é corroborada pela própria legislação vigente que mostra que, apesar da crescente demanda por profissionais qualificados nessa área em um Brasil que vislumbra expansão da representação e inclusão de grupos minoritários ainda não está sendo desenvolvida de forma satisfatória. A intersecção entre a procura por formação especializada e a ausência de oferta de programas adequados aponta para uma oportunidade crucial de realinhamento e aprimoramento da preparação desses profissionais.

A complexidade da linguagem exige mais do que a habilidade convencional de tradução. Ela demanda um entendimento profundo das nuances contextuais e culturais. É importante reiterar que a interpretação em contextos especializados exige uma

capacidade sensível e contextualizada. Tal dinâmica enfatiza a urgência de programas de formação voltados para a preparação de intérpretes políticos, capazes de enfrentar com destreza os desafios específicos que surgem ao lidar com discursos políticos e questões de cidadania.

Nesse cenário as Universidades que oferecem a formação em Libras, com sua missão de promover competências para esfera social, naturalmente emergem como entidades capacitadas para mitigar essa lacuna. Ao colaborar com especialistas em áreas que abrangem desde a linguística até os estudos de surdez e a ciência política, essas instituições podem desenvolver um trabalho abrangente que aborde tanto os aspectos técnicos quanto a sensibilidade cultural necessária para a interpretação eficaz.

É necessário reconhecer a multiplicidade de atuações que os intérpretes desempenham. Interpretar de maneira simultânea, tornando o tema acessível aos cidadãos surdos; viabilizar a participação ativa da comunidade surda, garantir sua representação na sociedade e assegurar que suas vozes sejam ouvidas e compreendidas é a função do intérprete.

Diante disso, a formação especializada para os intérpretes representa uma etapa crucial para assegurar a inclusão e a participação democrática das pessoas surdas na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Congresso Nacional, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº. 5.626, de 19 de dezembro de 2005. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

FERREIRA, D. Estudo comparativo de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras Português no contexto brasileiro. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicaçãoe Expressão, Programa de Pós-Gradução em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2015.

LACERDA, C. B. F. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. Cad. CEDES [online]. 2000, v. 20, n. 50, pp. 70-83. de Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre, RS. Editora Mediação: 2009.

MACHADO, Flavia Medeiros Alvaro. Conceitos Abstratos: escolhas interpretativas de Português para Libras. Curitiba. Appris. 2o ed. 2015.

MACHADO, Flavia Medeiros Alvaro. Formação e Competência de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais em Interpretação Simultânea da Língua Portuguesa-Libras: Estudo de Caso em Camara de Deputados Federais; Tese (Doutorado). Universidade de Caxias do Sul em associacao ampla UniRitter. Programa de Pos--Graduacao em Letras. PPGL/UCS. 2017.

MANDELBLATT, J. Políticas Públicas, (Des) igualdade de Oportunidades e Ampliação da Cidadania no Brasil: o caso da educação de surdos (1990-2014). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Departamento de Ciência Política. Rio De Janeiro, 2014.

MARCANTE, G. A defasagem na formação do Tradutor e Intérprete de Libras. Monografia (Graduação). UFSC. Bacharelado em Letras Libras. 2018.

MARTINS, D. A. Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em Instituições de Educação Superior. Dissertação (mestrado) PUC-Campinas. Programa de Pós-graduação em Educação. 2008.

MARTINS, V. R. O. e NASCIMENTO, V. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais no contexto brasileiro. In: QUADROS, R. M. (Org) *Cadernos de tradução*. Florianópolis: Pós-graduação em Estudos da Tradução. 2015.

MARTINS, Sara. As condições de acessibilidade à informação e a participação política da população S/surda portuguesa. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa – Escola de Sociologia e Políticas Públicas – Departamento de Sociologia, Lisboa-PT, 2018.

NASCIMENTO, V. Tradutor intérprete de Libras / Português: formação política e política de formação. In: Neiva Aquino Albres e Vânia Santiago (org). Libras em estudo: Tradução / interpretação. FENEIS-SP, 2012.

NASCIMENTO. V. Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa: Encontro de sujeitos, discursos e saberes. Tese (Doutorado). PUC-SP. Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. 2016.

NASCIMENTO, Vinícius. Alteridades, discursos e saberes na formação de intérpretes de Libras-Português experientes. Belas Infiéis, Brasília, v. 10, n. 2, p. 01-25, 2021.

OLAH, L.V; OLAH, N.C.S. Inclusão em Educação: Caminhos, Políticas e Práticas" O INTÉRPRETE DE LIBRAS E A INCLUSÃO SOCIAL DO SURDO. Revista Pandora, Brasil Nº 24 – novembro de 2010.

PACHECO, J. A. Inovar para mudar a escola. Porto: Porto Editora, 2019.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: SEESP/MEC, 2004.

RODRIGUES, H. H. R. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem. In: Gêneros: Teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. Translation, Porto Alegre, 2018.

SILVA, I. R; KAUCHAKJE, S; GESUELI, Z.M. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. Plexus Editora, São Paulo, 2003.

SANTOS, S. A. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais: deslocamentos nos processos de formação acadêmica e profissional. In: QUADROS, R. M. (Org) *Cadernos de tradução*. Florianópolis: Pós-graduação em Estudos da Tradução. 2015.

SANTOS, W. d e RODRIGUES, C. H. Uma análise do perfil de tradutores / intérpretes de Libras-Português no contexto político televisivo brasileiro. In Albres, Neiva de Aquino; Rodrigues, Carlos Henrique; Nascimento, Vinicius (org). Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais: Contextos profissionais, formativos e políticos. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2022.

UFES, Universidade Federal do Espirito Santo. Currículo Bacharelado Letras Libras. 2023. Em: https://letras.ufes.br/pt-br/matriz-curricular-4/. Acesso em 30/01/23

UFG, Universidade Federal de Goiás. Currículo Bacharelado Letras Libras. 2023. Em: https://www.prograd.ufg.br/p/8969-letras--traducao-e-interpretacao-em-libras-portugues-bacharelado--goiania. Acesso em 30/01/23

UFGD, Universidade Federal da Grande Dourado. Currículo Bacharelado Letras Libras. 2023. Em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/AVALIACAO-CURSOS-GRADUACAO-COGRAD/_PPC__Letras_Libras_Bacharelado.pdf. Acesso em 30/01/23

UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Currículo Bacharelado Letras Libras. 2023. Em: https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/338F10CD-92A4-F79A-204D-193C3142919A.html. Acesso em 30/01/23

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo Bacharelado Letras Libras. 2023. Em: https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2021/08/Curr%C3%ADculo-Letras-Libras-Bacharelado-Modalidade-Presencial.pdf. Acesso em 30/01/23

UFSCAR, Universidade Federal de São Carlos. Currículo Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais. 2023. Em: https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/traducao-e-interpretacao-em-lingua-brasileira--de-sinais/traducao-e-interpretacao-em-lingua-brasileira-de-sinais. Acesso em 30/01/23

3. ANÁLISE DO PROGRAMA BOM PRATO NO MUNICÍPIO DE ITAPEVI – SÃO PAULO

ANALYSIS OF THE BOM PRATO PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF ITAPEVI - SÃO PAULO

Flávia Seretti de Araujo Rezende
Moacir José dos Santos
Monica Franchi Carniello

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar os resultados gerados com a implantação do Programa Bom Prato no município de Itapevi – São Paulo. Segundo a ONG Banco de Alimentos, no Brasil, 125 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar. Ainda segundo a ONG Banco de Alimentos, estado de insegurança alimentar é quando não há a garantia de que teremos o que comer na próxima refeição. Acesso aos moradores com comércios, bancos e a proximidade ao terminal de ônibus e estação de trem da CPTM de Itapevi. O método utilizado para o desenvolvimento do artigo é a pesquisa qualitativa descritiva que se desenvolveu por meio de fontes bibliográficas e documentais. A necessidade de adequação de políticas públicas e programas governamentais para atender o aumento populacional na cidade, isso porque segundo Censo IBGE 2010 havia no município um total de 200.769 habitantes e no último Censo IBGE 2010 constatou se o número de 232.297 habitantes. Considerando o aumento da população em mais de 20% em 10 anos, há necessidade de estudos e implantação e atuação nas áreas de saúde, educação, in-

fraestrutura, mobilidade, desenvolvimento econômico e subsídio para existência/qualidade de vida da crescente população.

Palavras- chave: alimentar; desenvolvimento regional; insegurança; refeição; vulnerabilidade

ABSTRACT

The aim of this article is to demonstrate the results generated by the implementation of the Bom Prato Program in the municipality of Itapevi - São Paulo. According to the NGO Banco de Alimentos, 125 million people in Brazil are food insecure. According to the NGO Banco de Alimentos, a state of food insecurity is when there is no guarantee that you will have enough to eat at your next meal. Access for residents with shops, banks, and proximity to Itapevi's bus terminal and CPTM train station. The method used to develop the article is descriptive qualitative research that was carried out using bibliographic and documentary sources. The need to adapt public policies and government programs to meet the population increase in the city, because according to the 2010 IBGE Census there were a total of 200,769 inhabitants in the municipality and in the last 2010 IBGE Census there were 232,297 inhabitants. Considering that the population has increased by more than 20% in 10 years, there is a need for studies and implementation and action in the areas of health, education, infrastructure, mobility, economic development and subsidies for the existence/quality of life of the growing population.

Keywords: food; regional development; insecurity; meal; vulnerability

1 INTRODUÇÃO

A hierarquia de necessidades de Maslow, proposta pelo psicólogo americano Abraham H. Maslow, está amparada na ideia em que cada ser humano busca satisfazer suas necessidades, sejam elas físicas ou materiais. Pensada em forma de pirâmide, cada bloco tem o objetivo de atender a algum tipo ou todas as necessidades dos sujeitos. Na base da pirâmide, bloco maior, refere se as necessidades fisiológicas, sendo necessidades básicas do ser humano para manter-se vivo, considerando o tema, a necessidade de alimentar se é uma prioridade para existência do sujeito. No segundo nível está a segurança, onde o ser humano sente a necessidade de segurança em relação à saúde, estabilidade e vida. O terceiro bloco refere se as necessidades sociais, entre a pessoa e seu entorno, nessa escala estão inseridas as relações familiares, sociedade e relacionamentos. No quarto bloco está a necessidade de status/estima, onde o indivíduo sente a necessidade de reconhecimento, por si e pelos outros, ligado diretamente a autoestima e valorização dele. No topo da pirâmide está a autorrealização, onde o indivíduo busca atender à necessidade de crescimento, evolução, superação de obstáculos e desafios.

Figura 1 – Pirâmide de necessidades de Maslow



Fonte: Ministério dos Transportes. **A hierarquia de necessidades de Maslow – O que é e como funciona.** 2018. Disponível em <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow>. Acesso em 22 nov. 2023.

Considerando o exposto, a alimentação se encontra no nível 1, pois coloca em evidência a sobrevivência dos seres humanos.

Segundo Brian Clegg (2020) uma maneira de avaliar o que você tem dentro do corpo é olhando o valor dos elementos de seu corpo no mercado. Não é um cálculo simples, mas uma aproximação seria US$ 160. Desde pequenos somos orientados a nos hidratarmos, a comermos frutas, verduras e outros para, segundo nossas mães, criarmos vitaminas para o corpo e está correto, pois o que somos, em matéria, depende, em sua maioria, do que dispomos para o nosso corpo. Resumindo, água e comida são essenciais para a sobrevivência da maioria dos seres. Na Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada em 10 de dezembro de 1948, em seu Artigo 25º cita:

> Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis,

> e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

Garantido pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Lei Orgânica e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), que estabelece princípios e diretrizes com finalidades de ampliar "o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade como direito do cidadão e dever do Estado brasileiro de respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à alimentação adequada", a alimentação é para todos, mas a realidade mundial não demonstra e nem garante tal direito. No Brasil temos 125 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Segundo a ONG Banco de Alimentos, um número expressivo, se considerado o total de habitantes brasileiros 214,3 milhões, segundo o Banco Mundial, Departamento do Censo dos Estados Unidos 2021.

Em um país como o Brasil, onde o agronegócio é exemplo no mundo, é difícil falar em linha de pobreza, extrema pobreza, insegurança alimentar, mas a fome é presente e devastadora. Políticas públicas, que se bem pensadas, implantadas e garantidas, resultariam em melhorias para atender o mínimo para uma qualidade de vida.

No município de Itapevi um dado relevante é o crescimento populacional nos últimos 10 anos e com o aumento da população há necessidade de adequações em todas as áreas para atender essa demanda. Concomitante aos programas de desenvolvimento estrutural de mobilidade e infraestrutura, houve a preocupação com a necessidade básica da população, a fome. Com o intuito de oferecer um programa, dentre outros como Minha Casa Minha Vida que visa acesso à casa própria a população de baixa renda, que vão ao encontro do atendimento ao crescimento populacio-

nal na cidade, o Programa Bom Prato foi implantado em Itapevi no ano de 2020 e através de subsídio governamental de R$ 6,10, oferece aos cidadãos refeições a preços populares entre R$ 0,50 café da manhã e R$ 1,00 almoço/jantar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fome e a insegurança alimentar são problemas antigos na realidade do Brasil e o conceito de segurança alimentar vem sendo construído ao longo dos anos a partir de um conjunto de discussões, estudos e ações (Brasil, 2011). Esse processo influenciou a concepção e a implementação de propostas inovadoras no campo da alimentação e nutrição no Brasil. (Arruda; Arruda, 2007)

Segundo a ONG Banco de Alimentos, **O BRASIL QUE COME, ALIMENTA O QUE TEM FOME**, tema da campanha dos 23 anos da instituição, a fome sempre foi um problema no país. Com a pandemia da Covid-19, a situação piorou muito. Antes da pandemia, 57 milhões de pessoas viviam em situação der insegurança alimentar no país, em 2021, 116,8 milhões de pessoas passaram a viver em insegurança alimentar. Os últimos dados são ainda mais alarmantes, cerca de 125 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar. Esse dado significa que esses brasileiros não sabem se terão a próxima refeição.

O Brasil é um exemplo de não conformidade entre a produção alimentar e o acesso a esses alimentos pela população, pois o Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo e, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - *Food and Agriculture Organization - FAO*, até 2050 o país irá atender 40% da demanda mundial de alimentos.

A agropecuária no Brasil deu um salto em sua produção ao privilegiar os produtos voltados para o mercado externo. Nesse cenário poderíamos citar além dos privilégios dados ao exte-

rior, tanto em incentivos quanto a qualidade do produto enviado a outros países, sem esquecer a degradação ambiental que fica Brasil, mas não é objeto deste artigo.

Segundo Pieterse (2010), o governo Lula e Dilma foi um movimento pendular, onde o Estado era responsável pela promoção do desenvolvimento. Esses governos tiveram e, ainda tem diversas críticas, no que se refere aos modelos de desenvolvimento e transformações estruturais na sociedade. Ainda segundo Pieterse (2010), cabe ao Estado unir o privado e o público, mas a qualidade seria responsabilidade do setor público garantindo os temas que tangem a sustentabilidade ambiental e social.

As políticas que se opõem a fome e a insegurança alimentar são necessárias, porém a efetiva distribuição desses recursos e sua aplicação nas demandas é o ponto que as torna eficaz ou não na diminuição ou erradicação de desigualdades e violência.

Segundo Menezes (2021), o Brasil teve um retrocesso de 15 anos em apenas 5, corroborando com aumento da fome e da extrema pobreza.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa para desenvolvimento deste artigo foi realizada de maneira qualitativa. Trata-se de pesquisa descritiva, relatando um programa que visa atender pessoas de baixa renda e/ou com vulnerabilidade alimentar, dentre outras. Foi utilizado bibliografia, principalmente sobre insegurança alimentar, desenvolvimento, planejamento e gestão pública. O recorte espacial refere se ao município de Itapevi São Paulo por observação quanto aumento populacional em 10 anos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre a importância do tema fome é importante destacar os períodos que impactaram e chamaram atenção para o assunto. Na década de 50 o enfoque era o combate à desnutrição tendo como análise a fome. Na década de 70 foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Já a 8ª Conferência Nacional de Saúde propôs a criação do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e ampliou o conceito de segurança alimentar incorporando a qualidade nutricional da alimentação.

Em 28 de dezembro de 2000 o Estado de São Paulo criou o Programa Bom Prato que tem como objetivo oferecer refeições saudáveis e de qualidade para a população de baixa renda a um preço acessível e serve diariamente mais de 130 mil refeições.

Nessa mesma linha, o município de Itapevi, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, constatou em seus programas sociais e de atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade a necessidade de atender essa demanda urgente e aderiu ao Programa Bom Prato em 5 de março de 2020. O Bom Prato começou a ser instalado no primeiro semestre de 2019, pelo Estado em um local cedido pela Prefeitura Municipal. O local é de fácil acesso e conhecido, pois antes da implantação do Bom Prato havia uma igreja endereço.

Ao analisar o impacto que o Bom Prato causa no município de Itapevi, é necessário considerar indicadores de saúde e criminalidade antes e após a sua instalação.

O Censo IBGE 2010 realizado em Itapevi em relação a população é de 200.769 e o último Censo IBGE 2022 demonstrou que a população é de 232.297, verifica-se que os números demonstram crescimento de mais de 20% da população em 10 anos. Esse dado também deve ser analisado no quesito de oferta à segurança

alimentar dessa população. O Programa Bom Prato foi instalado no município para atender os cidadãos e aliado a demais políticas faz parte do desenvolvimento e crescimento da cidade. No ano de 2021 serviu mais de 688 mil refeições, o que no início deste estudo pensou-se ser apenas moradores em situação de rua ou diversas vulnerabilidades, mas constatou-se também um público de funcionários do comércio local, aposentados, famílias de baixa renda entre outros. As pessoas que não conseguem pagar o valor de R$ 1,00 são atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do município, onde recebem gratuidade através de tickets ou QR CODE disponibilizados para as refeições.

No ano de 2021 o Bom Prato de Itapevi atingiu a marca de 688 mil refeições servidas e distribuídas nas seguintes porções: 89 mil cafés da manhã, 489 mil almoços e 110 mil jantares a preço acessíveis, o café da manhã R$ 0,50, almoço R$ 1,00 e jantar R$ 1,00. O subsídio governamental é de R$ 6,10 por refeição servida aos adultos, pois crianças até 6 anos não pagam.

Tabela 1 - Dados apresentados pelo Bom Prato/SP:

Refeições Servidas/ total	Estimativa de investimento/ total	Subsídio governamental	Responsável	Total de unidades fixas	Total de unidades moveis
327,6 milhões	R$ 59,2 milhões	R$ 6,10	Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social	73	27

Fonte: Portal do Governo. **Maior programa alimentar do país**. 2017. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/lista-de-unidades-do-bom-prato-fixo_atualizado-em-03_01_23.pdf>. Acesso em 01 out. 2023.

Figura 2 - Bom Prato em Itapevi



Situado na Rodovia Engenheiro Rene Benedito da Silva, 270. Jardim Maria Judite - *Itapevi - SP CEP* 06655-240, o local tem a capacidade de servir 300 refeições a preços entre R$ 0,50 (café da manhã) e R$ 1,00 (almoço e jantar). Ao todo, o serviço pode oferecer um total de até 1,8 mil refeições nos três períodos.

Inaugurado em Itapevi no dia 5 de março de 2020, o Bom Prato já serviu mais de 688 mil refeições em um ano após sua inauguração.

A condição de gratuidade das refeições ofertadas no Bom Prato para os cidadãos em situação de rua é possibilitada mediante um cartão com QR CODE. As prefeituras municipais têm a responsabilidade de realizar o cadastro e a entrega do cartão com QR CODE para as pessoas que receberão o benefício, as quais usam o cartão para realizar o pagamento das refeições nos restaurantes populares.

Tabela 2 - Dados apresentados pelo Bom Prato/Itapevi

Refeições Servidas/ ano	Estimativa de investimento/total	Subsídio governamental	Responsável	Total de unidades fixas	Total de unidades móveis
688 mil	não divulgado	R$ 6,10	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	01	01

Fonte: Primeira Edição. **Bom Prato de Itapevi completa 3 anos de funcionamento e serve mais de 1 milhão e trezentas mil refeições.** 2023. Disponível em <https://pejornal.com.br/bom-prato-

-de-itapevi-completa-3-anos-de-funcionamento-e-serve-mais-de-1-milhao-e-trezentas-mil-refeicoes/> Acesso em 01 out. 2023.

Figura 3 – Bom Prato Itapevi (faixada exterior)



Figura 4 – Bom Prato Itapevi (interior)



Fonte: Notícias Itapevi. **Bom Prato é inaugurado em Itapevi.** 2020. Disponível em <https://noticias.itapevi.sp.gov.br/bom-prato-e-inaugurado-em-itapevi/> Acesso em 01 out. 2023.

Fator considerável ao tema refere-se ao impacto na taxa de criminalidade e atendimento na saúde do município, pois o comparativo dos anos anteriores à implantação do programa Bom

Prato com os índices atuais pode relacionar a contribuição nos indicadores. Ocorre que os dados se encontram desatualizados nos sistemas de pesquisa (IPEA e Transparência Saúde), o que nos remete ao canal de comunicação SIC da Polícia Civil e ao Ministério da Saúde, onde até o término do artigo não informaram os dados para comparativo.

5 CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever planejamento e desenvolvimento regional a infraestrutura, mobilidade, PIB são os primeiros assuntos a serem abordados e devido a suma importância se tornam atores principais do tema.

Em uma empresa, quando há melhoria em sua infraestrutura como em computadores, tecnologia e outros, o resultado impacta no aumento dos lucros, competitividade, ou seja, melhora na "saúde" da empresa.

Neste artigo, o objetivo foi demonstrar que além da estrutura municipal, seu desenvolvimento e planejamento regional, é resultado da visão para as necessidades básicas da sua população.

Saúde, educação, emprego, moradia, mobilidade, infraestrutura e estrutura pública são temas necessários para uma cidade com mais de 232 mil habitantes (IBGE 2022), mas também é necessário pensar políticas públicas que desenvolvam o ser humano e ofereçam qualidade de vida ou atendam às necessidades básicas da população. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tem projetos e programas para desenvolver os cidadãos com cursos profissionalizantes, palestras, dentre outros e para isso, primeiramente, trabalham para atender a necessidade básica primordial: a alimentação e o programa Bom Prato aliado as demais

estratégias da gestão municipal tem se demonstrado eficiente no que tange a adesão constatada no local de atendimento ao público.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

CLEGG, Brian. BBC Science Focus, 04 de setembro de 2020. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/geral-54017303. Acesso em 01/10/2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/itapevi.html. Acesso em 15/03/2023.

MENEZES, Francisco. O aumento da fome no Brasil: várias faces de um mesmo problema. Nexo Jornal, 11 jan. 2021. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/O-aumento-da-fome-no-Brasil-v%C3%A1rias-faces-de-um-mesmo-problema. Acesso em 22/11/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais o Alto Comissariado de Direitos Humanos. Comentário Geral 12: o direito à alimentação. Genebra, 1999.

PIETERSE, J. N. Development Theory: Deconstructions/Reconstructions. 2. ed. Londres: Theory, Culture & Society, Nottingham Trent University, 2010.

PRENSA, Brasil: a triste realidade da insegurança alimentar no celeiro do mundo, Brasil, 29 de agosto de 2022. Disponível em https://prensa.li/@magnoferreira/brasil-a-triste-realidade--da-inseguranca-alimentar-no-celeiro-do-mundo/. Acesso em 10/03/2023.

UNIVERSITY, Arizona States, Ask a Biologist. Disponível em https://askabiologist.asu.edu/%C3%A1tomos-e-vida. Acesso em 20/11/2023.

4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS E GOVERNANÇA COOPERATIVA: IMPULSIONANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM REDE.

PUBLIC CONSORTIA AND COOPERATIVE GOVERNANCE: BOOSTING REGIONAL DEVELOPMENT THROUGH NETWORKED PUBLIC POLICIES

Marcos Jorge Bataglia
Quesia Postigo Kamimura
Moacir José dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem por intenção explorar a relevância dos consórcios públicos como ferramentas colaborativas entre entes federados para impulsionar o desenvolvimento regional integrado de forma equitativa e harmoniosa. No contexto brasileiro, marcado por disparidades socioeconômicas regionais, a utilização de estratégias que possam estimular o crescimento harmonioso das diferentes áreas do país é fundamental. O objetivo central da pesquisa é investigar os conceitos de governança cooperativa e em rede, especialmente no contexto dos consórcios públicos como mecanismos eficazes para promover políticas públicas em rede que contribuam para o desenvolvimento regional integrado. Através de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, o

estudo analisa a atuação do Consórcio Intermunicipal Oeste - Cioeste, o maior consórcio intermunicipal do Brasil em termos de importância econômica e, consequentemente, a sua capacidade de promover políticas públicas integradas por meio de grupos de trabalho. A pesquisa busca entender como ocorre o processo de tomada de decisão nos Grupos de Trabalho do Consórcio, quais atores estão envolvidos e como se dão as dinâmicas de cooperação e negociação. A análise baseada nos resultados coletados revela como os consórcios públicos podem ser ferramentas essenciais para alcançar metas de desenvolvimento regional integrado. Além disso, o estudo também aborda a importância do consorciamento intermunicipal na promoção do desenvolvimento sustentável, destacando seu alinhamento com o ODS 17 da Agenda 2030 da ONU, que busca fortalecer parcerias globais para alcançar objetivos sustentáveis. O estudo contribui para a compreensão da importância da cooperação entre entes federados no cenário do desenvolvimento regional integrado, fornecendo conhecimentos sobre a eficácia das ações colaborativas em rede na promoção de políticas públicas regionais.

Palavras-chave: Consórcio público; Governança cooperada em rede; Parcerias e meios de implantação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to explore the relevance of public consortia as collaborative tools between federated entities to boost integrated regional development in an equitable and harmonious way. In the Brazilian context, marked by regional socio-economic disparities, the use of strategies that can stimulate the harmonious growth of the different areas of the country is fundamental. The central aim of the research is to investigate the concepts of cooperative and networked governance, especially in the context of pu-

blic consortia, as effective mechanisms for promoting networked public policies that contribute to integrated regional development. Through documentary research with a qualitative approach, the study analyzes the performance of the Western Intermunicipal Consortium - Cioeste, the largest inter-municipal consortium in Brazil in terms of economic importance and, consequently, its ability to promote integrated public policies through working groups. The research seeks to understand how the decision- making process takes place in the Consortium's Working Groups, which actors are involved and how the dynamics of cooperation and negotiation take place. The analysis based on the results collected reveals how public consortia can be essential tools for achieving integrated regional development goals. In addition, the study also addresses the importance of inter-municipal consortia in promoting sustainable development, highlighting their alignment with SDG 17 of the UN 2030 Agenda, which seeks to strengthen global partnerships to achieve sustainable goals. The study contributes to understanding the importance of cooperation between federated entities in the integrated regional development scenario, providing knowledge on the effectiveness of collaborative network actions in promoting regional public policies.

Keywords: Public consortium; Cooperative network governance; Partnerships and means of implementation.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional é um tema de grande relevância, especialmente em um contexto como o brasileiro, onde as disparidades socioeconômicas entre as diferentes regiões são evidentes.

Diante dessa realidade, a prática da cooperação em rede entre os entes federados no Brasil, por meio dos Consórcios Públicos, tem

sido apontada como uma estratégia fundamental para estimular o desenvolvimento regional de forma sustentável e equitativa.

O objetivo do artigo é explorar os conceitos teóricos de Governança em cooperação e em rede, assim como o papel desempenhado pelos Consórcios Públicos na realização de políticas públicas em rede. Por meio da pesquisa documental com abordagem qualitativa busca-se as informações sobre as ações por Grupos de Trabalho (GT) realizadas pelo Consórcio Intermunicipal Oeste-CIOESTE, que é atualmente o maior consórcio intermunicipal do país em importância econômica. O intuito é avaliar a efetividade desses GTs como espaços de discussão e tomada de decisões para o desenvolvimento de políticas públicas regionais, investigando se as propostas e recomendações geradas nesses grupos são efetivamente implementadas pelos municípios participantes.

Diante desse contexto a pergunta que se busca responder é: Como ocorre o processo de tomada de decisão nos Grupos de Trabalho do Consórcio Público, no que diz respeito à definição e implementação das políticas públicas? Quais são os atores envolvidos e quais são as dinâmicas de cooperação e negociação existentes?

A estrutura deste artigo está organizada a partir desta introdução, na segunda parte, é apresentada a fundamentação teórica dos conceitos de Governança territorial em cooperação e em rede e o Consórcio Público como estrutura de ação cooperada, alinhando-se a ODS 17 Instituições e meio de implantação. Na terceira parte é apresentada a metodologia utilizada para esta pesquisa. Na quarta parte, são apresentados os resultados e discussões obtidos. Por fim, na quinta parte conclui-se o artigo com a apresentação das considerações finais e recomendações advindas deste estudo.

Desta forma, o artigo busca oferecer contribuições ao estudo do desenvolvimento regional, analisando a governança em cooperação através do Consórcio Público por meio dos Grupos de Tra-

balhos, onde fóruns de discussão e tomada de decisão desenvolvem e implementam políticas públicas em rede.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A GOVERNANÇA TERRITORIAL COOPERADA E EM REDE

A compreensão do conceito de governança, governança territorial, governança cooperada e governança em rede é embasada por uma série de autores renomados como Dallabrida (2007), Vieira (2009), Schneider (2005) e Ferrão (2013) que são alguns desses autores que têm contribuído significativamente para a construção teórica dos conceitos estudados, fornecendo direcionamentos importantes para a compreensão das dimensões e implicações da governança territorial cooperada em rede e os consórcios públicos.

Segundo Schneider (2005), o conceito de "governança" remonta à condução do navio do Estado, relacionando-se com o termo grego "*kyber-nêtês*", que significa condutor dos antigos navios de guerra gregos. A palavra "governança" está fundamentada nessa noção de condução do navio e é sustentada pela palavra artificial "cibernética", cunhada por Norbert Wiener. Correlatos latinos são "*guberna-re*" e "*regere*", que eram utilizados tanto para a condução de um navio quanto para a condução do Estado. Daí derivam tanto o conceito inglês de "*togovern*" quanto o francês "*gouverner*" e a palavra alemã "*regieren*".

O conceito de "governança" se baseia nos processos estatais de condução das posições de longo prazo. Portanto, para Schneider (2005), o conceito de governança amplia o escopo da condução, indo além do governo do Estado para incluir a regulação e governança da sociedade por meio de instituições e atores sociais. Essa perspectiva mais ampla enfatiza os processos de longo prazo e ações coletivas envolvidas na condução de uma sociedade complexa.

Dallabrida (2007) também utiliza o termo governança na questão territorial para referir-se às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais (Dallabrida, 2007).

Dessa forma, o conceito de governança traz uma perspectiva ampla e inclusiva para a gestão de políticas públicas, destacando a importância da participação, da transparência e da cooperação entre os diversos atores sociais.

Boscherini e Poma (2000), referem-se ao conceito de governança territorial como o conjunto de agentes locais que, segundo os autores, precisam avançar do papel de ferramentas de *government* do território. Nesse sentido, os autores destacam que a governança territorial vai além da esfera governamental, abrangendo uma ampla gama de atores e abordando questões multidimensionais como desenvolvimento econômico, preservação ambiental, inclusão social e promoção da cultura local.

Ferrão (2013), define governança como a "associação de entidades públicas, semipúblicas ou privadas que cooperam numa base voluntária através de relações e associações horizontais". Envolve, portanto, a cooperação entre diferentes tipos de entidades para alcançar objetivos comuns (Ferrão, 2013, p.259).

Segundo Dallabrida (2009), no Brasil observar-se que a cooperação entre a União, Estados e Municípios está presente nos programas de educação, da saúde, da assistência social, da segurança e do desenvolvimento da agropecuária, seja na sua dimensão econômica ou social, entre outros (Dallabrida, 2009, p.8).

Schneider (2005) traz para a governança, o conceito de rede no contexto das políticas públicas e da governança política, descrevendo as redes de políticas públicas como novas formas de

condução política que refletem uma relação modificada entre Estado e sociedade.

As redes de políticas públicas são mecanismos de mobilização de recursos políticos quando a capacidade de tomada de decisão e implementação de programas está distribuída ou dispersa entre atores, públicos e privados, compostas por atores estatais e não estatais que influenciam diretamente ou indiretamente o desenvolvimento de uma política específica.

Uma das características das redes de políticas públicas é a presença de relações horizontais entre os atores envolvidos, implicando que esses atores estão informados sobre seus respectivos interesses, ajustando ou negociando sua ação conjunta e estabelecendo relações de comunicação e cooperação, facilitando as negociações e a construção de acordos, tornando possível a produção de políticas públicas de forma colaborativa, podendo ser estruturas permanentes em determinados setores, onde atores relevantes têm relações duradouras de comunicação e cooperação no processo político (Schneider, p.38-41).

Dallabrida (2007), em relação a governança territorial, utiliza o termo redes de poder socioterritorial e da hipótese de que os indivíduos têm diferentes necessidades e desejos que são particulares, mas que, pela sua participação em grupos, sejam de interesses ou corporativos, reconhecem-se grupalmente pelos objetivos semelhantes com quem passam a interagir, formando redes.

A governança em rede é, portanto, uma abordagem interdisciplinar que se aprofunda no estudo das redes de políticas públicas, buscando compreender as dinâmicas, interações e processos de tomada de decisão que ocorrem nesses contextos. Essa perspectiva reconhece a importância de múltiplos atores e suas interações na formulação e implementação de políticas, bem como a necessidade de uma abordagem colaborativa e participativa para

alcançar resultados efetivos no campo das políticas públicas (Calmon, 2013, p.11).

Portanto, o conceito de governança refere-se ao conjunto de iniciativas e ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos cooperados em rede, entre os diferentes atores sociais, econômicos e institucionais é essencial para promover a articulação e o diálogo entre os entes federados, buscando soluções para os desafios e demandas regionais.

O PAPEL DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA EM REDE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Araújo (2020), apresenta em seu levantamento histórico sobre os Consórcios no Brasil, que foi a partir da Constituição de 1936 que as chamadas "Associações de Municípios" passaram a ser legalmente reconhecidas como pessoas jurídicas de direito público. Antes, essas e outras iniciativas semelhantes de associação intergovernamental horizontal eram formalizadas apenas por contratos firmados entre os municípios, cuja eficácia dependia da aprovação estadual. E foi somente a partir de 1964 que surgiram os "consórcios administrativos", como convênios de colaboração entre entes federados, mas sem qualquer personalidade jurídica. (Araújo, 2020, p.41-42)

Esses arranjos institucionais passaram a ser reconhecidos oficialmente como consórcios públicos a partir da Emenda Constitucional nº. 19/1998 no artigo 241 da Constituição Federal de 1988, que trata dos consórcios e convênios de cooperação entre entes federados.

O Consórcio Público decorrente da Lei 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto nº. 6.017/2007, está instituída em 84,8%

dos municípios do território nacional (CNM, 2022) como modalidade de governança descentralizada pelo poder municipal, que possibilita o desenvolvimento concomitante de agendas de planejamento, gestão e organização das políticas públicas regionais, ações com respaldo jurídico legítimo dos atores públicos e privados que compõem o espaço urbano comum regionalizado.

Para Teixeira e Meneguin (2012), os consórcios intermunicipais são instrumentos legais de estabelecer parcerias entre os municípios que desejam realizar ações públicas conjuntas, melhorando o canal de comunicação e ação política, objetivando mais qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Denhardt (2012), estabelece conceitos dos consórcios intermunicipais como sendo extensão de Governança democrática em rede e este conceito pode ser utilizado como método de governança entre uma rede de Prefeituras em cooperação intermunicipal para prover serviços de interesses comuns, bem como uma ampla discussão de políticas públicas regionais com participação de mais atores políticos chamado de "novo serviço público".

As redes organizacionais são formadas por várias organizações que colaboram entre si para alcançar resultados sinérgicos. Isso significa que juntos, eles podem alcançar objetivos que não seriam possíveis individualmente.

Roth (2012) destaca que, no contexto dos consórcios intermunicipais, a governança em rede é crucial, pois essas iniciativas são formadas pela própria vontade dos municípios e visam resolver questões regionais sem comprometer a autonomia das cidades envolvidas. A governança em rede, conforme delineado pelo autor, abrange mecanismos de regulação e tomada de decisão que asseguram a proteção dos interesses dos membros e a conformidade com as normas estabelecidas. Os fóruns de discussão para ações regionais facilitam a abordagem equitativa dos problemas

entre os participantes. Além disso, o consorciamento intermunicipal promove a cooperação, já que os envolvidos compartilham características comuns e desafios, fortalecendo a resolução colaborativa de problemas regionais.

Schneider (2005), destaca que a cooperação em rede implica na formação de parcerias entre diferentes atores, como municípios, organizações da sociedade civil e setor privado. Essa colaboração permite o compartilhamento de recursos, conhecimentos e experiências, promovendo aprendizado mútuo e a solução colaborativa de problemas. Essa abordagem é essencial para assegurar a representatividade e legitimidade das decisões, bem como para incluir diversas perspectivas e interesses. Os atores, ao contribuírem na definição de agendas, formulação de políticas e implementação de ações, fortalecem a capacidade de resposta e efetividade das estratégias de desenvolvimento regional.

Vieira (2009), conceitua os consórcios como associações de entidades públicas ou privadas que se unem para realizar projetos em conjunto. Para o autor, essa forma de cooperação pode trazer muitos benefícios, como a redução de custos e a melhoria da eficiência na gestão pública, promover a integração regional e a descentralização administrativa. Outro fator positivo mencionado é a possibilidade de compartilhar recursos e conhecimentos entre os participantes, o que pode levar a uma maior capacidade de planejamento e execução de projetos. O autor destaca que os consórcios podem ser uma alternativa interessante para enfrentar desafios comuns entre municípios, como problemas ambientais ou de infraestrutura. Contudo detecta algumas dificuldades na gestão dos consórcios, como a falta de uma fonte de receita contínua e a dificuldade em chegar a um consenso sobre questões importantes, o que pode atrasar a implementação de projetos. Além disso, os consórcios também podem enfrentar problemas de gestão,

como falta de transparência ou má administração dos recursos. Outra dificuldade mencionada é a possibilidade de conflitos entre os participantes, especialmente em relação a diferenças políticas e administrativas (Vieira, 2009, p.105-114).

Portanto, através do estudo teórico realizado, podemos concluir que a governança cooperada em rede, desempenhada pelo consórcio de municípios, se apresenta como método na promoção da cooperação e na busca de soluções conjuntas para desafios do desenvolvimento regional.

ALINHAMENTO ENTRE O CONSÓRCIO PÚBLICO E O ODS 17 - INSTITUIÇÕES E MEIOS DE IMPLANTAÇÃO NA AGENDA 2030

O documento "A nova Agenda. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" da ONU, publicado em 15 de setembro de 2015, anuncia 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas integradas. Este compromisso global representa uma ação sem precedentes, promovendo desenvolvimento sustentável e cooperação benéfica para todos os países. O texto destaca a soberania dos Estados sobre seus recursos, reafirmando o compromisso com o direito internacional na implementação da Agenda (ONU, 2015).

No contexto brasileiro, a atuação da Organização das Nações Unidas desempenha uma importante função na promoção do desenvolvimento sustentável, conforme delineado pelo Marco de Parceria para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 (ONU, 2019, p.5). Em formato de relatório, este documento apresenta as bases para as atividades de cooperação entre os organismos da ONU no Brasil ao longo de cinco anos, com o objetivo de fortalecer as capacidades humanas e institucionais, promover o pleno exercício da cidadania, os direitos humanos e apoiar iniciativas associadas ao desenvolvimento sustentável no país. Organizado

em cinco eixos - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias - o Marco de Parceria reflete a abrangência dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados internacionalmente. (ONU, 2019, p.5)

Os governos desempenham um papel fundamental ao engajar com a ONU na implementação dessas ações, alinhando políticas nacionais com as metas globais. Especificamente, os consórcios públicos emergem como importantes catalisadores dessa agenda, ao permitir a cooperação efetiva entre entes federados, facilitando a implementação de políticas públicas de maneira descentralizada e alinhada com as diretrizes estabelecidas pelos ODS. A participação ativa dos consórcios públicos, como instâncias de colaboração intergovernamental, evidencia a sinergia entre diferentes esferas de governo e a sociedade na busca por um desenvolvimento sustentável, contribuindo para a concretização das metas estabelecidas pela comunidade internacional.

A Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece um conjunto ambicioso de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para abordar desafios globais e promover um futuro mais inclusivo e equitativo. Dentre esses objetivos, o ODS 17 destaca-se como um pilar fundamental, abordando a necessidade de fortalecimento das parcerias e meios de implementação para atingir as demais metas.

Essa parceria se materializa por meio da colaboração entre entes federativos, promovendo a cooperação intergovernamental e a implementação conjunta de políticas públicas. Os consórcios facilitam a mobilização de recursos internos, fomentando a sinergia entre municípios, estados e órgãos públicos. Ao compartilharem conhecimento, tecnologia e recursos, os consórcios fortalecem a capacidade nacional de arrecadação, alinhando-se à meta 17.1. Além disso, a atuação coordenada dos consórcios

contribui para a mobilização de recursos financeiros adicionais (meta 17.3), promovendo investimentos e sustentabilidade financeira em níveis regionais. Ao serem espaços de diálogo e decisão, os consórcios públicos, ao adotarem regimes de promoção de investimentos, podem estimular o desenvolvimento econômico em regiões menos desenvolvidas (meta 17.5). Em resumo, a atuação dos consórcios públicos se alinha organicamente com as diretrizes do ODS 17, representando uma peça-chave na concretização de parcerias eficazes para o desenvolvimento sustentável no âmbito local e regional. (ONU, 2015)

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para compreender os conceitos teóricos de Governança em cooperação e em rede, assim como o papel e ações realizadas pelos Consórcios Públicos na realização de políticas públicas em rede, em específico o CIOESTE, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, considerando-se a abordagem qualitativa.

Conforme Marconi e Lakatos (2003), a abordagem qualitativa é adequada para estudos que buscam compreender e interpretar os significados e as relações sociais em determinado contexto.

A seleção do instrumental metodológico, para Marconi e Lakatos (2003)

> está [...] diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. Tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informan-

> tes com que se vai entrar em contato (Marconi; Lakatos, 2003, p. 163).

Para tanto, a pesquisa bibliográfica teve como base de dados o Google Acadêmico, IPEA, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, Confederação Nacional dos Municípios, ONU e outras fontes relevantes para o tema em estudo, consoante o andamento da pesquisa. Serão utilizados termos de busca como "Governança territorial, Governança cooperada e Governança em rede e consórcio público.

Para a pesquisa documental foi realizada, sob o tema Consórcio Público e teve como fontes os bancos de dados do Cioeste, visando obter informações sobre a constituição e ações realizadas através dos grupos de trabalhos e destacar um programa que nasceu dessa ação.

Para análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos de busca, classificação e interpretação das informações presentes em um determinado documento. Serão identificadas as finalidades do Consórcio Cioeste e os grupos de trabalho, a fim de verificar em que medida as políticas públicas executadas pelo consórcio e os municípios consorciados contribuem para o desenvolvimento regional através de políticas públicas discutidas e produzidas em cooperação e rede.

A maioria dos autores refere-se à análise de conteúdo como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social.

Por fim, foi apresentado as atividades dos Grupos de Trabalhos-GT como espaços de discussão e tomada de decisões para o desenvolvimento de políticas públicas regionais, investigando se as propostas e recomendações geradas nesses grupos são efeti-

vamente implementadas pelos municípios participantes, respondendo "Como ocorre o processo de tomada de decisão nos Grupos de Trabalho do Consórcio Público, no que diz respeito à definição e implementação das políticas públicas discutidas? Quais são os atores envolvidos e quais são as dinâmicas de cooperação e negociação existentes?

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Consórcio selecionado para este estudo, Cioeste, foi fundado no ano de 2013, por meio do protocolo de intenções celebrado na data de 17 de outubro, entre 10 Cidades contidas em sua maioria na Sub-Região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo. O Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo - Cioeste, atualmente está representado por 12 Municípios, sendo eles: Barueri, Carapicuíba, Cajamar, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Araçariguama, Vargem Grande Paulista e São Roque, com sede na cidade de Barueri SP, na Alameda Xingu, nº 350, 11º Andar Conjuntos 1103/1104- Alphaville Industrial.

O Cioeste é considerado atualmente o maior consórcio intermunicipal do país em importância socioeconômica e grande relevância, já que a região concentra importantes polos industriais, comerciais e de serviços, além de estar situada em uma região estratégica para a logística e o transporte de cargas e passageiros.

No âmbito da pesquisa documental, busca-se realizar uma análise detalhada e objetiva das atividades realizadas com recursos públicos pelo Cioeste, conforme estabelecido no Protocolo de Intenções.

O Protocolo de intenções do Cioeste é um instrumento de contrato legal e tem como objetivo, reunir vários programas e ações públicas a serem executados de forma descentralizada, de-

vendo o objeto conter a descrição pormenorizada e objetiva de todas as atividades a serem realizadas com os recursos públicos.

Dallabrida (2009) destaca que, para microrregiões, regiões metropolitanas e redes de municípios, os consórcios intermunicipais desempenham um papel importante como instrumento de descentralização administrativa, promovendo discussões e ações regionais de forma eficaz. É o que vamos buscar entender como é na prática.

Para o desenvolvimento das ações estabelecidas nos eixos de atuação com os municípios envolvidos, o Cioeste desenvolve seus trabalhos por meio de criação de Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho ou Comitês ordinários entre seus membros associados.

Os Grupos de Trabalhos são criados, visando o desenvolvimento de ações pontuais e de natureza transitória, especificando prazo para a conclusão dos trabalhos. São formados por pessoas indicadas pelo Cioeste e seus municípios consorciados, atuando de forma colaborativa, em ações, projetos ou programas específicos, após expedição deportaria pelo Presidente e no mesmo ato, nomeados seus membros efetivos e suplentes. Da mesma forma, os Comitês ordinários são formados por pessoas indicadas pelo Cioeste e seus municípios e criados pelos Grupos de Trabalho para auxílio técnico nos assuntos de sua competência.

Nessa perspectiva, o levantamento de dados realizado no site do Cioeste, por meio da seção "Publicações Oficiais" e dos "Relatórios de Atividade 2019" publicado no ano de 2020, proporcionou uma ampla gama de informações que foram analisadas. Contudo, é importante ressaltar que os relatórios dos anos de 2018 e 2020 não se encontram disponíveis no site, o que inviabiliza a análise mais amplas dos resultados para fins de comparação de sua evolução. No entanto, tal fato não compromete a investigação da questão de pesquisa, que busca responder como ocorre o pro-

cesso de tomada de decisão nos Grupos de Trabalho do Consórcio Público, em relação à definição e implementação das políticas públicas discutidas. Além disso, busca-se compreender quais são os atores envolvidos e as dinâmicas de cooperação e negociação existentes.

O Relatório de Atividades publicado em 31 de março de 2020, (p.1-24) contendo dados quantitativos e qualitativos das atividades no ano de 2019, traz a ocorrência de 20 reuniões técnicas com servidores municipais, visando coordenar e integrar atividades e iniciativas entre municípios, acumulando 200 representantes desses municípios em vários temas de programas, projetos, campanhas e iniciativas nos eixos temáticos do Grupo de Trabalho Gênero, GT da Juventude, GT da Educação Ambiental, além de Reuniões técnicas com representantes de associações, plataformas nacionais, internacionais e organismos multilaterais, Projeto Casa Abrigo Regional, Programa de Uso Racional da Água – FEHIDRO, Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cooperação Córdoba Argentina – Agência de Desenvolvimento, Projeto Biodiesel, Projeto Resíduos da Construção Civil, Escola de Governo Cioeste, Registro de Preços Regional para eventual aquisição de medicamentos e insumos hospitalares para atendimento das necessidades dos municípios membros.

Os dados da pesquisa se concentram nas informações relacionadas às atividades dos Grupos de Trabalho de Gênero, compostos por profissionais designados de cada município consorciado, incluindo assistentes sociais e especialistas da área. O objetivo desses grupos é discutir as políticas públicas direcionadas às mulheres, grupos minoritários e de gênero. Vale ressaltar que um dos resultados dessas discussões foi a concepção da "Casa para mulheres vítimas de violência", que deu origem ao Projeto "Casa

Abrigo Regional Cioeste". Esse projeto é financiado pelo Consórcio e os custos são divididos entre os municípios participantes.

No decorrer do ano, a partir do mês de janeiro foram realizadas um total de 8 reuniões, envolvendo nesses encontros 80 participantes.

Segundo o relatório 2019, o Projeto Casa Abrigo Regional teve como objetivo principal garantir a segurança e proteção às mulheres em situação de risco de morte, intervindo no ciclo de violência e promovendo sua reestruturação psicossocial como cidadãs. O projeto consiste em oferecer acolhimento e proteção a mulheres vítimas de violência, por meio de avaliação de risco, encaminhando-as para um local sigiloso. Além disso, a entidade parceira realiza ações para a reinserção social dessas mulheres, como atendimento psicossocial, acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação e levantamento de dados sobre a situação da violência na região.

O projeto busca proporcionar um atendimento integral e interdisciplinar, oferecendo suporte emocional, instruindo as mulheres sobre seus direitos e promovendo a autonomia e valorização de suas potencialidades.

O objetivo inicial descrito no relatório foi atender e acompanhar 20 pessoas, resgatar a autoestima e autonomia das mulheres, estimular o empoderamento, facilitar a construção de um projeto de vida, promover a conscientização sobre a violência de gênero, inserir as mulheres em serviços especializados e oferecer segurança e informação sobre direitos e serviços públicos disponíveis.

Para o Cioeste, o Projeto Casa Abrigo Regional se mostra ambicioso e visa tornar-se uma referência na questão da violência doméstica que proporciona às mulheres vítimas de violência e seus filhos a oportunidade de construir um novo projeto de vida fora do território onde ocorreu a violência com objetivo de res-

gatar a identidade da mulher e promover sua autonomia, articulando políticas públicas que fortaleçam esse processo e garantam sua inserção social.

A Casa Abrigo Regional também aponta como objetivo garantir o convívio familiar e comunitário, fortalecer os vínculos familiares e oferecer acompanhamento por uma equipe interdisciplinar.

Para sua implantação, foram realizadas capacitações para as equipes de assistência social dos municípios participantes do programa, visando ajustar o fluxo de triagem e direcionamento para o abrigamento na casa abrigo. Segundo o relatório, as reuniões mensais do grupo de representantes municipais permitiram ajustes e feedback para melhorar a efetividade do programa. Relatórios mensais foram produzidos pela organização Fala Mulher, Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, contratada responsável para organização e execução do Programa Casa Abrigo Regional Cioeste, e analisados por uma comissão técnica composta por representantes das secretarias municipais e da diretoria de programas e projetos do Cioeste. A diretoria realizou visitas mensais para acompanhar a eficiência da Casa Abrigo Regional.Com base no atendimento das demandas, percebeu-se a necessidade de uma Casa de passagem para as demandas que não são apropriadas para o abrigamento e a comissão técnica deu início aos trabalhos de um novo no projeto denominado Casa de passagem.

O Programa Casa Abrigo Regional Cioeste funcionou plenamente, atendendo um total de 41 pessoas, principalmente núcleos familiares encaminhados pelos fluxos estabelecidos nos municípios. A partir das informações presentes no texto da análise de conteúdo, podemos criar uma tabela com os dados e variáveis relevantes.

A tabela abaixo resume algumas das principais informações trazidas pelo relatório em pesquisa, e por meio dessa leitura se apresenta os resultados conclusivos.

Tabela 1: Variáveis Relacionadas ao Projeto Casa Abrigo Regional

Variáveis	**Resultados**
Período de análise	12 meses
Tipo de Grupo de Trabalho	Gênero
Objetivo do Grupo de Trabalho	Discutir políticas públicas voltadas a mulheres e gêneros
Atores	Assistentes sociais e profissionais da área
Reuniões no Ano	8
Participantes nas Reuniões	80
Objetivo do Projeto	Garantir segurança e proteção a mulheres em risco
Previsão inicial de atendimento	20
Total de atendimento em operação	41
Fluxo de Triagem	Capacitação das equipes de assistência social
Organização Responsável	Fala Mulher
Nova demanda	Casa de passagem

Fonte: Elaborado a partir da análise de conteúdo dos resultados e tabulado pelo autor.

A Tabela 1 apresenta informações sobre o grupo de trabalho de gênero, as atividades realizadas, os resultados alcançados e a organização responsável pelo projeto Casa Abrigo Regional. Esses dados fornecem uma visão geral do projeto, permitindo uma compreensão mais clara das ações e resultados obtidos.

Os dados da Tabela 1 indicam que o projeto Casa Abrigo Regional, realizado pelo Grupo de Trabalho de Gênero do Consórcio Intermunicipal Oeste-Cioeste, teve uma duração de 12 meses. O objetivo principal desse grupo foi discutir políticas públicas direcionadas às mulheres e questões de gênero e os atores envolvidos

no projeto foram assistentes sociais e profissionais da área, demonstrando a importância da constituição do Grupo de Trabalho ser formada por profissionais especialistas nesse contexto.

Durante o período, os Grupos de Trabalho realizaram 8 reuniões, contando com a participação de um total de 80 pessoas somadas ao longo do ano. Isso sugere um engajamento significativo por parte dos membros do grupo, o que é crucial para a efetividade das discussões e tomada de decisões.

O objetivo do projeto Casa Abrigo Regional era garantir segurança e proteção às mulheres em situação de risco. Inicialmente, a previsão era atender a 20 mulheres, mas os resultados mostram que o total de atendimentos em operação foi de 41 mulheres. Isso indica que a demanda superou as expectativas iniciais, demonstrando a necessidade real e urgente desse tipo de suporte na região.

O fluxo de triagem, que envolve a capacitação das equipes de assistência social, foi mencionado como parte do processo de encaminhamento das mulheres em situação de risco para a Casa Abrigo Regional. Isso sugere a importância de um procedimento bem estruturado para garantir a eficiência e a qualidade do atendimento prestado.

Por fim, a organização responsável pelo projeto é a Fala Mulher, indicando um papel central e dedicado no desenvolvimento e execução do projeto Casa Abrigo Regional.

No decorrer da operacionalização do Programa Casa Abrigo Regional Cioeste, percebeu-se a necessidade de uma Casa de passagem para as demandas que eram apropriadas para o abrigamento apresentando uma nova demanda ao consórcio, o qual deu início ao novo no projeto Casa de passagem para os anos posteriores.

Em síntese, os resultados indicaram que o Grupo de Trabalho de Gênero do Consórcio Intermunicipal Oeste-Cioeste, obteve êxito em discutir e implementar políticas públicas voltadas às

mulheres e gêneros, por meio do Programa Casa Abrigo Regional Cioeste executado pela ONG Fala Mulher. O aumento no número de atendimentos em relação à previsão inicial mostra a relevância do projeto na comunidade, ressaltando a importância de abordar e enfrentar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de risco bem como a necessidade de outros meios de assistências demandaram com essa execução. A realização de reuniões periódicas e a participação de diversos profissionais demonstram o comprometimento do grupo e a busca por soluções efetivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo explorou a questão do desenvolvimento regional no contexto brasileiro, destacando a importância da governança por meio de Consórcios Públicos, teve como objetivo principal, a realização de uma revisão de literatura para discutir os conceitos teóricos de governança territorial, cooperativa e em rede e examinar o papel desempenhado pelos Consórcios Públicos na formulação e implementação de políticas públicas cooperadas nesse cenário.

Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo através da pesquisa documental com abordagem qualitativa, com foco nas atividades do Consórcio Intermunicipal Oeste - Cioeste, através dos Grupos de Trabalho formados por profissionais da área, que preenche esses espaços de atividades como arenas de discussão e tomada de decisão no desenvolvimento de políticas nas esferas públicas regionais.

O estudo teve como foco específico a análise do Programa Casa Abrigo Regional Cioeste e os resultados contribuem para uma melhor compreensão das práticas de governança cooperada em rede, oferecendo oportunidades sobre possíveis melhorias na administração pública demonstrando a prática da go-

vernança em cooperação em rede na resolução de demandas de políticas públicas regionais.

O Programa Casa Abrigo Regional Cioeste se mostra um exemplo de método de implementação bem-sucedida de políticas em cooperação destinadas a garantir a segurança e o bem-estar de mulheres em risco de violência e por meio de seus serviços de apoio, incluindo assistência psicológica e jurídica, atividades de prevenção, coleta de dados e promoção da integração social das mulheres, o programa tem feito contribuições significativas para o empoderamento das mulheres e a quebra do ciclo da violência e tem servido de referência para o enfrentamento das questões de violência doméstica, consolidando-se como um recurso vital para mulheres com esse trauma.

O estudo procurou demonstrar a importância da governança em rede no contexto do desenvolvimento regional, certificando como as práticas dos processos colaborativos de tomada de decisão pelos Grupos de Trabalho, que facilitaram a coordenação entre diversos atores, incluindo representantes municipais e especialistas técnicos para a formulação de políticas.

A dinâmica de cooperação e negociação observada nos Grupos de Trabalho do Cioeste, tem fomentado o senso de pertença e responsabilidade compartilhada, aumentando a eficácia e a eficiência da governança na região. Isso significa que, por meio da colaboração e do diálogo entre os membros dos Grupos de Trabalho, tem sido possível estabelecer um ambiente propício para a tomada de decisões conjuntas e a implementação de políticas públicas de forma mais eficiente. A cooperação e a negociação promovem um maior envolvimento dos atores locais, permitindo que eles se sintam parte integrante do processo de governança regional e assumam responsabilidades conjuntas pelo desenvolvimento da região. Esse engajamento e compartilhamento de responsabilida-

des contribuem para uma governança mais eficaz, pois as decisões são tomadas de forma mais informada e são implementadas de maneira mais ágil e coordenada. Como resultado, a região se beneficia de uma governança mais eficiente, com melhores resultados e um maior aproveitamento dos recursos disponíveis.

Portanto, essa forma de governança cooperada em rede fortalece a capacidade dos municípios de enfrentar desafios complexos e promove o desenvolvimento regional de maneira sustentável e inclusiva.

No que tange ao desenvolvimento sustentável e os esforços em atendimento à agenda 2030, o Consórcio Público, enquanto mecanismo de cooperação entre entes federativos, representa uma resposta eficaz às demandas do ODS 17. Sua estrutura permite a formação de parcerias estratégicas, facilitando a colaboração entre municípios, estados e órgãos públicos. Esse modelo de governança compartilhada promove a convergência de esforços e recursos para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento sustentável.

O Consórcio Público, ao atuar como plataforma de cooperação intergovernamental, alinha-se intrinsecamente com os princípios do ODS 17 na agenda 2030. A formação de parcerias entre entidades públicas fortalece as instituições, proporcionando uma base sólida para a implementação eficaz de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Apesar dos benefícios, o alinhamento entre o Consórcio Público e o ODS 17 enfrenta desafios, como a necessidade de fortalecer a capacidade institucional e promover uma cultura colaborativa. Contudo, também se delineiam oportunidades para aprimorar a efetividade dessas parcerias na busca por um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Por fim, reconhece-se a limitação de dados e a necessidade de mais pesquisas nessa área. Estudos futuros devem explorar aspectos adicionais de governança de rede, expandir a base de conhecimento sobre desenvolvimento regional e considerar as experiências de outros Consórcios Públicos. Isso fornecerá informações valiosas para refinar e melhorar as estratégias de desenvolvimento regional em todo o Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, Francisco Ildisvan de. **Governança e território: uma análise institucional dos consórcios públicos intermunicipais para gestão de resíduos sólidos em cidades médias do estado do Ceará.** 2020. Disponível em:< https://repositorio.unb.br/handle/10482/40493>. Acesso em: 02.abril.2023.

BRASIL. Lei no. 11.107 de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. **D.O.U. Diário Oficial da União**, Brasília 07 de abril de 2005.

CALMON. Paulo. **Redes e governança das políticas públicas. RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas.** Edição nº 01 – julho de 2013. Disponível em:<https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11989>. Acesso em: 21. Maio.2023.

CNM-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Observatório dos Consórcios Públicos Intermunicipais.** 2023, Disponível em:<https://consorcios.cnm.org.br/>. Acesso em 02. Abril 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO. (2021). **Finalidades.** Disponível em:<https://www.consorcioregiaoeste.sp.gov.br/finalidades/>. Acesso em: 07.abril.2023.

COPPEDGE, M. Ecuador: un problema de gobernabilidad. Quito: CORDES-PNUD, **1996.**

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/9porto/valdir.htm> Acesso em: 04. Agosto. 2022.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Descentralização na gestão pública e estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios intermunicipais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.5,n.3,p.3-28, set-dez/2009, Taubaté-SP.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional -** G&DR, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago 2020. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395. Acesso em: 13. Maio.2023.

DE ROLT. Carlos Roberto De. Modelo de gestão e governança em redes cooperadas interorganizacionais no polo tecnológico de florianópolis no Arranjo Promotor de Inovação em Nanotecnologia – API-Nano. **Gestão e Regionalidade,** vol. 35, núm. 104, pp. 102-123, 2019. Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. Disponível em:<https://doi.org/10.13037/gr.vol35n104.4797. Acesso em: 02. maio.2023.

DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública; tradução técnica e glossário. Francisco G. Heidemann. 6 ed. norte-americana. Título original: Theories of public administration. São Paulo: **Cengage Learning,** 2012. Disponível em < https://issuu.com/cengagebrasil/docs/iniciais_teorias_da_administracao_p>. Acessoem: 04.agosto.2022

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades e Estados.** <https://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em: 02. agosto. 2022.

MARCONI, M. de A., & LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. **Editora Atlas.** 5ª edição. 2003.Disponível em:<https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_ historia-i/historia-ii/china-e-india/view>. Acesso em: 30. Maio.2023.

ONU. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentávl. Publicado em 15. Set. 2015. **Nações Unidas Brasil.** Disponível em:< https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 12. Jun. 2023.

ONU. Relatório de progresso 2019. Marco de parceria das nações unidas no Brasil para o desenvolvimento sustentável. Brasil 2017 – 2021. **Nações Unidas Brasil.** Disponível em:< https://brasil.un.org/pt-br/111519-marco-de-parceria-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-2017-2021-relat%C3%B3rio>. Acesso em: 16. Jun. 2023.

ROTH , A. L. et al. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribui-

ções para o campo de estudos. **Revista Administração, USP**. São Paulo, vol. 47 , n. 1 , p. 112 - 123 , 2012 . Disponível em:< https://www.scielo.br/j/rausp/a/DKMRjcSfNkpxjQfT9nYhMHQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5. Mar. 2023.

SCHNEIDER. Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas**. Porto Alegre v. 5 n. 1 jan.-jun. 2005 p. 29-58. Disponível em:< https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33/1605>. Acesso em: 21. Maio.2023.

SILVA. Brunna Alves da. OLIVEIRA. Guilherme Saramago de. BRITO. Ana Paula Gonçalves. Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação. **Cadernos da Fucamp,** v.20, n.44, p.52-66/2021. Disponível em:< file:///C:/Users/Tribunal%20SP/Downloads/2353-Texto%20do%20Artigo-8492-1-10-20210407.pdf>. Acesso em: 30. Maio. 2023.

TEIXEIRA, L. da S.a. MENEGUIN, F. **Os Consórcios Intermunicipais aumentam a eficiência no setor público, 2012**. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo. org.br/wp-content/uploads/2012/10/os-consorcios-intermunicipais-aumentam-a-eficiencia-no-setor-publico.pdf>. Acesso em: 31. Agosto. 2022.

VIEIRA, Edson Trajano. Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. 2009. Tese de Doutorado. **Universidade de São Paulo.** Disponível em:< https://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=C7A3DFD7ED6C&lang=pt-br>. Acesso em: 30. Maio.2023.

5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF ITAPEVI

Renato Souza Santos
Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira
Márcia Regina de Oliveira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é promover uma análise dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável no município de Itapevi. A metodologia empregada consiste em uma análise crítica dos resultados apontados pelo sistema, realizando uma análise a partir da Matriz Swat, que busca enfatizar um panorama do grau de sustentabilidade do município de Itapevi, utilizada por meio de uma abordagem qualitativa, trazendo um estudo de caso interpretativo e construído a partir da análise de dados primários e secundários. Buscando enfrentar desafios como o crescimento populacional acelerado, que demanda infraestrutura e serviços adequados, além da pressão sobre os recursos naturais. No entanto, também surgem oportunidades, como a adoção de práticas sustentáveis na gestão pública, a implementação de projetos de energias renováveis e a conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental. Em conclusão, o desenvolvimento sustentável de Itapevi requer a integração de políticas públicas eficazes, o envolvimento da comunidade e parcerias com orga-

nizações públicas e privadas, visando o equilíbrio entre o crescimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Recursos Naturais; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The aim of this work is to promote an analysis of the challenges and opportunities for sustainable development in the municipality of Itapevi. The methodology employed consists of a critical analysis of the results indicated by the system, carrying out an analysis based on the Swat Matrix, which seeks to emphasize an overview of the degree of sustainability of the municipality of Itapevi, used through a qualitative approach, bringing an interpretative case study and built from the analysis of primary and secondary data. It seeks to tackle challenges such as rapid population growth, which demands adequate infrastructure and services, as well as pressure on natural resources. However, opportunities also arise, such as the adoption of sustainable practices in public management, the implementation of renewable energy projects and raising public awareness of the importance of environmental preservation. In conclusion, the sustainable development of Itapevi requires the integration of effective public policies, community involvement and partnerships with public and private organizations, with a view to striking a balance between socio-economic growth and environmental conservation.

Keywords: Sustainable Development; Natural Resources; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável tem se tornado uma pauta cada vez mais relevante em todo o mundo. Itapevi, um município localizado na região metropolitana de São Paulo, não é exceção. Com uma população em crescimento, a cidade enfrenta desafios significativos para conciliar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida de seus habitantes. No entanto, esses desafios também trazem consigo oportunidades para implementar soluções inovadoras e promover um futuro mais sustentável.

É enfatizado por Dias (1994) que se ao tratar sobre as dimensões da educação ambiental pode-se trazer à baila questões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas. No que diz respeito à definição da qualidade de vida, Nahas (2003, p. 14) observa que "a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, caracterizam as condições em que vive o ser humano". Embora não haja um senso comum no que diz respeito ao que vem a ser a qualidade de vida ideal, essa definição define a questão do espaço como a condição prioritária, o que condiz com a temática observada.

Um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável de Itapevi refere-se à conservação ambiental. Pensando no modelo de desenvolvimento local que deu início a partir da revolução industrial, é insustentável a forma como se deram os avanços da sociedade, pois gerou-se uma série de danos ao meio ambiente, trazendo consigo inúmeros riscos à vida selvagem e humana (Cano, 1989).

A expansão urbana desordenada, aliada à falta de planejamento adequado, tem levado à degradação dos recursos naturais, como áreas verdes, rios e nascentes. O desmatamento, a poluição

da água e do ar, além do aumento da produção de resíduos sólidos, são questões urgentes que demandam atenção e ações imediatas por parte das autoridades e da comunidade, pois "Os princípios do ecodesenvolvimento requerem também um trabalho teórico e uma elaboração de estratégias conceituais que apoiem práticas sociais orientadas para construir esta racionalidade ambiental (...)" (Leff, 2002, p. 61).

Além disso, a mudança climática é uma preocupação crescente. O aumento da temperatura, as chuvas irregulares e a ocorrência de eventos climáticos extremos afetam diretamente a qualidade de vida da população, com impactos na agricultura, no abastecimento de água e na saúde pública (Lobell, 2008). A adaptação às mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa são desafios importantes para garantir a resiliência e sustentabilidade do município de Itapevi.

Itapevi também enfrenta desafios sociais e econômicos em sua busca pelo desenvolvimento sustentável. A desigualdade social e a falta de oportunidades de emprego são questões que afetam diretamente a qualidade de vida de parte da população. Pode-se enfatizar que nesse contexto de globalização pelo qual o mundo passou e tem passado, desencadeia diversas transformações econômicas e sociais e, entre elas, a desigualdade social como já enfatizada (Mattoso, 1994). A partir dessa premissa, a promoção da inclusão social e a geração de empregos de qualidade formam elementos essenciais para se construir uma cidade sustentável e equitativa.

Outro desafio é a infraestrutura urbana que coloca em cena o crescimento populacional, a acelerada demanda em investimentos em habitação, transporte, saneamento básico e serviços públicos. A ampliação e melhoria da infraestrutura deve ser feita de forma sustentável, utilizando tecnologias e

práticas que reduzam o consumo de recursos naturais e minimizem os impactos ambientais.

Apesar dos desafios, Itapevi também apresenta oportunidades significativas para o desenvolvimento sustentável. A localização estratégica próxima à cidade de São Paulo e a integração com a região metropolitana possibilitam o acesso a recursos, conhecimento e mercados, e oferece a chance de atrair investimentos, estimular o empreendedorismo e promover a diversificação da economia local, além da conscientização ambiental e o engajamento da população que são oportunidades valiosas, pois trazem a educação ambiental e a participação cidadã como ferramentas essenciais para se promover a conscientização e o envolvimento da comunidade em práticas sustentáveis. Campos (1999), enfatiza essa ideia ao demonstrar que um sistema dentro de um espaço interno de uma organização **é uma unidade de adaptação,** tendo assim um equilíbrio dinâmico, o que resulta em um funcionamento ético. Essa organização atrai iniciativas locais, como campanhas de reciclagem, projetos de reflorestamento e incentivos ao uso de transporte público e bicicletas, que podem ser implementadas para fomentar uma cultura de sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Além disso, o avanço da tecnologia e da inovação oferece oportunidades para o desenvolvimento sustentável de Itapevi. Alonso (2006, p. 144) diz que "a ética empresarial implica criar tradição de cultura ética, que tende a crescer por si mesma, a empresa que encara frontalmente a sua vida ética cria uma energia interna que a guia para frente. Forma-se assim círculo virtuoso e enriquecedor". As empresas, que são as intermediadoras dos avanços da tecnologia e inovação criam esse círculo virtuoso e enriquecedor, fazendo com que a implantação de soluções inteligentes, como sistemas de monitoramento ambiental, eficiência ener-

gética em edificações, gestão inteligente de resíduos e transporte público sustentável, contribuam para a melhoria da qualidade de vida, reduzindo os impactos ambientais e promovendo aumento da eficiência dos serviços públicos.

Logo, é essencial promover a integração entre o poder público, a iniciativa privada, as organizações não governamentais e a população em geral, a fim de estabelecer uma visão comum e implementar ações coordenadas em prol do desenvolvimento sustentável.

Em conclusão, Itapevi enfrenta desafios significativos para alcançar o desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista ambiental quanto social e econômico. No entanto, esses desafios também trazem consigo oportunidades valiosas para implementar soluções inovadoras, promover a inclusão social, atrair investimentos sustentáveis e melhorar a qualidade de vida da população.

Com uma abordagem integrada, envolvimento da comunidade e o aproveitamento das tecnologias emergentes, Itapevi pode se tornar um exemplo de cidade sustentável, equilibrando o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente e o bem-estar de seus habitantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: ITAPEVI E SUAS PERSPECTIVAS

Itapevi, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, é um município que enfrenta desafios significativos em seu desenvolvimento urbano e sustentável. Com uma população em constante crescimento, Itapevi se depara com questões relacionadas à mobilidade urbana, qualidade de vida, gestão de recursos naturais e equilíbrio ambiental. No entanto, também existem diversas oportunidades para transformar a cidade em um exemplo de de-

senvolvimento sustentável, promovendo a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e preservando o meio ambiente.

Um dos principais desafios enfrentados por Itapevi é a mobilidade urbana. Moura (2013, p. 30) traz uma teoria interessante acerca dessa questão:

> A metropolização contemporânea vem provocando transformações expressivas na configuração espacial e na natureza das metrópoles brasileiras. Não só características metropolitanas permeiam espaços cada vez mais extensos e dispersos do território nacional como as próprias aglomerações se expandem, tornam-se ainda mais concentradoras e se consolidam como localizações privilegiadas à confluência de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias e informações.

Para superar esses desafios, é importante que haja investimentos em infraestrutura de transporte público eficiente, como linhas de ônibus de qualidade, estações de trem e metrô acessíveis, além de incentivo à população no uso de modos de transporte sustentáveis, como bicicletas e caminhadas.

A integração entre os diferentes modos de transporte e a criação de ciclovias e calçadas adequadas podem contribuir também para se reduzir o tráfego e melhorar a mobilidade, conforme afirmado por Raquel (2010, p. 68) "Quanto mais espaços se constituírem aos pedestres e ciclistas, mais humanizado", tornando assim o trânsito mais democrático dentro do espaço urbano, e não a prioridade dos automotores, como a realidade atual.

Itapevi possui áreas verdes e remanescentes de Mata Atlântica que precisam ser protegidas e conservadas. A implementação de políticas de proteção ambiental, como a criação de unidades de conservação, a recuperação de áreas degradadas e o estímulo

ao uso sustentável dos recursos naturais, são fundamentais para garantir a preservação da biodiversidade e a qualidade ambiental na região.

Conforme elucida Sorrentino et al. (2005, p. 290), "uma política pública representa a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade". **É** importante promover a conscientização ambiental e a educação ambiental em todos os níveis da sociedade, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e a valorização do patrimônio natural de Itapevi.

É uma ideia que traz muitas discussões, mas que tem grande importância no contexto cultural da sociedade, tendo em vista que uma análise crítica adequada pode contribuir profundamente para as mudanças de valores que se dedicam ao cuidado do meio ambiente (Silva, 2012).

A cidade de Itapevi possui um potencial econômico e de infraestrutura que pode ser aproveitado para impulsionar a sustentabilidade. Investimentos em energias renováveis, como solar e eólica, podem contribuir para a redução da dependência de fontes de energia não renováveis e a mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, Itapevi possui áreas disponíveis para o desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis, como parques industriais com conceitos de ecoeficiência e práticas de baixo impacto ambiental. Essas ideias, permitem fechar o contexto do desenvolvimento aqui traçado, com o seguinte pensamento de Schumpeter (1978, p. 65):

> **É** contudo, o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele "educados"; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que di-

> ferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir.

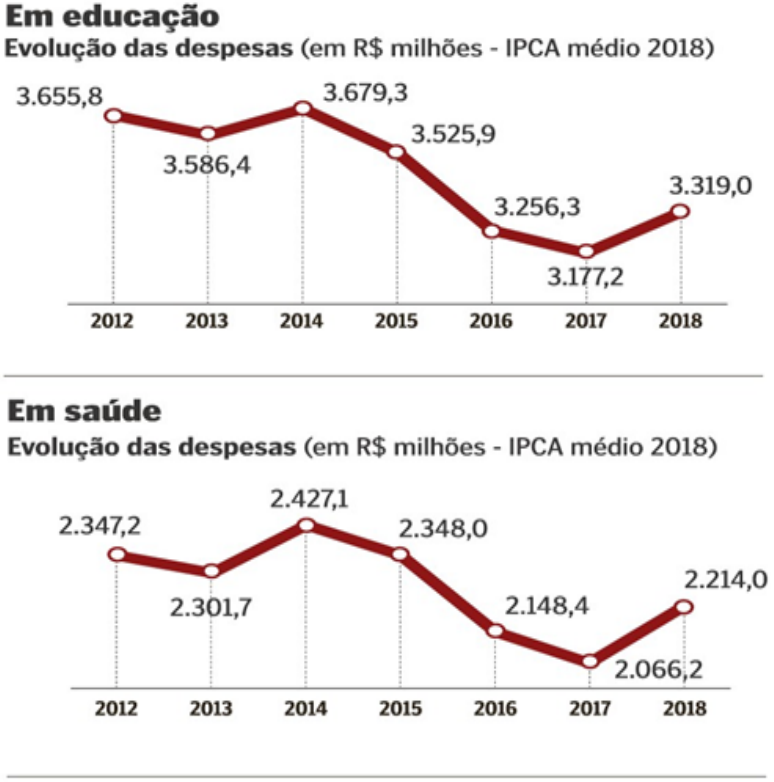
Itapevi tem se destacado pelo seu crescimento econômico acelerado nos últimos anos. A cidade tem atraído investimentos em diversos setores, como comércio, serviços e indústria, impulsionando a geração de empregos e o aumento da renda local. Esse crescimento econômico tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população, proporcionando oportunidades de trabalho e aumentando o poder de compra dos moradores.

A ampliação e melhoria das vias de acesso e o aumento do acesso a serviços básicos, como saúde e educação, têm proporcionado benefícios significativos para a comunidade. O fortalecimento da infraestrutura contribui para a melhoria da qualidade de vida, facilitando o deslocamento, o acesso a serviços essenciais e o desenvolvimento das atividades econômicas. Além disso, quando realizado com qualidade, impacta na facilitação do desenvolvimento sustentável (Nzumile; Taifa, 2021).

Há uma promoção corrente do desenvolvimento social, beneficiando diversos setores da sociedade. O aumento da renda e das oportunidades de emprego resulta em melhores condições de vida para a população local. Além disso, o crescimento econômico tem permitido investimentos em áreas como educação, cultura e lazer, proporcionando uma maior oferta de serviços e atividades para a população. Isso contribui para o fortalecimento da identidade e do bem-estar da comunidade. A cidade além disso tem se tornado um polo atrativo para investimentos em diferentes setores, desde pequenos negócios até grandes empreendimentos, como Cacau Show e Eurofarma. Essa diversificação fortalece a economia local, reduzindo a dependência de setores específicos e gerando um ambiente favorável ao empreendedorismo e à inovação. Para reforçar os benefícios voltados para a empreitada des-

ses investimentos em municípios como Itapevi, segue uma diretriz tabelada dos investimentos em educação e saúde e em como isso vinha sendo distribuído de 2012 a 2018:

Figura 1: Como os municípios estão gastando - Em **Números**



Fonte: Anuário Finanças dos Municípios Capixabas - Infografia Genildo Ronchi

O desenvolvimento econômico contínuo, **é um grande aliado n**as oportunidades de emprego, melhoria da infraestrutura e serviços públicos, o que traz por consequência desenvolvimento social e atração de investimentos. Tudo isso impulsiona a qualidade de vida da população local. Embora a tese de Vitte

(2009) mostre que a garantia das necessidades básicas está longe de ser o suficiente para a qualidade de vida plena sem outros fatores como o social, pode-se considerar que para se garantir a sustentabilidade desses benefícios, é importante que a administração municipal, juntamente com a participação da sociedade, promova políticas e práticas que visem ao desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada, respeitando os princípios da sustentabilidade e buscando a inclusão de todos os segmentos da sociedade em Itapevi.

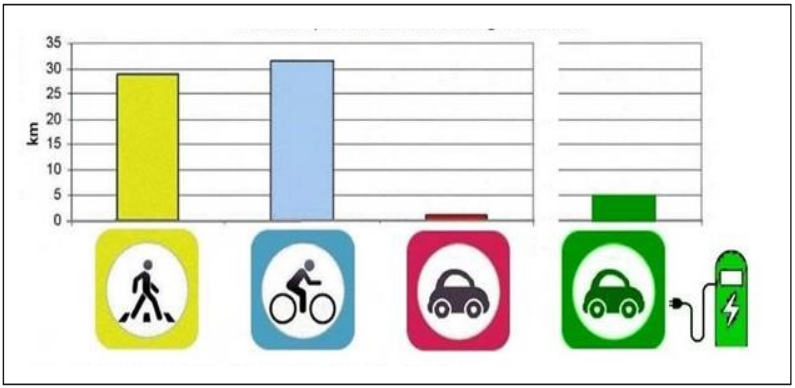
2.2 OS DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA E DA QUALIDADE DE VIDA EM ITAPEVI

A mobilidade urbana e a qualidade de vida são questões essenciais em qualquer cidade moderna, e Itapevi, município localizado na Região Metropolitana de São Paulo, não é exceção. Bohusch e Scheibe (2014) enfatizam que a mobilidade é o produto e o meio de produção de uma cidade, conectando a qualidade de vida dos cidadãos a um bom planejamento para o desenvolvimento da mobilidade urbana. Com o rápido crescimento populacional e o aumento da urbanização, há desafios significativos no que diz respeito ao deslocamento eficiente dos cidadãos e à melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Um dos principais desafios enfrentados em Itapevi é o aumento do fluxo de veículos nas ruas e avenidas da cidade. O número crescente de carros particulares e a falta de investimento em infraestrutura viária adequada resultam em congestionamentos constantes e dificuldades de locomoção para os moradores. Rochefort (1998) esclarece o fato de que é o transporte que dita o ritmo de vida diário nas cidades, além disso, a falta de opções de transporte público eficiente e acessível contribui para o aumento da dependência de veículos individuais, agravando ainda mais os

problemas de mobilidade. Fazendo uma comparação sobre esses aspectos de necessidade da população no uso contínuo de veículo, um estudo sobre o consumo de energia nos traz uma ideia de que pessoas a pé ou andando de bicicleta são 30 vezes mais eficientes do que os carros movidos a gasolina, pois com a mesma quota de energia demonstrada (1 kWh) uma pessoa percorre a pé 29km e um ciclista 30 km, em contraposição a um carro el**étrico** que com a mesma carga percorre menos que 5km, ou a gasolina que é menos da metade disso.

Figura 2: Eficiência dos modos de transporte nas cidades.



Fonte: Roberto Ghidini/ Sociedad Peatonal/ Caminhabilidade, Medida Urbana Sustentável - Distância percorrida com a energia de 1 kWh - créditos Mobilize Brasil/ Roberto Ghidini.

Outro desafio é a carência de serviços básicos em determinadas áreas da cidade. O acesso à saúde, educação e segurança é fundamental para garantir uma boa qualidade de vida, mas muitos moradores de Itapevi enfrentam dificuldades nesse sentido. A falta de postos de saúde, escolas e policiamento adequado em certas regiões gera desigualdades e afeta negativamente a qualidade de vida dos cidadãos. Essas carências inspiram a sociedade a construir laços que contribuem para o que Bauman (2005) vê como dois de-

senvolvimentos ligados: “o colapso das demandas coletivas por redistribuição e o crescimento selvagem da desigualdade”. Investimentos nessas áreas são essenciais para se garantir que todos os habitantes tenham acesso igualitário a serviços de qualidade.

É importante ressaltar que os desafios da mobilidade urbana e da qualidade de vida em Itapevi não são exclusivos dessa cidade. Muitas outras cidades enfrentam problemas semelhantes, principalmente aquelas que passaram por um rápido crescimento populacional. No entanto, é necessário que Itapevi desenvolva estratégias específicas e adaptadas à sua realidade local para superar esses obstáculos.

Além disso, a implementação de um sistema de transporte público eficiente e integrado é fundamental para enfrentar os desafios da mobilidade urbana. Itapevi poderia investir na ampliação e modernização da frota de ônibus, na criação de linhas expressas para conectar diferentes áreas da cidade e melhoras na integração do transporte público com as estações de trem. Com esse investimento, a cidade se colocaria na contramão da teoria de Maricato (2011, p. 180) “Na cidade do capitalismo periférico, a saúde, a previdência, a moradia digna e legal, e a mobilidade urbana são apenas para uns poucos”. Essas medidas proporcionariam alternativas viáveis ao uso do carro particular, reduzindo congestionamentos, melhorando a mobilidade e trazendo benefícios para a população como um todo, não s**ó para alguns poucos**, como traz Maricato.

É importante também ressaltar a importância do envolvimento da população e de parcerias entre a administração pública, empresas e sociedade civil para enfrentar os desafios da mobilidade urbana e da qualidade de vida. A participação ativa dos cidadãos nas decisões relacionadas ao planejamento urbano e à implementação de políticas de transporte é fundamental para construir

uma cidade mais inclusiva, sustentável e com maior qualidade de vida para todos. A concepção da participação social pode nos remeter ao entendimento de que o envolvimento social é:

> (...) uma estratégia/ pedagogia de aprender a ter poder, a se fazer tomar em consideração, a fazer valer a importância econômica, política e cultural, das pessoas, categorias ou classes que estejam participando de um determinado processo social. (Sales, 2003, p. 95).

Por fim, os desafios da mobilidade urbana e da qualidade de vida em Itapevi são complexos, mas não são insuperáveis. a participação ativa da comunidade é essencial para superar os desafios da mobilidade urbana e da qualidade de vida em Itapevi. É importante envolver os cidadãos nas decisões relacionadas ao planejamento urbano, realizar consultas públicas e incentivar a participação em fóruns e audiências.

Dessa forma, é possível construir uma cidade mais inclusiva, onde todos tenham voz e contribuam para a construção de soluções efetivas, tornando possível transformar a cidade em um lugar mais sustentável, acessível e com melhor qualidade de vida para seus habitantes.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE DE ITAPEVI A PARTIR DA ANÁLISE DE SWOT.

A sustentabilidade é um tema cada vez mais relevante nas discussões sobre o futuro das cidades. Nesse contexto, a educação ambiental e a participação social desempenham um papel fundamental para promover a conscientização, ações e mudanças positivas em direção a um desenvolvimento sustentável, conforme elucida Dias (2000, p. 149):

> A Educação Ambiental deve proporcionar aos cidadãos os conhecimentos científicos e tecnológicos e as qualidades morais necessárias que lhes permitam desempenhar um papel efetivo na preparação e no manejo de processos de desenvolvimento, que sejam compatíveis com a preservação do potencial produtivo, e dos valores estéticos do meio ambiente.

A partir desse conceito, podemos esclarecer que a educação ambiental é um processo contínuo de aprendizagem que visa desenvolver o entendimento e a consciência sobre os problemas e desafios ambientais, bem como promover a adoção de comportamentos e práticas sustentáveis.

A educação ambiental não se restringe apenas ao ambiente escolar, mas também pode ser disseminada por meio de campanhas de conscientização, palestras, oficinas e eventos comunitários. Segundo a Unesco (2005, p. 44), "Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente". Tendo isso bem fundamentado, é importante envolver os moradores de Itapevi em ações educativas que abordem temas como conservação dos recursos naturais, gestão adequada dos resíduos sólidos, consumo consciente, preservação da fauna e flora local, entre outros. Essas ações podem ser realizadas em parceria com instituições locais, organizações não governamentais e órgãos públicos, visando alcançar um público diversificado e promover uma mudança de comportamento em toda a comunidade.

A participação ativa dos cidadãos no processo de tomada de decisões, na elaboração de políticas públicas e no monitoramento das ações também é fundamental para garantir a efetividade

e a legitimidade das medidas adotadas. Em Itapevi, é importante incentivar a participação da população por meio de canais de diálogo, como audiências públicas, conselhos municipais, comitês de sustentabilidade e outras instâncias de participação cidadã. Avritzer (2008) pontua que o enfraquecimento dos conselhos e de sua capacidade democratizante surgem das dificuldades de participação social, porém Pires et al. (2011) alerta que a efetividade das participações sociais depende em parte das regras e normas estruturantes do processo, que permitem que as relações de poder estabelecidas criem um desenho institucional adequado para a sociedade. Ou seja, a participação social deve ser inclusiva e envolver diferentes segmentos da sociedade, como moradores, representantes da sociedade civil organizada e empresários. É necessário garantir que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas no planejamento e implementação de projetos sustentáveis em Itapevi. Essa abordagem colaborativa permite a troca de conhecimentos, experiências e perspectivas, enriquecendo as decisões e contribuindo para soluções mais eficazes e sustentáveis.

Além disso, a participação social também está relacionada à fiscalização e ao monitoramento das ações realizadas. Como sustentado por Nogueira (2004), a participação da sociedade nas interações sociais traz uma hegemonia na predisposição coletiva para organizar novas formas de Estado, tornando a consciência dos cidadãos como expressão da vontade coletiva. Os cidadãos podem atuar como agentes fiscalizadores, denunciando práticas inadequadas, pressionando por transparência e cobrando a responsabilidade dos órgãos públicos e das empresas em relação às questões ambientais. A participação social fortalece a governança ambiental, contribuindo para o cumprimento das leis e normas vigentes, bem como para a busca de soluções inovadoras e sustentáveis.

A análise de SWOT é uma ferramenta importante pois auxilia na gestão de planejamento da organização, buscando auxiliar na evolução estratégica. Essa análise é dividida em dois ambientes, sendo o primeiro denominado de ambiente interno (que traz as forças e as fraquezas) e o segundo em ambiente externo (oportunidades e ameaças). Conforme Araújo et al. (2015) o ambiente interno está relacionado na organização de suas forças, sendo as vantagens internas da organização em relação aos concorrentes, trazendo melhorias no atendimento ao consumidor, conduzindo a mais eficiente e suas fraquezas são vantagens internas de organização em relação aos concorrentes. Seguindo por esse eixo, no ambiente externo se busca evitar que nasçam ameaças, organizando as oportunidades encontradas. Nesse sentido é preciso realizar um levantamento de todos os pontos fortes da organização, destacando quais aspectos estão sendo insuficiente, indicando o ponto crítico principal.

A partir dessa análise, pode-se reforçar que a Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças) do desenvolvimento sustentável de Itapevi pode fornecer insights valiosos. Iremos discorrer sobre algumas informações importantes da Matriz Swot, demonstrando algumas análises para a conquista do objetivo.

Figura 3 – Matriz Swot



Fonte: Adaptado de Nakagawa (2011)

Integrando as oportunidades da Matriz Swot, conforme demonstrada na imagem, a cidade de Itapevi demonstra três características de força, sendo elas a Localização Estratégica: Itapevi está estrategicamente localizada na região metropolitana de São Paulo, o que facilita o acesso a mercados e oportunidades; Recursos Naturais: A cidade possui recursos naturais, como áreas verdes e rios, que podem ser preservados e utilizados para promover práticas sustentáveis; Consciência da Comunidade: Se a comunidade estiver consciente e engajada, pode impulsionar iniciativas sustentáveis e participar ativamente de programas de preservação ambiental.

Quanto às fraquezas, podemos indicar a Infraestrutura Insuficiente: A falta de infraestrutura pode ser um obstáculo para o desenvolvimento sustentável, dificultando a implementação de

práticas ecoeficientes; Dependência de Setores Específicos: Se a economia local estiver fortemente ligada a setores não sustentáveis, pode ser desafiador fazer a transição para práticas mais ecoamigáveis; Falta de Conscientização: Se a população não estiver ciente da importância do desenvolvimento sustentável, pode haver resistência às mudanças necessárias.

Quanto às oportunidades, são impactantes os Incentivos Governamentais: Aproveitar os incentivos oferecidos pelo governo para projetos sustentáveis pode impulsionar o desenvolvimento nessa área; Parcerias Público-Privadas: Colaborações entre o setor público e privado podem criar oportunidades para implementar soluções sustentáveis de maneira mais eficaz; Inovação Tecnológica: A adoção de tecnologias sustentáveis pode abrir novas possibilidades para o desenvolvimento econômico e ambiental.

Por fim as ameaças **são as** Mudanças Climáticas: Eventos extremos relacionados ao clima podem representar ameaças significativas ao desenvolvimento sustentável; Pressões Econômicas: Instabilidade econômica pode desviar recursos e atenção de iniciativas sustentáveis; Falta de Apoio Político: A ausência de políticas favoráveis ao desenvolvimento sustentável pode dificultar a implementação de medidas eficazes.

Para garantir um desenvolvimento sustentável em Itapevi, seria crucial maximizar as forças, abordar as fraquezas, capitalizar as oportunidades e mitigar as ameaças. A colaboração entre a comunidade, o governo local e o setor privado desempenhariam um papel vital nesse processo.

É essencial investir na educação ambiental em todas as etapas de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Isso pode ser feito por meio da inclusão de conteúdos relacionados à sustentabilidade nos currículos escolares, da capacitação de professores e da realização de atividades práticas que estimulem

a vivência e a reflexão sobre questões ambientais. A Constituição Federal prevê essa questão, pois repassa ao Poder Público o dever de promover a educação ambiental em todos os seus níveis de ensino (Brasil, 1988, art. 225).

Em conclusão, a educação ambiental e a participação social desempenham um papel fundamental na busca pela sustentabilidade de Itapevi. Ao promover a conscientização, a capacitação e o envolvimento ativo dos cidadãos, é possível construir uma cidade mais sustentável, equilibrada e com melhor qualidade de vida para todos. A educação ambiental e a participação social são ferramentas poderosas que, quando combinadas, podem transformar Itapevi em um exemplo de cidade sustentável e inspirar outras localidades a seguirem o mesmo caminho.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo exploratório é descrito uma análise crítica dos resultados apontados pelo sistema, buscando enfatizar um panorama do grau de sustentabilidade do município de Itapevi. A metodologia utilizada foi fundamentalmente qualitativa, por meio de um estudo de caso interpretativo, construído a partir da análise de dados primários e secundários. Essas interações buscam aprofundar a compreensão das percepções, valores e opiniões em relação ao desenvolvimento sustentável em Itapevi.

A análise de conteúdo **é empregada** para extrair insights significativos que traz uma revisão da legislação relacionada ao meio ambiente, planejamento urbano e políticas de desenvolvimento. Isso permite avaliar o quadro regulatório existente e identificar lacunas ou áreas de conflito que possam impactar o avanço da sustentabilidade.

A análise SWOT **é** aplicada para mapear os pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças específicas do contexto local.

Isso contribui para o desenvolvimento de estratégias adaptadas, aproveitando as potencialidades do município e enfrentando desafios de maneira proativa.

Em síntese, a metodologia proposta visa proporcionar uma compreensão holística dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável em Itapevi, integrando dados que permitem a formulação de recomendações sólidas e estratégias para a promoção de um futuro sustentável e equitativo para o município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo deste estudo exploramos os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento sustentável no município de Itapevi. É importante destacar que a cidade enfrenta questões significativas, como mobilidade urbana, gestão de recursos naturais e preservação ambiental, que exigem ação imediata e efetiva. No entanto, identifica-se diversas oportunidades para promover um desenvolvimento sustentável sólido e equilibrado. A promoção de transportes públicos eficientes, o incentivo ao uso de modos de transporte sustentáveis e a valorização dos recursos naturais são estratégias-chave para superar os desafios da mobilidade urbana e da gestão ambiental.

Além disso, destacamos a importância da participação ativa da sociedade civil e a construção de parcerias entre diferentes atores para impulsionar o desenvolvimento sustentável em Itapevi. A colaboração entre o setor público, o setor privado, as organizações da sociedade civil e a comunidade local é essencial para garantir o planejamento estratégico e a implementação de políticas públicas eficazes.

Uma abordagem para solucionar os desafios do Desenvolvimento Sustentável em Itapevi, seria a implementação de políticas públicas que incentivem o uso do transporte público e de modos

de transporte alternativos, como bicicletas. Os benefícios desse tipo de mobilidade, demonstram uma grande eficiência, além do bem que faz à saúde, pois com mais bicicletas nas ruas, menos veículos circulam, o que polui menos o meio ambiente. Investimentos na melhoria da infraestrutura viária, como a construção de mais ciclovias e calçadas adequadas em conjunto, poderiam encorajar os moradores a optarem por meios de locomoção mais sustentáveis e saudáveis.

É fundamental também promover a conscientização e a educação ambiental em todos os níveis da sociedade. Ao capacitar os cidadãos e fomentar uma cultura de sustentabilidade, é possível estimular a adoção de práticas ambientalmente responsáveis e garantir a preservação dos recursos naturais de Itapevi para as gerações futuras. Além de ressaltar que o desenvolvimento sustentável não é um objetivo estático, mas um processo contínuo. É necessário acompanhar de perto as mudanças e os avanços na área ambiental, buscar soluções inovadoras e estar aberto à adaptação e ao aprimoramento das políticas e práticas existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades, Itapevi pode se tornar uma referência em desenvolvimento sustentável, com uma qualidade de vida melhorada para seus habitantes, preservação ambiental e prosperidade econômica. A busca pela sustentabilidade é uma jornada coletiva, na qual cada indivíduo, empresa e instituição desempenha um papel importante.

Em última análise, é preciso reconhecer que o desenvolvimento sustentável é um investimento a longo prazo, que exige comprometimento, esforço e colaboração de todos os envolvidos. Ao agir de forma consciente e responsável, Itapevi pode criar um futuro mais sustentável, equilibrado e próspero para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Félix Ruiz. LÓPEZ, Francisco Granizo. CASTRUCCI, Plínio de Lauro. **Curso de ética em administração.** São Paulo: Atlas, 2006.

ARAUJO. J. C.; VITAK FACHINI. M. G; DUARTE, R.L, IOFOLI, E.T. **Análise de Swot; uma ferramenta na criação de uma estratégia empresarial.** Disponível em: https://silo.tips/download/analise-de-swot-uma-ferramenta-na-criaao-de-uma-estrategia--empresarial-swot-anal. Acesso em: 15 mai. 2023.

AVRITZER, Leonardo. **"Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático"**, em Opinião Pública, Campinas, 14 (1), pp. 43 – 64, 2008.

BOHUSCH, G.; SCHEIBE, L. F. **Mobilidade Urbana Sustentável: um ensaio sobre o conceito.** Revista Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 57, p. 157-176, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2014v-29n57p157/27890. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988. Acesso em: 08 mai. 2023.

CAMPOS, E. P. (1999). **Sociedade e estresse.** Edição especial do JBM, 78, 18-21.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Gaia, 1992.

GAZETA. 2018. **Após 3 anos de redução, investimentos em saúde e educação aumentam.** Disponível em: https://www.aga-

zeta.com.br/es/gv/apos-3-anos-de-reducao-investimentos-em-saude-e-educacao-aumentam-0719. Acesso em: 07 mai. 2023.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002

LOBELL, D. B. et al. **Prioritizing climate change adaptation needs for food security in 2030.** Science, v. 319, n. 607, p. 607-610, 2008. Disponível em: https://www.science.org/doi/suppl/10.1126/science.1152339/suppl_file/lobell.som.pdf. Acesso em: 08 mai. 2023

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. **Trabalho sob Fogo Cruzado: São Paulo em Perspectiva,** 8(1): 13-21, janeiro/março 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_02.pdf. Acesso em: 02 mai. 2023.

MOURA, R. **Configurações espaciais da metropolização Brasileira.** Revista e-metropolis, n.13. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013.

MOBILIZE. **A pé ou em bikes somos mais eficientes.** Disponível em: https://www.mobilize.org.br/estatisticas/68/a-pe-ou-em-bikes-somos-mais-eficientes.html. Acesso em: 08 mai. 2023.

NAKAGAWA, M. FERRAMENTA: **ANÁLISE SWOT (CLÁSSICO), ESTRATÉGIA E GESTÃO**, Movimento Empreenda, São Paulo, 2011, 3 páginas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF> Acesso em: 05 mai. 2023.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida.** Londrina: Midiograf, 2003. CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. Revista de Economia Política, v. 9, n. 1, jan./marc. 1989.

NOGUEIRA, Marco Aurélio**. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

NZUMILE, J. M.; TAIFA, I. W. **EMPERICAL ANALYSIS OF THE QUALITY INFRASTRUCTURE IN TRADE FACILITATION WITHIN THE AFRICAN CONTINENTAL FREE TRADE.** Business Education Journal, v. 10, n. 1, 24 mar. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ismail-Taifa/publication/349762455_Emperical_analysis_of_the_quality_infrastructure_in_trade_facilitation_within_the_African_Continental_Free_Trade/links/6040a3074585154e8c753f98/Emperical-analysis-of-the--quality-infrastructure-in-trade-facilitation-within-the-African--Continental-Free-Trade.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

PIRES, Roberto Rocha C. et al. **Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.** Brasília: Ipea, p. 347-364, 2011.

RAQUEL, R. **Espaço em transição: a mobilidade ciclística e os planos diretores de Florianópolis.** Dissertação de Mestrado – UFSC, Florianópolis-SC, 2010. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/30374958.pdf. Acesso em: 02 mai. 2023.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas.** São Paulo: Hucitec. 1998.

SALES, I. DA C. **Os desafios da gestão democrática da sociedade (Em diálogo com Gramsci).** Recife: UFPE, 2003.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

SILVA, Márcia Nazaré**. A educação ambiental na sociedade atual e sua abordagem no ambiente escolar.** Âmbito Jurídico. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11367&revista_caderno=5. Acesso em: 06 mai. 2023.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JÚNIOR, L. A. A. **Educação ambiental como política pública.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p.285-299, mai./ago., 2005.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por. Acesso em: 08 maio 2023.

VITTE, C. C. S. **A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e a cidade** (pp 89-110) In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

6. O IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

THE IMPACT OF DIGITAL TRANSFORMATION ON PUBLIC SERVICES

Ygor Lira Saraiva
Quesia Postigo Kamimura

RESUMO

Este artigo discute o tema da governança digital e seus principais componentes, como a necessidade de eficiência e agilidade nos processos públicos, a importância da participação cidadã e da transparência, o desenvolvimento da governança digital ao longo do tempo e as perspectivas de integração tecnológica nas esferas públicas no futuro. Em relação à eficiência e agilidade nos processos públicos, destaca-se que as tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas para maximizar a prestação de serviços, desburocratizar e agilizar a tomada de decisões. A digitalização de processos e a automação de tarefas rotineiras podem melhorar a eficácia operacional do setor público e levar a uma melhor prestação de serviços à população. A participação cidadã e a transparência são componentes essenciais para fortalecer a governabilidade e a legitimidade democráticas. O público pode participar ativamente da formulação de políticas públicas, expressar suas opiniões e contribuir com ideias por meio de plataformas e canais de comunicação digitais. Além disso, a transparência na divulgação de informações e dados oficiais é fundamental para preservar a confiança do público e a prestação de contas. Um governo digital busca incentivar a eficiência e a agilidade nos

processos públicos, incentivar a participação cívica e a transparência e acompanhar o avanço tecnológico.

Palavras- chave: Tecnologia; População; Governo, Participação; Transparência.

ABSTRACT

This article discusses the topic of digital governance and its main components, such as the need for efficiency and agility in public processes, the importance of citizen participation and transparency, the development of digital governance over time and the prospects for technological integration in public spheres in the future. With regard to efficiency and agility in public processes, information and communication technologies should be used to maximize the provision of services, reduce bureaucracy and speed up decision-making. Digitizing processes and automating routine tasks can improve the operational efficiency of the public sector and lead to better service delivery to the population. Citizen participation and transparency are essential components for strengthening democratic governance and legitimacy. The public can actively participate in the formulation of public policies, express their opinions and contribute ideas through digital communication platforms and channels. In addition, transparency in the disclosure of official information and data is fundamental to preserving public trust and accountability. A digital government seeks to encourage efficiency and agility in public processes, encourage civic participation and transparency and keep pace with technological advances.

Keywords: Technology; Population; Government, Participation; Transparency

1 INTRODUÇÃO

A chegada da era digital revolucionou muitas facetas da sociedade contemporânea, e os serviços públicos não foram exceção. Inúmeras mudanças foram provocadas pela transformação digital na forma como as organizações governamentais interagem com seus constituintes e oferecem seus serviços (Peter Drucker: "O Gestor Eficaz").

Explorar as oportunidades oferecidas pela tecnologia é essencial para alcançar uma gestão pública eficaz e voltada para o bem-estar da população. Segundo os autores Beth Simone Noveck, em seu estudo sobre governança digital, a automação de processos, o uso de dados e a transformação digital podem gerar eficiência e agilidade nos processos públicos. Além disso, de acordo com Fung (2002), em seu estudo sobre a participação cívica na era digital, a transparência e a participação cidadã são alicerces essenciais para o desenvolvimento de um governo democrático e responsável. A governança digital avançou significativamente ao longo do tempo, evoluindo para atender às demandas e desafios de um ambiente tecnológico em constante mudança. Os governos têm buscado se modernizar e oferecer serviços mais eficazes e acessíveis por meio de iniciativas como governo eletrônico e interoperabilidade de sistemas. Essa evolução é destacada por (Doe, 2022) em seu estudo sobre a evolução da governança digital, enfatizando a necessidade de uma abordagem ágil e adaptável diante dos avanços tecnológicos.

Olhando para o futuro, as perspectivas de avanço tecnológico na esfera pública parecem promissoras. A utilização de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e Internet das Coisas, pode abrir caminho para um governo mais inteligente e eficaz. Conforme (Smith, 2021) em sua contribuição sobre os potenciais futuros da governança digital, o uso de algoritmos e análise de

dados pode auxiliar no aprimoramento de políticas públicas e na tomada de decisões baseadas em evidências. Neste artigo, examinaremos amplamente questões como eficiência e agilidade em processos públicos, participação cívica e transparência, desenvolvimento de governança digital e potenciais aplicações futuras de tecnologia na esfera pública. Com base nas contribuições dos autores, buscamos entender o impacto da tecnologia na governança e explorar as oportunidades e desafios que surgem nesse cenário. Ao fazer isso, esperamos iluminar o caminho para uma governança pública mais eficaz, inclusiva e voltada para o futuro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A transformação digital é um fenômeno multifacetado que redefine a forma como as organizações operam e interagem com seus stakeholders. Autores como Erik Brynjolfsson e Andrew McAfee destacam a importância da integração de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, big data e automação, para impulsionar a eficiência e a inovação nos setores público e privado.

TEORIA DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA (E-GOVERNANCE):

A governança eletrônica representa o uso estratégico da tecnologia da informação e comunicação no setor público. Luis Fernando Sayão enfatiza que a e-Governance não apenas otimiza os processos administrativos, mas também promove a transparência, participação cidadã e eficácia na prestação de serviços públicos.

TEORIA DA INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS:

A inovação no setor público é crucial para atender às crescentes demandas da sociedade. Christopher Hood discute a necessidade de modelos inovadores de prestação de serviços públicos,

destacando como a transformação digital pode ser um catalisador para a redefinição dos modelos tradicionais.

TEORIA DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO (UX) NOS SERVIÇOS PÚBLICOS:

A experiência do usuário tornou-se central na prestação de serviços, inclusive nos setores governamentais. Autores como Jakob Nielsen argumentam que a aplicação de princípios de design centrado no usuário e interfaces intuitivas contribui significativamente para a eficácia e aceitação dos serviços públicos digitais.

TEORIA DA ADOÇÃO DE TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO:

A adoção bem-sucedida de tecnologias digitais no setor público é um processo complexo. Autores como Everett Rogers, com sua teoria da difusão da inovação, exploram os estágios de adoção, destacando a importância da liderança, da comunicação eficaz e da capacidade de adaptação na implementação de mudanças tecnológicas.

TEORIA DA SEGURANÇA E PRIVACIDADE NOS SERVIÇOS DIGITAIS GOVERNAMENTAIS:

A segurança cibernética e a privacidade são preocupações fundamentais na era digital. Autores como Bruce Schneier e Shoshana Zuboff examinam os desafios e as implicações éticas associadas à coleta e processamento de dados governamentais, destacando a necessidade de políticas robustas de segurança e privacidade. Ao integrar essas teorias, o presente artigo busca analisar de forma abrangente o impacto da transformação digital nos serviços públicos, considerando dimensões como eficiência, inovação, experiência do usuário e desafios associados à segurança e privacidade. Essas perspectivas teóricas oferecem uma base

sólida para a compreensão dos complexos fenômenos relacionados à transformação digital no setor público.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A transformação digital tem mostrado uma tendência constante atualmente, impactando diversos setores, inclusive os serviços públicos. Com o advento da internet e o avanço da tecnologia, as organizações governamentais têm buscado se adaptar a essas mudanças para oferecer serviços mais eficientes e esmagadores para a população. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo abordar os aspectos metodológicos de um estudo que investigou o impacto da transformação digital nos serviços públicos.

Para realizar a análise deste artigo, foi realizada uma revisão bibliográfica com o intuito de investigar as principais discussões e teorias relacionadas ao tema. Essa etapa permitiu o embasamento teórico necessário para compreender as transformações provocadas pela digitalização nos serviços públicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

EFICIÊNCIA E AGILIDADE NOS PROCESSOS PÚBLICOS

A digitalização dos serviços públicos também traz mais eficiência e agilidade aos processos administrativos. As agências governamentais podem processar solicitações e documentos com mais rapidez e precisão, automatizando tarefas repetitivas e integrando sistemas. Isso leva a tempos de resposta mais curtos, menos erros e maior transparência. Além disso, a digitalização possibilita a coleta e análise de dados, permitindo que o governo tome decisões mais informadas e eficazes. Podemos ver até onde o Brasil avançou com o rápido desenvolvimento das TICs, que incluem tecnologias de processamento, armazenamento e comunicação da informação.

Ao mesmo tempo, o eGov está usando essas tecnologias para fornecer serviços governamentais eletronicamente em um esforço para aumentar a eficiência e a interação com o cidadão.

O desenvolvimento da infraestrutura de TIC tem um impacto positivo no crescimento e desenvolvimento do eGov, particularmente da internet. A infraestrutura e o acesso às informações do governo são utilizados pelas iniciativas de eGov para fornecer transparência e serviços eletrônicos. O desenvolvimento do eGov é proibido quando falta infraestrutura de TIC e é limitado no número de cidadãos que podem ser atendidos (Singh, Das e Joseph, 2007; Siau e Long, 2009; Srivastava e Teo, 2010). Os governos veem as TIC como uma ferramenta fundamental para alcançar objetivos como melhorar a qualidade dos serviços públicos, reduzir custos e aumentar a transparência.

> A capacidade de acessar universalmente todas as informações de saúde do paciente em tempo hábil é de extrema importância. Portanto, um alto nível de integração de dados, interoperabilidade e compartilhamento de dados entre diferentes profissionais da área de saúde são necessários. Principalmente em instituições que pretendem oferecer cuidados de saúde de alta qualidade aos pacientes atendidos. (Youssef, 2014)

Podemos citar o projeto Conecte SUS, do Ministério da Saúde, como um sistema em potencial para a interação da tecnologia com o cidadão. Projeto este que visa modernizar e integrar o sistema de saúde do país por meio da aplicação de tecnologias de informação e comunicação (TIC). O principal objetivo do projeto é conectar todos os pontos de atendimento do SUS a uma rede nacional, compartilhando informações e melhorando a acessibilidade e a qualidade dos serviços de saúde. No entanto, é vital en-

fatizar que a integração da tecnologia aos processos públicos não é uma solução mágica. Ela pede investimentos em infraestrutura, treinamento de funcionários e medidas de segurança para proteger a segurança dos dados e a confiabilidade do sistema. Além disso, é fundamental levar em conta as necessidades e a inclusão de todos os moradores da cidade, garantindo que aqueles sem acesso à tecnologia ou que carecem de habilidades digitais não sejam excluídos dos serviços públicos.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TRANSPARÊNCIA

O meio digital abriu novas oportunidades de participação cívica e incentivou mais transparência nos serviços públicos. O público pode expressar suas opiniões, registrar reclamações, sugerir melhorias e participar de consultas públicas por meio de plataformas online. Isso fortalece a democracia ao possibilitar uma maior interação entre governo e sociedade e proporcionar uma linha direta de comunicação entre cidadãos e instituições governamentais.

A professora de direito da Universidade de Nova York, Beth Simone Noveck, argumenta que a tecnologia pode desempenhar um papel crucial na promoção da participação cívica. Segundo ela, "cidadãos inteligentes são aqueles que possuem ferramentas e conhecimento para participar ativamente da governança" (Noveck, 2021). Nesse contexto, o autor destaca a importância das plataformas digitais para a inclusão do cidadão nos processos decisórios governamentais. Um exemplo dado por Noveck é o "Gabinete de Inovação" criado na cidade de Nova York, onde foram desenvolvidas plataformas online para incluir os cidadãos e deixá-los contribuir com suas ideias e opiniões (Noveck, 2021). Esta estratégia demonstra como a tecnologia pode capacitar os cidadãos, permitindo-lhes participar ativamente na governança

e moldar as políticas públicas. Junto com a participação cívica, a transparência é um componente chave para aumentar a confiança pública no governo. Noveck enfatiza que a tecnologia pode melhorar a transparência ao fornecer acesso às informações e dados pertinentes de forma compreensível e clara para o público em geral (Noveck, 2021). Isso permite que os cidadãos compreendam as decisões do governo e avaliem sua eficácia.

A importância de garantir que a governança digital seja aberta e responsável é enfatizada por Evgeny Morozov, autor de "To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism" (Morozov, 2013). Ele adverte contra a simples adoção de soluções tecnológicas como solução para problemas governamentais, destacando a importância de uma discussão pública informada sobre as decisões e os efeitos da governança digital. Também destacada por Archon Fung é a necessidade de responsabilidade na governança digital. Para garantir que os governos atuem no interesse público e prestem contas aos seus cidadãos, ele argumenta que o uso da tecnologia no governo deve ser acompanhado de mecanismos de responsabilização (Fung, 2019).

Na era digital, a participação cívica e a transparência têm o potencial de fortalecer a democracia e o governo. A tecnologia permite que os cidadãos tenham um papel mais ativo e informado no desenvolvimento de políticas públicas e na tomada de decisões governamentais. No entanto, é fundamental que as instituições e os governos se comprometam a fornecer as ferramentas certas, garantindo a inclusão e promovendo a governança digital responsável.

A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA DIGITAL

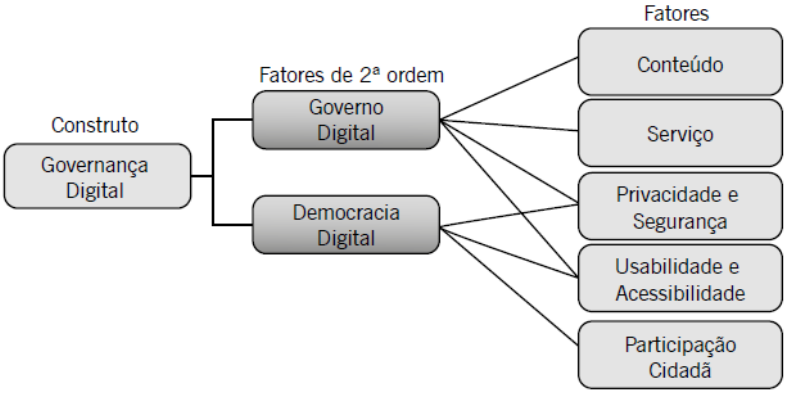
A Estratégia de Governança Digital (EGD) (Brasil, 2016) explicitou e desenvolveu a Política de Governança Digital (Decreto nº 8.638/2016), com vigência até 2019. Aplica-se a órgãos do

governo federal e organizações fundacionais, promovendo o uso da tecnologia na prestação de serviços públicos digitais, acesso à informação e maior participação social no desenvolvimento de políticas públicas. Dessa forma, as TICs mudaram a forma como o governo se comunica com o público, adotando o governo eletrônico ("e-gov", representado por sites) para fornecer serviços que possam atender melhor e mais rapidamente às demandas da sociedade. Em termos constitucionais, entende-se que "o governo eletrônico" - a prestação de serviços públicos por meios digitais - representa o estágio de desenvolvimento da governança digital.

Como resultado, a própria EGD do governo brasileiro promove a governança digital, estabelecendo como metas a expansão do acesso à informação, a melhoria dos serviços públicos e o aumento da participação social (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2018). Como resultado, fica claro que a participação social funciona como uma característica definidora da governança digital.

Segundo Archon Fung (2019), professor da Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, "governança digital" refere-se ao uso de tecnologias de informação e comunicação para melhorar a formulação de decisões políticas e a prestação de serviços públicos (Fung, 2019). A governança digital envolve tanto a participação cidadã na formulação de políticas públicas quanto a transparência e eficiência em sua implementação.

Figura 1: a governança digital



Fonte: Mello e Slomski (2010, p.385)

As relações da Figura 1 foram previamente estudadas por Holzer e Kim (2006), modificadas por Mello (2009) e posteriormente revisadas por Mello e Slomski (2010). Seguindo a mesma linha de raciocínio, o EGD confirma as relações idênticas entre a estrutura e seus fatores. Neste estudo, o referencial teórico do modelo com os cinco fatores foi preservado e, como resultado, as práticas representativas de cada fator associado à governança digital foram aplicadas à realidade da medida de governança online nas autarquias locais do governo federal e fundações vinculadas ao MEC. A governança digital representa um campo de estudo e prática essencial para lidar com os desafios e aproveitar as oportunidades apresentadas pela era tecnológica. A participação cidadã, a transparência, a accountability e a inclusão são pilares fundamentais dessa nova forma de governança.

Quando tratamos a respeito dos princípios da governança digital, podemos destacar Hanna e Wentz (2017) propõem um conjunto de princípios orientadores que devem guiar a governança digital. Eles enfatizam a importância da liderança eficaz, engajamento do cidadão e transparência na formulação e implemen-

tação da política digital. Eles também enfatizam a necessidade de fomentar a inovação e a cooperação entre os diversos atores envolvidos no processo de governança digital. Segundo Hanna e Wentz (2017), "uma governança digital requer forte liderança que define uma visão clara, estabeleça e alcance metas, promova a colaboração entre os setores público, privado, e sociedade civil." Essa liderança é crucial para impulsionar a transformação digital e garantir que as políticas e práticas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas dos cidadãos. Liderança eficaz, engajamento do cidadão e transparência são essenciais para o sucesso da governança digital. Além disso, o engajamento cívico e a cooperação entre os setores público, privado e civil são cruciais para promover a inovação e iniciar a transformação digital.

PERSPECTIVAS FUTURAS DA INSERÇÃO TECNOLÓGICA NO ÂMBITO PÚBLICO

A transformação digital representa uma mudança fundamental na forma como as organizações operam, integrando tecnologias avançadas para otimizar processos e melhorar a entrega de serviços (Smith, 2018). No contexto dos serviços públicos, esse fenômeno não apenas moderniza, mas redefine a maneira como o governo interage com os cidadãos.

A integração tecnológica tem o potencial de trazer inovação, eficiência e melhorias significativas na governança. Neste artigo, examinaremos os resultados potenciais da integração tecnológica na esfera pública com base nas contribuições de autores renomados. As tecnologias emergentes estão moldando o futuro do governo. Doe afirma que a inteligência artificial e a análise de dados têm o potencial de melhorar a tomada de decisões governamentais, fornecendo insights valiosos e auxiliando na identificação de tendências e padrões" (Doe, 2022). A capacidade de proces-

sar grandes volumes de dados e extrair informações pertinentes aumentaria a eficácia das políticas públicas e possibilitaria uma gestão mais ágil e eficaz.

Ao falarmos da inserção da tecnologia na sociedade, é imprescindível citar o uso de tecnologias avançadas em cidades inteligentes é uma possibilidade atraente. De acordo com Smith, "cidades inteligentes usam sensores, dispositivos conectados e análise de dados para melhorar a infraestrutura, o transporte, a segurança e a qualidade de vida geral da cidade" (Smith, 2021).

As soluções inteligentes permitirão gerir os recursos de forma mais eficaz, reduzir as emissões e melhorar as experiências urbanas dos cidadãos. As tecnologias digitais têm o potencial de aumentar a participação pública nos processos de tomada de decisão. As plataformas digitais e ferramentas interativas, na opinião de Brown, "permitem que os cidadãos contribuam com ideias, sugestões e opiniões, estabelecendo uma relação mais direta com o governo" (Brown, 2022). A utilização de aplicativos, redes sociais e outras plataformas digitais pode aproximar o cidadão do poder público, estimulando a colaboração entre diversos atores sociais e a cocriação de políticas públicas.

5 CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação digital teve um impacto significativo nos serviços públicos, mudando a forma como o governo se envolve com os cidadãos e responde às suas necessidades. Exploramos os vários aspectos dessa transformação e seus efeitos nas áreas de eficiência, acessibilidade e participação cívica ao longo deste artigo. Ficou claro que a transformação digital possibilita a otimização de processos e maior eficiência nos serviços públicos.

A automação de tarefas rotineiras, a digitalização de documentos e o uso de sistemas integrados de informação têm au-

xiliado na desburocratização e maior agilidade na prestação de serviços. Os cidadãos têm se beneficiado da simplificação de procedimentos, o que se traduz em melhores experiências e satisfação globais. Além disso, a mudança digital aumentou a acessibilidade dos serviços públicos. O surgimento de plataformas online e aplicativos móveis diminuiu os obstáculos relacionados à geografia e ao tempo, facilitando o acesso a serviços e informações do governo. Com poucos cliques, os moradores podem fazer solicitações, efetuar pagamentos e obter as informações necessárias do governo de forma mais rápida e prática.

A transformação digital dos serviços públicos também teve um impacto positivo na participação cívica. Uma maior interação entre cidadãos e autoridades governamentais agora é possível por meio de mídias sociais, fóruns online e outras ferramentas digitais. Por meio dessas plataformas, é possível compartilhar ideias, fazer comentários e participar ativamente do processo de tomada de decisão. A voz do povo se expande em influência e alcance, fortalecendo a governança participativa e a democracia. É fundamental que o governo busque continuamente a inovação tecnológica e a melhoria contínua dos processos, a fim de estar preparado para os desafios e oportunidades desta era digital. A transformação digital é um passo promissor para fortalecer as relações governamentais com os cidadãos e melhorar a prestação de serviços públicos. Isso leva a uma administração mais eficaz, inclusiva de todas as partes interessadas e focada no bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

Brown, S. Melhorando a participação cidadã por meio de tecnologias digitais. Public Administration Review, (2022), 55(3), 321-336.

Mello, G. R., & Slomski, V. Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros (2009): No âmbito do Poder Executivo. Journal of Information Systems and Technology Management, (2010).

Mello, G. R. (2009). Estudo das práticas de governança eletrônica: Instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros (Tese de doutorado).

Morozov, E. To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism. PublicAffairs. (2013).

Noveck, B. S. Cidadãos Inteligentes, Estado Mais Inteligente: As Tecnologias de Perícia e o Futuro do Governo. Editora XYZ. (2021).

Siau e Long. Factors Impacting E-Government Development. Journal of Computer Information Systems, Setembro (2009).

Singh, H., Das, A., & Joseph, D. Determinantes da Maturidade do Governo Eletrônico em Nível de País. Communications of the Association for Information Systems, 20, pp-pp (2007).

Smith, A. Smart Cities and the Enhancement of Public Governance. International Journal of Urban Studies, (2021). 33(4), 567-582.

Srivastava, S. C., & Teo, T. S. E-Government, E-Business, and National Economic Performance. Communications of the Association for Information Systems, 26, pp-pp. (2010).

Hanna, N., & Wentz, B. Digital Governance: Principles and Best Practices. Public Administration Review, (2017), 77(2), 221-227.

Holzer, M., & Kim, S. T. Governança digital em municípios em todo o mundo: uma avaliação longitudinal de sites municipais em todo o mundo New Jersey. Centro Nacional de Produtividade Pública, (2006).

7. AS ESCOLAS NO PODER LEGISLATIVO E A NECESSIDADE DE UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

SCHOOLS IN THE LEGISLATURE AND THE NEED FOR A POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT

Roberto Eduardo Lamari
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira
Adriana Leônidas de Oliveira

RESUMO

O artigo mostra a importância do projeto político-pedagógico para a construção de uma escola do legislativo, como ele deve ser formulado e pensado, com base em método trazido pela pedagogia, e demonstra como as escolas com projetos pedagógicos sofrem menos os aspectos de descontinuidade de gestões ou mesmo das características excessivamente políticas do Poder Legislativo. A metodologia escolhida é a descritiva, com base em fontes bibliográficas e análise qualitativa e quantitativa. A narrativa é de que um determinado percentual de escolas tem sequer planos dessa natureza, e que para além de possuí-los é essencial que eles sejam avaliados periodicamente. O artigo desvenda como analisar um plano pedagógico de forma democrática, concluindo que em certos aspectos o projeto político-pedagógico tem ajudado nas atividades das escolas, contudo, é necessário adaptações, conforme o aprendizado trazido pela pesquisa.

Palavras-chave: Escolas do Legislativo. Poder Legislativo. Educação para a Cidadania. Projeto Político-Pedagógico.

ABSTRACT

The article shows the importance of the political-pedagogical project for the construction of a legislative school, how it should be formulated and thought out, based on the method brought by pedagogy, and demonstrates how schools with pedagogical projects suffer less from the discontinuity of administrations or even the excessively political characteristics of the Legislative Branch. The methodology chosen is descriptive, based on bibliographic sources and qualitative and quantitative analysis. The narrative is that a certain percentage of schools don't even have plans of this nature, and that in addition to having them, it is essential that they be evaluated periodically. The article reveals how to analyze a pedagogical plan in a democratic way, concluding that in certain aspects the political-pedagogical project has helped schools' activities, however, adaptations are necessary, according to the learning brought about by the research.

Keywords: Legislative schools. Legislative Power. Education for Citizenship. Political-pedagogical project.

1 INTRODUÇÃO

As Escolas do Legislativo são Escolas de Governo, de acordo com o art. 39, parágrafo 2, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, está presente no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Nas Câmaras é um fenômeno recente, sendo a Escola da Câmara Municipal de Natal a pioneira em 2005, muito embora o texto constitucional não dê guarida às escolas em âmbito municipal, elas são instituídas pelo princípio da similarida-

de[1] e pela autonomia dos Municípios[2] e atribuições e competências das Câmaras Municipais[3].

Existem em todo o país aproximadamente 300 escolas do Legislativo e Contas, sendo 60 no Estado de São Paulo[4], ainda é um número muito pequeno se levarmos em conta que temos 5.568 câmaras municipais no Brasil, porém o movimento vem ganhando força graças ao trabalho pioneiro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas – ABEL, criada em 2003, e por associações locais como Associação Paulista de Escolas do Legislativo e Contas – APEL, criada em 2017, e a Associação Potiguar das Escolas do Legislativo – ASPEL, criada em 2019, estados onde se verificou um aumento considerável de escolas após o apoio das associações estaduais.

São verdadeiras escolas de Democracia, nos dizeres de Rildo Cosson (2008)[5]. As escolas no Poder Legislativo tem um papel duplo: a) capacitar servidores e parlamentares através de cursos, palestras, seminários e eventos voltados para o melhor exercício de suas atividades no Legislativo; e b) realizar programas voltados à educação para a cidadania, estes têm o objetivo de atingir toda a sociedade e explicar o papel do Poder Legislativo, Cidadania, Participação Política e a importância da Democracia que está intimamente ligada aos direitos individuais, à liberdade, à igualdade de oportunidades e à justiça social.

Ter Escolas no Poder Legislativo significa dar um salto de qualidade na forma de atender o cidadão e no desempenho das

1 É o princípio federativo que exige uma relação simétrica entre os institutos jurídicos da Constituição Federal e as Constituições dos Estados-Membros, não havendo nada constitucionalmente que inviabilize uma construção analógica.

2 Autonomia Municipal: uma delas é a capacidade de autoadministração, para manter e prestar os serviços de interesse local.

3 Função deliberativa por meio da qual a Câmara exerce atribuições de sua competência privativa.

4 Informações do Portal Abel: www.portalabel.org.br

5 COSSON, Rildo. Escolas do Legislativo, escolas de democracia-Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

tarefas diárias das Casas Legislativas, temas como licitação, contratos, processos administrativos, recursos humanos, comunicação, oratória, cerimonial e muitos outros são tratados rotineiramente. Também a aproximação com escolas, jovens e a sociedade em geral são desenvolvidos por programas como Vereador Mirim, Concursos de Redação, Cursos e Palestras de Cidadania e Política e Estágio Visita, que ajudam a diminuir a distância entre o eleito e o eleitor e desmistificam a política como algo fora do alcance do cidadão. Portanto, cumprem um firme propósito de fortalecimento da democracia, com a educação política, posicionada perigosamente por anos em um segundo plano, colocando em xeque os avanços e estabilidade conquistados por países democráticos, como afirma Norberto Bobbio (1996).

Acreditamos que o papel de educar para a cidadania das Escolas do Legislativo deve ser ressignificado e valorado, após os recentes ataques ao Estado Democrático de Direito ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, que a história há de registrar muito provavelmente como uma tentativa de golpe de Estado dos mais agressivos e ocasionado pela total incompreensão dos papéis das instituições democráticas e não aceitação do resultado das eleições, embasado por fake news, o que afronta princípios básicos de participação política e exercício da cidadania.

Desde o surgimento da primeira escola do legislativo em 1992, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é certo que houve uma evolução natural na forma de atuar das escolas com diversos programas educacionais e formatos diferentes dentro desse eixo de capacitação do servidor público e da educação para a cidadania, porém o nosso intuito neste estudo é o de concentrar esforços em analisar a importância do projeto político-pedagógico para as escolas de governo no Poder Legislativo. A provocação vai partir da ideia da importância do projeto político-pedagógico,

de que um determinado percentual de escolas tem sequer planos dessa natureza, e que para além de possuí-los é essencial que eles sejam avaliados periodicamente. É isso que o artigo pretende desvendar: como analisar o plano pedagógico das escolas do parlamento, com base em método trazido pela pedagogia, e tentar entender se as escolas com projetos pedagógicos sofrem menos os aspectos de descontinuidade de gestões ou mesmo das características excessivamente políticas do Poder Legislativo?

A metodologia escolhida é a forma descritiva, com base em fontes bibliográficas e análise qualitativa e quantitativa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Em primeiro lugar gostaria de discutir a definição das expressões projeto pedagógico ou projeto político-pedagógico. Projeto Pedagógico é uma proposta pedagógica que deve conter a apresentação da instituição, a justificativa de sua existência, um diagnóstico da realidade, a missão, valores e visão de futuro; os objetivos, um plano de educação, quais ações serão realizadas, como se dá a gestão escolar, como é a organização da escola, qual o orçamento disponível, o cronograma de desenvolvimento do plano educacional e a apresentação de um calendário de atividades (Freire,2009). O projeto político-pedagógico deve conter tudo isso, devendo ser uma proposta real e factível, porém apresentada de forma consensual. Este é um conceito que entende o projeto político-pedagógico como um processo que deve ser construído de forma democrática, portanto, pode-se dizer que preferencialmente devemos construir e entender um projeto pedagógico como um ato político. Para Freire (2009), projeto político-pedagógico é um procedimento revestido de conteúdo político, feito de forma a ouvir professores, gestores e a comunidade, que visa o bem coletivo e a construção de uma cidadania plena. Portanto, não é adequado

em escolas dentro do poder legislativo usar a expressão projeto pedagógico apenas, seria desconsiderar a realidade na qual estão inseridas as escolas do legislativo. Contudo, as duas formas não são antagônicas, é apenas uma forma de se posicionar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei n. º 9.394/96 estabelece no inciso I, do artigo 12, que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". E no inciso I, do artigo 13, determina que: "Os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino". O "caput" do artigo 14 define que "os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática" e, por fim, o "caput" do artigo 15 confere "graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira".

A elaboração do projeto político-pedagógico deve ser um processo democrático, segundo a lei, natural a observância da legislação para se chegar aos objetivos da escola através da elaboração do projeto político-pedagógico, porém o resultado final perquirido deve ir muito além da "letra morta" da lei, é necessário que a proposta construída de forma coletiva vise a formação do cidadão. A intenção maior é a construção de um documento com a intencionalidade formativa e educativa, com o desejo da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da educação, e no caso das escolas do legislativo, da educação para a cidadania (Gadotti,1994).

Em síntese, na preparação do projeto político-pedagógico, deve-se seguir a lei, dentro de um processo democrático, e o resultado final deve ser o propósito da existência da escola; a transformação de pessoas através da educação (Saviani, 1983).

Após elaborado o projeto político-pedagógico, é necessário que as escolas continuem discutindo o projeto político-pedagó-

gico de forma a abarcar todos os atores envolvidos no ambiente escolar. Esta é a maior dificuldade, deixar claro para todos que participam da vida da escola que aquele documento é a certidão de nascimento daquela instituição de ensino, ou como se fosse o registro geral, ele deve estar inserido no dia a dia, deve ser reconhecido, debatido e constantemente avaliado. A partir dele é que serão definidos os currículos, o método educacional, a gestão escolar, a forma de relação com os docentes, discentes, funcionários e comunidade, não pode ser um mero documento burocrático ou para se cumprir uma exigência legal (Saviani,1983).

Para a elaboração do projeto político-pedagógico é condição *sine qua non* que a instituição de ensino tenha autonomia, evidente que esta autonomia encontra limites na lei e na ordem superior na qual está inserida, porém é necessário liberdade no processo de elaboração do projeto político-pedagógico, bem como a importância de sua construção de forma a envolver o maior número de atores possíveis, o procedimento transparente e democrático é que dá força e legitima a instituição perante os órgãos de poder central ou superior (Gadotti, 1994).

Sendo assim, o projeto político-pedagógico visa ir além de conglomerados de planos de ensino e de variadas atividades. Vale ressaltar que o projeto deve ser feito e colocado em prática, pois muitas vezes é engavetado e a ideia que passa é que o mesmo só é elaborado por conta de questões burocráticas para agradar as autoridades educacionais. Ele é elaborado e experimentado a todo instante, por todos aqueles que estão comprometidos com o encadeamento educacional.

Insisto na necessidade de construção democrática do projeto político-pedagógico, porque observamos em nossa introdução, e voltaremos a isso mais adiante, que o ambiente em que as escolas do legislativo se encontram são extremamente hierarquizados,

há forças políticas conflitantes que sofrem constantes mudanças de gestão, a elaboração plural tende a diminuir conflitos e rivalidades internas e externas, a criação de um sistema legitimado de execução de atividades pactuadas, que conferem rotinas, responsabilidades, autoridade hierarquizada de trabalho, diminui tensões e elimina diferenças, sufocando eventual vontade autoritária, característica comum a órgãos de poder central, o caminho perseguido é comum: o da edificação de uma escola de qualidade e reconhecida por todos.

Outra questão importante ao se estruturar um projeto político-pedagógico é pensar na organização que a escola possui, não é possível fazer um plano imaginando um corpo funcional que não existe, o projeto pode até apontar as deficiências de pessoal e pensar em necessidades futuras, porém a proposta realizável de calendário de atividades deve levar em conta o recurso humano disponível (Gadotti,1994). Uma escola tem uma arquitetura pensada nas seguintes estruturas: administrativas e pedagógicas. A administrativa cuida do pessoal, infraestrutura e orçamento. A estrutura pedagógica cuidará da formação e capacitação do seu público-alvo.

Para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, é importante que seja analisada toda a infraestrutura disponível e condições orçamentárias, pois entendemos que tentar dissociar a questão estrutural e financeira do trabalho intelectual não trará bons resultados à escola.

Na elaboração do projeto político-pedagógico, chamamos a atenção para discussão da grade curricular, é ela que tem que ser pensada dentro da realidade local em que a escola está inserida, a grade é uma manifestação do contexto social e cultural, e das lições advindas das experiências trazidas de dentro da sala de aula (Gadotti,1994). Nas escolas do legislativo, além desses aspectos

ela não pode se desviar dos propósitos de capacitação do servidor e da educação para a cidadania.

O ambiente escolar deve ser permanentemente analisado, as práticas e experiências em sala de aula, conflitos e contradições de equipe não devem ser menosprezados, caso contrário, a identidade da escola traduzida no projeto político-pedagógico não será real. Não existe problema em trazer as discussões, contradições e visões antagônicas para o debate, porém todos os envolvidos devem ter em mente que o projeto, embora fruto deste ambiente de diferenças, é um documento de consenso. É este consenso que confere a autonomia da escola, o projeto político-pedagógico é um poderoso instrumento que confere poder de mando à administração da escola em oposição ao poder da administração, da Mesa Diretora do Poder Legislativo.

Por fim, neste tópico devemos ressaltar a necessidade de avaliação do projeto político-pedagógico, que deve ser permanente, sempre observando as mudanças de realidade orçamentária, estrutural, ensinamentos de sala de aula e mudanças da sociedade (Inácia,2003). A autocrítica de avaliação de resultados contribui para o aperfeiçoamento dos trabalhos da escola, muitas vezes é necessário dar um passo atrás porque uma meta não foi alcançada ou porque alguns programas educacionais não foram realizados, mas esta decisão não deve ser encarada como um fracasso, vale analisar o porquê do ocorrido e, por outro lado, a percepção dos resultados alcançados deve ser pensada para esta decisão, se é momento de dar um passo além ou se o momento é de manter e consolidar o projeto implementado (Inácia,2003)

Este processo de avaliação é um trabalho de equipe, como já dissemos, o projeto político-pedagógico é uma construção necessariamente democrática, segundo os ensinamentos freiriano, e assim deve ser nos processos de avaliação, contudo, esta refor-

mulação do projeto político-pedagógico deverá ser feita de dentro para fora, a escola não pode admitir ingerências na sua identidade que foi construída de forma participativa e democrática, a equipe da escola está respaldada pelo poder originariamente conferido na montagem do projeto político-pedagógico. A analogia aqui é a mesma da Constituição Federal, não pode ser alterada totalmente, apenas modificada, porque ela é fruto do Poder Constituinte Originário[6], não significa dizer que no processo de reavaliação do projeto político-pedagógico não exista participação democrática, necessariamente terá, como veremos a seguir.

Nossa pretensão é deixar claro que o comando da revisão é um trabalho da estrutura da escola e não deve ter ingerências externas, na perspectiva de mando, o projeto político-pedagógico deve ser revisado, analisado e aperfeiçoado, mas não totalmente alterado. Caso a escola entenda necessidade de formulação do projeto político-pedagógico, deve ser iniciado um novo processo para repensar a própria escola, uma nova identidade, com a alteração, inclusive, dos valores, missão e visão (Eyng,2008). Seria um refundar da forma mais participativa possível.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 O PROFESSOR

Avaliar um projeto político-pedagógico é um processo permanente de reconsiderar o ensino-aprendizagem empregado na instituição. Exige a participação de todos os atores envolvidos na escola, e deve ouvir: a) os professores, b) alunos, c) funcionários e d) pensar nos espaços em que se está inserido, nos dizeres de

6 O Poder Constituinte Originário estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma comunidade. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p 48.

José Cerchi Fusari (1980, p.45): "Na medida em que se concebe o planejamento como um meio para facilitar e viabilizar a democratização do ensino, o seu conceito necessita ser revisto, reconsiderado e redirecionado.

Faz parte do planejamento de uma escola a revisão do projeto político-pedagógico, a questão é como fazer da melhor maneira e ter em mente que admitir falhas, mudanças de rumos, observar novos pensamentos da sociedade ou do instante em que vivemos, é primordial para a construção de uma escola não perfeita, mas responsável com sua missão e visão, não será garantia de qualidade de ensino, mas apontará as causas da falta dela, por meio de um processo autocrítico do conteúdo ministrado, metodologia de ensino, programas apresentados, competências dos professores, gestores e funcionários e recursos físicos adequados e favoráveis à aprendizagem.

Os professores que são os responsáveis pelo plano de ensino, muitas vezes "preenchido" de forma burocrática, e talvez por isso desprezado ou relegado apenas como o cumprimento de uma exigência legal, porque de fato os docentes têm inúmeros problemas no seu dia a dia, e esta tarefa pode parecer de menor importância.

Contudo, o plano de ensino é o ato que antecede a preparação da aula e todo o planejamento escolar. Então, podemos concluir que qualquer ato de avaliação do projeto político-pedagógico pressupõe que o docente tenha um olhar crítico sobre o plano de ensino apresentado, e que este não seja sempre reapresentado de forma igual como uma tarefa mecânica ou sem importância, é necessário avaliar a experiência colhida de dentro da sala de aula, do retorno dos alunos.

Não menos importante no trabalho dos docentes é a troca de impressões entre eles, sobre a vivência de sala de aula e discussão do planejamento escolar. Nas escolas do legislativo, o corpo do-

cente é formado por funcionários e professores convidados, que estão presentes nas atividades, mas muitas vezes não vivenciam o "ambiente escolar". Contudo, mecanismos de se obter retorno dos professores são necessários para o processo de avaliação que estamos nos propondo de um projeto político-pedagógico que, como vemos, o professor é um protagonista.

3.2 O ALUNO

Outro ator importante no processo de avaliação permanente do projeto político-pedagógico é a figura do aluno. O aluno não apresenta o plano de ensino, o planejamento escolar ou o projeto político-pedagógico, contudo, ele é a atividade fim de uma escola, os objetivos de uma instituição estão depositados na crença de que o aprendizado será o grande responsável pela transformação destes em cidadãos conscientes do seu papel social, como promotores de igualdade e liberdade entre os homens.

Não é tarefa fácil, pois é necessário primeiro conscientizar o aluno que ele é engrenagem importante deste processo de revisão do ensino, e depois quais ferramentas utilizar para que isso se concretize. Afirmamos que ele não apresenta o plano de ensino e ou planejamento da escola, sim, é verdade, entretanto, ele faz parte de sua construção e revisão. Como fazer, então?

Devemos partir do pressuposto que os alunos não são homogêneos, muito embora possa ser o sonho de um professor encontrar uma turma homogênea, isto não deve ser esperado, pode ser uma meta para facilitar o ensino, de difícil consecução, pois cada aluno é um universo. Entendido isso, o trabalho do professor será o de ensinar o aluno, mas também aprender com ele. No dizeres de Paulo Freire:

> Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino, continuo buscando, repro-

> curando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 1996, p.14).

Pelo pensamento do mestre Paulo Freire, concluímos que há uma via de mão dupla na relação professor e aluno, e que posturas eventualmente arrogantes devem ser abandonadas, e o aluno deve ser tratado como produtor de conhecimento.

Reuniões, conversas em separado ou em grupos, realizar avaliações da percepção do ensino e da aprendizagem, mostrar o currículo proposto ao aluno, dizer aonde se pretende chegar com o desenvolvimento dele, apresentar a filosofia da instituição, criar canais de comunicação diretos, democráticos, com políticas de respeito e privacidade de opinião, são atitudes que ajudam neste processo de engajamento do aluno. Devem os professores levar em conta os resultados destas experiências na revisão do projeto político-pedagógico.

Ideia inovadora e de fácil aplicação foi apresentada pela Educadora Portuguesa Inácia Santana, que consiste no simples emprego de um "Diário de Turma", em que os alunos poderiam depositar quando bem entender suas reclamações, elogios e propostas. Acredito que este Diário é uma fórmula interessante e que as Escolas do Legislativo podem empregar no seu dia a dia, que facilitará em muito os procedimentos de avaliação e de dar voz ao aluno.

> Paralelamente, existe um conjunto de instrumentos de registo da produção dos alunos que permite a pilotagem colectiva do trabalho. Trata-se de tabelas de dupla entrada expostas para registo e consulta e

> que constituem importantes instrumentos de regulação e avaliação da actividade dos alunos. O grande desencadeador da análise da vida do grupo é o Diário de Turma. Constituído por 4 colunas, é onde os alunos podem, livremente e em qualquer altura do dia, escrever aquilo de que gostaram ou não gostaram, as suas sugestões e as realizações que consideraram mais relevantes. A análise semanal deste instrumento é feita no conselho, o grande momento de avaliação e de regulação da vida do grupo. Consiste na leitura e discussão do Diário de Turma, na avaliação do Plano da Semana e na planificação da semana seguinte, na avaliação e redistribuição de tarefas e na avaliação dos planos individuais de trabalho. Gerida com gradual autonomia pelos alunos, é o principal órgão de tomada de decisões do grupo. (Santana, 2000, p.32).

Na atualidade, o "Diário de Turma" pode utilizar-se das ferramentas eletrônicas disponíveis, desde a simples consulta por meio de um canal em site ou aplicativos, bem como utilizar as plataformas conhecidas como google. Contudo, me parece que o anonimato é um dos segredos para o sucesso da iniciativa.

3.3 OS FUNCIONÁRIOS E A SOCIEDADE

Nesse contexto de reavaliação do projeto político-pedagógico, vimos que professor e aluno devem ser envolvidos no processo, além da utilização de algumas técnicas, entre elas a instituição de avaliações escritas ou por processo de percepção para que estes se sintam parte do mecanismo. Mas somente isso seria suficiente para fechar a reformulação do PPP? Acreditamos que não. Está faltando o envolvimento dos funcionários diretamente comprometidos na atividade da escola e a sociedade civil organizada e

consciente da missão, visão e valores da Escola, seu planejamento e projeto. Todos chamados a opinar.

Aqui temos duas técnicas: formulários que avaliam as atividades tanto do ponto de vista pedagógico como administrativo, prática bastante comum, e que podem ser aplicados no início e no fim da atividade para avaliar se houve uma evolução ou apenas aplicado no fim da atividade. A outra prática – e é esta que nos interessa neste tópico – é a "avaliação institucional". Ela tornará possível verificar se os objetivos da escola estão sendo buscados enquanto instituição de ensino com responsabilidade social.

A participação dos funcionários, que são aqueles que garantem o funcionamento escolar administrativamente, é crucial na avaliação do projeto político-pedagógico, eles é que darão coerência ao ensino-aprendizagem, deixá-los à margem dessa construção constitui grave erro de valoração da construção do projeto de escola.

No olhar das Escolas do Legislativo isto significa dizer que não só os funcionários lotados na escola devem ser ouvidos, mas todos os servidores devem ser ouvidos. A escola é uma parte integrante do Poder Legislativo e, por isso, depende da burocracia de todo o Parlamento. A avaliação que estamos falando é uma ação de dentro para dentro, que irá envolver todos os funcionários, alunos, professores e o agente externo. A sociedade civil organizada deve ser convidada, porque ela dará validação da construção plural e democrática que se busca. E ela traz o elemento local, o espaço no qual a escola está inserida. Para corroborar nosso pensamento, referenciamos Alberto e Balzam:

> Consideramos que, se os processos de avaliação institucional realmente se constituírem de ações, cuja finalidade seja a identificação de tudo o que afeta a qualidade de suas atividades-fim (ensino, pesquisa

> e a extensão) e atividades-meio (gestão acadêmica e administrativa), isto representará que a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica está acontecendo e a instituição estará realizando um trabalho 'com' a comunidade e não um trabalho 'para' a comunidade, onde o processo dinâmico e dialético acontece: ação-reflexão-ação. (Alberto; Balzam, 2008, p. 755).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada pela Associação Paulista de Escolas do Legislativo e Contas – APEL, no ano de 2020, com as Escolas do Legislativo no Estado de São Paulo, se deu por meio do aplicativo Survey Monkey e contém 22 perguntas. Foi encaminhada para as 60 escolas do Estado que constam no cadastro da Apel, pela rede WhatsApp, administrada pela instituição, e se encontra disponível na íntegra no site www.apelsp.com.br. Houve apenas 20 escolas que responderam, e foram identificadas como respondentes seus dirigentes. A pesquisa ficou disponível por 60 dias.

Utilizamos as respostas às perguntas: 9. Sua Escola tem Projeto Pedagógico? 10. Sua Escola tem regimento Interno? 11. Sua Escola tem orçamento próprio? 12. Sua Escola tem sala física própria? 13. Sua escola realizou atividades de capacitação para o servidor? Quantos servidores foram capacitados e quantas horas e atividades realizadas? 17. Sua Escola tem atividade de educação política? Quantas atividades foram realizadas, quantos alunos capacitados e a carga horária total? 21. Sua Escola realiza parcerias com a sociedade civil organizada? Todas as perguntas se referiam ao ano de 2019. Apresentamos os resultados conforme os gráficos:

Gráfico 1 - Pesquisa nas Escolas do Legislativo
no Estado de São Paulo



Fonte: Apelsp (2020)

Gráfico 2 - Pesquisa nas Escolas do Legislativo
no Estado de São Paulo



Fonte: Apelsp (2020)

Gráfico 3 - Pesquisa nas Escolas do Legislativo
no Estado de São Paulo



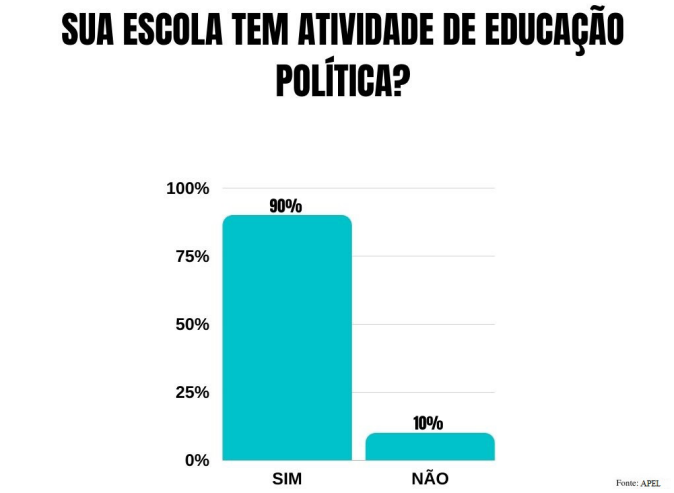
Fonte: Apelsp (2020)

Gráfico 4 - Pesquisa nas Escolas do Legislativo
no Estado de São Paulo



Fonte: Apelsp (2020)

Gráfico 5 - Pesquisa nas Escolas do Legislativo no Estado de São Paulo



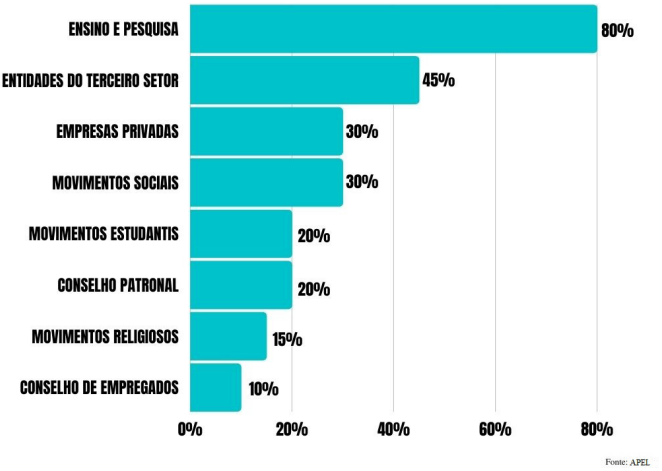
Fonte: Apelsp (2020)

Gráfico 6 - Pesquisa nas Escolas do Legislativo no Estado de São Paulo



Fonte: Apelsp (2020)

Gráfico 7 - Pesquisa nas Escolas do Legislativo
no Estado de São Paulo



Fonte: Apelsp (2020)

Quando perguntados se a escola possuía projeto pedagógico, 13 escolas, 65% disseram sim, e 7 escolas, 35% disseram não. Sobre o Regimento Interno, 16 escolas, 80% disseram sim e 4 escolas, 20% disseram não ter regimento interno. Questionadas em relação a ter orçamento próprio, 12 escolas, 60% disseram sim, e 8 escolas, 40% disseram não possuir orçamento próprio. Em relação à sala física 13 escolas, 65% tem sala física, enquanto 7 escolas, 35% não tem sala própria. A pergunta de número 13 questionava se a escola tinha capacitação para o servidor, apenas 4 escolas não têm essas atividades, 20%, 16 escolas, 80% realizam atividades de capacitação do servidor. Com relação à educação para cidadania, 18 escolas, 90% realizam atividades e apenas 2, 10% não tinham essas atividades no ano de 2019. Por fim, a pergunta 21 questionava se as escolas realizavam atividades com a sociedade civil organizada e se podiam ser dadas mais de uma

resposta, neste quesito tivemos, Sim, 19 escolas, 95%; e Não, 1 escola, 5%. Nesta última pergunta, 80% realizam atividades com entidades de ensino e pesquisa, 45% com entidades do terceiro setor, 30% com empresas privadas e o mesmo percentual para movimentos sociais, 20% com movimentos estudantis e conselho de classe patronal, 15% com movimentos religiosos e 10% com conselho de classe de empregados.

As perguntas de número 13 e 17: Sua escola realizou atividades de capacitação para o servidor? E Sua Escola tem atividade de educação política?, respectivamente, tinham os desdobramentos: Quantas pessoas foram capacitadas. Quantas horas e atividades realizadas? Na questão de número 13, sobre as atividades de capacitação de servidores públicos, destacamos 4 grupos: o primeiro composto por 5 escolas que não realizaram nenhuma atividade, o segundo de 7 escolas que realizaram de 2 a 9 atividades, o terceiro são 3 escolas com 10 a 19 atividades, e o quarto grupo é composto por 5 escolas que realizaram 20 ou mais atividades. Destacando-se a Escola de Campinas com 140 atividades, 480 servidores capacitados e 1.300 horas-aula, seguido do Instituto do Legislativo Paulista – ILP, com 67 atividades, 3.109 servidores e 64 horas-aula. A Escola do Parlamento de São Paulo com 64 atividades, 1.036 servidores e 64 horas-aula. A Escola do Parlamento de Osasco realizou 30 atividades, capacitou 1000 servidores, com 600 horas-aula, Franca teve 20 atividades, 1200 capacitações e 600 horas-aula. A Escola do Parlamento de Itapevi ficou no grupo 3, com 11 atividades, 215 capacitações e 1096h30m hora-aula. No total, as 20 escolas do legislativo que responderam à pesquisa realizaram somadas 394 atividades, capacitando 7.822 servidores em 4.668h30m horas-aula.

Em relação à Educação Política, chama a atenção os números de algumas escolas como a Escola de Piracicaba que realizou

27 atividades, com 475 capacitados e 78 horas-aula. A Escola de Limeira com 20 atividades, 2.236 capacitados e 40 horas. A Escola do Parlamento da Capital de São Paulo com 18 atividades, 2071 capacitados e 59 horas, Itapevi com 18 atividades, 17.865 capacitados e 623 horas, e a Escola de Campinas com 16 atividades, 1500 capacitados e 50 horas-aula. No total as 20 escolas que responderam à pesquisa realizaram 143 atividades de educação política, capacitando 29.634 pessoas em um total de 1.289,5 horas-aula.

Faremos apenas um cruzamento que interessa ao artigo: Escolas que não tem projeto pedagógico x atividades. Sete Escolas responderam não ter projeto pedagógico: Itu, Votuporanga, Piracicaba, Franca, Cabreúva e Cotia. Destas, 4 escolas não têm atividades em uma ou outra categoria (capacitação do servidor e educação política): Cabreúva e Votuporanga não tiveram atividades voltadas à capacitação do servidor em 2019, e Franca e o ILP não tiveram atividades voltadas à Educação Política em 2019. Estes resultados demonstram a realização de atividades segundo o comando de suas diretorias, o que explica que mesmo não tendo Projeto Pedagógico, Itu, Piracicaba e Cotia tiveram atividades em ambas as categorias? A pesquisa não permite fazer qualquer tipo de afirmação, contudo, conhecendo a realidade dessas três escolas desde seu nascedouro, lembro que Cotia e Itu tiveram alguns anos de absoluta inatividade quando ocorreu a troca de direção, e hoje ambas se encontram nesta situação de baixa atividade, e Piracicaba teve o mesmo gestor desde o início de suas ações em 2017, embora criada em 2014, será um caso de interessante análise, com a mudança de gestor ocorrida a partir do ano de 2021, contudo, o período sem nenhuma ação de 2014 a 2017, conforme a regra. Também ouso fazer uma análise, em relação às Escolas de

Franca e o ILP, porque ambas conheço desde suas criações, tendo a honra de presidir o ILP por quase 5 anos.

O Instituto do Legislativo Paulista é talvez o mais conhecido caso no Estado de São Paulo, por sofrer descontinuidades de atuação de qualquer tipo e ou ter programas de educação política em algumas gestões, e em outras gestões não. Já a Escola de Franca em sua primeira mudança administrativa no ano de 2020 teve suas atividades paralisadas, sendo retomadas somente agora no ano de 2023. Também não podemos afirmar o porquê de tantas escolas terem deixado de responder à pesquisa, foram 40 escolas, mas sabemos que muitas não têm atuação regular e sequer possuem qualquer tipo de estrutura e projeto político-pedagógico. Mas estas afirmações só poderão ser feitas com mais propriedade ao longo de alguns anos, com a realização de pesquisas anualmente, o que dará uma base de dados para estudo muito consistente, e este é um dos objetivos da APEL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo não traz divergências sobre a necessidade ou não da construção de um projeto político-pedagógico em um ambiente escolar, porque esta discussão não existe na pedagogia. Para correntes ditas mais progressistas, o projeto político-pedagógico é importante como forma democratizante do ensino, para os mais conservadores é um instrumento hábil de gestão escolar, assim existe uma concordância sobre a sua importância. No decorrer da pesquisa, aceitamos as duas correntes e procuramos demonstrar o pensamento com autores.

Podemos dizer que a pesquisa com as escolas de São Paulo aliado ao fato de ser dirigente de Escola do Legislativo e da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas desde 2007, permite-me afirmar em conclusão que temos quatro tipos de Es-

cola: a) a que tem projeto político-pedagógico e pode ter um bom gestor, mas que este resolva não seguir o projeto político-pedagógico, assim teremos uma escola em funcionamento que, ao final, pode não cumprir algumas metas estabelecidas em seu plano, mas mesmo assim não perde sua identidade; b) A que tem projeto político-pedagógico e pode ter um gestor não muito eficiente, a escola não cumpre boa parte de suas metas, pode sofrer pressão para que o projeto político-pedagógico seja cumprido, porém não perde sua identidade; c) A que não tem projeto político-pedagógico e tem um bom gestor, esta escola pode se destacar pelos seus feitos durante o período, tem uma identidade que é a cara da liderança, enquanto este estiver à frente da Escola; e d) a que não tem projeto político-pedagógico e tem um gestor não muito eficiente, este é o pior cenário, porque a escola fica estagnada, não sofre pressões para que algo seja feito e não constrói identidade. Existe uma relação entre liderança versus identidade e gestor versus o projeto político-pedagógico.

Um ponto que devemos ressaltar é a necessidade da construção de um projeto político-pedagógico, com ampla participação. A construção deve ser democrática envolvendo todos os funcionários da escola, seus dirigentes, políticos, funcionários do Parlamento e sociedade. Este é um fator de diminuição de conflitos e tensões internas, e da descontinuidade administrativa própria dos Legislativos. Desta forma, a Escola nasce legitimada por todos, não só pelo fato de existir uma construção política desde a aprovação de sua lei constitutiva, que precisa ser discutida e aprovada por todos os parlamentares, mas por essencialmente ter realizado um projeto político-pedagógico fruto de discussão e consenso e que serve como instrumento de gestão.

Esse processo de construção legitima a atuação das escolas assim como confere maior autonomia em suas ações, diminuindo

eventuais ingerências externas e solicitações políticas individuais que desviem do pacto político coletivo que foi a construção do projeto político-pedagógico.

O artigo trouxe a necessidade de se ouvir professores, alunos e sociedade. A criação de um "Diário de Turma" foi sugerido, contendo reclamações, elogios e propostas dos alunos, parece uma proposta de fácil execução e que pode ser estendido ao professor também, e hoje com o uso dos meios tecnológicos à nossa disposição.

A realização de um maior número de avaliações sobre a atividade realizada, conjuntamente com avaliação dos alunos pelos professores em cursos de longa duração, deve ser pensada como uma necessidade que contribuirá com o ritmo e a organização dos eventos e possibilitará dizer se o processo de aprendizagem está sendo efetivo.

O propósito de afirmar a importância de um projeto político-pedagógico construído de forma democrática, como sendo a melhor forma de mitigar os problemas que todas as Escolas do Legislativo sofrem com o ambiente excessivamente contaminado por ingerências políticas em que estão inseridas e pela descontinuidade administrativa, característica própria do Poder Legislativo, ficou demonstrado lendo o encadeamento lógico proposto.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Jorge Luís Moreira; BALZAN, Newton César. **Avaliação de Projeto Político-Pedagógico pelos Funcionários**: Espaço e Representatividade. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 745-770, nov. 2008.

ALVES José Matias**. Organização, gestão e projeto educativo das escolas**. Porto: Portugal Edições Asa, 1992.

BOBBIO, Norberto. **El Futuro de la democracia**. 2. ed. México, D.F, Efe,1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – § 2º do Artigo 39.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRUINI, Eliane da Costa. PPP, Escola e Cidadania. **Canal do Educador**. Disponível em: https://educador.brasilescola.uol.com.br/politica-educacional/ppp-escola-cidadania.htm.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2008.

EYNG, A. Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente. **Revista Educação em Movimento**, Curitiba. v. 1, n.1, p. 25-32. jan./abril, 2002.

FREIRE, Paulo**. A Educação na Cidade**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa.36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FUSARI, José Cerchi. Planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. **Ideias**, São Paulo, n. 8, p. 44-53, 1990.

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: **MEC**, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

INÁCIA, Santana. Práticas pedagógicas diferenciadas. **Revista Escola Moderna**, São Paulo, n. 8, 5 série, p. 30-33, 2000.

LEONCY, Léo Ferreira. **"Princípio da simetria" e argumento analógico**: o uso da analogia na resolução de questões federativas sem solução constitucional evidente. 12 de abril de 2011. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998, p.48.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p.590-591.

8. A EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO PÚBLICO DE ITAPEVI SOBRE AS POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO CLIMÁTICA – ODS 13.

THE EFFECTIVENESS OF ITAPEVI'S PUBLIC PLANNING ON CLIMATE MITIGATION POLICIES - ODS 13

Diony Vanderlei Nobre do Espirito Santo
Quésia Postigo Kamimura
Edson Trajano Vieira

RESUMO

O estudo analisa a importância do planejamento público para elaboração das leis orçamentárias e a efetividade na execução deste planejamento, apurado pela análise de continuidade destas ações estabelecidas com a destinação de recursos públicos. A gestão pública eficiente decorre do planejamento público adequado que possa garantir a implementação de políticas públicas, dentro das limitações do município sem deixar de garantir a consistência e o alinhamento do escopo almejado. O documento da Organização das Nações Unidas ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, possui 17 objetivos para transformar o mundo, elaborado em setembro de 2015 a proposta consiste em disponibilizar ferramentas de planejamento que viabilizam o alinhamento de políticas sociais, ambientais e econômicas, um quadro para orientar políticas públicas em escala mundial. A meta representada pela ODS 13 ação contra a mudança global do clima procura contribuir com a redução ou mitigação da temperatura

média da Terra, entre outros objetivos. As ações que procuram mitigar a mudança climática possuem natureza preventiva e corretiva, sendo o Poder Público o principal coordenador de políticas públicas que possa engajar a iniciativa privada, a sociedade e as instituições públicas na concretização de medidas relevantes para avançar rumo ao atendimento das metas ambientais previstas pela agenda 2030. Por fim, se busca averiguar a existência de políticas públicas de ações ambientais conectadas a mudança do clima e a efetividade do planejamento mensurado. O recorte utilizado como período de análise para o estudo é a base de execução do Plano Plurianual do município de Itapevi que foi utilizado na gestão pública municipal ao longo de dois mandatos, portanto, com pleno domínio de elaboração e execução do Plano Plurianual aprovado no período 2018/2021.

Palavras-Chave: Planejamento. Política Pública. Mudança Climática.

ABSTRACT

The study analyzes the importance of public planning in drawing up budget laws and the effectiveness of implementing this planning, ascertained by analyzing the continuity of these actions established with the allocation of public resources. Efficient public management stems from adequate public planning that can guarantee the implementation of public policies, within the limitations of the municipality, while ensuring consistency and alignment of the desired scope. The United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) document has 17 goals to transform the world. Drawn up in September 2015, the proposal is to provide planning tools that enable the alignment of social, environmental and economic policies, a framework to guide public policies on a global scale. The goal represented by SDG 13 - action

against global climate change - seeks to contribute to reducing or mitigating the Earth's average temperature, among other objectives. The actions that seek to mitigate climate change are preventive and corrective in nature, with the Government being the main coordinator of public policies that can engage private initiative, society and public institutions in implementing relevant measures to move towards meeting the environmental targets set by the 2030 agenda. Finally, the aim is to ascertain the existence of public policies for environmental actions connected to climate change and the effectiveness of the planning measured. The period of analysis used for the study is the execution of the Multi-Year Plan of the municipality of Itapevi, which has been used in municipal public management for two terms, therefore, with full control of the preparation and execution of the Multi-Year Plan approved for the 2018/2021 period.

Keywords: Planning. Public Policy. Climate Change.

INTRODUÇÃO

O planejamento público é organizado por leis orçamentárias que estabelece uma estratégia de planejamento a longo prazo, diretrizes para implementação de ações e programas, anualmente, com previsão orçamentária destinada a execução destas ações e programas.

O plano plurianual do município para o período de 2018 a 2021, instituído pela lei 2.511/2017 fixou as metas e prioridades da Administração Pública municipal para o quadriênio subsequente.

Analisando o plano plurianual em consonância com a ODS 13, verificamos que os programas que possuem um alinhamento direto com ações contra a mudança do clima são os programas 010 – Infraestrutura Cidade Bela, programa 09 – Itapevi Desen-

volvido Sustentável, programa 019 – Habitação e programa 018 – Política de Planejamento.

O Poder Executivo Municipal é principal ator político responsável por pautar e direcionar as políticas públicas locais, portanto detém grande responsabilidade em fomentar a discussão climática no município, adotar ações e por meio da cooperação, estabelecer parcerias na sociedade para garantir o desenvolvimento sustentável.

O meio ambiente é um direito individual de gestão coletiva, portanto, o gestor público dentro de sua margem de discricionariedade, possui a obrigação constitucional de encontrar a melhor solução possível para que o interesse público adote ações para tutelar a preservação do meio ambiente.

Entretanto, a previsão no plano plurianual da Administração Pública não é garantia de atividade executada, os programas de metas municipais depende da arrecadação municipal, portanto, somente com a apuração da arrecadação será possível aferir o quanto será destinado a cada programa.

A destinação financeira para os programas com alinhamento climáticos ocorre anualmente, neste ponto, averiguar a existência dos recursos públicos é a garantia de subsistência de um programa real, com previsão de recursos destinados e sua implementação.

O Estado é o responsável por conduzir políticas públicas para o cumprimento das normas sobre a regulação no uso do capital natural nacional e no controle sobre a degradação ambiental, análise sob o enfoque do desenvolvimento econômico e a sustentabilidade (RENZI; HENZ e RIPPEL 2019).

O arcabouço legislativo próprio na formação do planejamento público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual instituindo por leis específicas que permeiam um processo próprio com a previsão de audiências públicas para

participação da sociedade, proporciona construir um instrumento legal democrático, com a participação direta de representantes (vereadores), representados (cidadão) e um coletivo de representados (sociedade civil organizada).

A Constituição Cidadã de 1988, na formação do Estado Democrático de Direito, elencou os fundamentos do Estado e externou que a legitimidade do Poder decorre do povo, exercido por representação.

A democracia representativa é aprimorada quando existente meios eficientes de controle interno e externo, neste prisma, o princípio da transparência é essencial para viabilizar a Fiscalização da Administração Pública. O Estado de Direito é uma base estruturante da democracia moderna, (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2019).

Por fim, buscar nas informações levantadas a eficiência do processo de planejamento, implementação e execução de políticas públicas destinadas a combater a mudança climática no município.

REVISÃO DA LITERATURA

O equilíbrio ambiental é uma preocupação global e ganha cada vez mais espaço nas discussões transnacionais. No Brasil, a partir da década de 1990, sob a influência dos fóruns mundiais, que protagonizaram as grandes discussões sobre questões ambientais o assunto ganhou maior relevância.

Em 1992 houve a Segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) no Rio de Janeiro teve o lançamento da Agenda 21.

Em 1997, foi instituído entre os países participantes o Protocolo de Kyoto e a preocupação com a emissão de gases de efeito estufa, fixou-se metas para a sua redução.

O acordo de Paris foi um compromisso mundial para reverter ou mitigar as alterações climáticas e prevê metas para a redução da emissão de gases do efeito estufa, deste modo, o acordo prevê que as partes ratificadoras do acordo, se comprometem a manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, limitando a 1,5ºC, por meio de um consenso político internacional (CARVALHO, 2022).

As discussões globais e o consenso formado por tratados nas comunidades internacionais acerca da discussão sobre o equilíbrio ambiental, desencadearam uma influência significativa nas normas jurídicas nacionais dos países signatários.

Os conceitos, princípios, direitos e obrigações passaram a integrar o ordenamento jurídico nacional, são diversos regulamentos nacionais, estaduais e municipais que tutela o meio ambiental equilibrado que sofreram influências desses encontros globais sobre o clima, gerando compromisso da sociedade em garantir um futuro sustentável.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu:

> Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A teoria dos direitos individuais, classifica a tutela constitucional ao meio ambiente um direito fundamental de terceira dimensão ou geração (MARTINS, 2021), um direito difuso, aquele que possui natureza indivisível e diz respeito a um número indeterminado de pessoas, que não podem ser individualizadas.

O constitucionalismo ecológico é uma tendência mundial, (MARTINS, 2021) o Brasil adota um *constitucionalismo ecológico*

antropocêntrico, ou seja, protege-se o meio ambiente para proteção indireta do ser humano e das próximas gerações.

Pelo exposto, se entende que a proteção ao meio ambiente é uma competência comum entre os entes federativos brasileiros, trata-se de um dever do Estado de adotar medidas para assegurar a efetividade ao meio ambiente equilibrado.

A Lei Orgânica do município de Itapevi, com recente atualização em 2006, elevou a preservação ambiental no plano legislativo, com previsão na mais importante norma do município.

Ademais, outras normas corroboram a importância de ações que preservam o meio ambiente, o plano nacional da política nacional de recurso hídricos culminou na Lei complementar municipal nº 62, de 23 de julho de 2012 e Lei complementar municipal nº 143, de 25 de agosto de 2021 que instituiu o plano diretor participativo.

O plano plurianual de 2018 a 2021, instituído pela lei 2.511/2017 estabeleceu as estratégias de interesse público para o período, a elaboração conjunta entre os Poderes Executivo e Legislativo, com a participação da sociedade formulam um verdadeiro planejamento estratégico.

A peculiaridade da Administração Pública na utilização de Planejamento Estratégico destoa da esfera privada, enquanto na iniciativa privada as ações são planejadas em função da lucratividade, na esfera pública, existe outras formas de se mensurar desempenho, a percepção e o senso de utilidade do interesse público (PEREIRA, 2006).

Apesar de existirem certas limitações na aplicação do Planejamento Estratégico em órgãos públicos a busca pela excelência na prestação dos serviços públicos e efetividade de políticas públicas de Estado passou a ser priorizada.

MÉTODO

O estudo possui método analítico descritivo, conforme Gil (2002) auxiliam na descrição ou análise das características de determinada população ou fenômeno, possibilitando o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições.

Por meio de análise documental, o estudo passou pela revisão bibliográfica dos assuntos mais relevantes aplicado ao arcabouço conceitual.

A partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável o estudo fará um contraponto as políticas públicas planejadas pelas leis orçamentárias que guardem correlação com a ODS 13 – Mudança Climática.

Por fim, compreender se a estrutura do planejamento realizado corresponde a execução e a eficiência dos programas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desafio da Administração Pública municipal no enquadramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas locais é permanente e ainda depende de um conjunto de esforços entre o Poder Público e da Sociedade.

Os líderes mundiais se comprometeram com o planeta e concordaram em adotar como estratégia e sistema de governança sustentável o alinhamento aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados com o intuito de estimular ações em cinco grandes princípios: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

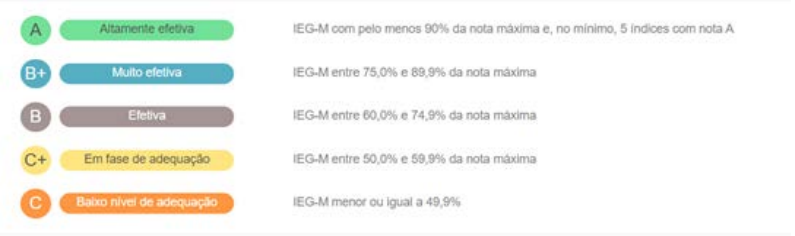
A avaliação da Agenda 2030 necessita de um sistema de informação consolidado, com diferentes parâmetros, abrangendo as suas diversas dimensões.

Neste passo, O tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por iniciativa própria, criou um sistema de avalição por meio de

parâmetros específicos para mensurar a eficiência da gestão pública, analisando a formulação, planejamento, execução e eficiências das políticas públicas.

A iniciativa do TCE/SP que antecede a iniciativa da ONU com a pactuação da Agenda 2030, desenvolveu o IEG-M ((Índice de Efetividade da Gestão Municipal) e o IEG-E (Índice de Efetividade da Gestão Estadual), são indicadores que procuram medir a eficiência dos entes municipais e estaduais sob jurisdição da Corte de Contas.

Figura 1 – Faixas do IEG-M



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (site).

Os indicadores são mensurados após fiscalização dos agentes do Tribunal de Contas, apurados por meio de pesquisa preenchida pelos entes públicos que declaram suas ações e programas, contribuindo para criar indicadores que resultam em avanços ou retrocessos nas ações de políticas públicas.

A inciativa corrobora os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e diante da amplitude de convergência entre os índices de efetividade (TCE/SP) e as ODS (ONU), os indicadores serão usados como ferramenta oficial da ONU para o monitoramento da evolução da Agenda 2030 em todo o Estado de São Paulo.

Analisar as ações contra a mudança climática planejadas e executadas pelo Poder Público municipal, pressupõe compreender que o planejamento ambiental pressupõe:

a) preservação ambiental, são ações que tem por escopo garantir que os ecossistemas devem permanecer inalterados, ou seja, sem a intervenção humana;
b) conservação ambiental são ações que destinam a utilização dos recursos naturais pelo homem, com o mínimo risco, sem degradação do meio e o mínimo gasto de energia;
c) recuperação ambiental consiste em aplicar recursos públicos em áreas alteradas pela ação humana, adotando o princípio da não ação, deixando a área intocável para a própria recuperação ou se procede uma "ajuda à natureza", com ações de recuperação de áreas, repovoando lagos e rios.

Nesta esteira, o planejamento municipal incorporou em suas metas e prioridades ações que procuram resguarda o meio ambiente, encontramos guarida no plano plurianual para o período de 2018 a 2021, instituído pela lei 2.511/2017.

Considerando o recorte metodológico, buscamos elencar os programas e ações alinhados ao combate a mudança climática, reforçamos ainda que o acompanhamento entre planejamento e a execução será observado pelo valor destinado a cada ação.

A ODS 13 chama atenção para os riscos da mudança climática e adota como principal objetivo tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

Analisando detidamente os programas, verificamos que as ações de combate a mudança climática pode ser relacionadas as ações descritas no quadro abaixo:

Tabela 1 – Programas e Ações Plano Plurianual de Itapevi 2018-2021

Cod.	Programa	Ação	Meta
9	Itapevi Desenvolvido Sustentável	Despesas emergenciais	48
9		Plano Diretor	1
9		Projetos Ambientais	4
9		Ecopontos	16
9		Coleta Seletiva	4
9		Semana do Meio Ambiente	4
9		Proteção Animal	4
9		Cata Bagulho	4
10	Infraestrutura - Cidade Bela	Construções, Ampliações e Reformas	3
10		Ações de Zeladoria	4
10		Desassoreamento de Rios e Córregos	60
10		Ações de Abastecimento de água	192
10		despesas emergenciais	4
10		Mutirão de limpeza	40
18	Política de Planejamento	Drenagem	15
19	Habitação	Plano de Regularização fundiária	1

Fonte: Câmara Municipal de Itapevi (site).

Em primeira análise, se observa que não existe uma reunião de ações dentro de um programa específico para enfrentar a mudança climática, os projetos são diluídos em diversos programas que convergem com a tutela do meio ambiente.

Tabela 2 – Programas e Ações das Leis Orçamentárias de Itapevi

Lei Orçamentária Anual				2.512/2017	2.618/2018	2.748/2019	2.820/2020
Cód.	Programa	Ação	Meta	2018	2019	2020	2021
9	Itapevi Desenvolvido e Sustentável	Despesas emergenciais	48	R$ 8.000,00	R$ 30.000,00	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00
9		Plano Diretor	1	R$ 1.229.000,00	R$ 100.000,00	R$ 200.000,00	R$ 5.000,00
9		Projetos Ambientais	4	R$ 368.000,00	R$ 100.000,00	R$ 50.000,00	R$ 15.000,00
9		Ecopontos	16	R$ 145.000,00	R$ 185.000,00	R$ 130.000,00	R$ 15.000,00
9		Coleta Seletiva	4	R$ 321.000,00	R$ 180.000,00	R$ 35.000,00	R$ 20.000,00
9		Semana do Meio Ambiente	4	R$ 22.000,00	R$ 30.000,00	R$ 15.000,00	R$ 5.000,00
9		Proteção Animal	4	R$ 367.000,00	R$ 100.000,00	R$ 1.100.000,00	R$ 990.000,00
9		Cata Bagulho	4	R$ 321.000,00	R$ 100.000,00	R$ 30.000,00	R$ 25.000,00
10		Construções, Ampliações e Reformas	3	R$ 3.116.000,00	R$ 4.170.000,00	R$ 1.038.000,00	R$ 5.260.000,00
10		Ações de Zeladoria	4	R$ 1.500.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 100.000,00	R$ 65.000,00
10	Infraestrutura - Cidade Bela	Desassoreamento de Rios e Córregos	60	R$ 2.300.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
10		Ações de Abastecimento de água	192	R$ 1.300.000,00	R$ 500.000,00	R$ 100.000,00	R$ 150.000,00
10		despesas emergenciais	4	R$ 8.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
10		Mutirão de limpeza	40	R$ 3.071.000,00	R$ 10.000,00	R$ 25.000,00	R$ 10.000,00
18	Política de Planejamento	Drenagem	15	R$ 29.725.510,00	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
19	Habitação	Plano de Regularização fundiária	1	R$ 0,00	R$ 150.000,00	R$ 500.000,00	R$ 30.000,00

10	Infraestrutura - Cidade Bela	PARQUE DA CIDADE	1	R$ 10.000.000,00	R$ 12.891.000,00	R$ 20.000,00
10		FINISA - CANALIZACAO E NOVO SISTEMA VIARIO	1	R$ 12.000.000,00	R$ 20.000.000,00	R$ 10.000,00
10		FINISA - CONSTRUCAO DE PARQUE MUNICIPAL		R$ 4.000.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
10		DRENAGEM		R$ 15.377.000,00	R$ 45.000,00	R$ 250.000,00

Fonte: Câmara Municipal de Itapevi (site).

As ações planejadas pela Administração Pública na Lei 2.511/2017 (Plano Plurianual) estão sendo observadas na destinação financeira nas leis orçamentárias anuais, ou seja, anualmente as ações recebem recursos financeiros da arrecadação pública para executar os projetos que contribuem para combater a mudança climática.

Diante das informações levantadas, diversos recortes servem a avaliações múltiplas.

Traçamos análise entre ações que recebem aporte financeiro da arrecadação pública de forma evolutiva, ou seja, a ação ou programa que o Poder Público prioriza garantindo a regularidade das atividades e projetos. Infelizmente não logramos êxito de ações que possuem valores regulares ou evolutivo.

Outra observação que merece destaque é a oscilação na destinação anual de recursos financeiros, os projetos desenvolvidos pelas respectivas ações não possuem continuidade, causando prejuízos a resultados eficazes.

Ademais, outra análise que salta aos olhos é o surgimento de novas ações dentro do programa 10 Infraestrutura – Cidade Bela, são ações que não estavam previstas no Plano Plurianual.

A partir de 2019 as novas ações receberam significativos volumes de aporte financeiro, o conjunto destas ações formam a construção do Parque da Cidade. A inclusão de um conjunto de ações para a construção do Parque da Cidade enfraqueceu as demais ações que estavam programadas.

Cumpre anotar que o Poder Público municipal recebe a fiscalização da Corte de Contas do Estado e o reflexo da manifestação da corte sobre a avaliação anual pode ser compreendida pela divulgação do índice de efetividade da gestão pública.

Ademais, o próprio órgão fiscalizador reúne ações/avaliações em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em harmonia com a escopo da Agenda 2030.

No período analisado, é possível averiguar os índices de efetividade da gestão pública, que classifica a avaliação em cinco faixas, altamente efetiva (A), muito efetiva (B+), efetiva (B), em fase de adequação (C+) e baixo nível de adequação (C).

Os dados no período do plano plurianual 2018-2021, são:

Tabela 3 – IEG-M de Itapevi (2018-2021)

ano exercício	ano apuração	nome	iegm	iplanej	ifiscal	ieduc	isaude	iamb	icidade	igov
2018	2019	Itapevi	B	C	B	B	B	**B**	B+	B
2019	2020	Itapevi	C	C	B	C	C+	**C**	B	C
2020	2021	Itapevi	C	C	B	C	C	**C**	C+	C
2021	2022	Itapevi	C	C	B	C	C	**C**	C+	C

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (site).

O I-AMB (índice ambiental) na definição do próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

> i-Amb -Meio Ambiente: "mede os resultados das ações relacionadas ao ecossistema que impactam serviços e a qualidade de vida do cidadão. Examina

> dados sobre resíduos sólidos, educação ambiental e estrutura dos conselhos relacionados ao setor, entre outros".

Em breve síntese, verificamos que a pontuação do município teve um declínio no período, sendo o conceito "B" efetiva, para "C" baixo nível de adequação, pior nota do quadro avaliativo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível evidenciar que o planejamento do Poder Executivo municipal não é integralmente alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a elaboração da peça de metas e prioridades não contempla todos os objetivos da agenda 2030 da meta ODS – 13.

Convém observar que a agenda municipal, no planejamento público, dispõe de elementos que se correlacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente a ODS – 13 que defende a atitudes e ações urgentes do Poder Público e da sociedade para enfrentar a mudança climática.

Dentre os programas e ações alinhados a ODS 13 que foram planejadas e estão presentes na legislação municipal, todos receberam recursos financeiros para execução projetos alinhados a tutela do meio ambiente, contribuindo para mudança climática.

Todavia o planejamento no período do plano plurianual 2018/2021 foi prejudicado, não obstante a presença de aporte financeiro para manter as ações planejadas, notamos que houve significativa redução de recursos para cada ação, comprometendo a eficiência da política pública.

Ademais, na contramão da redução uniforme de todas as ações planejadas, houve uma sobreposição, um conjunto de ações novas em 2019 – Parque da Cidade, extemporânea ao planeja-

mento que passou a receber aporte financeiro significativos, prejudicando as demais ações planejadas.

Por derradeiro, é possível constatar que o impacto do desvio de recursos destinados ao conjunto de ações que estavam previstas e planejadas no Plano Plurianual sofreram prejuízos significativos, identificado na avaliação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por meio do índice de efetividade da gestão pública, no indicador do I-Amb Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Constituição Federal de 05, de outubro de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08/06/2023.

Brasil. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em 08/06/2023.

CARVALHO, Délton Winter de.. **Constitucionalismo Climático: a tridimensionalidade do direito das mudanças climáticas**. Revista Veredas do Direito, v. 19, p. 63-84, 2022.

ITAPEVI. **Lei Ordinária Municipal nº 2.511/2017, de 29 de novembro de 2017**. Disponível em /, https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/252/2511/lei-ordinaria-n-2511-2017-estabelece-o-plano-plurianual-do-municipio-para-o-periodo-de-2018-a-2021-e-define-as-metas-e-prioridades-da-administracao-publica-para-o-exercicio-de-2018?q=2511>. Acesso em 10/06/2023.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 5 Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PEREIRA, S. C. de S. **O planejamento estratégico em organizações públicas: um estudo de caso das organizações militares prestadoras de serviço**. CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11., 2006, Ciudad de Guatemala. Anais Ciudad de Guatemala, nov. 2006.

RENZI, Adriano; HENZ, Aline Patrícia; RIPPEL, Ricardo. **Desenvolvimento Econômico: Do Crescimento à Prosperidade**. 2019. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR. V15, N. 6, Ed. Especial, P. 65-77, nov/2019. Taubaté, SP, Brasil.

SILVA, Flávia de Araújo e; GONÇALVES, Carlos Alberto. **O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM INSTITUIÇÕES DO SETOR PÚBLICO**. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, vol. 4, núm. 3, septiembre - diciembre, 2011, pp. 458-476 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil.

TCE/SP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)**. Disponível em https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em 10/11/2023.

Zuccolotto, Robson. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexo brasileiro** / Robson Zuccolotto e Marco Antônio Carvalho Teixeira. – Brasília: Enap, 2019.

9. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A INTER-RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

A BRIEF ANALYSIS OF THE INTERRELATIONSHIP BETWEEN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS AND THEIR CONTRIBUTIONS TO PLANNING AND DEVELOPMENT

Maicon José F. da S. Barbosa
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

RESUMO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são vistos como um conjunto complexo de prioridades e objetivos interdependentes. Conseguir compreender a relação entre eles é de suma importância, pois já foi demonstrado que mesmo na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), não existe uma integração bem aparente entre seus setores. Este artigo, por meio de uma análise de similitude, discute as inter-relações entre os ODS a partir de questões transversais, buscando favorecer uma visão sistêmica, destacando aqueles que estão mais ou menos conectados e as questões que os conectam. Como orientação teórica e metodológica para analisá-los, buscou-se uma visão sistêmica.

A atribuição categórica foi realizada através do software *Iramuteq* e fragmentos de texto foram atribuídos em categorias alvos e ODS correspondentes. O software foi usado também para gerar as representação gráficas de interação usando uma matriz para analisar a relação entre os ODS. Discutir as categorias que unem os ODS (ou seja, os elementos que compõem a relação) foi uma forma de examinar sistematicamente as conexões. Este trabalho trouxe a análise de rede como intenções de contribuir no avanço da interpretação e a concretização do compromisso global com o alcance dos ODS, se adicionado à variedade de esforços para fatores humanos, como a participação política e social.

Palavras-chave: Planejamento regional. Políticas públicas. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The Sustainable Development Goals (SDGs) are seen as a complex set of interdependent priorities and objectives. Being able to understand the relationship between them is of the utmost importance, as it has already been shown that even in the implementation of the Millennium Development Goals (MDGs), there is no clear integration between their sectors. This article, through a similarity analysis, discusses the interrelationships between the SDGs based on cross-cutting issues, seeking to promote a systemic vision, highlighting those that are more or less connected and the issues that connect them. As a theoretical and methodological guideline for analyzing them, a systemic view was sought. Categorical assignment was carried out using the Iramuteq software and text fragments were assigned to target categories and corresponding SDGs. The software was also used to generate graphic representations of interaction using a matrix to analyze the relationship between the ODS. Discussing the categories that link the

ODS (i.e. the elements that make up the relationship) was a way of systematically examining the connections. This work has used network analysis as a way of contributing to the advancement of the interpretation and realization of the global commitment to achieving the SDGs, if added to the variety of efforts for human factors, such as political and social participation.

Keywords: Regional planning. Public policies. Sustainable development.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 é um acordo realizado entre 193 países e coordenado pelas Nações Unidas e foi adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015. Essa agenda é composta por dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subdivididas em 169 metas, com premissas a serem atingidas até o ano de 2030 com ações específicas.

Os ODS surgem como substitutos dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) cujo objetivo foi combater até o ano de 2015 a extrema pobreza e a fome no mundo. De certa forma conclui-se que os ODS absorveram o saldo remanescente do que não foi cumprido no planejamento dos ODM, além disso expandiram os temas e ampliaram o compromisso para todos os setores da sociedade, dentre os quais englobam-se empresas públicas e privadas, ONG, governos, lideranças políticas, ativistas e sociedade civil.

É importante evidenciar que a sustentabilidade é como um princípio constitucional que não cuida apenas da conservação e da preservação do meio ambiente, pois existem aspectos envolvidos como o social, o econômico, e o cultural. Dentre os vários conceitos de sustentabilidade que podem ser trazidos à baila, pode-se destacar o da Organização das Nações Unidas (ONU): "Sustentabi-

lidade é a capacidade de suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades."

Sustentabilidade tem a ver com a capacidade de preservação do meio ambiente e tem por objetivo garantir a disponibilidade de recursos para as gerações futuras. Em síntese, é possível sinalizar que se trata de não exaurir os recursos disponíveis na natureza. Não se pode deixar de lado a questão social que se refere às ações destinadas à melhoria da qualidade de vida da sociedade. Alguns exemplos do que deve ser entendido como sustentabilidade social são as ações que proporcionem a todos, segurança no trabalho e geração de renda e que se combata o trabalho infantil para o desenvolvimento regional. Sob o ponto de vista econômico tem-se uma série de medidas que podem ser adotadas, como o apoio a pequenas empresas, agricultura familiar, compensação ambiental e utilização de fontes alternativas de energia.

Este estudo tem por objetivo analisar os ODS 1,2,4 e 5 da Agenda 2030 e refletir sobre suas principais correspondências, visando contribuir para a criação de diretrizes de políticas públicas, onde é possível identificar eixos temáticos estratégicos. O estudo e análise aprofundada dos ODS é muito relevante no contexto do judiciário, pois geralmente cabe ao Judiciário o julgamento das demandas que envolvem o conflito no cumprimento da legislação pertinente sobre todos os temas inerentes aos ODS.

Para fins mais objetivos, os ODS escolhidos para a principal análise desse estudo foram escolhidos por relação temática. Pensando nisso, o estudo pretende abordar a correlação existente entre os ODS. Esse trabalho não pretende esgotar a matéria que envolve a sustentabilidade, ou mesmo sobre os ODS, mas oferecer aos interessados uma visão sobre os principais pontos que os correlacionam, afim de contribuir para os primeiros passos da Ad-

ministração na busca pelo desenvolvimento nacional sustentável por meio das licitações públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 SÍNTESE SOBRE O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A palavra "sustentabilidade" nos últimos anos tem estado cada vez mais presente na vida cotidiana. A sociedade foi acostumada a termos como "consumo sustentável, "mercado verde" e *ecofriendly* (amigo do ambiente). No entanto, no âmbito das contratações públicas, ainda é possível visualizar um extenso caminho a ser percorrido. Apesar do conceito de sustentabilidade estar tão presente em pautas atuais, a sustentabilidade ainda percorre um caminho de avanço paulatino. Boa parte dos entraves relacionados ao desenvolvimento sustentável da Administração Pública pode ser atribuída à falta de ordenamento jurídico atinente às esferas estaduais e municipais, onde o princípio do desenvolvimento sustentável é facilmente cambiado com o da economicidade nas contratações públicas.

Quando falamos em desenvolvimento sustentável, a primeira questão que devemos compreender são as relações de exploração do homem na natureza. Num ambiente ideal, todos os seres convivem harmonicamente em um equilíbrio perfeito e orquestrado pela biodiversidade. Na prática, ou num mundo não tão ideal assim, o desequilíbrio ambiental passou a existir quando o ser humano passou a explorar os recursos da natureza de modo não harmônico e a se ver como dominante da natureza e de seus recursos.

A ideia de separação do homem-natureza já vem de muito tempo, baseada na exploração da natureza para suprir os interesses humanos. Segundo Oliveira (2015), foi a partir da Revolução

Industrial que esse processo de exploração da natureza se intensificou, pois quando as primeiras indústrias surgiram, os problemas ambientais eram de pequena dimensão, uma vez que a população era pouco concentrada e a produção era de baixa escala. O problema passou a ser mais evidentes quando recursos naturais como água, madeira e minério passaram a ser explorados de forma intensa para fomentar o crescimento das diversas indústrias e do modo de vida urbano, com casas, prédios e ruas pavimentadas.

Os efeitos dessas práticas foram nocivos ao meio ambiente em diversas camadas. Tais impactos não estão associados apenas aos problemas comumente perceptíveis como o aquecimento global e o derretimento das calotas polares ou à poluição de rios e mares que fazem com que os peixes tenham grande incidência de plástico em seu estômago.

A produção de alimentos industrializados desencadeia uma série de efeitos para o desequilíbrio ambiental e social. A concentração de terras e de riquezas e a produção de monoculturas em áreas extensas para abastecer modelos de comercialização de cadeias de produção agroindustrial como matéria-prima para produção de alimentos em indústrias agroalimentares multinacionais, denominadas por Ploeg (2009) de "impérios alimentares", talvez sejam as mudanças estruturais mais significativas do sistema alimentar moderno. Em consequência, a dependência da agricultura, no caso desses insumos industriais, desencadeou um processo de desvalorização do homem do campo, endividamento, empobrecimento e êxodo rural (com inchaço dos anéis dos centros urbanos e com desigualdades sociais), escassez de recursos ambientais e degradação da biodiversidade, da oferta diversa de espécies nativas e das culturas tradicionais. (ZANETI, 2017).

Essas consequências, percebidas nas esferas ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas começaram a ser vistas

como um sinal de alerta a partir do final da década de 1950. A partir disso, uma série de encontros locais e mundiais foram feitos para discutir os conceitos e práticas do desenvolvimento sustentável. A grande incoerência disposta nessa época perdura até a atualidade. Por um lado, algumas economias estavam crescendo e por outro, quem pagava essa conta era o ambiente e as sociedades de nações que estavam sendo exploradas. Como marco dessa discussão, pode-se elencar a publicação do livro de Rachel Carson "A primavera silenciosa", com uma série de denúncias sobre os impactos de desenvolvimento sustentável, até então, novo modo de vida. As discussões foram feitas, especialmente pela França e União Europeia, sobre um novo modelo de utilização de recursos, a partir de uma população cada vez mais preocupada com a saúde e meio ambiente.

1.2 AS DIFERENTES SUSTENTABILIDADES

O francês Ignacy Sachs é um autor de notoriedade quando o assunto é desenvolvimento sustentável. Seu estudo conseguiu relacionar a sustentabilidade como uma prática interdisciplinar, isto é, ligada a diversas ciências. Segundo o conceito de Sachs (2009), a sustentabilidade apresenta as seguintes dimensões:

Tabela 1 - As diferentes sustentabilidades.

Sustentabilidade social	Está atrelada às relações do homem com o meio em que vive, de modo que viabilize uma sociedade mais justa e includente, capaz de reduzir o grande espaço que separa a maioria pobre e a minoria rica, como a capacidade de exercício das atividades econômicas da comunidade, a manutenção das suas relações sociais no meio em que convive.

Sustentabilidade ambiental	Está relacionada com a harmonização entre o aproveitamento e a conservação dos recursos naturais, ou seja, o uso racional e equilibrado do meio ambiente às reais necessidades dos povos, como o uso limitado dos recursos não renováveis e o aumento no uso dos recursos renováveis, diminuição da poluição, promoção da conscientização dos indivíduos para a produção e consumo moderados, entre outros.
Sustentabilidade territorial	É a distribuição espacial dos recursos, das atividades e das pessoas, de modo a encurtar o espaço entre zona urbana e rural, entre pobres e ricos.
Sustentabilidade econômica	É a destinação e o gerenciamento eficiente dos recursos a partir de uma avaliação macrossocial, ou seja, que abranja grande parte da população, e não apenas as grandes empresas.
Sustentabilidade política	Está atrelada à necessidade de um governo democrático, consubstanciado no princípio da liberdade e no exercício dos direitos, de modo que permita aos indivíduos serem verdadeiros agentes ativos no processo de desenvolvimento e não apenas destinatários passivos dos benefícios do sistema.

Fonte: Elaborada pelo autor

Assim, Ignacy Sachs já previa os problemas sociais e ambientais decorrentes do desenvolvimento sem limites e apresentou a necessidade de harmonizar o crescimento econômico às restrições do meio ambiente mediante a sintonia entre as cinco diferentes dimensões expostas acima.

De maneira a satisfazer as reais necessidades da humanidade e de garantir o futuro de todo o ecossistema, a preocupação mundial com o meio ambiente e o seu capital natural limitado, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a se interessar pelo futuro da humanidade e da biodiversidade, cujo tema se tornou central a partir de várias conferências. O marco inicial foi a Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972. Poste-

riormente houve uma série de outros eventos, discriminados no quadro a seguir:

Tabela 1 - Relatórios e conferências ligadas ao desenvolvimento sustentável

Documento	Conferência	Descrição
Relatório: Os limites do crescimento (modelo de análise do que poderia acontecer com a humanidade caso se mantivesse o ritmo de crescimento a qualquer custo: o colapso)	Clube de Roma (1968)	Com a evolução do conceito "desenvolvimento sustentável": 1968 – Origem do termo (ecodesenvolvimento) Criação do Clube de Roma – foi o pioneiro no caminho para consciência internacional de graves problemas mundiais ligados ao meio ambiente para debater a crise e o futuro da humanidade (**os limites do crescimento**).
Conferência de Estocolmo	ONU (1972)	Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo), a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Ocorre pela primeira vez em nível mundial a preocupação com as questões ambientais globais.
Relatório Nosso Futuro Comum (avaliação da situação ambiental do mundo e estratégias para superação dos problemas)	Comissão Brundtland (1987)	Surgimento do termo – a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) adotou o conceito de desenvolvimento sustentável em seu relatório Our Common Future (Nosso futuro comum), também conhecido como **Relatório Brundtland**.
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-CNUMAD: RIO 92 - Agenda 21	ONU (1992)	O conceito foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra - Eco-92, no Rio de Janeiro.
Conferência das Nações Unidas RIO +10	ONU (2002)	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo - África do Sul - (Rio+10).

Documento	Conferência	Descrição
Conferência das Nações Unidas RIO +20	ONU (2012)	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro – Brasil - (Rio+20).
Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030	ONU (2015)	Reunião dos representantes dos 193 Estados-membros da ONU realizada em Nova York – Estados Unidos.
Documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (A/70/L.1)		

Fonte: Elaborado pelo autor

Todos esses eventos auxiliaram a construção do conceito de desenvolvimento sustentável que é plural e orgânico, moldando-se à realidade, às necessidades e aos novos estudos. Assim, é possível evidenciar **dois** principais pilares conceituais. O primeiro é baseado na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que argumenta ser o desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades; Já o segundo foi desenvolvido no Relatório de Brundtland e argumenta que o desenvolvimento sustentável significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento socioeconômico e de realização humana e cultural fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (AMAZONAS, 2012).

Desse modo, ressalta-se que, para que haja a sustentabilidade, diversas dimensões precisam trabalhar harmonicamente, como proposto por Sachs (2009). Para o autor a sustentabilidade só é possível se as dimensões ambiental, econômica, social, cultural e outras estiverem em equilíbrio. De forma mais simplifica-

da, o jargão: "Economicamente viável; Ambientalmente Correto; Socialmente Justo", é utilizado para demonstrar que se esses três pilares não estiverem alinhados algo ou alguém serão explorados de alguma forma, inviabilizando o desenvolvimento. No Brasil, essa preocupação mundial foi representada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como RIO-92, com a aprovação da Agenda 21.

A Agenda 21 é um documento de referência que representa o marco da preocupação mundial com o meio ambiente e determina a prática de ações firmadas com o desenvolvimento sustentável. Portanto, a CNUMAD e a Agenda 21 são referências para todo o mundo na implementação de novas práticas sustentáveis.

1.3 AGENDA 2030

Segundo a ONU, a Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. É o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, comprometeram-se a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU). Essas nações se comprometeram a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o planeta. Os signatários estão determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo a um caminho sustentável e resiliente. O embarque nesta jornada coletiva está ancorado no compromisso de que ninguém seja deixado para trás.

Atualmente a Agenda 2030 é composta por dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que demonstram a escala e a ambição dessa nova agenda universal. Esses objetivos se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles são integrados e indivisíveis e equilibram três dimensões do desenvolvimento sustentável: a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental.

Os dezessete ODS e 169 metas estimulam a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, a saber:

a) **Pessoas:** Acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade em um ambiente saudável.

b) **Planeta:** Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais, tomando medidas urgentes sobre a mudança climática para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

c) **Prosperidade:** Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

d) **Paz:** Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estejam livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

e) **Parceria:** Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável e revitalizada com

base num espírito de solidariedade mundial reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

2. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar do avanço em direção à sustentabilidade, como visto, ainda há uma vasta agenda a ser seguida. Neste tópico, vamos falar sobre quatro ODS relacionados ao estudo, suas metas e refletir sobre suas práticas e efeitos na sociedade. Sejam eles:

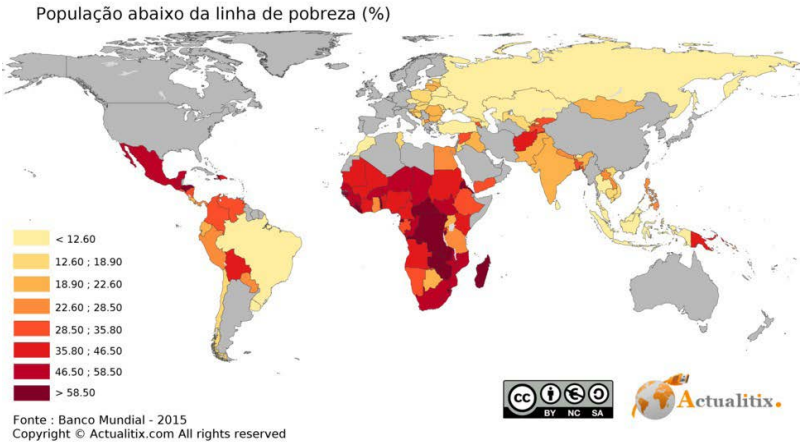
ODS	Objetivo
Erradicação da pobreza	ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Fome zero e agricultura sustentável	ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Educação de qualidade	ODS 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Igualdade de gênero	ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

2.1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA – ODS 1

O objetivo basilar desse ODS é acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Como já dito anteriormente, um dos pilares do tripé da sustentabilidade é a economia. A sustentabilidade precisa ser economicamente viável e isso tem muitas implicações. Nas idas ao supermercado, ao comprar produtos orgânicos, ainda que por um preço maior que os produtos convencionais, estamos diretamente fomentando o sustento de

um agricultor local que cultivou esse alimento e que possivelmente seria mais um dos trabalhadores da terra que vive abaixo da linha da pobreza.

No mapa a seguir é possível observar os países cujas populações encontram-se abaixo da linha de pobreza:



Atualmente, quase metade da população mundial ainda vive abaixo da linha da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2022). A incoerência é que grande parte dessas pessoas trabalha para fabricar matéria-prima e produtos manufaturados, ganhando, muito vezes, cerca de U$ 1 por dia, para as grandes empresas que vendem um produto "barato" e faturam grandes montantes de lucro pela grande escala vendida. Apesar de nem sempre estar evidente, a forma de consumo pode ser responsável por alimentar o ciclo de exploração e pobreza/concentração de renda.

No Brasil, a erradicação da pobreza é tomada como objetivo fundamental na Constituição:

> **"Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> **I –** construir uma sociedade livre, justa e solidária;

> **II –** garantir o desenvolvimento nacional;
> **III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**
> **IV –** promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988)." (BRASI, 1988)

Ainda assim, segundo dados do IBGE (2019), cerca de 13,5 milhões e meio de pessoas vivem com uma renda média mensal que dificilmente consegue suprir as necessidades básicas de alimentação. Esse número que se concentra especialmente no Norte e Nordeste é causado por diversos fatores como o desemprego e a baixa remuneração por trabalhos executados.

A pobreza é uma das causas mais urgentes da agenda 2030, uma vez que, enquanto existir para tantos e causar suas consequências devastadoras como a fome e a falta de acesso a saneamento básico e educação. Não haverá paz nem desenvolvimento, visto que é muito mais amplo e complexo que o crescimento econômico. É diante desse contexto que a ONU elencou as seguintes metas para erradicar a pobreza:

> "**1.1** Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de US$ 1,25 por dia;
> **1.2** Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
> **1.3** Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados para todos,

incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;

1.b Criar marcos políticos sólidos em nível nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza." (ONU, 2015)

Podemos pensar que a erradicação da pobreza passa por vários níveis e ações que devem ser sustentadas ao longo do tempo.

Primeiramente é papel do estado garantir o acesso das populações vulneráveis aos seus direitos fundamentais como educação e saúde. Também é importante que o estado crie estratégias de fortalecimento dessas populações de modo que, ao longo do tempo, possam ir ascendendo a camadas mais altas. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Brasil tem alguns importantes programas de acesso à renda como o Bolsa Família, que garante uma renda mínima para famílias que vivem na pobreza. Porém, não é apenas a renda, mas especialmente a educação que garantirá melhores condições de vida e equidade social e de oportunidades (MAGALHÃES, 2007). O Banco Mundial recomenda também que o estado tenha sua economia estável e fortalecida e a inflação seja controlada para que a população vulnerável não sofra as consequências da variação do mercado.

Além da esfera governamental, o terceiro setor, como ONG, também é um importante aliado, já que consegue trabalhar conjuntamente com a comunidade e construir soluções desde a base.

2.2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL (ODS 2)

O objetivo central desse ODS é acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Ao sujeito que vai fazer compras em supermercados e conferir toda a variedade de produtos, dificilmente é concebida a ideia de que ainda há fome no mundo. Nesse sentido é possível fazer a seguinte indagação: Se as indústrias conseguem fazer tamanha quantidade e diversidade de produtos, como a fome ainda pode assolar a humanidade? Por um lado, a resposta para essa questão poderia ser bem simples, pois atualmente a quantidade de alimentos produzidos no mundo é suficiente para alimentar todos os seres humanos da Terra. Mas, se é mesmo assim, por que há

um terço de sujeitos que ainda estão no mapa da fome mundial? E, principalmente, por que um terço de todos os alimentos produzidos são desperdiçados? Essas são algumas das incoerências do nosso insustentável sistema socioeconômico atual. A grande questão é que a fome não é um problema de produção de alimentos e, sim, de acesso a eles (MAGALHÃES, 1997) e está diretamente relacionado ao ODS anterior: a pobreza.

Para entender esse conceito, temos que voltar um pouco no tempo. Antes disso, porém, ressalta-se que a fome e o medo dela, foram utilizadas como mecanismo de dominação no período da Revolução Industrial e seus desdobramentos como a revolução verde e seus impactos no setor alimentar (DUTRA, 2018).

Quando se fala em produção e consumo de alimentos na atualidade, dificilmente se pensa no cultivo do alimento ou no agricultor responsável por isso. Raramente há a noção da trajetória do ingrediente, de como ele foi do campo para o nosso prato ou quais aditivos foram adicionados nele. Quase sempre o consumo dos alimentos acontece de maneira passiva e mecânica. O consumo alimentar tem passado por um longo processo de desconexão entre o cultivo e o consumo de alimentos (FISBERG, 2009).

Tal desconexão se inicia quando há a separação do contexto e significado integral dos alimentos (NUNES DE CARVALHO, 2017). Tenhamos o leite como exemplo. Não vemos mais a imagem do agricultor tirando o leite da vaca, extraindo manteiga da nata, fazendo queijo e ricota do soro, apesar de isso ainda ser feito, mas dificilmente chega assim aos centros urbanos. Em vez disso, é comum ver como matéria-prima para uma agroindústria leiteira, que processa esse leite em leite UHT (longa vida, normal, semidesnatado, desnatado, sem lactose etc.) e o transforma em diversos subprodutos como queijo, manteiga, iogurte, creme de leite e daí por diante (ZANETI, 2017).

É possível eleger como baliza desse processo a Segunda Guerra Mundial, quando a mulher passa a compor o mercado de trabalho e tem sua jornada dividida entre o trabalho doméstico e o trabalho formal. A partir daí, há uma explosão do fenômeno de comer fora de casa, ocasionando o crescimento acelerado da abertura de estabelecimentos de alimentação, principalmente *fast food* e da produção de alimentos industrializados prontos (em lata, congelados, em pó), com intenções de facilitar a alimentação contemporânea.

É fato que a agricultura acompanhou os avanços tecnológicos e a industrialização e isso se impulsionou em meados dos anos 1960. Esse processo de modernização da agricultura, que é chamado de Revolução Verde, desencadeou a mecanização da agricultura, o aumento de produtividade por área cultivada, o aumento de monoculturas, em especial milho e soja, adubo químico, pesticidas e agrotóxicos, evidenciando cada vez mais o negócio do "agro" (POZZETTI, 2021). Ao mesmo tempo, as indústrias agroalimentares começaram a se desenvolver, bem como os supermercados. Segundo Ploeg (2008), o resultado dessa combinação foi a concentração de terras, uma brusca mudança da população rural para a urbana, o envelhecimento e empobrecimento do homem do campo, o inchaço dos entornos e margens da cidade como guetos, a pobreza e a diminuição de mercados locais, como feiras. Nesse horizonte Sachs (2009), contribui afirmando que, além dos efeitos sociais, é importante analisar os impactos ambientais do combo modernização da agricultura e industrialização da alimentação: poluição e secagem de nascentes, desmatamento, extinção de espécies animais e vegetais, degradação dos solos, desertificação e intoxicação dos lençóis freáticos.

Além de todo esse contexto, é importante destacar que a alimentação baseada no alimento produzido nessas condições tem

gerado muitas incoerências. Se, por um lado, um terço das pessoas é acometida pela fome, ao mesmo tempo em que um terço dos alimentos é desperdiçado; por outro, temos verificado a crescente incidência de maiores índices de obesidade e suas doenças combinadas. Ao mesmo tempo muitas cadeias produtivas, como a do cacau, mantendo práticas de trabalho escravo ou análogas a ele, ao passo que as multinacionais de alimentos são as mais rentáveis do mundo.

Todo esse cenário nos faz questionar se **é possível atingir a sustentabilidade através de um sistema que causa toda essa problemática.**

Por conta disso, a ONU estabeleceu o ODS 2, que visa "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, devido à urgente adoção de novos sistemas de produção de alimentos que evidenciem práticas sustentáveis".

O ODS 2 possui as seguintes metas:

> **2.1** Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;
> **2.2** Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;
> **2.3** Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas,

agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente;

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas

> mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;
> **2.c** Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de *commodities* de alimentos e seus derivados e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

É importante mencionar que o Brasil é o pioneiro na política e legislação de segurança alimentar e nutricional que visa à manutenção da diversidade de alimentos, bem como à sua produção qualitativa e quantitativa suficiente para abastecer a população (MACHADO, 2015). A nossa legislação visa desenvolver a agricultura familiar e preservar a cultura alimentar típica e regional, que é de interesse para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), como prevê a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN), em seu Artigo 4º:

> Promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional (PNSAN, 2010).

Após o Decreto nº 7.272/2010 fica claro que existem esforços para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como da produção agroecológica e orgânica a fim de promover práticas susten-

táveis no sistema alimentar contemporâneo. Mas o que seria essa agricultura sustentável? A agricultura sustentável tem como objetivo promover o cultivo de alimentos em qualidade e quantidade satisfatórias para a população, respeitando o equilíbrio e a biodiversidade do meio ambiente (ASSIS, 2006). Das várias formas de cultivo de alimentos que se aproximam desse ideal, podem se sobressair duas: a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos.

A **agroecologia** tem como base a sistematização e consolidação de saberes e práticas visando à **agricultura** ambientalmente **sustentável**, economicamente eficiente e socialmente justa (SANTOS, 2014). É uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar sistemas de produção de base ecológica. É uma abordagem que integra os conhecimentos científicos aos conhecimentos populares para a compreensão, avaliação e implementação de sistemas agrícolas com vista à sustentabilidade (EMBRAPA, 2007).

Já o cultivo orgânico, segundo a Lei nº 10.831, de 23/12/2003, é todo aquele em que se adotam técnicas específicas mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. O grande objetivo desse tipo de cultivo é gerar o mínimo de impacto possível no meio ambiente e cultivar alimentos bons, limpos, justos, locais, de sabor autêntico, que respeite o agricultor e a biodiversidade local.

Localizar e socializar os alimentos a partir de uma agricultura sustentável e fortalecimento de canais de comercialização que aproximem o agricultor e o consumidor final é a estratégia chave para atingir o ODS 2. Além dessas ações existem diversas outras como o desenvolvimento do turismo rural, a pluriatividade nas propriedades rurais, produção orgânica e agroecológica. Todas promovem, além da valorização do pequeno produtor e de seus

produtos, o uso sustentável da terra, o fortalecimento e valorização das feiras e comunidades que sustentam a agricultura, restaurantes parceiros dos agricultores locais, entre muitas outras.

Assim, é possível dimensionar como as práticas da alimentação cotidiana convencional acabam, direta e indiretamente, alimentando um ciclo de pobreza e fome. Essas duas grandes lacunas sociais estão associadas, também a um terceiro fator muito importante: o (não) acesso à educação de qualidade e é disso que se trata o ODS 4.

2.3 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (ODS 4)

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Atualmente o ato de estudar pode ser tido como um privilégio, pois existem 758 milhões de adultos analfabetos em todo o mundo, sendo que 14% desse total são jovens de 14 a 24 anos, em sua maioria mulheres. De acordo com dados da ONU, a matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91%, mas 57 milhões de crianças permanecem fora da escola. Mais da metade dessas crianças que estão fora da escola vivem na África Subsaariana. Ainda segundo a ONU, essas crianças geralmente vivem em áreas de conflito e em situação de pobreza, o que aumenta em quatro vezes a chance de ficarem sem educação.

Segundo o pedagogo Paulo Freire (1986), a educação é libertadora quando permite a plena realização e consciência do ser. A educação é, também, um dos mais importantes vetores para o acesso aos direitos humanos, pois sem ela, outros direitos essenciais como alimentação adequada, liberdade e saúde ficam restringidos (POLO, 2019). Quando se fala em acesso à educação de qualidade, não estamos nos referindo apenas a frequentar a escola, pois as pesquisas da ONU em 2020 estimam que cerca de 250

milhões de crianças que frequentam a escola não sabem ler, escrever ou contar de forma satisfatória. Isso se deve a uma série de fatores, mas pode-se destacar problemas cognitivos relacionados à desnutrição e à falta de infraestrutura, tanto de pessoal quanto física das escolas.

O contexto brasileiro segue muitas das causas que fazem o setor educacional ainda ser uma lacuna para o desenvolvimento (CASTRO, 2006). A baixa remuneração dos professores, associada a estruturas físicas das escolas muitas vezes inadequadas por falta de água, banheiro, computador ou quadro, número excessivo de alunos por sala de aula ou a presença de professores pouco capacitados. Essas são algumas das características que podem ser encontradas no contexto educacional brasileiro.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o pressuposto para a educação de qualidade são instalações adequadas para o processo de ensino e aprendizagem e professores com boa formação. Com recursos humanos motivados e capazes, as escolas poderão transmitir aos seus estudantes os princípios de cidadania global, valorização de diversidades e a educação para o desenvolvimento sustentável.

Diante desse contexto, a ONU estabelece o ODS 4 que é assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e assim promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. As metas são:

> 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
> 4.2 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação

pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

> 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, que proporcionem ambientes de aprendizagem

> seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;
>
> 4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;
>
> 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação "deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais". Diante disso o ODS 4 entende que educação de qualidade e para todos não se trata apenas da inclusão escolar, tendo em vista que é um eixo transformador, mas sim de todo o processo de educação formal, que deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até a formação técnica e superior, bem como a qualificação de jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Ainda neste horizonte, as estratégias que têm sido desenvolvidas buscam inserir as meninas a uma educação de qualidade, capacitar os professores para que eles possam fornecer esse tipo

de educação, investir na infraestrutura física da escola e trazer projetos culturais e científicos que possam desenvolver as diversas habilidades individuais e coletivas dos alunos.

O Brasil tem medidas importantes nesse sentido. Por exemplo o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição Federal com base na Lei n. 13.005/2014, prevê metas e diretrizes estratégicas para a política educacional de 2014 a 2024. Segundo projeções do IPEA, se o PNE for executado satisfatoriamente, é possível que o Brasil atinja 70% das metas estabelecidas pelo ODS 4 até 2024. Para tanto, é necessária uma série de ações coordenadas, como aprimorar a Base Nacional do Currículo Comum, dar enfoque para a equidade de gênero, direitos humanos e cidadania, formação docente e de gestores escolares.

Apesar da esfera governamental ter um peso importante, a Unesco recomenda que esse processo seja responsabilidade de todos e que os esforços conjuntos devam ser feitos da esfera individual até a organizacional e institucional. Nesse mesmo sentido, levando em consideração os ODS como política global, Martini (2017), lista cinco dicas para alcançar o ODS 4 com o envolvimento do indivíduo, da escola, da comunidade e das instituições (como a universidade), sendo elas: a) promover alfabetização midiática informacional (leitura crítica das mídias e informações dispostas); b) promover parcerias da escola com a comunidade (desenvolver projetos que estimulem a ação da comunidade dentro das escolas); c) reunir trabalhador social e educador (trabalho social junto à educação para estimular a educação para a cidadania); c) votar em políticos que não reduzam investimentos na educação (escolher políticos que proponham investimentos na educação); d) promover ação global (aplicar ações globais nas escolas locais).

É presumível que a educação só é transformadora quando possibilita a liberdade do ser e caminhos para a equidade social, mas, ainda como visto até aqui, há um longo caminho a ser percor-

rido, o que demanda investimentos governamentais e, também, da sociedade como um todo. Cabe destacar um ponto importante no ODS 4: o baixo acesso de meninas à educação. Considerando as desigualdades relacionadas aos gêneros desde a base, a ONU estipulou o ODS 5, que visa à igualdade de gênero.

2.4 IGUALDADE DE GÊNERO (ODS 5)

Longe de ser um problema atual, a falta de equidade de oportunidades, espaços e protagonismo das mulheres em relação aos homens ainda se mostra como grande barreira a ser superada para que elas possam ter seus direitos, liberdades e respeito garantidos.

A luta por igualdade de gênero perpassa várias questões urgentes, como a erradicação da violência contra a mulher, a liberdade de escolha de parceiros e a erradicação do casamento infantil, a equiparação salarial entre homens e mulheres e a ocupação simétrica de espaços políticos, de gestão e tomadas de decisão.

O IPEA confere a seguinte definição para gênero;

> Diferentemente da orientação sexual, que foca nas práticas sexuais dos sujeitos, é definido, e continuamente redefinido, pelo reconhecimento social e identitário dos sujeitos quanto ao sexo de seus corpos: homens e mulheres que foram assim designados/as ao nascer (cisgênero), homens e mulheres transexuais, intersexos, transgêneros, travestis, dentre outros. Além disso, trata-se de conceito que dialoga de maneira mais próxima com as práticas sociais e o arcabouço cultural, que reforçam desigualdades e discriminações de acordo com estereótipos e papéis de gênero (IPEA, s/d).

De acordo com dados da ONU, "mulheres na África do Norte ocupam menos de um a cada cinco empregos pagos em setores que não sejam a agricultura" e "em 46 países, as mulheres ago-

ra ocupam mais de 30% das cadeiras no parlamento nacional em pelo menos uma câmara" (ONU, 2015). É importante mencionar que **nenhum** país já atingiu a igualdade de gênero e que não é possível obter uma sociedade pacífica sem ela. Afinal, além de todas as questões relacionadas à falta de espaço e oportunidade, essa desigualdade permite que números altíssimos de violência contra a mulher continuem estáveis (SILVA, 2010).

Em 2018, segundo a ONU, a violência contra a mulher pode ser considerada uma pandemia, pois atinge cerca de 35% das mulheres de todo o mundo. Diante desse contexto, foi estabelecido o quinto objetivo de desenvolvimento sustentável: **Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.** Para alcançar esse objetivo, a organização estipulou as seguintes metas:

> 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
> 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
> 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
> 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;
> 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

> 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;
>
> 5.a Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;
> 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;
> 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Assim, como nos demais objetivos abordados, mediante aos diversos cenários da atualidade, que muitas encontram-se distantes do que foi delineado, resta a indagação: O que está sendo feito para que esse objetivo seja alcançado?

Em termos de mercado de trabalho ao redor do mundo, vê-se que há uma preocupação cada vez maior de empresas e instituições em ter equipes com número simétrico de homens e mulheres. Não apenas em números, mas também em equidade salarial e práticas para promover a conciliação da vida familiar e profissional. Segundo a ONU, Mulheres tem vários projetos, mas um em especial ganhou bastante visibilidade: o movimento *#heforshe* (eles por elas) de solidariedade da ONU Mulheres pela igualdade

de gênero. Esse movimento tem como objetivo envolver homens e meninos em um esforço global na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade. **O movimento se organiza nos seguintes princípios: a) Atenção à** educação, sensibilização e conscientização; b) **Argumentação:** impacto por meio de políticas e planejamento; c) **Ação:** captação de recursos e outras ações.

No Brasil, as estratégias para alcançar essas metas se concentram em três políticas principais, segundo o Estratégias ODS:

1. A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que trabalha com ações e programas que tratam de questões sobre a saúde da mulher, passando pela violência contra a mulher e a ampliação da representação política feminina nos espaços de poder;
2. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015, que é abrangente e está em concordância com o que preconiza o ODS 5. Como a temática de gênero é transversal, há ações e metas propostas para diferentes áreas, como saúde, educação, trabalho, segurança;
3. O combate à violência contra a mulher com o marco legal da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Outro marco é a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que tem entre suas diretrizes a estruturação de uma rede de atendimento nos estados, municípios e no Distrito Federal.

Sabemos de ações que buscam reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado, assegurar o acesso universal à

saúde sexual e reprodutiva, garantir a igualdade de direitos e de oportunidades, promovendo o empoderamento das mulheres em todos os campos.

Um caso interessante é o projeto *Mães Esplendorosas*, realizado em 2019. Foram desenvolvidas atividades que promoviam a autovalorização da mulher com o objetivo de também estimular um novo processo de aprendizagem, priorizando dinâmicas e exercícios associados ao desenvolvimento humano integral e financeiro para a construção coletiva de conhecimento, é necessário tempo e continuidade. Diante disso é importante verificar que as vinte mulheres participantes do projeto conquistaram os seguintes resultados: a) Aumento da autoestima e protagonismo pessoal; b) Aumento do potencial em criação de estratégias; c) Aumento da capacidade em poupar; d) Ampliação da visão de negócio; d) Perspectivas futuras baseadas em fatos; e) Conscientização sobre a própria organização financeira e contábil.

Os resultados desse projeto mostraram que, se associarmos os esforços para fortalecer as comunidades vulneráveis, investirmos em sua educação e capacitação e buscarmos a igualdade entre todos permite construir uma sociedade mais justa.

ANÁLISE DE DADOS

Tomando a visão sistêmica como sustentação para análise das interdependências dos ODS, identificou-se a existência das relações entre si por meio da nuvem de palavras, cujos dados foram tratados no programa *Iramuteq* e buscou compreender e justificar essas relações pela análise sistêmica dos conceitos expressos na Agenda 2030. Para tanto, a descrição dos ODS foram inseridas no software como categorias/grupos de palavras, cuja intenção foi analisar a correlação entre eles. A imagem a seguir ilustra essa relação entre as palavras constantes nas descrições dos ODS.

Figura 1 - Nuvem de palavras



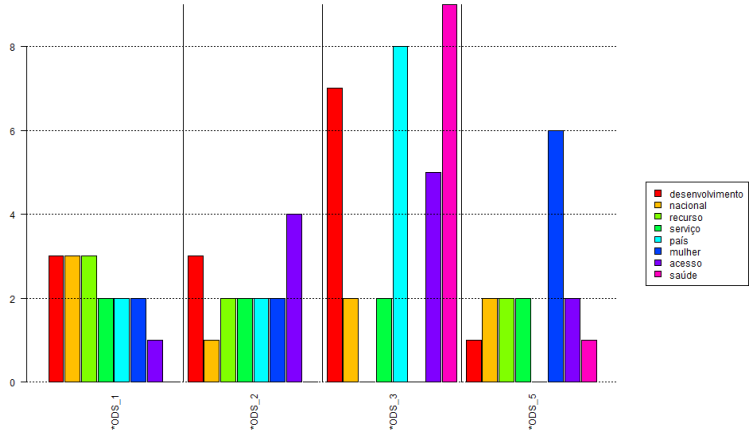
Fonte: Elaborado pelo autor

Na visualização é importante perceber que o software destaca em maior tamanho as palavras centrais, com maior recorrência, e a proximidade das palavras marginais, com menor recorrência, demonstra a relação com as centrais, de acordo com o grau de incidência em cada grupo de texto categorizado no sistema.

O nível que trata da visualização das relações pode ser executado por gráfico de frequência, de um ODS para os demais, no nível dos objetivos citados textualmente, ou de metas de um ODS para com metas de outros objetivos ODS. Nesse nível de diagnóstico a preocupação se dá muito mais com a identificação da quantidade de relações estabelecidas e busca eleger os ODS ou metas com o maior número de relações com os demais do que com a justifica-

tiva dessas interações. O gráfico a seguir ilustra a reincidência dos termos mais frequentes na descrição e conceito de todos os ODS abordados no artigo, e ainda a quantidade de reincidência desses termos, com finalidade de identificar individualmente dentro de cada um deles quais os termos mais se destacam:

Figura 2 - Gráfico de frequências



Fonte: Elaborado pelo autor

Através da análise dos dados é possível identificar e visualizar os termos e assuntos que correlacionam os ODS e entender quais ações podem ser adotadas para o desenvolvimento da sociedade.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Durante o estudo foi perceptível que embora o tema sustentabilidade tenha sido introduzido como princípio constitucional, as práticas governamentais não tem evoluído ao passo da necessidade em promover políticas públicas e eficientes de sustentabilidade. Dos ordenamentos jurídicos vigentes que merecem

destaque, pode-se mencionar a Instrução Normativa 01/2010 do Ministério do Planejamento, que faz o detalhamento de alguns critérios de sustentabilidade em capítulos distintos, um dedicado a obras e outros a bens e serviços, indicando como tudo deve ocorrer em um nível mais operacional. Todavia, há uma relação muito grande de situações, de bens, de processos produtivos, entre outros. Diante disso a definição do que seja sustentável nem sempre estará indicado em uma norma, cabendo ao administrador definir caso a caso aquilo que pode ser aproveitado.

Por fim, foi possível analisar sistematicamente como a abordagem do tema sustentabilidade evoluiu e ainda se encontra em muito processo de evolução. Embora o tema seja relativamente antigo, a discricionariedade que cerceia sua aplicação tem impedido o país em seu avanço no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Há de se admitir que não foi sempre que o legislador teve a percepção de desenvolver o pais de maneira sustentável. A legislação específica que trata do assunto é muito recente para um pais, como o Brasil, que sofreu e ainda sofre com seus impactos negativos originários principalmente de sua expansão urbana desorientada.

No Brasil, as compras públicas representam entre 10% e 15% do PIB nacional, daí a importância da participação do governo como agente orientador e regulador. Em muitos países, como Canadá, Estados Unidos, Japão, e em países da União Europeia, as iniciativas de compras sustentáveis foram introduzidas inicialmente como programas de adoção de boas práticas ambientais, entre elas o acesso às informações sobre produtos e serviços sustentáveis, a mecanismos legais para garantir a preferência aos produtos sustentáveis e a capacitação dos agentes públicos. O mercado se ajustou à nova realidade da sustentabilidade, permi-

tindo que as instituições públicas assumissem um papel de orientação e liderança.

Nesse ponto é importante salientar que o conceito de sustentabilidade precisa ser ampliado pelos legisladores do país, pois a matéria abrange áreas que transcendem a economia e a ecologia. A análise preliminar dos dados extraídos dos conceitos e terminologias dos ODS permite enxergar pontos de partidos através dos termos com maior incidência. Nesse sentido o estudo contribui no auxílio para criação de diretrizes de políticas públicas, onde é possível identificar eixos temáticos estratégicos.

Esse estudo buscou contribuir na identificação de relações entre os ODS e suas metas, evidenciando suas relações. A correlação dos termos constantes no conjunto dos ODS e o uso do software *Iramuteq* para análise de dados no intuito de evidenciar essas relações representa uma singela visão sobre o complexo e desafiador contexto de implementação da Agenda 2030. No entanto, estima-se que possa contribuir no avanço da interpretação e a concretização do compromisso global com o alcance dos ODS, se adicionado à variedade de esforços para fatores humanos, como a participação política e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, Maurício. Economia Verde e Rio + 20: Recortando o Desenvolvimento Sustentável. NECAT: Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, Florianópolis, ano 1,n. 2, p. 24-39, 2012.

ASSIS, Renato Linhares De. "Desenvolvimento Rural Sustentável No Brasil: Perspectivas a Partir Da Integração De Ações Públicas E Privadas Com Base Na Agroecologia." Economia Aplicada 10.1 (2006): 75-89. Web.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2022. Washington, DC: BM, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF, out 1988.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães, Leite, Elenice Monteiro. "Brasil: o estado de uma nação". In: "Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios". Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006. Brasília. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3062. Acesso em 23 de maio de 2023.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares, and SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira De. "Cerrado, revolução verde e a evolução no consumo de agrotóxicos." Sociedade & Natureza: Revista do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia 29.3 (2018): 469-84. Web.

FISBERG, Regina Mara, Dirce Maria Lobo Marchioni, and Ana Carolina Almada Colucci. "Avaliação do Consumo Alimentar e da Ingestão de Nutrientes na Prática Clínica." Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia 53.5 (2009): 617-24. Web.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

MACHADO, Moisés, Daniete Fernandes Rocha, and Mauro Macedo Campos. "Dos Movimentos Sociais à Implementação Do Programa Fome Zero (1993 – 2013): A Trajetória Da Cidadania Alimentar No Brasil (20 Anos Da Ação Da Cidadania E 10 Anos Do Programa Fome Zero)." Revista Segurança Alimentar E Nutricional (Online) 22.2 (2015): 692. Web.

MAGALHÃES, Rosana, Luciene Burlandy, and Mônica de Castro Maia Senna. "Desigualdades Sociais, Saúde e Bem-estar: Oportunidades e Problemas no Horizonte de Políticas Públicas Transversais." Ciência & Saúde Coletiva 12.6 (2007): 1415-421. Web.

MAGALHÃES, Rosana. Fome: Uma (re)leitura de Josué de Castro. SciELO - Editora FIOCRUZ, 1997. Web.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 17 Objetivos para transformar nosso mundo. In: Agenda 2030. [S. l.], 2015.

NUNES DE CARVALHO, Alexander Perazo, Abimael Clementino Ferreira De Carvalho Neto, and Henrique Andrade Girão. "A Reforma Trabalhista como consequência da necessidade de Flexibilização das Relações de Trabalho diante da Evolução da Sociedade." Revista de Direito Econômico e Socioambiental 8.3 (2017): 49-66. Web.

OLIVEIRA, F. P. O meio ambiente e o setor industrial - Desafio para o Desenvolvimento Sustentável. Curso de especialização em Administração com Ênfase em Marketing, pela UFRPE, 2015.

PLOEG, J. D. (2008). Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS.

POZZETTI, Valmir César, Maria Clara Barbosa Fonseca Magnani, and Virginia Zambrano. "Revolução Verde e Retrocesso Ambiental." Revista Catalana de Dret Ambiental 12.1 (2021): Revista Catalana de Dret Ambiental, 2021, Vol.12 (1). Web.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Ed. Garamond, Rio de Janeiro. 2009.

SANTOS, Christiane Fernandes Dos, Elisabete Stradiotto Siqueira, Iriane Teresa De Araújo, and Zildenice Matias Guedes Maia. "A Agroecologia Como Perspectiva De Sustentabilidade Na Agricultura Familiar." Ambiente & Sociedade 17.2 (2014): 33-52. Web.

SILVA, Sergio Gomes Da. "Preconceito E Discriminação: As Bases Da Violência Contra a Mulher." Psicologia, Ciência E Profissão 30.3 (2010): 556-71. Web.

ZANETI, Izabel. C.B.B. Tese de Doutorado. CDS, UNB. Educação Ambiental, resíduos sólidos e sustentabilidade. Brasília 2003.

ZANETI, Tainá B. Tese de Doutorado. Cozinha de raiz: as relações entre chefs, produtores e consumidores a partir do uso de produtos agroalimentares singulares na gastronomia contemporânea. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS. Porto Alegre, 2017.

10. OS PROJETOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LOCAL

CULTURAL PROJECTS IN THE MUNICIPALITY OF ITAPEVI AND THEIR CONTRIBUTION TO SOCIAL AND LOCAL DEVELOPMENT

Sandra Regina dos Santos Silva
Quésia Postigo Kamimura
Marcela Barbosa de Moraes

RESUMO

Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura, o setor cultural brasileiro passou a compor e ser gerido por esse órgão que, desde então, em conjunto com as outras esferas, promovem ações contínuas na gestão da cultura. Especialmente no seu campo de aplicação nos municípios brasileiros. Este artigo tem como objetivo geral analisar as características das políticas públicas culturais do município de Itapevi, e quais as contribuições para o desenvolvimento social e cultural da cidade, bem como especificar as articulações utilizadas pela gestão para atender a sociedade, após a pandemia do covid-19, enfatizando a relevância da política cultural para o desenvolvimento do município, utilizando-se da melhor forma os recursos financeiros destinados ao setor, de acordo com as Leis vigentes do município, bem como as aplicações da Lei Aldir Blanc e Paulo Gustavo. A metodologia utilizada é a bibliográfica, descritiva, análise de dados obtidos em pesquisa, junto a

Secretaria de Cultura e Juventude do município, que apresentou um portfólio, com todos os principais projetos realizados na secretaria e com base nas legislações referentes ao assunto, delimitado o município de Itapevi/SP. A conclusão do trabalho tem por intenção demostrar se as políticas públicas utilizadas em prol dos alunos e da população estão contribuindo para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Cultura. Políticas culturais. Projetos culturais, Desenvolvimento.

ABSTRACT

In 1985, with the creation of the Ministry of Culture, the Brazilian cultural sector came to be composed and managed by this body which, since then, together with the other spheres, has promoted continuous actions in the management of culture. Especially in its field of application in Brazilian municipalities. The general aim of this article is to analyse the characteristics of the cultural public policies of the municipality of Itapevi, and what contributions they make to the social and cultural development of the city, as well as to specify the articulations used by the management to serve society, after the covid-19 pandemic, emphasizing the relevance of cultural policy for the development of the municipality, making the best use of the financial resources allocated to the sector, in accordance with the current Laws of the municipality, as well as the applications of the Aldir Blanc and Paulo Gustavo Law. The methodology used is bibliographical, descriptive, analysis of data obtained from a survey of the municipality's Department of Culture and Youth, which presented a portfolio of all the main projects carried out by the department and based on the legislation on the subject, delimited to the municipality of Itapevi/SP. The conclusion of the work is intended to show whether the

public policies used on behalf of students and the population are contributing to local development.

Keywords: Culture. Cultural policies. Cultural projects, Development

INTRODUÇÃO

A cultura de um povo e suas mais variadas manifestações nas diversas linguagens, permite seu desenvolvimento tanto no sentido artístico como no sentido de qualidade de vida. (BOTELHO, 2001, p. 11)

Em 1985, o setor cultural brasileiro, de acordo com o decreto 91.144, passou a ser gerido pelo Ministério da Cultura.

> O processo de redemocratização do Brasil foi substancial para a progressão de incentivo à cultura, com o surgimento do Ministério da Cultura (MinC) em 15 de março de 1985, por meio do Decreto n.º 91.144 [...]. A data marcou o reconhecimento da autonomia e da importância da área para as artes, folclore e outras formas de expressão, sendo o MinC responsável pelo patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural do Brasil. Todavia, a pasta sofreu e vem sofrendo várias transformações ao longo dos governos brasileiros (SOUSA, 2019, p.8).

O Brasil decretou calamidade pública devido à covid-19 em março de 2020, e a população, em decorrência disso, parou as suas atividades imediatamente, sem perspectiva de retorno. A ordem era ficar em casa.

No setor cultural o impacto foi imenso e imediato: espetáculos cancelados, shows que não aconteceram em todo país e a suspensão de contratos que impactaram nos ganhos financeiros de

muitos artistas.

O Projeto de Lei (PL) 1075/2020, de março de 2020, que "dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020" (BRASIL, 2020d); partindo da Lei nº 13.979/2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019" (BRASIL, 2020c), ou seja, que reconhece um estado de emergência, que demanda de ações emergenciais.

Além da lei de incentivo fiscal, dos pontos de cultura, ou qualquer cadastro municipal, visando auxílio, caberia aos responsáveis locais, garantir a abertura de mecanismo para que os trabalhadores da cultura pudessem se cadastrar para participar dessa nova lei, garantindo a participação de todos os que assim se entendessem como integrantes do setor.

A questão que norteou o estudo foi: como se pode identificar os desafios dos gestores culturais da administração pública do município de Itapevi/SP e sua articulação com as esferas estadual e federal, enfatizando a relevância da política cultural para o desenvolvimento sustentável do município?

O trabalho se deu por uma análise feita a partir de doutrinas, bibliografias descritivas e legislações referentes ao assunto, delimitado o município de Itapevi/SP. Os dados também foram coletados em visita à Secretaria de Cultura e Juventude da Comarca, que nos entregaram um portfólio com todos os principais projetos realizados na secretaria.

Em uma conversa com o atual secretário foi evidenciado que a Secretaria de Cultura e Juventude do município de Itapevi, tem

por objetivo estimular o desenvolvimento de atividade e manifestações culturais no município, contribuindo para a criação de identidade cultural Itapeviense e para o desenvolvimento local. Para isso levantou-se uma questão: Como estes projetos culturais contribuem para o crescimento do município?

Fora realizado ainda uma breve análise das políticas públicas para a cultura da cidade, coleta de dados no município, análise do plano de governo proposto pela administração vigente, como está sendo analisado o empreendedorismo cultural na cidade e as características dos movimentos culturais do município de Itapevi com seus objetivos e metas.

REFERENCIAL TEÓRICO
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988, atribuem ao Estado o dever de garantir a todos os cidadãos "[...] o exercício dos direitos culturais e o acesso universal aos valores gerados". Para cumprir esse dever o Estado pode criar instituições com o intuito de disponibilizar à população espaços onde possam ser zelados esses valores, cumprindo-se o papel de preservar a memória de um povo de maneira que não se prive nenhum cidadão do direito de utilizar o que é disponibilizado à sociedade por meio do poder público (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA, 2009, p. 7-8)

Nota-se que no âmbito das ações governamentais encontra-se com mais frequência à política de eventos, que "[...] em grande parte dos casos, são ações fragmentárias, desarticuladas, isoladas e sem muita continuidade". No entanto, essas políticas preenchem espaços importantes como os "[...] inúmeros festivais, concursos, prêmios e bolsas, que também cumprem o papel

de consagração e valorização das obras produzidas" (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 19).

Neste estudo sinaliza-se que tão importante quanto abordar os conceitos de política pública, é ressaltar os conceitos de projeto, ação e programa, que de acordo com o Ministério da Cultura apud Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 53) tem as seguintes designações:

> Projeto é um empreendimento planejado que consiste em um conjunto de ações inter-relacionadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados; - Ação é uma realização de caráter pontual que concorre – em conjunto ou isoladamente – para o alcance de um objetivo específico; - Programa é o conjunto de projetos e ações articuladas, orientado para um objetivo de impacto abrangente. Todo programa possui um tempo definido, ou seja, uma vida útil associada ao ciclo de sua duração e realização.

Em síntese, a atuação do Estado busca fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura, ampliar e descentralizar os investimentos em produção, a difusão cultural, fortalecer o Fundo Nacional de Cultura, aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, fortalecer a gestão pública dos direitos autorais, articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, a consolidação e implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) (PORTAL DE DADOS SNIIC. CULTURA.GOV.BR)

GESTÃO E FINANCIAMENTO NA CULTURA

O gestor público de cultura é um administrador da cultura, ou seja, o gestor com a sua equipe cria, implementa e gerencia projetos culturais no dia a dia do município com o propósito de tornar o trabalho de uma organização mais eficiente.

Verifica-se a importância em pautar o planejamento de forma democrática, pois Fontenele (2007, p. 10) considera que, "[...] como decisões políticas, os componentes de uma estratégia configuram as escolhas de uma sociedade [...]". Nesse mesmo sentido, verifica-se que o planejamento estratégico em nível municipal "[...] é a percepção da cidade como um ator social que vive em função da conjunção dos interesses locais e dos condicionantes globais" (LOPES apud FONTENELE, 2007, p. 2)

O "[...] gestor cultural é o profissional que administra grupos e instituições culturais, [...] O produtor cultural cria e administra diretamente eventos e projetos culturais, [...]" (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 49-50, 52). Apesar das diferenças, esses profissionais devem ser capazes de:

> [...] elaborar projetos; captar recursos; dominar o uso das leis de incentivo à cultura; estar atentos à questões legais e jurídicas – tais como o direito cultural; estar atentos às características e ferramentas de marketing; conhecer as limitações da burocracia; conhecer os fundamentos do planejamento e do orçamento; dinamizar os fazeres culturais; conjugar os fazeres culturais com os diversos interesses em jogo; potencializar os fazeres culturais como fatores de desenvolvimento socioeconômico (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 51)

Assim uma gestão com pouco termos conceituais, mas de grande presença prática, identifica-se como a cultura autogerida.

Conforme a Fundação Getúlio Vargas (2010, p. 45) trata-se das "[...] inúmeras festas de padroeiros e os mais diversos festivais e celebrações [...] são manifestações autossustentadas e nascem das raízes comunitárias porque é expressão do patrimônio cultural".

Para que o Estado implante e execute políticas públicas culturais no município é imprescindível o financiamento dessas políticas e que elas sejam eficientes em prol da sociedade.

Verifica-se que o financiamento da cultura no Brasil "[...] se dá por dois mecanismos, o incentivo fiscal [...] e os recursos orçamentários, nos quais estão inseridos os recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura". O incentivo fiscal "[...] faculta às pessoas físicas e jurídicas a opção pela aplicação de parcelas de impostos" (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 30). Os recursos orçamentários são "[...] administrados por um órgão colegiado próprio, para apoiar atividades culturais que se institucionalizam e atuam com relativa autonomia" (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010, p. 32).

A SECRETARIA DA CULTURA NO MUNICIPIO DE ITAPEVI

Itapevi é um município situado na Região Metropolitana de São Paulo, no estado de São Paulo, emancipado em 18 de fevereiro de 1959. Possui população estimada em (2021) de 244.131 habitantes (IBGE 2022).

A Secretaria Municipal de Cultura e Juventude de Itapevi **é** uma importante pasta na atual gestão que ressalva que seu objetivo é **e**stimular o desenvolvimento de atividades e manifestações culturais no município e contribui para a criação de uma identidade cultural Itapeviense. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI, 2023).

Apesar da tecnologia estar cada vez mais dominante a secretaria, em conjunto com a prefeitura, ainda mante uma biblioteca municipal aberta a toda população.

A biblioteca tem como objetivo apoiar a pesquisa e estudo e incentivar a leitura, fomentando assim, a cultura na cidade. A biblioteca desenvolve várias atividades ao incentivar o uso adequado do espaço e estimulando a formação de leitores de todas as idades e é responsável por programas de contação de histórias, exposições e outros eventos com o intuito de levar mais cultura aos munícipes

Para este crescimento e constituição da identidade no setor cultural da cidade, alguns projetos se destacaram e trouxeram repercussão tanto para o município de Itapevi quanto para toda região. Projetos esses que possuem como atores os próprios alunos dos cursos oferecidos pela secretaria de Cultura.

Visando a melhoria da economia criativa e o fomento de novas ideias, parcerias, e abertura de diálogo sobre cultura da cidade, a Secretaria de Cultura e Juventude abre este espaço da biblioteca para a população indicar ideias, propostas, enviar projetos e dar sugestões sobre eventos, festivais, e projetos junto à Secretaria de Cultura e Juventude. (SITE PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI)

PROJETOS CULTURAIS EM DESTAQUE

Este artigo demonstra o trabalho realizado pela secretaria da cultura em conjunto com a prefeitura municipal e considera as principais políticas, programas e ações implantadas a partir dessa parceria.

Grande parte destes projetos tem como objetivo articular e garantir o desenvolvimento de projetos e políticas públicas direcionadas aos jovens de 15 a 29 anos, exigindo que os agentes e instituições públicas promovam políticas que garantam educação, esporte, cultura, emprego, saúde, lazer, segurança e participação política, de acordo com a lei 12.852 do Estatuto da Juventude.



METODOLOGIA

O presente artigo apresenta em sua metodologia uma perspectiva de pesquisa documental e bibliográfica. Além disso uma linha descritiva ao se pesquisar os dados da secretaria de cultura do Município de Itapevi/SP.

Quanto à natureza a pesquisa é classificada como quantitativa uma vez que busca garantir a precisão dos resultados, evitando assim distorções de interpretações e análises, permitindo uma margem de segurança nas informações (RICHARDSON, 2017).,

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da pesquisa realizada de forma documental, o setor cultural do município, após pandemia passou a oferecer cursos à população.

ESCOLA LIVRE DE DANÇA

De acordo com a Secretaria de Cultura do Município, a escola de dança é atuante desde 2002 e com uma infraestrutura com salas amplas e instalações adequadas para o desenvolvimento das aulas. A escola atende hoje cerca de 1.400 alunos a partir dos 4 anos de idade. A escola investe em professores qualificados e com especializações fora do Brasil. A metodologia de ensino baseia-se em transformar valores através da arte e autoconhecimento, tendo como objetivo formar bailarinos qualificados para o mercado de trabalho.



São oferecidas aulas de Ballet, inclusive Ballet clássico, Jazz (contemporâneo) e aulas de zumba semanalmente. Essas aulas auxiliam no desenvolvimento psíquico, intelectual e motor dos alunos e proporcionam técnica de memorização e expressão corporal. As aulas de zumba e ritmos são oferecidas também no parque da cidade.



ESCOLA LIVRE DE TEATRO E CIRCO

A Escola Municipal Livre de Teatro funciona desde 2005 e atualmente possui em torno de 500 alunos. Os cursos de Teatro e Circo-Teatro têm como objetivo o desenvolvimento e aprofundamento artístico, filosófico e cultural dos alunos da Escola Municipal de Teatro.

O curso de Teatro é dividido em 4 módulos de 6 meses cada. Nesses módulos os alunos aprenderão sobre História do Teatro e Sensibilização Artística. Os alunos recebem declarações que comprovam suas atividades em teatro ao término dos 4 módulos.

O curso de Circo-Teatro tem o objetivo de impulsionar os alunos para novas possibilidades expressivas com aulas de acrobacias, malabares, portagens, clown, entre outros, aprimorando e acrescentando ainda mais conhecimento artístico para os alunos.



O município de Itapevi, apesar ter uma população expressiva e de ter uma secretaria de cultura ativa, ainda não tinha um teatro em sua cidade, mas recentemente foi inaugurando um teatro pela gestão pública atual.

TEATRO MUNICIPAL DE ITAPEVI

O Teatro Municipal de Itapevi conta com um projeto espetacular e foi inaugurado em 12 de maio de 2023. O local foi completamente reformulado para garantir uma experiência completa e imersiva ao público, artistas e profissionais. O espaço possui 360 lugares, sendo 10 deles para PCD (Pessoas com Deficiência), e 4 para PMR (Pessoas com Mobilidade Reduzida) e 9 PO (Pessoas Obesas).

O Teatro Municipal recebeu novo tablado e hall café, além de uma série de melhorias como regularização dos pisos e degraus na área da plateia; novas portas de entrada/saída, modernização no elevador de carga/descarga; adaptações na escada de acesso ao palco, do patamar para plataforma de acessibilidade no palco, reforma total na sala de áudio e vídeo e aplicação de verniz anti-chama. Os camarins, banheiros e acessos ao palco foram completamente reformados.

O novo espaço cultural também teve a instalação de novos aparelhos de ar-condicionado, cortinas, microfones, tela de projeção de led, canhão de luz**,** alto falantes, pisos e corrimões modernos, além de sala de controle de áudio e vídeo equipadas com equipamentos modernos de última geração, além de pintura e adequação de espaços com acessibilidade.

ESCOLA LIVRE DE ARTE

A Escola Municipal Livre de Arte de Itapevi já atendeu centenas de munícipes Itapevienses com os cursos de cerâmica nas modalidades Modelagem, Torno Elétrico, Pintura Fria e Esmaltação. Ao término do curso é realizada uma formatura com os alunos frequentes.



São feitos dois bazares anuais com peças confeccionadas pelos alunos, cuja renda é revertida para eles. Algumas peças são doadas e outras confeccionadas pelos professores. Estas peças ficam para reposição de materiais de consumo. A Casa do Ceramista também mantém peças em exposição permanente para apreciação e venda.

CENTRO DE FORMAÇÃO MUSICAL

O Centro de Formação Musical foi criado no ano de 2010 e é um importante instrumento cultural que visa o ensino e a propagação da música na cidade. O Centro abriga diversas atividades na área da música, da musicalização infantil, passando pelos diversos níveis, chegando a grupos artísticos de elevado padrão, como a Banda Sinfônica e Banda Marcial.

No centro de formação musical são oferecidos cursos de musicalização infantil por meio de flauta e percussão, sopros (madeiras e metais); percussão erudita e popular; violão; teclado; piano; cordas friccionadas e teoria musical. A estimativa de atendimento gira em torno de 1200 alunos ao ano e a projeção de público atendido nos eventos é por volta de 6 mil por ano.



ESCOLA DE MÚSICA

A escola tem como objetivo desenvolver diferentes habilidades como: o raciocínio, a criatividade, a autodisciplina e despertar a consciência rítmica e estética, além de desenvolver a linguagem oral, a afetividade, a percepção corporal e também promover a socialização.

LEI ALDIR BLANC E PAULO GUSTAVO

A Lei Aldir Blanc prevê o auxílio a trabalhadores da cultura, entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuem na "produção, difusão, promoção, preservação e aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, incluindo o patrimônio cultural material e imaterial" (Câmara dos Deputados, 2022).

A lei 14.017 de 2020, dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, sendo alterada pela lei 14.150 de 2021, que ressalva em seu artigo 1º:

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19. (Redação dada pela Lei nº 14.150, de 2021).

A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022) dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19. A ementa da Lei transcreve:

> Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atri-

buir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).

LEGISLAÇÃO E INCENTIVO A CULTURA NO MUNICIPIO DE ITAPEVI

A LEI MUNICIPAL 2.782 DE 17 DE MARÇO DE 2020, criou um Fundo Municipal de Incentivo à Cultura com o objetivo de propiciar os recursos financeiros necessários à execução de Políticas Culturais e Artísticas do Município de Itapevi, conforme descreve sua ementa: "institui o fundo municipal de incentivo à cultura, no âmbito do município de Itapevi, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais e dá outras providências."

De acordo com o secretário municipal, todos os recursos enviados ao município, e que são destinados para o setor cultural, seguem todas as legislações vigentes, em todos os âmbitos, sempre com transparência, fazendo o melhor para a cidade. (SECRETARIA DA CULTURA E JUVENTUDE)

O DECRETO Nº 5.660, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021, regulamenta a destinação dos recursos orçamentários remanescentes provenientes da lei federal de emergência cultural Aldir Blanc **nº** 14.017/2020, alterada pela nº 14.150/2021, e regulamentada pelo decreto presidencial nº 10.464/2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas abordados evidenciam a importância da cultura de uma sociedade, bem como da importância da gestão pública cultural nos municípios. A cultura entendida não somente como realização de eventos, mas também como os hábitos e costumes de um povo pode ser fator para o desenvolvimento de toda uma sociedade.

Verifica-se que a deficiência na gestão da cultura vem sendo minimizada com o tempo no município de Itapevi/SP, pois vem se oferecendo à população, cursos que resultam em desenvolvimento cidadão.

Os cursos são voltados não só para a profissionalização dos artistas, mas também como forma de usar a arte no dia a dia e, principalmente, fazer com que os alunos se percebam como seres humanos ativos dentro da sociedade, e que valorizem o que há de melhor em si mesmos, e ao mesmo tempo, serve para fomentar cultura de qualidade aos nossos munícipes.

O município de Itapevi é cada vez mais responsável pelo seu próprio desenvolvimento e pela valorização da sua diversidade cultural. Assim, como um fator que pode contribuir para que o município possa avançar zelando pela qualidade de vida de sua população, o contexto cultural é cada vez mais importante, principalmente para a juventude.

Diante do exposto fica evidenciado que a filosofia da Secretaria e do município de Itapevi, que é agregar e inserir a criança, o adolescente e o adulto em um mundo cultural diversificado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALQUIMÍDIA. Texto base Conferência Nacional de Cultura. Disponível em: Acesso em: 02 de junho de 2023.

BARBOSA DA SILVA. F. A. Brasil. Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. 2. v. Brasília. Ministério da Cultura, 2007. 220

BOTELHO. I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. Acesso em: 06 de junho de 2023.

11. PROCESSOS HISTÓRICOS DE IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS DE GOVERNO COM FOCO NA EFICIÊNCIA

HISTORICAL PROCESSES OF IMPLEMENTATION OF GOVERNMENT SCHOOLS WITH A FOCUS ON EFFICIENCY

Rafael Augusto Sasaki Neves
Moacir José dos Santos

RESUMO

O artigo tem a finalidade de analisar as contribuições da escola de governo com vistas ao desenvolvimento social. O problema apresentado foi: qual às finalidades das escolas de governo para a sociedade? O objetivo foi: Compreender a escola como um espaço de interação e desafios em seu espaço formativo para a cidadania. A metodologia adotada alicerçou-se na perspectiva crítica interpretativista de Moita Lopes que é entendida como um modo particular de organizar a experiência humana. A bibliografia utilizada para fomentar as reflexões propostas basearam-se em Libâneo (2003), no que tange a prática educativa e a sociedade, Moreira (2020); Silva (2014); Lenza (2008) e Marques (2009). Quanto aos resultados observou-se a necessidade de Gestores públicos competentes que são capazes de desenvolver e implementar políticas públicas eficazes, que atendam às necessidades da sociedade.

Palavras- chave: Escolas de Governo; Desenvolvimento Social; Eficiência; Processos Históricos; Desafios.

ABSTRACT

The article proposes an analysis of the contributions of the school of government to social development, aiming to understand its function as a training space for citizenship. The methodology adopted is based on Moita Lopes' critical interpretive perspective, which organizes human experience in a particular way. The bibliography consulted includes authors such as Libâneo (2003), Moreira (2020), Silva (2014), Lenza (2008) and Marques (2009), addressing topics related to educational practice, society and the training of public managers. The results highlight the need for competent public managers capable of developing and implementing effective policies that meet society's demands.

Keywords: Government Schools; Social development; Efficiency; Historical Processes; Challenges.

1 INTRODUÇÃO

A escola, um espaço organizado por excelência para a formação do sujeito para a vida em sociedade a partir das habilidades, competências e finalidades colocam em cena as finalidades educativas escolares em uma perspectiva social. Nóvoa (2017) assinala que a escola tem dois pilares: o conhecimento e a mobilidade social.

Diante disso, a escola de governo como tema de discussão se evidencia como um tema am2cíficos pretende-se:

Compreender a escola como um espaço de interação e desafios em seu espaço formativo para a cidadania.

Com a intenção de uma melhor operacionalização apresenta-se a seguir o referencial teórico e os aspectos metodológicos que direcionarão a construção do artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para desenvolver o tema proposto sobre Processos Históricos de Implantação das escolas de governo com foco na eficiência devemos nos pautar em referenciais teóricos que corroborem para a reflexão sobre a escola de governo e a sua importância na constituição do sujeito para a cidadania, mas, para isso, é preciso, em um primeiro momento que se reflita sobre a função da escola para além de seus muros.

O sucesso educativo deve estar mais centrado no desenvolvimento do pensamento crítico, da resolução de problemas e da tomada de decisões e com formas que implicam comunicação e colaboração. (Pacheco, 2019)

A preocupação das escolas deve ser a instrumentalização do sujeito para as demandas do dia a dia e, nessa perspectiva, a implantação das escolas de governo surgem para corroborar para a construção do sujeito situado na sociedade.

Com base no exposto podemos dizer que a relação entre escola do governo, gestão pública e desenvolvimento social coloca em cena a articulação entre finalidades educativas escolares que se centra no desenvolvimento do sujeito e consequentemente da sociedade. Diante disso a intenção das escolas de governo é fazer refletir sobre a ação do sujeito para o desenvolvimento regional.

Ao concebermos a educação como um processo contínuo, ininterrupto e o processo de aprendizagem como construção de conhecimentos que são construídos em interação. É necessário desenvolvermos um trabalho que apresente objetivos claros que estejam pautados no acompanhamento e análise das habilidades vistas no cotidiano e, consequentemente, resultam em um olhar para a humanidade.

Segundo Charlot (2013, p. 277), "o vínculo a ser contemplado hoje em dia, não é mais o que une cidadãos de um país, é aquele

que liga aos seres humanos entre si e estes com o planeta Terra. Já não se trata de educar para a cidadania, mas para a humanidade".

Para que a educação se desenvolva satisfatoriamente é preciso que ela seja desenvolvida a partir de três pontos:

1. Olhar para o sujeito situado na sociedade;
2. Finalidades educativas escolares;
3. Ação das escolas de governo.

O apoio teórico escolhido para fomentar as reflexões aqui levantadas está embasado em Libâneo (2003), no que tange a prática educativa e a sociedade, Moreira (2020) nos aspectos relacionados à escola em sua perspectiva humanista e, quanto as políticas públicas, recorremos a Silva (2014); Leza (2008) e Marques (2009).

A educação para a cidadania remete à aspiração a um vínculo social que não se remete à interdependência do mercado de trabalho e do dinheiro, mas em ligações sociais baseadas em valores, em representações coletivas. Segundo Charlot (2013, p. 277) "o vínculo a ser contemplado, hoje em dia, é aquele que liga os seres humanos entre si e este com o planeta Terra. Já não se trata de educar para a cidadania, mas para a humanidade."

A preocupação com a educação para a humanidade coloca em evidência as habilidades e competências como uma busca por alternativas metodológicas que venham a auxiliar na melhora Social.

Diante disso é necessário que se reflita sobre a importância de se pensar a respeito dos desafios que se fazem presentes no desenvolvimento social a partir das ações da escola de governo pensando no bojo da concepção de escola de governo e, consequentemente a sua função de instrumentalizar e colocar o cidadão como sujeito aprendente numa perspectiva viva e interacional em sociedade por meio do conhecimento.

Com base no exposto assinalamos que o presente artigo coloca em cena aspectos centrais que envolvem a escola de governo procurando problematizar encaminhamentos metodológicos que procuram se evidenciar como eficazes para o desenvolvimento social.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Evidencia-se que o desenvolvimento do trabalho proposto sobre processos históricos da Implantação das escolas de governo com foco na eficiência, será desenvolvido à luz da pesquisa crítica interpretativista, pois se busca compreender a transformação do contexto local a partir das escolas de governo. De acordo com Moita Lopes (1994, p.333) a pesquisa crítica interpretativista é "entendida como um modo particular de organizar a experiência humana por meio do discurso, sendo, portanto, uma construção social." Assim os dados não são retirados prontos, nem algo dado e objetivo, pois essa metodologia pressupõe uma atividade de interpretação por parte do pesquisador. Tendo em vista o exposto, nossa proposta se apoia em na expressão da interioridade da escola, dos conceitos e do conhecimento e seu impacto na sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As escolas de governo são espaços destinados à formação da pessoa em uma perspectiva cidadã e surgiram como uma resposta à necessidade de formar profissionais capazes de gerenciar as complexidades das sociedades modernas e das instituições governamentais. (Pacheco, 2019).

A implantação de escolas de governo como políticas públicas buscam formar gestores públicos capazes de lidar com os desafios e demandas das sociedades contemporâneas, que incluem a

necessidade de garantir o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança, além de promover o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais.

Segundo Silva (2014, p. 36) "O termo 'política pública' associa-se, na modernidade, ao conceito de poder de Estado (ou sociedade política), a partir do conjunto de atividades que são assumidas pelo Estado na sociedade capitalista."

A formação oferecida pelas escolas de governo inclui disciplinas como administração pública, políticas públicas, economia, gestão financeira, entre outras áreas relacionadas. Os profissionais formados por essas instituições têm um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico, pois são agentes multiplicadores e responsáveis pela implementação de políticas públicas que podem impactar positivamente a vida das pessoas e o crescimento econômico do país.

> As políticas públicas são, desse modo, estrategicamente utilizadas como um mecanismo de resolução "pacífica" dos conflitos pelo Estado, que busca direcionar seus esforços para manter uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis, entre os interesses de determinado grupo dominante e os interesses dos grupos subordinados, cumprindo assim sua função de reproduzir as relações e estruturas de poder na sociedade de classes. Para manter um equilíbrio entre as classes sociais, o Estado busca atender algumas demandas da população mais pobre, por meio de políticas sociais de largo alcance na área de educação, saúde, segurança, habitação, entre outras. (Silva, 2014, p.37)

Ao longo do tempo, a análise histórica das escolas de governo mostra que essas instituições evoluíram, adaptando-se às mudanças do mundo e às novas demandas da sociedade. Hoje, elas são

reconhecidas como importantes formadoras de gestores públicos em todo o mundo, e seu papel no desenvolvimento socioeconômico é fundamental.

4.1. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE GOVERNO NO BRASIL

As primeiras escolas de governo no Brasil foram implantadas no final da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Esse período foi marcado pela criação de diversas instituições que tinham como objetivo a modernização e o fortalecimento do Estado brasileiro. (Ribeiro, 1993)

No âmbito federal, a primeira escola de governo a ser criada foi a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 1938. Seu principal objetivo era formar os quadros técnicos necessários para o funcionamento da administração pública federal. A ENAP oferecia cursos de formação e treinamento para servidores públicos em diversas áreas, como direito administrativo, economia, contabilidade e organização e métodos.

> Era uma vez, um país que passava por processo de redemocratização e tinha a ideia de viabilizar a profissionalização e o fortalecimento da identidade e da cultura do serviço civil. Após algumas tentativas de reformas administrativas e de implantar este ideário no país, eis que se elabora mais um plano de reforma administrativa e apresenta-se uma ideia chamada Escola de Governo. Assim cria uma organização que hoje se chama Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). (Silva 2019, p.46)

Além da ENAP, outras escolas de governo foram criadas nessa época, como a Escola de Serviço Público do Estado de São Paulo (ESPP), em 1947, e a Escola de Administração Fazendária (ESAF),

em 1973. Essas escolas tinham objetivos específicos, como a formação de servidores para o setor fazendário e a melhoria da gestão pública nos estados.

Nos anos 1990, com as mudanças na gestão pública e a busca por maior eficiência e qualidade nos serviços prestados pelo Estado, as escolas de governo passaram por uma transformação. Foi criado o Programa Nacional de Capacitação de Servidores Públicos (PNAGE), que tinha como objetivo promover a capacitação dos servidores públicos em todos os níveis de governo.

Em âmbito local, a Escola do Legislativo de Minas Gerais foi criada em 1992 na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A ideia era criar uma escola que oferecesse cursos e treinamentos para a formação e aperfeiçoamento de servidores e cidadãos interessados em conhecer o funcionamento do Poder Legislativo.

Com a criação da Escola do Legislativo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais buscou aprimorar a capacitação técnica e o conhecimento político dos seus servidores, além de oferecer cursos e atividades que promovessem a participação e o engajamento da sociedade civil nas questões relacionadas ao Poder Legislativo. (ALMG, 1992)

Desde a sua criação, a Escola do Legislativo de Minas Gerais tem atuado na formação e capacitação de servidores públicos, estudantes, lideranças comunitárias e demais interessados em conhecer o funcionamento do Poder Legislativo e as atividades desenvolvidas pelos parlamentares. A instituição oferece cursos, palestras, seminários e outros eventos relacionados à democracia, à cidadania, à ética e à transparência na gestão pública.

Hoje, as escolas de governo são importantes instrumentos para a formação e capacitação de servidores públicos em todo o país. Elas oferecem cursos presenciais e a distância, seminários, workshops e outras atividades de formação e treinamento para

servidores públicos de diferentes áreas e níveis de governo. A ENAP, por exemplo, é responsável pela formação dos gestores públicos do alto escalão do governo federal, enquanto as escolas de governo estaduais e municipais atuam na formação de servidores locais.

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) foi criado em 1997 por meio da Resolução nº 15/1997 da Câmara dos Deputados. A ideia de criar um instituto que oferecesse cursos de formação e aperfeiçoamento para servidores do Poder Legislativo partiu do então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Com a criação do ILB, a Câmara dos Deputados buscou aprimorar a capacitação técnica e o conhecimento político dos seus servidores, além de oferecer cursos e atividades que promovessem a participação e o engajamento da sociedade civil nas questões relacionadas ao Poder Legislativo.

Desde a sua criação, o ILB tem atuado na formação e capacitação de servidores públicos, estudantes, lideranças comunitárias e demais interessados em conhecer o funcionamento do Poder Legislativo e as atividades desenvolvidas pelos parlamentares. A instituição oferece cursos, palestras, seminários e outros eventos relacionados à democracia, à cidadania, à ética e à transparência na gestão pública.

Vale destacar que o ILB também tem um papel importante na difusão de conhecimentos sobre o Poder Legislativo por meio da oferta de cursos na modalidade de educação a distância (EAD). Esses cursos têm como objetivo ampliar o alcance das atividades do instituto, permitindo que um maior número de pessoas tenha acesso ao conhecimento e à formação política oferecidos pela instituição.

Quanto a importância das escolas do Legislativo:

> Embora não seja possível uma delimitação exata do papel do parlamento e, por consequência, de seus

> esforços educativos específicos, em relação ao contexto mais amplo da educação para a democracia, faz-se necessário constatar que o Poder Legislativo, pela sua posição central no processo de organização e funcionamento da vida democrática, tem um papel especial e diferenciado nesse cenário. O Poder Legislativo é, sem sombra de dúvida, o ponto de convergência e de convivência dos modelos e instrumentos de representação, participação e deliberação política, essenciais para o adequado relacionamento entre Estado e sociedade. É, ainda, o poder responsável, de forma precípua, por atribuições que constituem a base e a própria tradução dos princípios democráticos, quais sejam: a elaboração das normas encarregadas de organizar a vida em sociedade, com base nas demandas e expectativas desta; a fiscalização da atuação dos demais entes estatais, especialmente do Executivo, de forma a garantir o equílibrio entre os poderes e a accountability; e, numa ênfase mais recente, a participação ativa no planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de responsabilidade do Estado. O exercício de tais (e tantas) atribuições requer, por evidente, competências e capacidades específicas, por parte de todos os atores envolvidos, tanto públicos quanto sociais, ensejando a necessidade de um processo educativo capaz de atender às demandas e peculiaridades do Poder Legislativo. (Marques, 2009, p.83)

O Instituto do Legislativo Paulista (ILP) foi criado em 2002, por meio de uma Resolução da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A ideia de criar um instituto que oferecesse cursos de formação e aperfeiçoamento para servidores do Poder Legisla-

tivo partiu do então presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Rodrigo Garcia.

O objetivo do ILP é promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores da Assembleia Legislativa de São Paulo, além de fomentar a participação da sociedade civil nas questões relacionadas ao Poder Legislativo. O instituto oferece cursos, palestras, seminários e outras atividades de formação, tanto para os servidores da Assembleia quanto para a população em geral.

Ao longo dos anos, o ILP ampliou sua atuação e passou a oferecer também serviços de consultoria técnica e assessoria parlamentar para os deputados estaduais, além de cursos de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública e em Direito do Estado. A instituição também desenvolve projetos de pesquisa e de extensão, em parceria com outras universidades e instituições de ensino.

O ILP tem se consolidado como uma referência em formação política e em promoção da cidadania, tendo contribuído para a melhoria da qualidade do trabalho legislativo no Estado de São Paulo.

A escola de governo de Itapevi é uma iniciativa da Câmara Municipal de Itapevi, localizada na região metropolitana de São Paulo, Brasil. Foi criada com o objetivo de promover a educação cidadã e a formação política dos munícipes, além de estimular a participação da população nas atividades legislativas e no controle social das políticas públicas.

A ideia da criação da Escola de governo de Itapevi surgiu em 2015, quando percebeu-se a necessidade de aproximar a população do Poder Legislativo e de promover uma cultura política mais participativa e consciente no Município.

Com o apoio de vereadores e da sociedade civil, a Escola do Parlamento de Itapevi foi efetivamente criada, oferecendo cursos, palestras, oficinas e eventos para capacitar os cidadãos a enten-

der melhor o funcionamento do poder legislativo e a participar de forma mais ativa na vida política do município.

Entre os temas abordados pela Escola do Parlamento de Itapevi estão o processo legislativo, a fiscalização das contas públicas, a ética na política, a participação popular, entre outros. A escola também promove debates sobre temas de interesse público, como saúde, educação, segurança, transporte, meio ambiente, entre outros, seja por meio dos fóruns temáticos que administra, seja pelos seus programas de pós-graduação, lato e stricto sensu.

Atualmente, a Escola do Parlamento de Itapevi conta com uma estrutura física própria, localizada no prédio da Câmara Municipal, e um corpo docente formado por servidores públicos e profissionais especializados em temas relacionados à política e à gestão pública.

A criação da Escola do Parlamento de Itapevi tem sido considerada uma iniciativa pioneira na região, contribuindo para fortalecer a cultura política e a democracia participativa no Município.

A educação é um dos principais fatores para o desenvolvimento do Brasil, pois ela é capaz de transformar a vida das pessoas, proporcionando melhores oportunidades, desenvolvendo habilidades e competências, e aumentando a produtividade e a capacidade de inovação.

Alguns pontos a seguir merecem destaque, para corroborar tal assertiva.

A inclusão social: a educação é fundamental para a inclusão social, pois ela é capaz de proporcionar o acesso a conhecimentos e habilidades necessárias para a inserção no mercado de trabalho e para a participação ativa na sociedade.

Desenvolvimento econômico: a educação é um fator determinante para o desenvolvimento econômico, pois ela contribui

para a formação de capital humano qualificado, capaz de gerar riqueza, inovação e produtividade.

Redução das desigualdades: a educação é um meio eficaz para reduzir as desigualdades sociais e econômicas, uma vez que ela proporciona o acesso a conhecimentos e habilidades que permitem a ascensão social.

Melhoria da saúde: a educação é um fator determinante para a melhoria da saúde da população, pois ela contribui para a formação de hábitos saudáveis e para o desenvolvimento de conhecimentos sobre prevenção de doenças.

Fortalecimento da democracia: a educação é essencial para o fortalecimento da democracia, uma vez que ela permite o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas, além de promover o respeito aos direitos humanos e à cidadania.

4.2 A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA PARA A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS DE GOVERNO

As políticas públicas educacionais são essenciais para garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação e para promover um desenvolvimento social e econômico sustentável. Existem diversas razões que destacam a importância dessas políticas.

As políticas públicas educacionais têm o objetivo de garantir o acesso à educação para todas as pessoas, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica. Isso é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e para combater a exclusão social.

Diante disso, as escolas do parlamento não têm a intenção de definir ou delimitar fronteiras sobre a formação do sujeito para a sociedade, mas sim fazer refletir, de maneira teórica e prática, sobre a importância de um espaço que dê a pessoa a consciência cidadã.

Um dos sujeitos neste espaço formativo que devemos considerar é o professor que Segundo Libâneo (2006, p.15,16) deve fazer a pessoa a compreender a importância a formação humana em sociedade. No fazer pedagógico, o professor deve pensar na perspectiva de sujeito que visa formar em um direcionamento humanista que considera o sujeito e a realidade em que se insere.

Michael Young (2014) que evidência a importância de observarmos o processo educacional como formas de conhecimento especializado responsável pela ampliação de oportunidades de aprendizagem para a sociedade e parte da perspectiva que deve proporcionar o acesso ao conhecimento que é definido como a capacidade de vislumbrar alternativas.

O que esperamos que as pessoas aprendam na escola e qual a finalidade educativa dela? Libâneo, em seu artigo intitulado Finalidades Educativas Escolares em Disputa, Currículo e Didática (2020, p.33), pontua que:

> É inegável a importância de se discutir as finalidades educativas escolares no âmbito dos sistemas de ensino. Por certo, a educação escolar é um dos principais temas na definição de finalidades educativas, ocupando lugar central nas políticas sociais e nos gastos públicos, sendo um campo de confrontações entre os vários interesses sociais e políticos vigentes numa sociedade. (Libâneo, 2020, p.33)

O panorama da formação para a cidadania não deve ser dicotomizado em que se observa ou teoria ou a prática, uma vez que, como pontua Moreira (2020, p. 35) "a celebração da prática pela prática" não permite que a ação formativa auxilie para o desenvolvimento de pessoas que vivencie, de forma crítica, o conhecimen-

to em seu aspecto relacional entre sujeitos na sociedade, além da instituição escolar.

É nesse entremeio, entre finalidades educacionais e políticas, que se faz necessário que a formação cidadã, em seu aspecto teórico e prático, considere o contexto em que os sujeitos se encontram, ou seja, estabelecer conexões na realidade.

A escola do parlamento deve permitir que o sujeito reflita em uma perspectiva eclética e multifacetada que considera seu aspecto integral para a formação da sociedade com pessoas capazes de se situar no mundo em que estão inseridos de modo humanista.

A educação é um processo contínuo de desenvolvimento pessoal e profissional. As políticas públicas educacionais podem contribuir para promover a aprendizagem ao longo da vida, permitindo que as pessoas adquiram novas habilidades e conhecimentos e se tornem mais preparadas para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Política educacional é um fator chave para o desenvolvimento econômico de um país, pois contribui para a formação de capital humano e para o aumento da produtividade. As políticas públicas educacionais podem promover a formação de uma força de trabalho mais qualificada e preparada para atender às demandas do mercado.

Um fator determinante para a promoção da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico é a educação. As políticas públicas educacionais podem incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas inovadoras, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de participar ativamente da vida política e social do país depende da educação. As políticas públicas educacionais podem promover o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para

o exercício da cidadania, como a capacidade de análise crítica, a comunicação efetiva e a liderança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Através dessas políticas, é possível garantir o acesso à educação para todas as pessoas, promover o desenvolvimento econômico e social e formar cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Colocar em cena processos históricos de implantação das escolas de governo com foco na eficiência é um tema amplo e sujeito a várias ramificações diante de uma sociedade multifacetadas e heterogênea e, por esse motivo, esclarecemos que a nossa intenção não é fechar uma proposta, mas evidenciar possibilidades de reflexão.

Feitas essas considerações, é inegável que a educação tenha que ser uma prioridade para os governos. Contudo, os processos históricos nos mostram um caminho consolidado para a implementação dessa política pública.

A história desempenha um papel fundamental na implantação das escolas de governo, uma vez que permite que os gestores públicos aprendam com as experiências passadas e adotem melhores práticas para a execução de tais políticas públicas.

Convém destacar que a história fornece uma visão dos sucessos e fracassos na gestão pública ao longo do tempo. Compreender como outras administrações enfrentaram desafios semelhantes pode ajudar os gestores públicos a tomar decisões mais informadas sobre como lidar com situações semelhantes em sua própria administração.

Além disso, a história pode ajudar a contextualizar o papel e as responsabilidades da administração pública em uma socie-

dade democrática. Os gestores públicos podem aprender com as lutas históricas para estabelecer e manter governos democráticos e responsáveis, bem como com as batalhas em torno da transparência e da responsabilidade do governo.

A história também pode ajudar a moldar a identidade e a missão das escolas de governo. Por exemplo, algumas escolas de governo podem ter origens em movimentos de reforma, enquanto outras podem ter surgido em resposta a eventos históricos específicos, como crises de gestão. Compreender as raízes históricas dessas escolas pode ajudar os gestores públicos a entender melhor sua missão e objetivos.

As lições obtidas dessa análise histórica podem ser usadas para ensinar sobre liderança, tomada de decisão e resolução de problemas. As escolas de governo podem ensinar estudantes a analisar criticamente a história da administração pública e aplicar essas lições às situações atuais.

É fundamental entender a história para a implantação das escolas de governo, pois ela fornece uma visão do passado que pode ajudar os gestores públicos a tomar melhor decisões no presente e no futuro.

A eficiência das escolas de governo é fundamental para garantir a qualidade da formação dos gestores públicos e para maximizar o impacto das políticas públicas.

As escolas de governo têm o papel de formar gestores públicos competentes e preparados para enfrentar os desafios da administração pública. A eficiência dessas escolas é fundamental para garantir que a formação seja de alta qualidade e esteja alinhada com as demandas do mercado de trabalho.

Gestores públicos competentes são capazes de desenvolver e implementar políticas públicas eficazes, que atendam às necessidades da sociedade. A eficiência das escolas de governo é funda-

mental para garantir que esses gestores tenham as habilidades e competências necessárias para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes.

A eficiência das escolas de governo também é fundamental para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz. Uma escola eficiente é capaz de maximizar o impacto de seus recursos, oferecendo uma formação de alta qualidade com o mínimo desperdício de recursos. A eficiência das escolas de governo também pode promover a inovação na gestão pública. Uma escola eficiente é capaz de acompanhar as mudanças no mercado de trabalho e nas demandas da sociedade, promovendo a inovação na formação de gestores públicos.

Uma escola eficiente é capaz de identificar e compartilhar as melhores práticas na gestão pública, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

É fundamental que exista eficiência na execução das atividades de uma escola de governo para garantir a qualidade da formação dos gestores públicos, promover políticas públicas eficazes, maximizar o impacto dos recursos públicos, promover a inovação na gestão pública e disseminar boas práticas na administração pública e para tal a análise do que já deu certo e errado ao longo da história inegavelmente nos traz um parâmetro sólido para a consecução de resultados favoráveis.

A análise dos processos históricos pode influenciar positivamente nos resultados das escolas de governo de várias maneiras. Primeiro, a análise histórica pode fornecer uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos gestores públicos ao longo do tempo e das soluções encontradas para esses desafios. Isso pode ajudar os alunos das escolas de governo a desenvolver uma perspectiva mais ampla sobre a administração pública e a tomar decisões mais informadas sobre questões atuais.

Além disso, a análise histórica pode fornecer exemplos concretos de práticas bem-sucedidas de gestão pública em diferentes contextos e situações. Isso pode ser usado como uma fonte de inspiração e como base para a criação de novas soluções para os desafios atuais. A análise histórica também pode ser usada para identificar erros do passado e evitar a repetição deles no futuro.

Outra forma como a análise histórica pode influenciar positivamente os resultados das escolas de governo é através do desenvolvimento de habilidades críticas de pensamento e análise. A análise histórica requer uma avaliação cuidadosa das fontes e uma compreensão da dinâmica social, política e econômica em jogo. Isso pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades críticas de pensamento e análise que são essenciais para uma gestão pública eficaz.

Além disso, a análise histórica pode fornecer uma compreensão mais profunda das origens e das causas dos problemas sociais e econômicos contemporâneos, permitindo que os gestores públicos tomem decisões mais respaldadas sobre políticas públicas.

Tal ponderação pode ser usada para promover a participação cidadã na administração pública. Ao aprender sobre a história da administração pública, os cidadãos podem se tornar mais engajados e informados sobre os processos políticos e a gestão pública em geral, permitindo que participem ativamente no processo democrático e no desenvolvimento de políticas públicas.

Portanto, a análise dos processos históricos pode influenciar positivamente nos resultados das escolas de governo ao fornecer uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos gestores públicos, fornecer exemplos de práticas bem-sucedidas, desenvolver habilidades críticas de pensamento e análise e ajudar a identificar as origens dos problemas de exequibilidade.

REFERÊNCIAS

Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Revista do Legislativo, v.1, n. 1, p. 48-49, out./dez. 1992.

Charlot, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas. 1. Ed. São Paulo, 2013.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo, 2008.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 19. ed. São Paulo, 2003. Loyola.

LIBÂNEO, José Carlos. Finalidades educativas escolares em disputa: políticas educacionais, currículo e didática. 2020 – apresentação de trabalho.

MARQUES JÚNIOS, Alaôr Messias. Educação legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do parlamento. Revista E-Legis. Brasília, 2009.

MOITA LOPES, LP. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a Linguagem como Condição e Solução. Delta, V.10, n.2,1994.
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Formação de professores e currículo: questões em debate. Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 1, p. 1, 2020.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Formação de professores e currículo: questões em debate. Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 1, p. 1, 2020.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, v. 47, nº 166, out./dez. 2017.

PACHECO, J. A. Inovar para mudar a escola. Porto: Porto Editora, 2019.

Portal Interlegis. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/interlegis. Acesso em: 10 mar 2022.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. rev. e ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993.

SILVA, Manuel Ramos da. História organizacional da ENAP: uma análise dos papéis desempenhados e das competências organizacionais desenvolvidas. 2019. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, Simonia Peres da. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar 2022.

SILVA, Simonia Peres da. O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem: o pacto pela educação em Goiás. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

YOUNG, Michael. Teoria do Currículo: O que é e porque é importante. Trad. Leda Beck. Cadernos de Pesquisa. Publicação de: Fundação Carlos Chagas. 2014.

12. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO BRASIL E SEU IMPACTO NO ÂMBITO DA FAMILIA NO SÉCULO XXI

ECONOMIC AND SOCIAL TRANSFORMATIONS IN BRAZIL AND THEIR IMPACT ON THE FAMILY IN THE 21ST CENTURY

Edinaldo Jose Silva
Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira

RESUMO

Os recentes eventos que o Brasil atravessou no século XXI, como a grave crise moral desencadeada pela corrupção política que gerou sérios problemas econômicos ainda persistentes, afetaram de maneira significativa a dinâmica das famílias brasileiras que se encontram endividadas. Nos últimos anos essa situação vem se amenizando, mas ainda não foi suficiente para um completo saneamento. A estrutura da família brasileira está relacionada a cinco subculturas que, por sua vez, relacionam-se com as regiões geográficas do país. O objetivo deste artigo é apresentar uma breve caracterização da cultura e da família brasileira e descrever as mudanças nas relações estruturais e na redefinição dos modelos de organização familiar brasileira. Para atingir esse objetivo são apontados alguns valores, crenças e práticas empregadas por pais de classe média e trabalhadora. Adicionalmente, descreve-se algumas das características das relações entre pais e filhos dentro dessas famílias, fornecendo uma visão geral dos ambientes de

trabalho, escola e casa das crianças no que se refere à socialização em famílias pobres.

Palavras-chave: Crise. Famílias. Crianças. Século XXI. Transformações.

ABSTRACT

The recent events that Brazil has gone through in the 21st century, such as the serious moral crisis triggered by political corruption that has generated serious economic problems that still persist, have significantly affected the dynamics of Brazilian families who are in debt. In recent years, this situation has eased, but it still hasn't been enough for a complete overhaul. The structure of the Brazilian family is related to five subcultures which, in turn, are related to the country's geographical regions. The aim of this article is to present a brief characterization of Brazilian culture and the Brazilian family and to describe the changes in structural relations and the redefinition of the models of Brazilian family organization. To achieve this goal, some of the values, beliefs and practices employed by middle--class and working-class parents are highlighted. In addition, some of the characteristics of the relationships between parents and children within these families are described, providing an overview of the children's work, school and home environments with regard to socialization in poor families.

Keywords: Crisis. Families. Children. XXI century. Transformations

1 INTRODUÇÃO

Com um território de mais de 8.000.000 km^2 e como uma população de aproximadamente 210.000.000 de habitantes, o Brasil é, em área e população, o maior país da América do Sul, bem como o quinto maior país do mundo (Worldometers, 2018).

No âmbito da economia, a situação é semelhante, com um crescimento econômico de 7,5% em 2010, posicionando o Brasil como a sétima maior economia do mundo. Apesar dessas estatísticas e de uma posição consolidada dentro da economia mundial, desigualdades econômicas e sociais evidentes persistem no Brasil. Para exemplificar, 10% dos cidadãos mais ricos do Brasil têm uma renda vinte e cinco vezes maior que 40% dos cidadãos mais pobres, além de maior acesso à educação, melhores empregos e melhores oportunidades de ascensão social (Motta, 2018).

Apesar disso o Brasil pode ser considerado uma "grande família" com poucas regras formais e, embora haja pouca importância dada à formalidade, há, dentro da cultura brasileira, uma clara ênfase na conformidade e adaptação às regras sociais (Cândido, 2012; Strohschneider, Güss, 2018).

Os brasileiros tendem a aceitar as situações como dadas, sem indagar sobre suas causas, embora tentem resolver problemas e situações difíceis por meio de improvisações. Parte desse improviso é realizado pelo "jeitinho brasileiro", que é uma forte característica do comportamento em muitos segmentos da sociedade brasileira (Barbosa, 2016).

"Jeitinho" refere-se à engenhosidade criativa em alcançar rapidamente soluções de curto prazo para os problemas. O "Jeitinho brasileiro" é entendido como parte da vida e da identidade nacional brasileira, carregando consigo uma conotação positiva. No entanto, como o "jeitinho" representa um procedimento social implicitamente aprendido, ele não possui de fato nenhum registro sistemático específico (Torres e Dessen, 2008). Está inserido no núcleo da sociedade brasileira e, geralmente, é transmitido através de situações vividas cotidianamente através das gerações no país.

Segundo Pearson e Stephan (1998), os brasileiros preferem um padrão cultural vertical (Triandis, 1995), que está de acordo

com o conceito de jeitinho, e são significativamente mais coletivistas do que os americanos. No entanto, Van Horn, Garian, Souza e Feijó (1995) evidenciaram que o Brasil não é uniformemente coletivista e que pode haver variação quanto à distância de poder nas diferentes regiões do país. Tais diferenças têm sido observadas no nível cultural de análise e referem-se a valores culturais, enquanto valores no nível individual têm sido menos investigados. Torres et al. (2015), em meta-análise utilizando a Escala de Valores de Schwartz no Brasil, sugeriram a existência de diferenças sistemáticas na hierarquia de valores humanos adotada nas cinco regiões do Brasil.

Os entrevistados das regiões Nordeste e Sul apresentaram maior endosso aos valores de conservação quando comparados aos entrevistados da região Centro-Oeste. Além disso, os respondentes da região Sul apresentaram maior endosso aos valores de Estimulação e Universalismo quando comparados aos respondentes da região Centro-Oeste do Brasil. Seguindo uma abordagem ecocultural, tais diferenças são interpretadas em termos dos processos de socialização dessas regiões, incluindo sua história de imigração e colonização (Torres et al., 2015).

Assim, apesar da homogeneidade cultural em um nível, o Brasil exibe significativa diversidade que é formada tanto pela imigração europeia quanto pelo tráfico de escravos africanos, bem como sua extensa variedade de clima e vegetação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DIVERSIDADE DA CULTURA BRASILEIRA

Em 1997, Ribeiro sugeriu a divisão da cultura brasileira em cinco subculturas. Vale ressaltar que essa divisão não é a única reconhecida no Brasil. A primeira subcultura de Ribeiro é deno-

minada "crioula". Observa-se na região Nordeste do país, cuja história foi construída por escravos africanos que trabalharam sob as ordens dos colonizadores portugueses. A segunda classificação é "cabloca", da região Norte, que está localizada dentro da floresta amazônica brasileira.

Nativos e imigrantes não voluntários como os escravos africanos são os únicos habitantes remanescentes desta subcultura geologicamente definida. Ambas as subculturas, "cabocla" e "crioula", são caracterizadas por um sistema social autoritário e patriarcal que enfatiza as normas de grupo e a lealdade grupal. Torres e Dessen (2008) sugeriram que essas regiões têm preferência pelo padrão cultural vertical-coletivista, com as pessoas aceitando a desigualdade em vez de se verem como iguais.

A terceira e a quarta subculturas descritas por Ribeiro (1997) são denominadas caipira e gaúcha, concentrando-se, respectivamente, no Sudeste, particularmente no estado de São Paulo, e na região Sul do país. Ambos são grupos sociais distintos compostos por descendentes da imigração europeia dos séculos XVII e XVIII, com a maioria tendo migrado da Itália e da Alemanha. A primeira subcultura, a caipira, foi dedicada às fazendas no século XVIII e, desde então, industrializou-se, enquanto a segunda, "gaúcha", continua dedicada à produção de gado e cana-de-açúcar. Apesar da industrialização dessas duas regiões, elas ainda mantêm algumas características culturais europeias.

Torres e Dessen (2008) propuseram que ambas as regiões podem tender a preferir um padrão cultural vertical-individualista, com os indivíduos reconhecendo e aceitando a existência de desigualdade perpetuando normas sociais, independentemente de serem ou não responsáveis pelo estabelecimento dessas normas.

A última subcultura é descrita como sertaneja, que inclui pessoas do interior do Nordeste e, particularmente, das savanas

da área central do Brasil. O desenvolvimento dessa região tem sido notável desde que a capital administrativa do país foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília em 1960.

Embora essa região estivesse bastante vazia até então, Torres e Dessen (2008), apontam que o próprio surgimento de uma nova cidade endossou diferenças de autonomia e status social. Por outro lado, existem grandes setores rurais nesta zona, com pequenas populações dedicadas à subsistência. Assim, essa região pode ser caracterizada por uma preferência tanto por padrões de individualismo vertical quanto de coletivismo vertical.

Essa diversidade de subculturas afetou a família brasileira? A família é importante para os brasileiros? Seus papéis mudaram drasticamente nas últimas décadas? Quais são os fatores de socialização no Brasil e suas implicações para o desenvolvimento das crianças brasileiras? A seguir, tentaremos responder brevemente a essas questões, enfatizando a história da organização da família brasileira.

2.2 FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UM PANORAMA HISTÓRICO E SOCIOLÓGICO

Para melhor compreender o brasileiro e sua organização familiar, é preciso levar em conta as diversas diferenças que constituem a estrutura social desse grupo (Neder, 2018). O primeiro modelo de família aqui discutido é o de origem africana. Os africanos que foram trazidos para o Brasil entre 1500 e 1850 (ou seja, desde o seu descobrimento até o fim do tráfico negreiro) vieram de vários grupos culturais africanos que representavam vários tipos de organizações familiares - matriarcais, patriarcais, polígamas etc.

Havia grandes diferenças de religião, língua e tradição vivendo e trabalhando no Brasil, a "família escrava" foi mais afetada

por forças político-institucionais do que por fatores culturais. Por exemplo, a venda de escravos de seus "donos" causava a separação de casais, pais e descendentes. Hoje, esse padrão de vínculos familiares frouxos pode ser visto nas classes de baixa renda de origem africana, principalmente dentro de famílias oriundas dos estados do Nordeste do país.

Outro modelo de família, a família tradicional, caracterizou-se por um sistema patriarcal formado por pessoas de origem ibérica. Essas famílias, cuja diferenciação dependia de peculiaridades regionais (Sul-Norte), conviviam com as de origem africana. Diz-se que a família tradicional tem suas origens no período colonial, quando a elite aristocrática europeia se instalou no país (Freyre, 1973). Essa situação era responsável pela estrutura familiar patriarcal e escravizante pela qual o patriarca tinha total domínio e poder sobre o indivíduo e a propriedade. Tal estrutura familiar centrada na autoridade masculina ainda é a base da sociedade brasileira e se expandiu a partir dos confins privados da família para a ambiência pública da sociedade (Holanda, 2013).

Dessa forma, o patriarca exerceu sua autoridade sobre o Estado durante os primeiros séculos da história do país. Mais tarde, políticos e outras autoridades públicas levaram ao estabelecimento de uma notável diferenciação entre as classes alta e baixa.

Em 1889, com a Proclamação da República iniciou-se uma reorganização da estrutura familiar. O projeto militar republicano que se seguiu estabeleceu normas para a "nova família". Apenas a família branca de origem europeia foi legitimada nesse período, consistindo, como retratado pela Igreja Católica, de uma unidade patriarcal com clara presença de moralidade e controle social (Van Horn & Marques, 1999).

Esse mesmo sistema familiar patriarcal foi responsável por outra prática social que persiste na sociedade brasileira contem-

porânea: a preferência por relações sociais mais informais e afetivas. Dessa forma, os laços afetivos e de intimidade presentes na família patriarcal foram extrapolados do privado para o público, onde a preferência por uma relação mais íntima e informal em qualquer nível hierárquico tornou-se a norma (Holanda, 2013).

O projeto republicano não tinha uma política específica para a família e a educação em famílias de classe baixa de origem africana. Essa política continua no Brasil democrático de hoje, mais de 30 anos após o restabelecimento da democracia (Barreto; Montenegro-Filho e Scarpa, 2016).

No entanto, aos poucos, a família tem recuperado seu lugar nos debates políticos sobre prestação de serviços e inclusão social. Por exemplo, o Estatuto da Família, lei aprovada em 2015 pelo Congresso Nacional, é considerado por muitos como o projeto de lei mais ousado do Brasil (Pereira, 2012), acompanhando as diretrizes relacionadas à ONU.

O Estatuto reforça as políticas públicas em favor da família, ao garantir as condições mínimas para sua sobrevivência e convivência saudável entre seus membros. Concorda-se também que as famílias devem desempenhar um papel na socialização de seus filhos, especialmente através do estabelecimento de limites e do exercício de liderança.

Essa situação, com o passar do tempo, levou ao distanciamento da lei das práticas sociais no interior do país (Zimmermann, 2009). A Constituição Brasileira afirma que todos os cidadãos brasileiros têm direitos sociais que afetam diretamente a família, como um piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho, a proteção sancionada do mercado de trabalho das mulheres, ou o endurecimento das regulamentações do trabalho infantil.

No entanto, nenhum desses direitos sancionados foi respeitado. Quando se observa a estrutura familiar, as mulheres têm sistematicamente menos ofertas de emprego do que os homens e, quando obtêm tais ofertas, sua renda é, em média, 62,5% menor do que a dos homens. Além disso, independentemente da garantia constitucional do Brasil, as leis de trabalho infantil têm sido minimamente aplicadas.

Mais de 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham no país, incluindo 79 mil crianças entre 5 e 9 anos (Nascimento, Pretti, 2018). Cerca de 30% do trabalho infantil está concentrado no setor agropecuário, e 60% está concentrado nas regiões Norte e Nordeste. Destes, 65% das crianças são negras e 70% são meninos.

Para além da problemática disparidade revelada pela comparação entre direito e prática social, o modelo de família brasileira contemporânea inclui uma estrutura hierárquica, com marido/pai exercendo poder e autoridade sobre a esposa e os filhos, divisão do trabalho separando tarefas 'masculinas' das 'femininas', bem como atribuição e maior proximidade entre mãe e filhos (Romanelli, 2000). Apesar deste conjunto estrutural, a organização da família brasileira também é caracterizada por uma diversidade de formas de sociabilidade e tem sido influenciada por profundas mudanças econômicas, demográficas e sociais, particularmente a partir da década de 1940. Esses fatores resultaram em mudanças em suas relações estruturais e na redefinição do modelo tradicional de família nuclear (Turkenicz, 2013).

Por exemplo, sugere-se que a identidade dos brasileiros é derivada principalmente da família imediata e extensa, onde os indivíduos têm fortes laços sociais com seus grupos sociais, especialmente familiares, e preferem tomar decisões grupais em geral (Bertsh; Ondracek, 2010; O'Keefe, O'Keefe, 2004).

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1 FATORES SOCIAIS E MUDANÇAS NO PAPEL DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Um aumento na modernização e maior troca dentro da sociedade não é acompanhado por um aumento de compromisso com a troca social dentro de casa, atualmente. (Arriagada, 2000; Jablonski, 2010). Isso ocorre, em grande parte, porque as mudanças sociais mais amplas foram fragmentadas. Por exemplo, a incorporação das mulheres à força de trabalho tem influído na função das famílias latino-americanas, produzindo uma mudança na distribuição do tempo e do trabalho doméstico sem ser acompanhada por uma realocação de tais tarefas das mulheres aos seus homens. Assim, um aumento no estresse da carga da mãe não parece ter sido acompanhado por uma mudança na base de poder do homem.

Segundo Arriagada (2000), as mudanças nas condições básicas causadas pela globalização e modernização, por exemplo, migração, novos padrões de consumo e maior flexibilidade no mercado de trabalho influenciaram a percepção dos latino-americanos de si mesmos e de suas famílias, particularmente no que diz respeito às suas atitudes em relação aos parentes. Tratando dos novos padrões de consumo, bem como o aumento das expectativas dos consumidores, deixados insatisfeitos pelo mercado, levou a um aumento dos ganhos ilícitos, da delinquência, do tráfico de drogas, da corrupção e de outras formas de violência ou exclusão social. O impacto desses fatos sobre o funcionamento familiar é mais do que claro e com efeitos drásticos nas relações entre pais e filhos, nas relações dos filhos e na transmissão de valores sociais, particularmente em famílias pobres (Wagner, 2018).

Criou-se assim, uma tensão entre as mudanças nas relações sociais e a manutenção da estrutura patriarcal da família, na qual os homens ainda tentam exercer poder sobre suas esposas e filhos. Dito isso, fatores culturais têm a capacidade de explicar as diferenças entre cada país. No Brasil, a maioria das famílias vive em condições precárias. Aproximadamente 38% vivem abaixo da linha de pobreza (INEP, 2017).

A transição para a democracia no país, aliada à rápida urbanização e industrialização, têm resultado em mudanças de valores, bem como uma redefinição do papel social da mulher brasileira, particularmente no que diz respeito ao seu maior envolvimento no local de trabalho (Barreto, Montenegro-Filho, Scarpa, 2016).

Graves crises econômicas e políticas governamentais insuficientes tiveram sérios efeitos sobre a população brasileira e, como consequência, as famílias no Brasil também mudaram. As famílias têm sido forçadas a mudar seus estilos de vida para obter uma renda sustentável, uma vez que o aumento dos níveis de pobreza tem levado a:

1. um aumento das separações familiares devido ao aumento da migração dentro das regiões do país, especialmente com o deslocamento de famílias pobres da região Nordeste para a região Sudeste, região brasileira industrializada e rica;
2. mudanças no papel do homem como provedor da família;
3. aumento de famílias sustentadas apenas por mulheres (Turkenicz, 2013).

A participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, por sua vez, tem levado a uma pressão para a redistribuição das tarefas domésticas entre esposa e marido. Essa redistribuição dos deveres familiares tem causado discórdia conjugal e

familiar, devido, em parte, à tradicional segregação de gênero de tais tarefas (Wagner et al., 2015). Por vezes, a violência doméstica tem sido atribuída simplesmente à oposição do homem aos novos papéis econômicos das mulheres e aos problemas enfrentados na negociação de uma maior partilha das atividades domésticas (Arriagada, 2000).

É interessante notar que no século passado houve continuidades e mudanças no papel das famílias brasileiras. Em uma análise qualitativa perspicaz, Biasoli-Alves (2017) descreveu claramente essas mudanças nas famílias de classe média. Segundo Biasoli-Alves, a família era maior, com mais filhos, e incluindo familiares estendidos (tios, avós etc.) nas primeiras décadas do século XX. Houve um aumento do contato entre as gerações, e em algum momento muitos membros estavam morando juntos.

As crianças passavam seus dias em um espaço social mais amplo para brincar, supervisionadas por colegas ou irmãos. Os valores morais foram transmitidos através das gerações de forma rígida, com ênfase em uma forte ética de trabalho. Entre 1930 e 1980, o espaço das crianças para atividades sociais encolheu gradualmente, mais particularmente nas áreas urbanas. Essa mudança foi acompanhada de redução das atividades em grupo e aumento da atividade solitária dentro de casa. Uma preocupação dos pais é fornecer materiais lúdicos suficientes, supervisionados de perto dentro de casa. O aparecimento da TV em casa na década de 1950 também contribuiu para a aceitação de ideias de modernidade dentro de casa. Nos anos seguintes, a TV passou a dominar o espaço e o tempo das interações familiares, particularmente em famílias de baixo status. As imagens predominantes na mídia retratavam os estilos de vida urbanos das famílias nucleares, embora na maioria dos domicílios persistissem fortes vínculos intergeracionais. As décadas de 1980 e 1990 foram caracterizadas por

uma maior limitação da liberdade infantil e por uma ênfase no desenvolvimento da autonomia e competitividade para preparar as crianças para a vida adulta na cidade. As mães passaram a permitir que as crianças tomassem mais decisões em casa e, à medida que a atividade da criança se tornava mais centrada dentro de casa, as crianças desenvolviam mais autonomia dentro do lar.

Em suma, a pesquisa de Biasoli-Alves (2017) sugere que a sociedade brasileira terminou o século XX adaptando-se a mudanças profundas em diversos domínios, como o aumento da urbanização, da escolarização, da inserção da mulher no mercado de trabalho e assim por diante. Tais mudanças impactaram crenças sobre relacionamentos dentro de casa focadas em noções de 'criança ideal', a natureza da maturidade somada a autonomia e novas crenças em estratégias aceitáveis de cuidado da criança, juntamente com diferentes desdobramentos dos papéis públicos de mulheres e homens.

As duas primeiras décadas do século XXI foram caracterizadas por um aumento do divórcio. No entanto, as famílias de classe média mantiveram seu compromisso com seus filhos, de modo que ambos os pais, apesar de estarem separados um do outro ou não, foram ativamente responsáveis para o cuidado e educação das crianças (Turkenicz, 2013).

Além disso, os divórcios e reconstituições familiares no início deste século provocaram mudanças nas relações parentais, obrigando os filhos a terem trajetórias de vida diferentes das famílias nucleares.

3.2 SOCIALIZAÇÃO NO CONTEXTO FAMILIAR BRASILEIRO

A própria combinação da diversidade cultural com a transmissão de valores tradicionais arraigados obrigou as análises teóricas das socializações no Brasil a considerar a interação sutil

entre uma série de fatores contextuais: processos sociais, forças culturais, economia, história e sistemas de crenças sobre o comportamento e a personalidade das crianças. Por exemplo, para compreender o cotidiano das crianças, é necessário entender o cotidiano das famílias, a natureza da divisão doméstica do trabalho, a relação entre os diferentes subsistemas dentro da família (irmãos versos relações pais-filho), a rede de apoio social, valores e crenças culturais e práticas parentais. Para ilustrar essas interações, discutiremos brevemente os valores, crenças e práticas empregados pelos pais brasileiros.

À medida que a hierarquia familiar se flexibilizou na direção de uma maior igualdade de papéis entre os pais, as relações conjugais e parentais também mudaram, principalmente em relação aos valores da educação e ao processo de socialização dos filhos (Torres; Dessen, 2008).

Segundo Biasoli-Alves (2017), de 1890 a 1930, os valores relativos ao respeito, à honestidade, à obediência e à ética do trabalho foram transmitidos a ambos os sexos, enquanto as noções de submissão e necessidade de ser puro, delicado e cooperativo foram transmitidas às meninas. Além disso, a responsabilidade por todas as tarefas domésticas era transferida de um parente para outro.

Esses valores tradicionais mostraram que, no Brasil, os processos de socialização empregados pelos adultos eram direcionados principalmente às meninas, a fim de garantir que elas fossem supervisionadas de perto e confinadas principalmente ao lar. Punições severas eram empregadas se as filhas transgredissem. O casamento era arranjado para as filhas e as mulheres não precisavam estudar ou planejar uma vida independente.

O ensino superior foi visto como um obstáculo à preparação da mulher para seu papel adulto como esposa, dona de casa e mãe. Meninas de classe alta e média em tais ambientes foram

educadas para o casamento, a maternidade e o cuidado prolongado com parentes, especialmente os idosos.

Em meados do século XX, as famílias brasileiras eram compostas por mãe, pai e filhos que eram dependentes do pai, tanto econômica quanto afetivamente. Foi nesse período que se iniciou uma nova participação da mulher na sociedade, com sérias repercussões na divisão dos papéis e relações sexuais no seio familiar. Houve uma mudança nos valores familiares, permitindo que as meninas do ensino médio ingressassem nas profissões, desde que tal envolvimento não interferisse em suas responsabilidades familiares. Também persistiram percepções das mulheres como ingênuas, frágeis e suscetíveis à influência alheia. Assim, mesmo com qualificações de nível superior, as mulheres priorizaram suas responsabilidades domésticas, enquanto o papel de prover permaneceu firmemente associado ao marido.

No final do século XX, a análise de Biasoli-Alves (2017) revelou uma escalada do número de mulheres de classe média que ingressam no ensino superior e na área profissional. Isso facilitou seus contatos sociais e levantou questões sobre a persistência do desequilíbrio sexual no lar e sobre a submissão das mulheres em particular. No entanto, nos casais com dupla renda, as mulheres continuaram a administrar a casa e a cuidar dos filhos, enquanto os maridos continuaram a exercer autoridade, sendo o principal responsável pelo sustento financeiro do lar. A filha continuou sob estreito controle emocional da mãe, enquanto os meninos costumavam ser submetidos a duras sanções físicas, especialmente até a década de 1980. Naquela época, o papel materno tradicional começou a ser questionado, pois entrava em conflito com uma abordagem mais centrada na criança da parentalidade que estava se popularizando na época.

As duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela transição da estrutura familiar tradicional, especialmente dentro da classe média, para outra em que pais e mães contribuem para o sustento financeiro da família, ao mesmo tempo em que incluem uma maior participação do pai nos afazeres domésticos e no cuidado dos filhos. Embora os pais estejam cada vez mais envolvidos no cuidado dos filhos, a distribuição das tarefas domésticas ainda é marcada pela divisão sexual, com as mulheres cumprindo a maioria das tarefas domésticas (Wagner, 2018). Nesse contexto de desenvolvimento, as relações pais-filho também mudaram tanto nas famílias de classe trabalhadora quanto nas de classe média.

Uma relação próxima entre pais e filhos tornou-se um objetivo principal dentro das famílias de classe média. A autoridade parental na sociedade brasileira nas últimas 4 décadas passou por uma grande reavaliação e valores mais extremos foram abandonados. As crianças não são mais completamente responsáveis perante os membros mais velhos da família e há menos controle afetivo caracterizado por forte pressão moral. A nova norma é para uma troca livre e aberta de emoções, refletindo, muitas vezes, a tendência do brasileiro a falar o que pensa, mesmo que essa expressão aberta signifique agir impulsivamente (Biasoli-Alves, 2017).

Nas últimas décadas, as crianças brasileiras se envolveram mais nas decisões familiares, e uma estratégia baseada no diálogo surgiu sobre a disciplina mais punitiva que caracterizou as práticas parentais da segunda metade do século XX (Torres, Dessen, 2008). Naquela época, era comum o uso de práticas parentais coercitivas. Enquanto as crianças continuavam a assimilar valores positivos como o respeito, isso estava atrelado a práticas como coerção e medo. Ao contrário das décadas anteriores, a mãe passou a questionar o excesso de rigidez, o autoritarismo, o nível de exigência e

a punição que faziam parte de sua formação, indicando o quanto era importante mudar a forma de agir com os filhos. É muito interessante notar que pais brasileiros com baixos salários estão mais envolvidos em atividades afetivas como, por exemplo, falar sobre os sentimentos dos filhos, ficar com os filhos quando eles não querem ficar sozinhos (Carvalho, Moreira, 2016). Por outro lado, pais com altos salários estão mais disponíveis e responsáveis por seus filhos quando comparados a pais com baixos salários.

Segundo Marion, Ferreira e Pereira (2015), diferentemente das classes média e alta, em que a vida familiar diz respeito aos membros do núcleo familiar pai, mãe e filhos, as famílias de baixa renda tendem a endossar um código de obrigações morais e compartilhamento que, em geral, engloba a rede familiar compreendida por tios, avós, primos. Assim, em famílias de baixa renda, pai e mãe dividem seus papéis com a rede familiar maior. Como o Brasil é um país de grande diversidade econômica e cultural, é compreensível que existam valores e comportamentos diferentes entre as famílias das classes alta, média e trabalhadora. Biasoli-Alves e Zamberlan (2016) sugerem que as práticas sociais e educacionais das crianças brasileiras estão diretamente ligadas às condições socioeconômicas. Os autores investigaram dados demográficos de 75 famílias de baixa renda residentes em áreas urbanas, a fim de examinar a associação entre condições socioeconômicas, práticas educacionais e estratégias educativas.

A amostra de famílias de baixa renda foi dividida em três grupos (alto, médio e baixo), segundo o nível de renda e em cinco grupos de acordo com o nível de escolaridade (ensino superior; ensino médio; escolaridade obrigatória completa ou não; analfabetos). Os resultados mostram que as crianças dos níveis socioeconômicos e educacionais mais altos se envolvem em interações e atividades de exploração mais frequentes e variadas do que as

crianças das famílias de menor nível socioeconômico. Os pais de sua amostra, cujo nível educacional foi superior aos outros três grupos, promovem mais as atividades acadêmicas de seus filhos, mas solicitaram menos ajuda nas tarefas domésticas e nas rotinas diárias. Os pais analfabetos, ao contrário, pediam mais ajuda aos filhos nas mesmas tarefas. Eles também descobriram que, no grupo de renda mais alta, a criança nunca foi deixada sozinha. Por outro lado, no grupo de baixa renda, crianças muito pequenas (3 a 4 anos) geralmente eram deixadas sozinhas para cuidar de si mesmas. O cotidiano das famílias da classe trabalhadora geralmente reflete necessidades econômicas prementes.

Assim, um dos objetivos da socialização é empregar estratégias que capacitem as crianças a se tornarem independentes o mais rápido possível, mesmo que isso signifique que a criança não participará do sistema educacional. Normalmente, as crianças são obrigadas a participar de atividades que mantêm a família, incluindo tarefas domésticas e trabalho remunerado. A participação da criança em tais práticas é percebida como um meio de tornar a família uma unidade econômica e social mais eficiente.

Por vezes, a responsabilidade pelo cuidado da criança é partilhada por familiares e vizinhos, levando muitas vezes as crianças a circular entre diferentes unidades sociais. Infelizmente, os estudos que descrevem as relações parentais da classe trabalhadora são, atualmente, bastante escassos. Assim, não podemos dizer muito sobre esse assunto específico nas famílias da classe trabalhadora. Há, no entanto, estudos que examinam os processos de socialização de famílias pobres no que diz respeito ao trabalho infantil, à escola e ao ambiente doméstico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família ocupa um lugar privilegiado na criação, proteção, apoio e manutenção de relações na sociedade brasileira. Essas características parecem estar fortemente presentes em todas as subculturas mencionadas neste artigo, especialmente em relação às funções de socialização da família.

O Brasil vive mudanças sociopolíticas associadas a grandes problemas sociais, assim como outras regiões da América Latina. Como o Brasil não é culturalmente homogêneo, possuindo vários tipos de famílias de diferentes origens sociais e étnicas, é necessário investir em pesquisas que comparem processos de socialização infantil em diferentes grupos coletivistas e grupos individualistas. A consideração dessa perspectiva é importante não apenas para descobrir como as variações culturais influenciam os estilos de comunicação, as práticas educativas, os valores culturais e os sistemas de crenças, mas também para explorar se esses fatores diferem na natureza da parentalidade e comportamento infantil no Brasil.

Para entender os processos familiares com clareza, deve-se considerar também que a maioria dos países latino-americanos enfrenta altas taxas de desemprego, dificuldades econômicas, instabilidade no mercado de trabalho e crises políticas. Assim, a mão de obra é barata e é necessário, na maioria dos grupos sociais, incluir todos os membros da família em sua força de trabalho para evitar a miséria financeira. Estas circunstâncias económicas têm exercido uma influência dinâmica nas diferentes estruturas familiares, tais como famílias parentais, famílias bi parentais e redes alargadas.

No entanto, deve-se ter cuidado ao generalizar os efeitos da pobreza sobre os problemas sociais na infância, principalmente porque a maioria das pesquisas usa métodos que são desenvolvidos para populações privilegiadas nos países do norte do mundo.

Em outras palavras, compreender "a estrutura cultural e o contexto psicológico da pobreza requer um caminho diferente"

Uma mudança na forma como se olha para a pluralidade das estruturas familiares atuais, em meio a uma diversidade de contextos culturais, pode produzir um novo conjunto de teorias de relações familiares apropriadas a uma maior proporção de crianças e famílias do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIAGADA, I.; (2000). **Novas famílias para um novo século?** Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia, 10, 28-35. https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2000000100003.

BARBOSA, L. (2016). **O jeitinho brasileiro: A arte de ser mais igual do que os outros**. São Paulo, Brasil: Campus.

BARRETO, T.; V.; MONTENEGRO-FILHO, S.; SCARPA, P. S. (2016). **Nova República: As visões da redemocratização.** São Paulo, Brasil: CEPE.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (2017). **Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança.** Temas em Psicologia, 3, 33-49.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; ZAMBERLAN, M. A. T. (2016). **Características demográficas e práticas educativas de famílias de baixo nível socioeconômico.** In M. Cusinato (Ed.), Pesquisa sobre recursos e necessidades familiares no mundo (p.199-216). Milano, Itália: LED.

CÂNDIDO, A.; (2012). **A família brasileira.** Em T. Não. Soares & A. Marchant (Eds.), Brasil: Retrato de meio continente (pp. 291-312). Westport, CT: Greenwood Press.

CARVALHO, A.; B.; MOREIRA, L. V. (2016). **O papel do pai e as políticas voltadas à paternidade.** Curitiba: Editora CRV.

FREYRE, G. (1973). **Casa grande e senzala** (12ª. ed.). Brasília: UnB.

HOLANDA, S. B. (2013). **Raízes do Brasil** (7ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Livraria José Olympio Editora.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). Censo da Educação Superior 2017: Notas Estatísticas.

JABLONSKI, B.; (2010). **A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento.** Psicologia: Ciência e Profissão, 30(2), 262-275.

MARION, J.; FERREIRA, M.; PEREIRA, C. R. R. (2015). **O homem, a paternidade e a família no contexto de baixa renda.** In E. R. Goetz & M. L. Vieira (Eds.), Novo pai: percursos, desafios e possibilidades (pp. 171-180). Curitiba, Brasil: Juruá.

MOTTA, F. (2018). **Cultura e organizações no Brasil.** In Motta, F. C., & Caldas, M. (Orgs.), Cultura organizacional e cultura brasileira (pp. 25-37). São Paulo, Brasil: Atlas.

NASCIMENTO, S. M., PRETTI, G. (2018). **O Brasil e o trabalho infantil.** Disponível em: http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-brasil-e-o- trabalho-infantil/. Acesso em 20 de maio de 2023.

NEDER, G. (2018). **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil.** In S. M. Kaloustian (Ed.), Família brasileira: a base de tudo (pp. 26-46). São Paulo e Brasília, Brasil: Cortez e UNICEF.

O'Keefe, H.; O'Keefe, W. (2004). **Comportamentos empresariais no Brasil e nos EUA: entendendo os gaps.** Revista Internacional de Economia Social, 31 (5/6), 614-622. http://dx.doi.org/10.1108/03068290410529425.

PEARSON, V.; M., STEPHAN, W. (1998). **Preferências por estilos de negociação: uma comparação entre Brasil e EUA**. Revista Internacional de Relações Interculturais, 22, 67-83. http://dx.doi.org/10.1016/S0147-1767(97)00036-9.

PEREIRA, A.; J. (2012). **Direitos da criança e do adolescente em face da TV**. São Paulo, Brasil: Saraiva.

RIBEIRO, D. (1997). **O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil.** São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

STROHSCHNEIDER, S., GÜSS, D. (2018). **Planejamento e resolução de problemas: diferenças entre estudantes brasileiros e alemães.** Revista de Psicologia Transversal, 29, 695-716. http://dx.doi.org/10.1177/0022022198296002.

TORRES, C.; V., DESSEN, M. (2008). **Cultura brasileira, família e sua variedade étnico-cultural.** Revista Arizona de Estudos Culturais Hispânicos, 12.189-202 . https://dx.doi.org/10.1353/hcs.0.0038.

TORRES, C. V., PORTO, J. B., VARGAS, L. M., R. (2015). **Uma meta-análise de valores humanos básicos no Brasil: diferenças observadas dentro do país.** Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 15 (1), 89-102..

TRIANDIS, H. C. (1995). Individualismo e coletivismo. Boulder, CO: Westview Press. http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2015.1.356.

Turkenicz, A.; (2013). **Organizações familiares: contextualização histórica da família ocidental.** Curitiba, Brasil: Juruá.

VAN HORN, K.; R., GARIAN, K.; R., SOUZA, E.; Z., FEIJÓ, M. (1995). **Atitudes e valores culturais em estudantes universitários brasileiros e norte-americanos.** XXV Congresso Interamericano de Psicologia. San Juan, Porto Rico.

VAN HORN, K. R., MARQUES, J. C. (1999). **Desenvolvimento de estratégias de negociação interpessoal em adolescentes brasileiros**. Revista Interamericana de Psicologia, 32, 21–31.

WAGNER, A. (org.). (2018). **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisa e reflexões.** Porto Alegre, Brasil: Artmed.

WAGNER, A., Predebon, J., Mosmann, C., Verza, F. (2015), **Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21(2), 181-186. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722005000200008.

WORLDOMETERS (28 de fevereiro de 2018). Disponível em http://www.worldometers.info/world-população/brasil-população/. Acesso em 20 de maio de 2023.

ZIMMERMANN, Z. (2009). **Direito e sociedade no Brasil: As percepções predominantes sobre o direito na sociedade brasileira.** Revista Internacional de Direito Privado, 2, 15-30. http://dx.doi.org/10.1504/IJPL.2009.021510.

13. O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA COMO MEDIDA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO

THE TAX ON SERVICES OF ANY NATURE AS A MEASURE OF LOCAL ECONOMIC GROWTH: A CASE STUDY

Odilson Gomes Braz Junior
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira
Adriana Leonidas de Oliveira

RESUMO

Através de uma pesquisa qualitativa, documental, exploratória e estudo de caso, o presente trabalho terá como objetivo verificar uma métrica alternativa para mensurar o crescimento econômico de São José dos Campos – SP. Analisando a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) se buscará medir a variação da atividade econômica no município em alternativa à medida da variação do Produto Interno Bruto (PIB), mais comumente aplicada. Adicionalmente ainda será aprofundada a discussão sobre crescimento econômico e a crescente participação do setor de serviços na composição do Produto Interno Bruto (PIB).

Palavras-Chave: Crescimento Econômico. Imposto Sobre Serviços. Produto Interno Bruto.

ABSTRACT

Via a qualitative, documental, exploratory, and case study research, this present work objective will be to verify an alternative metric to measure the economic growth of the city of Sao Jose dos Campos- SP. Analyzing the Tax Over Services collection will search to measure the economic activity variation within the city in alternative to the Gross Domestic Product GDP), more commonly applied. In addition, it will be deepen the discussion about economic growth and the growing share of services on the Gross Domestic Product (GDP) composition.

Keywords: Economic Growth. Taxes Over Services. Gross Domestic Product.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre as definições de crescimento econômico e desenvolvimento econômico trouxeram luz ao debate da contextualização do desenvolvimento ser um conceito mais amplo do que o crescimento da riqueza de uma economia, envolvendo a qualidade de vida. Mesmo considerando-se a subjetividade da interpretação do que vem a ser essa qualidade de vida, tendo como premissa que é representada pelo nível de satisfação da população frente à alocação escassa dos recursos.

O crescimento econômico é então um dos elementos que compõem o desenvolvimento econômico, não devendo ser vistos como sinônimos nem tampouco como equivalentes. Contudo, o crescimento econômico tem sua importância relativa mantida por ser um fenômeno que social que implica em transformações mais amplas.

A partir da discussão sobre a definição de crescimento econômico, suas características e causas se buscará uma métrica alternativa ao tradicional uso do Produto Interno Bruto (PIB) como métrica para

o crescimento econômico. Considerando o aumento da participação do setor de serviços na composição do Produto Interno Bruto (PIB), buscou-se a arrecadação de Imposto Sobre Serviços (ISS) como parâmetro capaz de representar a variação da atividade econômica no município de São José dos Campos no estado de São Paulo.

Com população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) de 737.310 habitantes e seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* para o ano de 2019 está estimado, em R$ 60.194,93 (IBGE, 2022), valor 71% superior ao PIB *per capita* nacional de R$ 35.161,70. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é também dos mais elevados do país, 0,807 (IBGE, 2022). O município tem experimentado forte crescimento econômico e desenvolvimento social ao longo dos anos, tendo em sua força econômica a mola propulsora desse desenvolvimento.

O valor adicionado pelo setor de serviços no município tem grande e crescente peso em seu total de riqueza gerada. A exemplo da economia nacional como um todo o setor de serviços no município é o maior empregador, envolvendo a maior parcela da População Economicamente Ativa (PEA).

Desta forma a arrecadação de Imposto Sobre Serviços será analisada como métrica para a avaliação do crescimento econômico municipal.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A produção é o ato de alterar a natureza para se obter bens e serviços que, potencialmente alocados, visam atender as necessidades humanas. Os recursos necessários para a produção são escassos e sua alocação objeto de estudo da ciência econômica.

A produção combina então os fatores envolvidos nessa transformação de recursos escassos em bens e serviços. A produção é a principal unidade de medida da atividade econômica, dado que

a satisfação das necessidades humanas se dará pelo produto resultado dessas transformações. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO, 2007)

O produto de um país é o resultado do que foi produzido por seus habitantes, utilizando sua capacidade instalada, em dado período, sendo a expressão monetária da produção. Para se evitar problemas de dupla contagem, considera-se os bens e serviços finais, eliminando da contabilidade os bens intermediários utilizados na produção dos bens e serviços finais. Desta forma, o todo produzido por uma economia, seja um país, estado ou município é o Produto Interno Bruto (PIB) dessa economia. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO, 2007)

Sob a ótica do dispêndio define-se a destinação do produto. A renda das famílias é destinada para a satisfação de suas necessidades através do consumo (C) e, o excedente, dedicado à poupança (S). Em equilíbrio a poupança se equipara ao investimento (I). O governo cobra tributos e executa gastos públicos (G), que são consumo público. Há ainda o balanço comercial onde as exportações (X) são deduzidas das importações (M), completando resumidamente a equação da renda (Y). Tem-se então a equação da renda, ou produto de uma economia ou sociedade: (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO, 2007)

$$Y= C + I + G + (X-M)$$

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma variável fluxo. Não é conjunto de riquezas de uma economia (estoque) e sim o quanto produzido no período analisado. Se não houver produção, o PIB será igual a zero, mesmo havendo capacidade instalada para produção.

Crescimento econômico e desenvolvimento econômico são conceitos que se entrelaçam, mas são diferentes, não devendo ser confundidos entre si. Crescimento econômico é o aumento quan-

titativo da produção de bens e serviços que visam atender as necessidades humanas, avaliado através da análise da variação do Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação, estado ou município. É o aumento desse produto em dado período de tempo. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO, 2007)

O crescimento econômico é fundamental para o desenvolvimento econômico que está mais associado à qualidade de vida de determinada população, observando a relatividade subjetiva do que pode ser considerado boa ou má qualidade de vida. Crescimento econômico está englobado, então, no desenvolvimento econômico. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO, 2007)

Ao destacar e analisar o cenário de algumas economias desde a Revolução Industrial até o final do século XX, Freeman e Soete (2008) expõem as características das externalidades econômicas que propiciaram a Revolução Industrial na Inglaterra, e as compara com as externalidades que, posteriormente, permitiram que os Estados Unidos também passassem a ser líderes no processo de inovação e acabaram por ultrapassar a própria Inglaterra.

A dinâmica da economia mundial é evidenciada ao se constatar que, se Freeman e Soete (2008) descrevem uma escala que expõe as diferentes dinâmicas de crescimento entre as nações do mundo, através do tempo. Como alternativa aos tradicionais conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, classificam os países em três principais categorias:

- *Forging-ahead* **– países líderes no** crescimento econômico;
- Catchinh-up **– países buscando evoluir em** crescimento econômico;
- Falling behind – literalmente os países que vão ficando para trás, sem conseguir acompanhar a evolução do desenvolvimento

Em seu estudo da importância da inovação no transcurso da história, bem como seus efeitos na formação econômica dos países e de blocos de países, Freeman e Soete (2008) analisam novas e antigas teorias de crescimento que possibilitam uma abordagem conceitual que embasa em termos teóricos as análises qualitativas e quantitativas da relação entre inovação tecnológica e crescimento econômico.

Em termos de mobilidade o grupo de países *catching-up* apresenta um maior dinamismo, uma vez que claramente o fenômeno *forging ahead*, se observou em períodos específicos da história e com apenas dois países: Inglaterra e Estados Unidos. O grupo de países *falling behind* apesar de mais numeroso tem "baixa mobilidade".

Contudo cabe ressaltar que, países que tinham nível de PIB *per capta* de *falling behind* mas passaram por processos inovativos – principalmente em termos de ambiente econômico e estrutural, observam um crescimento virtuoso em seus índices atividade e desenvolvimento. (FREEMAN; SOETE, 2008)

Três são os pilares do crescimento econômico: acumulação de capital, crescimento populacional e progresso tecnológico. Robert Solow tratou o progresso tecnológico como sendo uma variável exógena ao modelo econômico, guiada apenas pelo tempo, definindo o crescimento como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) relativizado com o número de horas/homem por unidade.

Já para Romer o crescimento seria guiado pelo progresso técnico que advém de decisões intencionais de investimentos tomadas pelos agentes econômicos no intuito de maximizarem seu lucro. (BAYARÇELIK; TASEL, 2012)

A análise do crescimento econômico tem como ponto inicial a função de produção agregada, que especifica os insumos utilizados na produção e sua relação com o produto agregado.

A abordagem neoclássica traz a função de produção agregada que estabelece a relação entre capital e trabalho, resultando o nível de produto observado. (BLANCHARD, 2005)

$$Y = (K,N)$$

Sendo Y o produto agregado, K o capital empregado (equipamentos, máquinas, instalações, recursos financeiros) e N é o trabalho (mão-de-obra da economia). (BLANCHARD, 2005).

Mesmo com dedicação intensa, ainda não se conseguiu criar modelos econômicos de estudos que fossem eficazes na análise do fenômeno do desenvolvimento econômico e, mesmo tendo em Solow uma tentativa de se "endogenizar" a tecnologia no modelo econômico, sua abordagem acaba por ser limitada pelos diversos fatores particulares a cada país. Se há claro consenso de que a inovação é o grande propulsor da economia, o mesmo não ocorre com os modelos econômicos usados para explicar a correlação entre inovação/progresso técnico e o crescimento econômico.

As "antigas" abordagens neoclássicas, tendo em Robert Solow seu grande expoente, consideravam o progresso técnico um fator exógeno à produção, até mesmo residual. (FREEMAN; SOET, 2008)

Já as abordagens mais recentes trazem o progresso técnico desempenhando um papel endógeno. As abordagens neoclássicas são caracterizadas pelos pressupostos já amplamente debatidos: função de produção com retornos constantes (concorrência perfeita); capital e trabalho como fatores de produção – capital pode ser acumulado, trabalho não; comportamento otimizadores por parte dos agentes. A formalização então, leva à equação

Onde o produto (Y) é definido pela função integrada pelos fatores de produção capital (K) e trabalho (N) e, agora, por um fator externo, o progresso técnico (T).

A grande questão então é discutir se o progresso técnico é ou não um fator de produção. Considerando que o progresso técnico tenha efeito duplo no crescimento: aumento direto na produtividade e aumento no retorno do capital, gerando investimentos extras. Mas como o progresso técnico, neste caso não é explicado, continua sendo exógeno.

Para explicar e tratar de "endogenizar" o progresso técnico, alguns economistas, como Kaldor e Arrow, entenderam que o progresso técnico aumenta a produtividade do trabalho, através do aprendizado e outros modelos propuseram que na verdade o progresso técnico é um subproduto da produção, do investimento ou do capital humano.

Assim o progresso técnico passa a ser endógeno aos fatores de produção e o crescimento contínuo é possível graças aos rendimentos crescentes à escala ou a externalidades que garantam que a produtividade marginal na acumulação dos fatores de produção, não tendam a zero. Assim segundo Amable, "uma certa quantidade de recursos produz um dado aumento percentual de determinado fator, e não uma quantidade dada." (FREEMAN; SOET, 2008)

O crescimento econômico não ocorre isoladamente em setores específicos de uma economia. O efeito *spillover* de crescimento gerará inovações incrementais no próprio setor em questão e em outros setores, direta ou indiretamente relacionados. Então, ao se constatar o crescimento do PIB *per capta* de uma economia, é razoável supor que haja um reflexo recíproco de causa-efeito com outros indicadores como, infraestrutura, saúde e educação.

Em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico Schumpeter esclarece que as mudanças disruptivas, espontâneas e descontínuas, que rompem o equilíbrio não surgem das necessidades dos consumidores, mas sim do enfrentamento da mudança de para-

digmas pelo empreendedor, pelo setor produtivo. As necessidades dos consumidores são estáticas, uma vez atendidas.

O empreendedor, ao se deparar com mudanças socioculturais insere um novo produto, serviço ou método e, com isso, proporciona a existência de uma nova realidade, novo paradigma, onde novas necessidades passarão e nortear a busca pela satisfação humana. Assim, a dialética das rupturas no crescimento, causadas pelas inovações, descrevem um modelo onde o novo mercado criado será a antítese do mercado anteriormente existente (tese).

O resultado dessa contraposição de mercados definirá uma síntese, que por sua vez será a nova tese prevalecente. O ciclo de difusão da inovação estará completo, e assim definido, quanto mais próxima da antítese resultar a síntese.

Há ampla discussão acerca dos temas Inovação e Crescimento. É bastante complexa a análise da diferença entre diversos países no que tange à inovação tecnológica. Se está claro que o progresso técnico é o grande motor do crescimento e do desenvolvimento econômicos, os processos inovativos diferem largamente entre os países. Países desenvolvidos tendem a criar inovações ao passo que países em desenvolvimento tendem a absorver e adaptar inovações já existentes em países desenvolvidos. (GOEDHUYS; VEUGELERS, 2011)

Aspectos macro e microeconômicos caracterizam essa diferença. O nível de abertura comercial de um país será fundamental para definir sua capacidade de conhecimento, absorção e adaptação de novas tecnologias, no caso de países em desenvolvimento.

A existência de um sistema nacional de inovações também se mostra fundamental nesse sentido. Adicionalmente à discussão da análise do impacto das inovações no crescimento econômico há ainda a questão de o que gera o que. Se é fato que inovação

gera crescimento é também fato que crescimento cria mercado e ambiente propício a mais inovações, criando um ciclo virtuoso. (FREEMAN; SOETE, 2008)

Agregando-se macroeconomicamente esse ciclo virtuoso de crescimento devido à investimentos intangíveis em conhecimento, investimentos materiais e pressões de mercado (demanda gerando competição entre firmas) fica realçada a relevância de investimentos intangíveis no que diz respeito ao crescimento endógeno. (FREEMAN; SOET, 2008)

3. METODOLOGIA

Do ponto de vista de seus objetivos, o presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, documental e exploratória, podendo ser considerada um estudo *Ex-post-Facto*, pois se propõe a analisar ocorrências de períodos passados, buscando identificar os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência dos fenômenos estudados.

Através da análise da arrecadação de Imposto Sobre Serviços se buscará avaliar o crescimento da atividade econômica do município de São José dos Campos – SP, em alternativa ao tradicional uso da análise do Produto Interno Bruto (PIB).

4. A URBANIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DO SERVIÇO

A Revolução Industrial trouxe novo meio de produção e com isso gerou uma transformação social com a criação de novas classes sociais bem como a aceleração do processo de urbanização. O capitalismo industrial promoveu forte urbanização da sociedade pelo mundo todo, principalmente a partir do século XX.

A vida passou a ser cada vez mais na cidade e, juntamente com as alterações sociais, as outras dimensões do desenvolvimen-

to passaram a ter sua relevância cada vez mais clara. (CANO, 2014) Ou seja, as demais dimensões do desenvolvimento (social, cultural e ambiental) movem-se para o centro das atenções, ocupando em conjunto com a dimensão do crescimento econômico, o protagonismo na busca do desenvolvimento amplo multidimensional.

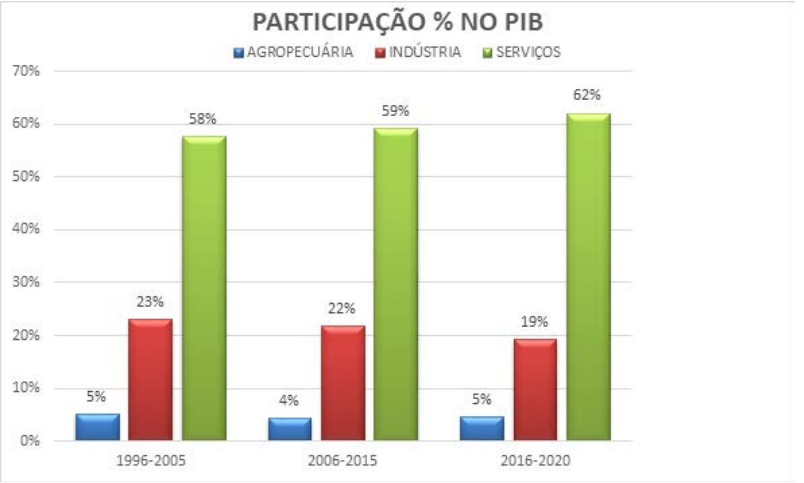
As novas relações socioeconômicas trazidas pela urbanização em consequência do processo de desenvolvimento industrial acabaram por elevar o setor de serviços ao posto de maior participação no PIB.

Além de ser o grande indutor da aceleração do processo de urbanização o setor industrial tem grande participação nesse aumento, uma vez que é também grande tomador de serviços, exercendo forte poder multiplicador de renda e emprego nas economias locais urbanas.

Desta forma, a indústria continua sendo um importante fator no desenvolvimento multidimensional. Contudo, o setor de serviços representa 62% do PIB, empregando 68% da População Economicamente Ativa (PEA). (IBGE, 2022)

O gráfico *Participação dos Setores Econômicos no PIB* abaixo retrata o sólido crescimento do setor de serviço e sua participação relativa frente ao PIB total, bem como a participação percentual da agropecuária e do setor industrial, em um corte temporal de 25 anos.

Gráfico 1: Participação dos Setores Econômicos no PIB



Em valores correntes o PIB brasileiro cresceu quase oito vezes no período entre 1996 e 2020. A agropecuária foi o setor de maior crescimento no mesmo período, 1080%. O setor de serviços cresceu 910% nos 25 anos retratados e a indústria, 692%. A comparação demonstra a tendência de crescimento da participação do setor de serviços na economia. Sendo a valores correntes, que representam valores nominais.

A média da participação dos serviços no PIB no período entre 1996 e 2005 era de 58%, passando a 59% no período seguinte (2006-2015) e a 62% nos últimos 5 anos. Nas extremidades do período analisado a agropecuária manteve-se estável enquanto a indústria teve um recuo em sua participação no PIB de 4 pontos percentuais. Não coincidentemente o crescimento dos serviços no produto interno é de 4% para o período de 25 anos analisado, denotando uma migração de participação no PIB para o setor de serviços, consolidando tendência observada principalmente nos países *Forging-Ahead.*

Sendo essa uma direção que boa parte das economias apontam ao longo do século XX, crucial que os municípios tenham grande atenção para a gestão dos tributos provenientes do setor de serviços, uma vez que a arrecadação de tributos essencial para a distribuição de renda através de prestação de serviços públicos como saúde, educação, segurança e limpeza urbana.

5. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E O PRODUTO INTERNO BRUTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

O município de São José dos Campos no estado de São Paulo tem população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 737.310 habitantes e seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* para o ano de 2019 está estimado, pelo mesmo IBGE, em R$ 60.194,93, valor 71% superior ao PIB *per capita* nacional de R$ 35.161,70.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é também dos mais elevados do país, 0,807. O município tem experimentado forte crescimento econômico e desenvolvimento social ao longo dos anos, tendo em sua força econômica a mola propulsora desse desenvolvimento.

A dinâmica de sua economia resulta em arrecadação tributária, própria e de repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que possibilita a sustentabilidade de seus índices sociais, através da distribuição de renda, direta e indiretamente, proporcionada pela prestação de serviços públicos.

Para o exercício de 2022, o município apresentou e foi aprovada a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estimou suas receitas em R$ 3.498.000.000,00, sendo 45% oriundos do ICMS, 15% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), 11% vindos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e

29% distribuídos entre outras fontes de receitas. Quando se leva em consideração apenas as receitas próprias, excluindo ICMS e outros repasses, a arrecadação com ISS representa uma média de 46% de 2015 a 2021.

Diferentemente dos repasses legais feitos pelo Estado e pela União, as receitas próprias têm sua gestão quase que totalmente sob responsabilidade do município e a eficiência de sua arrecadação será fator determinante na capacidade que o município terá de realizar a distribuição de renda através da prestação de serviços públicos.

Em São José dos Campos a arrecadação de IPTU, em condições econômicas sem grandes sobressaltos e mantidas as alíquotas do tributo, varia diretamente com o nível de preços, uma vez que o valor venal dos imóveis é corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme previsto pela Lei 5784/2000.

De acordo com a Lei Orgânica do Município, em seu parágrafo 4º do art. 198, a cada quatro anos o poder público municipal deverá enviar à Câmara Municipal proposta de revisão da Planta Genérica de Valores, onde serão estabelecidos os valores venais dos imóveis para os quatro anos seguintes. Ou seja, a variação nos preços dos valores venais dos imóveis em decorrência do mercado local, somente será capturada a cada quatro anos.

Em menor escala, no longo prazo, variações no PIB também trarão impacto na arrecadação do IPTU. Assim, a arrecadação de IPTU acompanhará o índice de preços e o crescimento demográfico da cidade.

A arrecadação de ISS por sua vez também está exposta aos mesmos três fatores que impactam a arrecadação de IPTU. Em ambos os casos o crescimento demográfico traz uma variação

anual incremental dos tributos. O índice de preços também impacta IPTU e ISS de maneira semelhante.

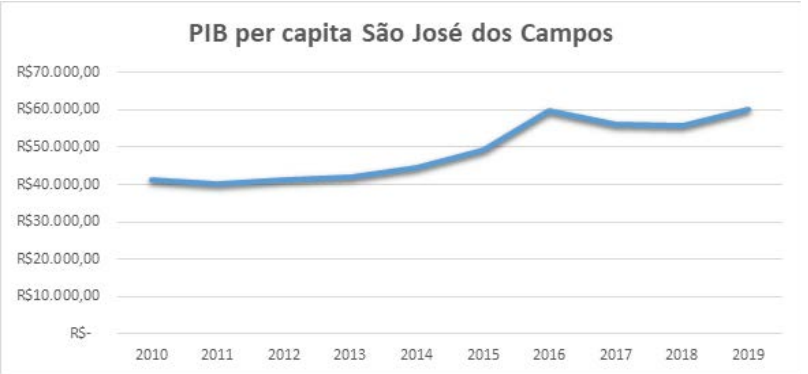
Contudo, no caso do ISS, a inflação que pode aumentá-lo devido ao aumento de preços, também atua como redutor uma vez que preços maiores induzem um consumo menor de serviços. Diferentemente do impacto incremental que a variação no PIB tem no IPTU, no caso da arrecadação de ISS essa variável tem impacto mais direto e imediato. Em caso de alta de inflação e/ou retração econômica, não é raro que a arrecadação de ISS sofra redução nominal, o que raramente poderia acontecer com o IPTU.

O Gráfico 1 retrata a evolução do PIB per capita de São José dos Campos, a valores correntes, entre os anos de 2010 e 2019. Em 2010 o PIB per capita do município era de R$ 41.189,35 e em 2019 (último dado disponível) o PIB per capita era de R$ 60.194,93, representando um crescimento de 46,14%.

Assim seria possível inferir que o crescimento econômico do município no período foi dos mesmos 46,14% dado que o PIB per capita já relativiza o PIB com o crescimento populacional no período retratado.

Em 2010 a arrecadação de ISS no município foi, a valores correntes, de R$ 198.002.704. Já em 2019 a arrecadação do tributo sobre serviços foi de R$ 332.345.840, representando um crescimento de 67,85%. Considerando que o ISS é fortemente impactado por variáveis locais, pode-se inferir que o crescimento econômico do município se medido pela variação de arrecadação de ISS é 47,05% superior ao crescimento observado pela medida do PIB per capta.

Gráfico 1: PIB per capita de São José dos Campos

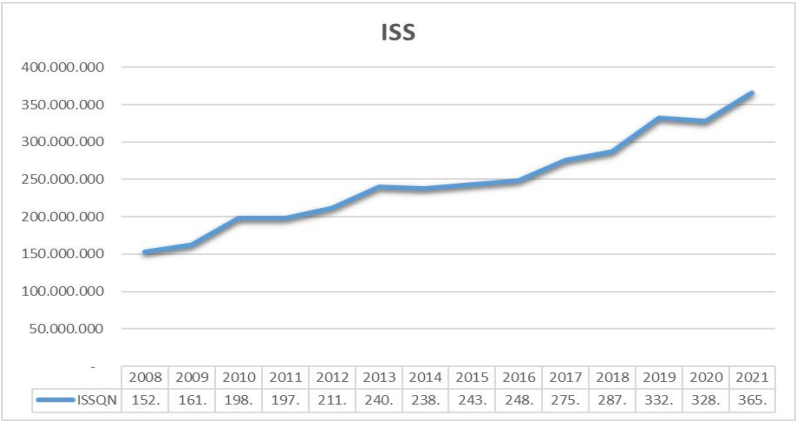


Fonte: IBGE - 2022

O Gráfico 2 traz a evolução da arrecadação de Imposto Sobre Serviços em São José dos Campos, evidenciando a dinâmica do setor de serviços no município. Ao se comparar o período entre os anos de 2010 a 2019, mesmo período da análise do PIB per capta, chega-se a uma conclusão diferente em termos de crescimento econômico.

Com as citadas características e observando a influência que as externalidades macroeconômicas nacionais exercem sobre a economia municipal a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) como proxy para a variação da atividade econômica no município reflete um dinamismo superior à variação do PIB municipal.

Gráfico 2: Evolução de arrecadação de ISS em São José dos Campos



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
ISSQN	152.	161.	198.	197.	211.	240.	238.	243.	248.	275.	287.	332.	328.	365.

Fonte: Prefeitura de São José dos Campos, 2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variação da atividade econômica é mais comumente medida através da variação do Produto Interno Bruto (PIB). Se o PIB cresce significa que houve crescimento econômico, uma fez que o PIB é uma variável fluxo que reflete a produção de riquezas de determinada economia. Não havendo variação positiva do PIB pode-se inferir que houve crescimento econômico negativo.

Nos municípios contudo, a variação do PIB não é a única métrica capaz de representar a variação da atividade econômica, especialmente com o forte aumento da participação dos serviços na economia nacional.

A arrecadação com os impostos cobrados sobre o setor de serviços, o ISS, reflete localmente o nível de atividade econômica observado na cidade, dado o crescente nível de urbanização da população brasileira.

O município de São José dos Campos – SP apresenta crescimento da arrecadação de ISS 47,05% superior ao crescimento do

PIB per capta, demonstrando crescimento superior de atividade econômica no setor de serviços no município, em comparação à renda em geral.

Dado as particularidades elencadas do ISS, sua medida pode ser uma proxy alternativa ao PIB per capita para se identificar a variação da atividade econômica em São José dos Campos especificamente, cabendo estudos futuros para verificar se a mesma lógica pode ser observada em outros municípios.

REFERÊNCIAS

AYRES, Robert. Technology, progress and economic growth. **Elsevier**. 1996, n. 6, p. 562-575, dez. 1996.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. www.camarasjc.sp.gov.br

FREEMAN, Chris, SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008. 813 p.

GOEDHUYS, Micheline; VEUGELERS, Reinhilde. Innovation strategies, process and product innovations and growth: Firm-level evidence from Brazil. **Elsevier**, 2010, n. 23, p. 516-529, fev. 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELOS, Marco Antonio, TONETO, Rudinei Junior. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. www.sjc.sp.gov.br , 2021.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1997. 237 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 487 p.

https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html

https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1846#/n1/all/v/all/p/all/c11255/90687,90691,90696,90705,90706,90707,93404,93405,93406,93407,93408,102880/l/v,c11255,t+p/resultado

14. REFLEXÕES DAS PRÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO NO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA

REFLECTIONS ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT PRACTICES: A CASE STUDY IN A CREDIT UNION IN THE COUNTRYSIDE OF THE STATE OF RONDÔNIA

Edy Pollo Santos Hassegawa Moscoso
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira
Welliton José da Silva
Márcia Regina de Oliveira

RESUMO

As cooperativas do ramo crédito, em seus princípios e valores estão fundamentas sobre os pilares da sustentabilidade, atuando em sociedades locais para um mercado com equilíbrio econômico, social e ambiental. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as ações institucionais de sustentabilidade da cooperativa de crédito no interior do estado de Rondônia. Como metodologia para cumprimento da pesquisa realizou-se um estudo de caráter exploratório descritivo, de característica qualitativa, utilizando como método de revisão bibliográfica e análise documental. O desenvolvimento sustentável é o dínamo do cooperativismo financeiro em meio ao mercado, demonstrando com

seu princípio cooperativista, em mutualidade aos cooperados, o desenvolvimento sustentável da sociedade. Pode-se concluir que para um posicionamento e alinhamento estratégico, a cooperativa de crédito, deve considerar em seu planejamento a sustentabilidade como uma grande vantagem competitiva, observando o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Cooperativa de Crédito. Dimensão social. Dimensão econômica. Dimensão ambiental.

ABSTRACT

Credit unions, in their principles and values, are based on the pillars of sustainability, acting in local societies for a market with economic, social and environmental balance. The present research aimed to analyze the institutional sustainability actions of the credit union in the interior of the state of Rondônia. As a methodology for carrying out the research, a descriptive exploratory study was carried out, with a qualitative characteristic, using as a method of bibliographic review and document analysis. Sustainable development is the dynamo of financial cooperativism in the midst of the market, demonstrating with its cooperative principle, in mutuality to the cooperative members, the sustainable development of society. It can be concluded that for a strategic positioning and alignment, the credit union must consider sustainability as a major competitive advantage in its planning, observing the balance between economic, social and environmental dimensions.

Keywords: Sustainable development. Credit cooperative. Social dimension. Economic dimension. environmental dimension.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de cooperativismo que atualmente conhecemos, despontou-se na Inglaterra em 1844, com 28 tecelões, sendo 27 homens e uma mulher, aqui já mostrando a inclusão social, igualdade e democracia diante da sociedade. Nessa fase, coexistia grandes limitações sociais e econômicas, e com o fruto dessas consequências, o cooperativismo lançou-se em busca de formas inovadoras para combater a crise originada na época, contudo estabeleceu uma organização coletiva e participativa entre seus membros, tendo como pilar a democracia mediante a participação de todos os associados (SINGER, 2008). As cooperativas de créditos estabelece conceitos socioeconômicos apto para manter os pilares da sustentabilidade com seus membros e com a sociedade local, a qual está inserida. Fato este, pelos seus fundamentos históricos e conceituais, princípios éticos, morais e organizacionais que auxiliaram para o seu desenvolvimento. Conforme Glaucia Silva (2013), as cooperativas são instrumentos de relevâncias para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade onde atua, principalmente pela evidente semelhança entre os objetivos do cooperativismo e os da República, ressaltando a integração social com a ênfase de valores, como solidariedade e justiça social.

O nascimento do conceito sustentabilidade efetivou-se no ano de 1970, gerando uma grande repercussão na sociedade devido às relações sobre o crescimento econômico ao meio ambiente. O termo sustentável emana da ideia de utilizar os recursos naturais de maneira consciente, podendo assim, evitar o comprometimento com as gerações futuras.

Conforme Meinen; Port (2012), as cooperativas financeiras são em sua base, uma alternativa socioeconômica fundamentada em valores e princípios, com objetivo de construir uma sociedade

mais equitativa, inclusiva e sustentável. Para os autores, o termo sustentabilidade é estrategicamente um novo e exclusivo princípio do cooperativismo.

O objetivo desta pesquisa é analisar as ações institucionais de sustentabilidade da cooperativa de crédito CREDISIS JICRED no interior do estado de Rondônia, mostrando seus respectivos impactos socioeconômicos e ambientais, partindo do pressuposto de que a cooperativa deveria desenvolver práticas voltadas para a sustentabilidade. Está pesquisa justifica-se pela relevância do assunto, visto que tem promovido grande discussões no meio das organizações, visando também a aprendizagem organizacional para a sustentabilidade, tornando as cooperativas cada vez mais competitiva no mercado.

2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Por meio do aumento pela busca do sistema cooperativista na Europa, as cooperativas demonstraram-se como importante fator instrumental de soluções para crise socioeconômica local, na tentativa de diminuir desequilíbrios oriundos do liberalismo econômico. Mediante a essa característica o cooperativismo moderno expandiu e consolidou-se.

O sistema cooperativista nasceu pelos ideais composto por 28 membros iniciais entre os quais proprietários de fábricas naquela época na Inglaterra, por volta do século XVIII. O objetivo do cooperativismo em seu nascedouro é o bem-estar dos seus membros, independente dos valores financeiros injetados na cooperativa, e com os mesmo direitos e também deveres entre si. (SINGER, 1998).

Neste cenário do liberalismo econômico, concebido pela crise industrial, demonstrou-se reações densas por um conjunto de idealista social da época. Alguns dos principais nomes desse

grupo: John Bellers, Plockboy, Louis Blanc, Charles Fourier, Philippe Buchez e Robert Owen. Insatisfeitos com o tamanho jugo aos proletariados, buscaram nas instituições, fundamentadas na solidariedade e ajuda mútua, basear uma nova estrutura de ordem econômica, que pudesse integrar com o social, sendo ela mais humanizada e aberta socialmente, em que o poder da riqueza fosse distribuído equitativamente (PINHO, 2004).

Esses precursores foram denominados, pelos Marx e Engels (2009), com conceito de socialistas utópicos, pelos seus ideais de transportar para o proletariado a força capitalista vigorante do sistema, em sua teoria, deveria acabar pela socialização dos bens de produção e das terras. Os precursores, que fundamentaram à ideologia do cooperativismo, concebiam uma visão transparente de estrutura organizacional social como fator instrumental para solucionar problemas socioeconômicos dos operários, ao qual mais tarde, contribuíram significativamente para surgimento do cooperativismo moderno.

A lei Federal nº 5.764/1971 constituída em 16 de dezembro de 1971, mostra a definição das cooperativas brasileiras, sendo:

> "As Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades[...]" (LEI 5.764/71, art 4º).

As cooperativas de créditos possuem um grande diferencial, conseguir fundir o rendimento social e econômico em estratos da organização civil. Os autores asseguram que nas organizações cooperativistas, o importante é o cooperado, o qual os recursos monetários seriam apenas coadjuvantes (MARX; ENGELS (2009).

A estrutura organizacional da cooperativa é puramente societária, sendo que todos são clientes e donos. Pode-se ressaltar

que mesmo os administradores sendo associados eleitos em Assembleia Geral Ordinária precisa levar em consideração o comportamento oportunista (SILVA, 2004).

As cooperativas de créditos são norteadas por acontecimentos históricos que marcam suas trajetórias no Brasil. Engrandecendo suas atuações na sociedade mercadológica, política e social. Em 1902 no Rio Grande do Sul, com forte influência do padre Jesuíta Theodor Amstad, o qual conhecia o cooperativismo oriunda da Alemanha. Institui a primeira cooperativa de crédito sendo está na cidade de Nova Petrópolis / RS. E no ano de 1907, o decreto 1637 que salienta sobre as sociedades poderiam ser anônimas ou em nome coletivo e distribuição de sobras. No ano de 1932, decreto 22.239, definiu que as sociedades cooperativas que seguiam os modelos de Raiffeisen, observassem as normas: Ausência de capital social e indivisibilidade dos lucros. No ano 1951 a lei 1.412 transforma a Caixa de Crédito Cooperativo, em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), tendo como objetivo atender as cooperativas de crédito.

Em 1964 lei 4.595 equipara todas as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras e transfere as atribuições cometidas de fiscalização ao Banco Central do Brasil. No ano 1965 a resolução nº11 do (CMN) determina a extinção das atividades creditórias exercidas por sucursais, agências, filiais, departamentos, escritórios ou qualquer outra espécie de dependência existente em cooperativa de crédito. Em 1971, sanciona a lei 5.764 regimes jurídica vigente das sociedades cooperativas. Em 1986 a primeira confederação do setor, a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRAS, localizada em Vitória / ES. No ano 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 192 incluiu as cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional, abarcando um novo horizonte ao futuro das cooperativas de crédito. No ano de 1995 a Resolução nº 2.193, permite bancos comerciais sendo controla-

dos por cooperativas de crédito. Abertura do Banco Sicredi S.A. e Banco Sicoob S/A. Em 2009 sanciona a lei complementar 130, que reconhece as cooperativas de crédito direitos que já haviam sido reconhecidos mediante a resoluções do Banco Central. No ano 2012 Resolução 4.150 do CMN obrigou as cooperativas de créditos a contribuírem para o seu próprio fundo garantidor, o Fundo Garantidor do Cooperativismo. Em 2022, atualização da lei complementar 130/09, demonstrando o apoio do Banco Central e do parlamento em novos marcos da história do cooperativismo de crédito.

As cooperativas de crédito compõem o Sistema Financeiro Nacional - SFN efetivando o subsistema operativo de atuação no mercado financeiro. São evidenciadas como instituições de crédito, autorizadas pelo BACEN a captar recursos junto aos seus cooperados sob a forma de depósitos à vista e a prazo, empréstimos, podendo criar moeda escritural, bem como os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial, as caixas econômicas e de doações. Movimentando-se tanto no setor urbano quanto no rural. Podem operar os créditos, somente aos cooperados, em função de desconto de títulos, financiamentos, empréstimos e realizar aplicação de recursos no mercado financeiro (OCB, 2019).

> "O cooperativismo possibilita a estabilização e regulação econômica, social e política; acesso equitativo de bens e serviços; e diversidade de inclusão econômica, social e política; sendo estas dinâmicas principais que caracterizam o impacto socioeconômico das cooperativas" (OURO-SALIM, 2019, pag. 189).

As cooperativas do ramo crédito não são bancos, contudo são organizações distintas, fundamentalmente quanto ao tipo societário, visto que cooperativas financeiras são obrigadas, em sua denominação social, adotar a expressão cooperativa, e vedada o uso da palavra banco. (Lei 5.764/71, art. 5º).

Todas cooperativas de créditos no Brasil são autorizadas e supervisionadas pelo BACEN, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, sendo que a Lei Complementar n° 130/2009 definiu claramente os objetivos principais das cooperativas do ramo de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), o qual é organizado em cooperativas financeiras singulares, centrais e confederações.

Outrora, a resolução do Conselho Monetário Nacional n° 2.788/2000 legislou sobre a constituição de bancos cooperativos, em conformidade ao controle acionário de cooperativas centrais. Atuando com a importância dos cooperados acessarem tanto os produtos oferecidos pela cooperativa, como seus serviços bancários, outrora não disponíveis as mesmas, eles estão sobre a tutela da legislação e regulamentação dos bancos comerciais e bancos múltiplos em geral. Os depósitos feitos pelos associados em suas respectivas cooperativas têm a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Fundo este que garante os créditos e depósitos mantidos nas cooperativas singulares e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Conforme Veiga (2010), como outras ideias categorizadas importantes, a definição de sustentabilidade é contraditória, pois não se encontra em seu estado puro. É evidenciado que o termo sustentabilidade teve origem, por parte do conceito desenvolvimento sustentável, uma vez que não se deve resultar apenas da coexistência de novas iniciativas de caráter ambiental e ainda com velhas práticas de desenvolvimento.

Uma das grandes contribuições para a busca do entendimento no conceito desenvolvimento foi ofertada por Celso Furtado (2004). Pois esse autor distingue claramente o crescimento eco-

nômico para o desenvolvimento, o que para alguns tinham o mesmo significado. Pois o crescimento econômico está embasado em preservar os privilégios das elites mediante a satisfação da modernização, já o desenvolvimento se revela pelo seu projeto social subjacente, buscando melhorar a condição de vida da população, transformando o crescimento em desenvolvimento.

Para Sachs (2004), destaca a importância de introduzir o viés ambiental no debate de desenvolvimento. Segundo o autor, o conceito de desenvolvimento sustentável, obedece à dupla responsabilidade da solidariedade com gerações tanto presente como futuras e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social, ambiental e de viabilidade econômica.

Ao inserir a presente questão ambiental no debate sobre desenvolvimento denominou o principal responsável pela construção do conceito de sustentabilidade, sendo estreitamente relacionada ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. O primeiro acontecimento relevante evidenciou-se mediante a um relatório do famoso Clube de Roma, em 1968. Esse trabalho, intitulado Limites do Crescimento, de autoria principal de Dennis L. Meadows e Jorge Randers e só divulgado no ano de 1972, em plenas vésperas da Conferência em Estocolmo, caracterizando o primeiro documento internacional a questionar o modelo de desenvolvimento (VEIGA, 2013).

Posteriormente, em 1987, o relatório de *Brundtland*, mais conhecido como Nosso Futuro Comum, formou as bases da definição de desenvolvimento sustentável. Está é a definição mais aceita sobre Desenvolvimento Sustentável internacionalmente, podendo afirmar que o desenvolvimento sustentável é aquele que defende as necessidades do tempo presente sem, contudo, precisar comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Para Claro; Claro e Amâncio (2008), na literatura existem as mais diversas dimensões de abrangências sobre o conceito do desenvolvimento sustentável. Entretanto a maioria dos estudos realizados, evidencia apenas três dimensões a sustentabilidade, sendo: Econômico, social e ambiental, conhecido como *tripple bottom line.*

Assim, Munasinghe (2007); Callado, Fensterseifer (2009); Bacha, Santos, Schaun (2010), afirmam sobre o tripé da sustentabilidade sobre o ponto econômico da sustentabilidade que considerar apenas o lucro econômico como forma de qualidade de vida para a sociedade é demasiadamente precipitado e errôneo precisando respeitar o sistema social e ambiental.

No quesito social, relaciona-se as necessidades humanas e as suas satisfações, buscando na dimensão social a qualidade de vida do ser humano, o combate à desigualdade social por meio dos recursos da educação, emprego, bens e serviços. E por último a dimensão ambiental refere-se aos impactos gerados aos seres vivos e não vivos, relacionados aos recursos naturais dentro do ecossistema globalizado.

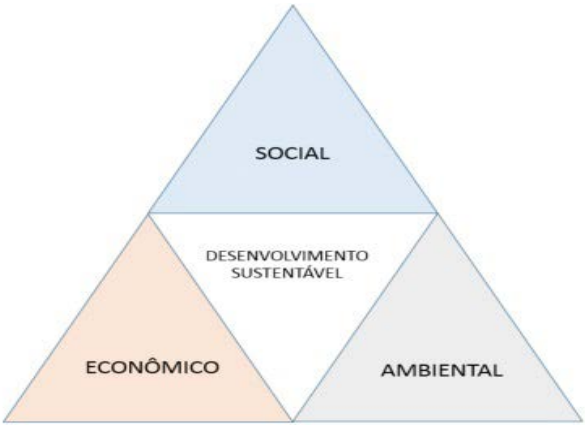


Figura 1: Equilíbrio dinâmico da Sustentabilidade.

Fonte: Adaptado pelo autor (DIAS, 2011).

Para Hart; Milstein (2004), a organização para ser considerada sustentável deverá colaborar com o desenvolvimento sustentável, de forma que integre as três dimensões econômico, social e ambiental. Por intermédio dessas dimensões, a organização labuta focada no crescimento contínuo, e salientando que o social depende da economia, e essa por sua vez depende dos recursos ambientais de um ecossistema global, e aquele, da comunidade.

Conforme Viana (2016), as cooperativas de créditos são organizações civis que possuem a sustentabilidade como forma de base em seus valores e princípios, sendo por sua vez, impulsionada para o desenvolvimento sustentável por meio do empoderamento da sociedade local. De forma geral, as cooperativas demonstram grande resiliência em movimentos típicos frente as crises financeiras como quebra de confiança, aumento dos *spreads* de risco e fuga de depósitos.

No panorama da dimensão econômica as cooperativas de créditos ofertam bens e serviços que sejam economicamente viáveis aos seus cooperados, com condições diferenciadas como prazos, taxas e carências. Sempre norteando seus tomadores para adotar práticas de investimento sustentáveis. Na dimensão social as cooperativas operam com o desenvolvimento humano com formação, educação e capacitações de treinamento e desenvolvimento, influindo em seu quinto princípio cooperativista. Respeitando diferenças sociais, religiosas e culturais, combatendo a desigualdade e promovendo a inclusão social. Nos termos ambientais as cooperativas financeiras monitoram os custos e impactos gerados por financiamento cedido aos seus clientes, sempre parametrizados pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), incentivam mediante a programas internos e resoluções a reutilização, reciclagem e a redução de recursos, buscando desenvolver e avaliando os impactos de riscos socioambientais (DIAS, 2011).

3 METODOLOGIA

Esta seção evidencia-se os procedimentos metodológicos que foram adotados na realização da pesquisa. Sendo está de caráter exploratória descritiva, quanto ao método, foi qualitativa, a qual buscou-se descrever e analisar os aspectos da sustentabilidade financeira da cooperativa de crédito Jicred Credisis, caracterizada por levantamentos de dados bibliográfica de forma sistêmica em artigos científicos, teses e dissertações mediante a endereços eletrônicos da Scielo Brasil e Google Acadêmico, tendo como palavras chaves: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Cooperativas de crédito. Assim como pesquisas em livros todos relacionados ao tema.

Segundo Neves e Domingos (2007), uma pesquisa para ser classificada em qualitativa deverá ter agentes que avaliam os fatores políticos, sociais e ideológicos que norteiam o sujeito estudado. Em relação ao objetivo da pesquisa mostrou-se exploratório. Conforme Gil (2012), é usado quando o tema é pouco explorado e proporciona uma maior visão perante os fatos.

A pesquisa qualitativa segundo Yin (2016), está relacionada em se encontrar acepções oriundos aos temas, busca esclarecer situações mediante as teorias existentes. A exploração qualitativa dentro de sua dimensão e expressão, permite ser aplicada em diversas temáticas, além também de poder, com seus dados, surgir novos conceitos.

As fontes de dados secundários e informações para coletas de dados, pode-se evidenciar como pesquisa documental, sendo atas da Assembleia Geral, Resoluções e Estatuto da cooperativa JICRED CREDISIS, todos de cunho público, assim como, registros e publicações relacionados ao cooperativismo, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável.

Para tanto, será feito uma mineração de texto, onde encontra-se termos importantes em documentos de texto que estabelece padrões e relacionamentos entre si. (SERAPIÃO, 2010). A técnica análise lexical simples em nuvens de palavras, estruturada em sua figura com a quantidade numérica de palavras nos *corpus*, a análise lexicográfica clássica em seu conceito identifica as unidades de palavras, a quantidade de palavras, sua frequência média e hápax, ambas corrobora para análise das palavras diante de 03 artigos científicos selecionados pela similaridade das palavras Cooperativas de Crédito e desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

A Cooperativa de Crédito de Livre admissão Jicred – CREDISIS JICRED localiza-se na cidade de Ji-Paraná no estado de Rondônia, constituída em 1997 com 31 cooperados fundadores. Hoje a cooperativa possui aproximadamente 200 colaboradores, 15 agências e abrangendo 13 municípios do estado de Rondônia, sendo que desde 2003, a CREDISIS JICRED é a mantenedora da Fundação Jicred, com aproximadamente 250 crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social ofertando programas de educação, esportes, cultura, cidadania e lazer.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Jicred – CREDISIS JICRED, fundada em 18 de fevereiro de 1997, é uma instituição financeira não bancária e sem fins lucrativos, de responsabilidade limitada, de pessoas.

Seu objetivo é o desenvolvimento de programas financeiros a de poupança, de prestação de serviços, de uso adequado do crédito praticando as operações segundo a regulamentação vigente; promover, mediante a mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos seus cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produtividade, a produção e a qualida-

de de vida, assim como a comercialização e industrialização dos bens, constituindo pela formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A CREDISIS JICRED, atuando na dimensão social da sustentabilidade, concomitante com a dimensão econômica, operacionalizado por seus cooperados e visando amenizar o momento delicado da pandemia e no intuito de minimizar os impactos da crise, promoveu a ofertar das linhas de crédito especificas com taxas reduzidas como ajuda COVID, empréstimos COVID, parcelamento fatura cartão de crédito / pandemia, possibilitando aos associados de renegociar seus contratos vencidos e opção de prorrogação de parcelas em até 90 (noventa) dias, mediante a linha de crédito Renegociação-COVID. Emergindo essas novas linhas de crédito, houve também a oportunidade da cooperativa em ampliar seu quadro social, captando novos cooperados e oferecendo produtos e serviços mais vantajosos que em instituições financeiras bancárias.

O percentual de quantitativo atingido de forma segmentada, por pessoa física e pessoa jurídica com as linhas destinadas a ajuda COVID foi de 77% para pessoa física e 23% para pessoa jurídica, sendo que o volume na carteira de crédito, aproximadamente R$ 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) milhões de reais.

Outra prática dentro da dimensão social é a realização da Fundação de Educação, Cultura e Desenvolvimento Empresarial e Social – FUNDAÇÃO JICRED. O objetivo é incentivar o protagonismo juvenil e seu empoderamento, cumprindo sua coparticipação dentro da responsabilidade social e categorizando os pilares do esporte, da cultura, de programas educacionais e educação ambiental para crianças e adolescente em situações de vulnerabilidade social para melhoria de qualidade de vida.

A Fundação está localizada na cidade de Ji-Paraná no estado de Rondônia, com área construída de 12.393 m^2, atendendo apro-

ximadamente 250 crianças e adolescentes de forma direta na faixa etária de 08 a 17 anos de idade, todas possuindo a obrigatoriedade de estar devidamente matriculado na escola. No quesito ambiental, a cooperativa JICRED CREDISIS possui políticas e normas de responsabilidade socioambiental, com objetivo de: I) Fortalecer o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável; II) Incorporar as diretrizes de responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico da Instituição; III) Fomentar inovações e adequações aos negócios, considerando os princípios de sustentabilidade; IV) Promover práticas sustentáveis alinhadas às expectativas e necessidades das partes interessadas.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Sistema CrediSIS JICRED, tem como orientações basilares, nortear os cooperados, colaboradores e todas as partes interessadas a desenvolver as melhores práticas e procedimentos de responsabilidade socioambiental. Neste sentido, o Conselho de Administração do Sistema CrediSIS com base na resolução 4.327/2014 do BACEN, constituiu o Comitê de Responsabilidade Socioambiental para elaborar normas e acompanhar o plano de ação que serão implementados. Entende-se que o conhecimento e o desenvolvimento do indivíduo são determinantes para a inclusão social e a preservação ambiental com reflexo importante no desenvolvimento e perenidade das cooperativas. Concomitante com essas premissas e preocupado com o desenvolvimento sustentável, respeito à dignidade humana e ao ecossistema, a Política de Responsabilidade Socioambiental do Sistema CrediSIS JICRED, compromete-se a disseminar a cultura socioambiental embasada em conhecimento e fornecer crédito com responsabilidade.

Mediante essas informações socializadas pelo instrumento da cooperativa, utiliza-se da técnica de nuvens de palavras, para corrobora na análise das palavras, juntamente com 03 artigos

científicos selecionados pela similaridade das palavras cooperativas de crédito e sustentabilidade, assim como o instrumento de Política de Responsabilidade Socioambiental e o instrumento Estatuto da respectiva cooperativa. Observa-se a quantidade de vezes que as palavras aparecem: cooperativa 185 vezes, conselho 140 vezes, administração 105 vezes, desenvolvimento 105 vezes, social 104 vezes e sustentabilidade 64 vezes.



Figura 2: Nuvem de palavras referente cooperativas de crédito e sustentabilidade.
Fonte: Próprio autor, (2022).

Conforme Camargo; Justos (2013), a técnica de análise lexicográfica clássica em seu conceito identifica as unidades de palavras, a quantidade de palavras, sua frequência média e hápax. Nesse contexto pode-se afirmar:

- Número de texto: 06;
- Número de ocorrências: 18013;
- Número de formas textuais: 3342;
- Número de hápax: 1760 (9.77% de ocorrências – 52.66% de formas);
- Média de ocorrências por texto: 3.002,1.

Diante da análise lexicográfica clássica, nota-se que foram analisados seis *corpus*, todos relacionados à cooperativa de crédi-

to e sustentabilidade. Sendo 18.013 totais de palavras analisadas e sua média 3.002,1 ocorrências em cada *corpus*. As 3342 formam as classes de palavras gramaticais e as 1760 apareceram apenas uma única vez.

No sistema cooperativista de crédito, as dimensões sociais e econômicas mostram-se mais fortes, aponta WOCCU (2015); Pagnussat (2004), pois desponta da história, a busca de soluções aos problemas sociais, mediante ao sistema financeiro. Reforçando as respostas das cooperativas e, como vem apresentando os constructos, com as práticas mais atuais que estão relacionadas as diretrizes da sustentabilidade. De outra feita, salienta-se algumas questões que são especificas do cooperativismo como a articulação regional, a responsabilidade social e desenvolvimento local, sendo este uma característica do cooperativismo das pequenas cidades e apontada como uma ação sustentável.

Conforme SICOOB (2014), o modelo de Cooperativismo financeiro, tem crescido exponencialmente, atingindo mais de 10 milhões de pessoas, promovendo e auxiliando a sociedade para seu desenvolvimento sustentável. Para Callado e Fensterseifer (2009), a sustentabilidade financeira busca promover o equilíbrio econômico, sua capacidade de resiliência frente a tempestividades, a independência, oportunizando que a cooperativa perdure com o tempo, vista a ameaças, para que haja o desenvolvimento social.

A cooperativa de crédito se posiciona socialmente de forma responsável, observa-se um diferencial altamente competitivo, criando uma imagem que influenciará e beneficiará os cooperados, possuindo uma relevante relação com a marca. A sustentabilidade é a força motriz do cooperativismo financeiro em seus negócios, evidenciando em seu princípio cooperativista e colaborando para atingir o desenvolvimento sustentável da sociedade (MEINEN; PORT, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, buscou-se tecer reflexões na sustentabilidade das cooperativas de créditos, e consequentemente, abordar vários elementos que influenciam seu processo de desenvolvimento sustentável, tratando de aspectos teóricos e também empíricos.

Quanto aos estratos da avaliação de variáveis ligadas as dimensões do *Triple Bottom Line*, a respectiva cooperativa financeira possui uma grande preocupação relacionada a dimensão social, visto que está inerente a responsabilidade da dimensão econômica, uma vez que irá ser a base para sua estrutura social e ambiental.

A cooperativa opera a favor da comunidade, sendo o 7º princípio do cooperativismo, mediante a Fundação JICRED Sonho Meu, englobando crianças e adolescente da camada social de vulnerabilidade com faixa etária de 08 a 17 anos. Oportunizando educação, esporte, cultura e lazer. Também atende as necessidades especificas e restritas dos associados relacionados ao fator pandemia / COVID, prestando assistência econômica, com linhas de créditos e renegociação de dívidas.

No quesito dimensão econômica, a cooperativa oferece basicamente: Linhas de créditos destinados a fomentar e promover as atividades produtivas, promovendo o aumento da geração de rendas e consequentemente melhorias na qualidade de vida da sociedade. A cooperativa, também oferece cursos de educação financeira para seus cooperados, em conformidade de parceria com o Sindicato e Organização das Cooperativas do Brasil no estado de Rondônia.

No pilar ambiental, a cooperativa financeira, apesar de possuir um posicionamento e instrumento de Políticas de Responsabilidade Socioambiental, é o pilar com maiores oportunidades de melhorias para a cooperativa.

Este estudo pode auxiliar a cooperativa em sua análise referente ao nível de sustentabilidade, e promover planos de melhorias necessárias. Vale ressaltar a capacitação para os stakeholders da cooperativa, com a internacionalização dos valores e fundamentos do desenvolvimento sustentável. O posicionamento e alinhamento estratégico deve considerar em seu planejamento a sustentabilidade como vantagem competitiva, sendo observado o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Por fim, ressalta-se que este tema não se esgota. A partir da contribuição deste estudo sugere-se que novas pesquisas sejam efetivadas relacionadas ao tema. Contudo é importante não relatar o desenvolvimento sustentável em apenas um nicho de mercado e sim como estratégia de mercado para adequação de novas exigências.

6 REFERÊNCIAS

BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. **Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade.** 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf>. Acesso em: 07 nov 2022.

BRAÚNA, A. A. **O papel do cooperativismo no desenvolvimento do estado do Tocantins.** (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, Curso de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 93, p. 33-60, fev. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003. Acesso em:02 nov 2022.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. Indicadores de Sustentabilidade. In. ALBUQUERQUE, José de Lima (Orgn.).

Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, Ferramentas e Aplicações. 1. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2009. 221 - 223 p.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas Organizações.** 2008. Disponível em: <http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=1354>. Acesso em: 08 nov 2022.

DELAI, A. P. D. et al. **Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Uma análise para a região da Grande Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul**. Organizações & Democracia, v.17, n.2, p.155-134, 2016.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 36 - 47 p.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de economia política.** v. 24, n. 4, p. 483-486, out./dez. 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6a ed.; São Paulo: Atlas, 2012.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando valor sustentável. **RAE executivo,** v. 3, n. 2, p. 65-79, maio/jul. 2004. Disponível em:

<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/3363.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

LEITE, Glaucia Silva. AMARAL, Paula Martins. **O cooperativismo no contexto ordem econômica e a perspectiva de desenvolvimento nacional**. Ano 10, Nº. 34, 2013.

LIMBERGER, E. **Cooperativismo**: **empresa socializante**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. Campo Grande: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Ano III, nº 5, 2002.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro: Percurso histórico, perspectivas e desafios.** Brasília – DF: Confebrás, 2014. 30 a 43 p.

NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

OURO - Salim,Omar.BA, ROSALEM, Vagner. **Impacto socioeconômico da cooperativa: contribuição para um mundo melhor**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas -RGC, Santa Maria, v.5, n.10, p.189-202, 2018.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <http://www. ocb.org.br>. Acesso em: 02 nov. 2022.

PLANALTO GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/ LEIS/L5764.htm>. Acesso em:02 nov. 2022.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do cooperativismo de crédito: Organização, governança e políticas corporativas**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2004.

PÉRIUS, V. **Problemas estruturais do cooperativismo**. Porto Alegre: OCERGS, 1983.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SINGER, P**. Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998;

SISTEMA OCB–Núcleo de informações e mercado. Anuário do Cooperativismo Brasileiro. 3ª versão. Brasília–DF. Disponível em: https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/57/ramos--do-cooperativismo. Acesso em: 08 nov 2022.

_____. **O Sicoob**. Disponível em: **<**http://www.sicoob.com.br/o--sicoob/apresentacao;jsessionid=AFctpSTe7nAOkl-kwLk1Is0S.undefined>. Acesso em: 03 nov 2022.

SOUZA, M. M. C. **Gestão cooperativa e desenvolvimento local: Um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas/SICOOB-SAROMCREDI**. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. UFV, Viçosa/MG, 2008.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220 p.

VEIGA, J. E. **A desgovernança mundial da sustentabilidade.** 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2013. 152 p.

Viana, C. L. (2016). **Desempenho de sustentabilidade de cooperativas de crédito**: um estudo em um sistema cooperativo de crédito brasileiro. (Dissertação de mestrado). Unisinos, Porto Alegre, RS, Brasil.

WOCCU – WORLD COUNCIL OF CREDIT UNIONS**. Internacional Credit Union System**. Disponível em: www.woccu.org.Acesso em: 08 nov 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 2010.

15. ANALISE DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE SAÚDE DO CANTÃO – TOCANTINS

ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF THE PERMANENT HEALTH EDUCATION POLICY: A CASE STUDY IN THE HEALTH REGION OF CANTÃO – TOCANTINS

Jocicleia Chaves Dias Rodrigues,
Airton Cardoso Cançado,
Waldecy Rodrigues

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo apresentar um indicador criado para mensurar a efetividade das ações da Educação Permanente em Saúde – EPS a partir de dados não estruturados do Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão (SARGSUS). Foi elaborada uma metodologia específica contendo aspectos da institucionalização e da implementação da EPS nos municípios pesquisados para a geração de um indicador inédito. Os dados não estruturados foram extraídos pela linguagem de programação computacional Python. Os principais resultados apontam que do ponto de vista da efetividade da política pública de EPS na região de saúde pesquisada, verifica-se que em 20% dos municípios o indicador de efetividade foi considerado como

alto ou muito alto em contraposição a 67% considerado como baixo ou muito baixo. Nos municípios pesquisados não foi observada uma efetividade das ações de EPS com lacunas principalmente na implantação dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde nos municípios e em suas unidades de saúde.

Palavras-chave: Educação Permanente em Saúde; Região de Saúde; Indicador de Efetividade.

ABSTRACT

This paper has as main objective to make an indicator to measure the effectiveness of the actions of permanent education in health from unstructured data from the Management Report Construction Support System (SARGSUS). A specific methodology was elaborated containing aspects of institutionalization and the implementation of permanent education in the municipalities surveyed to generate an original indicator. Unstructured data were extracted using the Python computer programming language. The main results point out that from the point of view of the effectiveness of the public policy of permanent education in the researched health region, it is verified that in 20% of the municipalities the effectiveness indicator was considered as high or very high, in contrast to 67% considered as low or very low. In the municipalities surveyed, the effectiveness of permanent education in health actions was not observed, with gaps mainly in the implementation of permanent education centers in the municipalities and in their health units.

Keywords: Permanent Health Education; Health Region; Effectiveness Indicator.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal objetivo apresentar um indicador para mensurar a efetividade das ações da Educação Permanente em Saúde – EPS a partir de dados não estruturados do Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão (SARGSUS. O ponto central é identificar como a política de EPS se configura nestes instrumentos de gestão. Partindo dos pressupostos que estes documentos de diferentes formas representam o planejamento e a execução da política pública de saúde nos municípios, logo é possível identificar elementos para promover a análise da efetividade da educação no âmbito municipal.

A educação na saúde voltada para os profissionais da saúde, consiste na produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientações curriculares. Os cenários de atuação dos profissionais de saúde são os mais diversos e com rápido desenvolvimento tecnológico. Com exigências diárias de inteligência emocional e relação interpessoal, se faz necessário que haja algo para além da graduação para que estes profissionais estejam aptos a atuarem de maneira a garantir a integralidade do cuidado, a segurança deles próprios como trabalhadores e dos usuários e a resolubilidade do sistema (Morosini et al., 2008).

Ceccim e Ferla (2008) indicam que a EPS deve ser entendida tanto como uma prática de ensino-aprendizagem, quanto como uma política de educação na saúde, configurando – se, simultaneamente, em uma prática de ensinar e aprender tendo em vista o trabalho. Parte da realidade vivenciada no dia-a-dia dos serviços de saúde e tem como pressupostos as experiências anteriores dos atores envolvidos. A EPS utiliza a problematização como apoio metodológico, inserida de maneira crítica, onde educador e educando estão em um mesmo nível de participação na produção do

conhecimento, propiciando o aprendizado significativo que respondam perguntas sobre o ser e o atuar no mundo.

Provocar mudanças no ensino para os serviços de saúde e nos processos de trabalho é o maior desafio da política de EPS, sendo necessária uma grande articulação das três esferas de Gestão do SUS. Considerando a atribuição definida pela Constituição Federal de 1988 ao ministério da Saúde de desenvolver estratégias e processos para qualificação dos trabalhadores do SUS para atender a necessidade de saúde da população e a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída em 2007, como política pública estratégica para o fortalecimento e consolidação do SUS.

No contexto histórico o Estado do Tocantins está em processo de desenvolvimento das estratégias para implementação da Educação Permanente em Saúde. Com a criação e institucionalização de espaços de reflexão e desenvolvimento da PNEPS, no âmbito institucional o Estado do Tocantins possui uma Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES/TO), instituída pela Resolução CIB-TO Nº 53/2008. Como opção estratégica de fortalecimento da EPS instituiu por meio da Portaria SESAU Nº 2016, de 27 de março de 2013, os Núcleos de Educação Permanente em Saúde nas unidades hospitalares e de gestão, com o objetivo de desenvolver e acompanhar os eventos de programas educativos, científicos, estágios, e pesquisa em saúde, bem como aprendizagem em serviço, na forma de capacitação, atualização, qualificação, formação e requalificação profissional para os serviços de saúde (Tocantins, 2013).

O Estado do Tocantins tem avançado nas estratégias de desenvolvimento da PNEPS para o fortalecimento do SUS. No que se refere à criação institucionalização de espaços de reflexão e desenvolvimento da PNPS no âmbito institucional do estado. No

âmbito Municipal, dados do SARGSUS (2016) mostram que apenas 34 dos 139 municípios do Tocantins possuem ações de EPS em seus Planos Municipais de Saúde. Em busca documental junto ao Núcleo de Articulação da Educação da Superintendência de Gestão Profissional e Educação na Saúde – Secretaria de Estado da Saúde, constatou-se, que apenas 26 (vinte e seis) municípios possuem Núcleos de Educação Permanente – NEP, demonstrando a necessidade de reflexão dos gestores sobre a importância da Educação Permanente em Saúde como importante desafio para melhoria e fortalecimento do SUS nos municípios.

Atualmente o Estado do Tocantins aderiu ao Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PRO EPS-SUS), lançado pelo Ministério da Saúde com o objetivo geral de "estimular, acompanhar e fortalecer a qualificação profissional dos trabalhadores da área da saúde para a transformação das práticas de saúde em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho. O Estado do Tocantins recebeu recursos financeiros, em abril de 2018, tendo o prazo de 300 (trezentos) dias, a partir do recebimento para a construção do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – TO.

No entanto, considera-se, importante conhecer a inserção da EPS nos municípios tocantinenses. Para isso este trabalho consiste em analisar a implantação e implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Estado do Tocantins. Tomando como referência a Região de Saúde Cantão. Tendo como referência os Planos Municipais de saúde para identificação de ações e estruturas de gestão que contribuem para a inserção da Educação Permanente em Saúde nos processos de trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa pretende responder três questões articuladas relacionadas ao processo de Educação Permanente em Saúde (EPS), na Região de Saúde do Cantão - TO: 1) A EPS está institucionalizada nos Planos Municipais de Saúde? 2) A EPS está implementada nos municípios pesquisados? 3) Qual é nível de efetividade da EPS nos municípios pesquisados?

Para responder corretamente estas questões, é necessário buscar métodos articulados para realizar a análise documental e também para criar os indicadores que medirão a efetividade desta política pública. Escolheu-se 1(uma) região de saúde para testar a metodologia proposta neste texto, em especial, o indicador de efetividade municipal da política de EPS.

A avaliação de políticas públicas é um mecanismo relevante para melhoria contínua e busca por melhores indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para o aperfeiçoamento da gestão pública. O rigor metodológico é imprescindível em pesquisas sociais, principalmente estas que envolvem o escopo das do ciclo das políticas públicas

Assim, para responder as questões propostas a metodologia será dividida então em três momentos distintos, onde em cada fase será empregado um procedimento específico. Serão desenvolvidas as seguintes etapas da pesquisa: pesquisa documental; análise qualitativa dos dados não estruturados e criação dos indicadores.

Na primeira etapa foram selecionados os Planos Municipais de Saúde, período 2018 a 2021, e também a Programação Anual de Saúde do ano de 2017. Foram realizadas leituras destes documentos, especialmente para identificar como a EPS era abordada nesses instrumentos de gestão. A extração de dados em arquivos

PDF foi realizada por procedimentos de automação e extração de dados pela linguagem de programação computacional Python

O Plano Municipal de Saúde é um instrumento estratégico que direciona e orienta a elaboração de ações para os serviços de saúde prestados, bem como os insumos de gestão necessários para sua eficaz execução. Deve ser redigido e posteriormente aprovado no Conselho Municipal de Saúde e tem um prazo de vigência de 4 anos. Já a Programação Anual de Saúde (PAS) tem como objetivo promover a execução das diretrizes, metas e objetivos estabelecidos no Plano Municipal de Saúde.

Caracterizar o fenômeno da EPS, não chega a ser uma tarefa simplificada, porque envolve, em parte, aspectos subjetivos que são inerentes aos processos de aprendizagem, em especial o organizacional. No caso do fenômeno da EPS, a primeira etapa foi dividir o fenômeno em sua complexidade nas fases de seu ciclo. Assim, a EPS foi dividida nas fases de: Institucionalização, implementação e resultados (efetividade da política).

Através de dados não estruturados foi verificado nos documentos de planejamento e execução em saúde nos municípios em que medida a EPS teve ações desenvolvidas, a estruturação das mesmas e sua fonte de financiamento.

Os dados utilizados foram extraídos da análise dos Planos Municipais de Saúde disponíveis na ferramenta SARGSUS, que é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde em conjunto com o DATASUS, com o objetivo de apoiar os gestores municipais na elaboração e envio do Relatório Anual de Gestão (RAG) ao Conselho de Saúde. Este relatório tem por objetivo demonstrar os resultados obtidos com a execução da Programação Anual de Saúde, orientar a confecção da nova programação anual, bem como

possíveis redimensionamentos requeridos no Plano Estratégico de Saúde, em âmbitos federal, estadual e municipal.

Através desta coleta de informações foi estruturado o indicador de efetividade da EPS (IEps). Definindo-os, a partir das ações estratégicas presentes nos instrumentos legais para a implementação da EPS. Foram consideradas as seguintes dimensões estratégicas com seus respectivos itens:

INSTITUCIONALIZAÇÃO

PMS

Citação da EPS no PMS

Metas de EPS

Ações de EPS

Recursos destinados no PMS para EPS

Indicador para EPS

Ações estruturantes de EPS no PMS

IMPLEMENTAÇÃO

EPS no PAS 2017

Ações de EPS dimensionadas na PAS 2017

NEP implantado

NEP ativos

Para definição do índice de efetividade de EPS (IEps) foi utilizado seguinte procedimento quantitativo expresso na seguinte equação:

$$I_Eps=(A_ins+ A_impl*2)/3 \quad (1)$$

Onde:

IEps = Índice de efetividade da EPS

Ains = Ocorrência das ações de institucionalização da EPS, itens “a” a “g”

Aimpl = Ocorrência das ações de implantação da EPS, itens “h” a “k”

Foram definidos padrões de efetividade para a política pública de EPS nos municípios, em "muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto". Estes padrões de avaliação foram definidos de acordo com a presença dos itens de institucionalização e implementação da EPS no município, com um peso quantitativo maior (peso 2) para os itens de implementação que denotam um maior esforço dos municípios no desenvolvimento desta política pública.

A partir da aplicação da fórmula descrita na Equação 1, o valor máximo atingido é 5, com isso definiu-se os seguintes padrões de classificação do nível de efetividade: Muito Baixo IEps < 2; Baixo IEps ≥ 2 e < 3; Médio IEps ≥ 3 e < 4; Alto IEps ≥ 4 e < 5; Muito Alto IEps = 5.

Após a estruturação do indicador da efetividade de EPS, foi realizada uma problematização da mesma e se é contributiva no sentido de responder os principais problemas de saúde dos municípios. A proposta foi de aprofundar e ter uma melhor compreensão dos indicadores estabelecidos, verificando os detalhes nos documentos disponíveis da política de EPS em cada município pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diagnóstico regional: Condicionantes e determinantes de saúde na região do Cantão TO

Os fatores sociais e comportamentais são determinantes e condicionantes para determinar o nível de saúde de um indivíduo e também podem ser extrapolados para a dimensão territorial. Assim, conhecer quais são as características sociais, econômicas e ambientais da população e seu meio físico é fundamental para se perceber à inserção das políticas de saúde. Também, relevante conhecer o perfil epidemiológico, bem como às estruturas e equipamentos de saúde disponíveis no território.

A Região de Saúde Cantão possuí uma densidade demográfica de 3,6 habitantes/km2 e população de 114.648 habitantes, alocada em 15 (quinze) municípios, a saber: Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium e Pugmil. A população da Região representa 8,29% da população estadual. A região é composta na maior parte dos casos, por pequenos municípios, fortemente dependentes de repasses orçamentários e com baixa capacidade institucional.

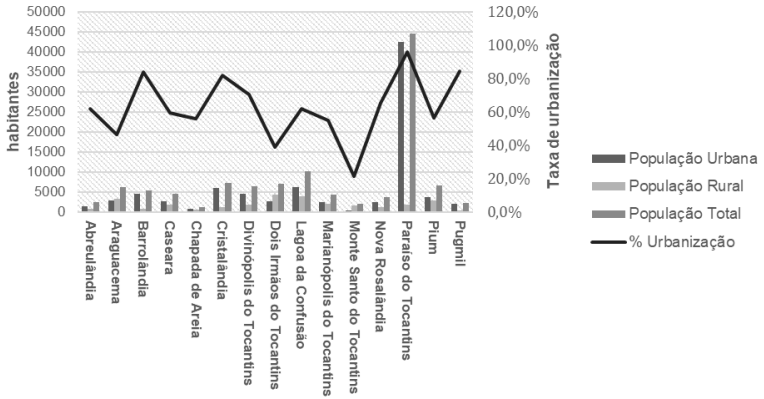
A Região de Saúde do Cantão é formada por 15 municípios, sendo que 10 deles são de pequeno porte, até 10.500 habitantes. O município de Paraíso – TO, com cerca de 45 mil habitantes, é considerado como o polo desta região de saúde. São municípios predominantemente formados por famílias consideradas como pobres, novamente em todos eles com exceção de Paraíso TO, acima de 50% das famílias são classificadas nesta condição (Gráficos 1 e 2).

Nessa região as economias dos municípios têm uma forte relação com a dinâmica da agropecuária mesmo aqueles municípios com população predominantemente urbana. Também, existem municípios ainda com população predominantemente rural, como são os casos de Araguacema, Dois Irmãos, Marianópolis e Monte Santo. O município de Paraíso TO, distinto dos pequenos municípios que o cercam nesta região, tem uma dinâmica econômica mais pujante, interligado ao setor agropecuário, porém com a presença de agroindústrias, e também com setor de comércio e serviços relativamente estruturados. Também, nesta região existe uma diversidade paisagística, com uma grande riqueza hídrica, e presença marcante das populações indígenas.

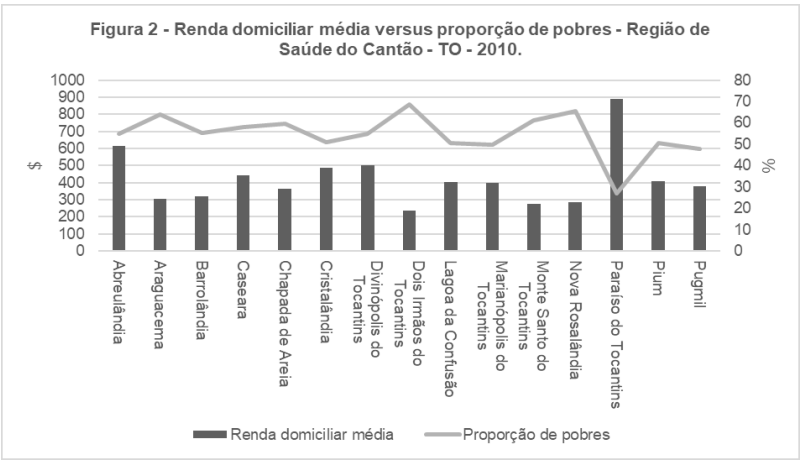
Na região do Cantão há uma taxa de analfabetismo acima de 10% em todos os municípios, com exceção de Paraíso – TO. Também, chama a atenção o elevado nível de trabalho infantil praticado, a taxa média é cerca de 10%, porém há municípios que possuem esta taxa em cerca de 20%, como Abreulândia e Dois Irmãos (Gráfico 3). Todos estes fatores conjuntamente, são fortemente intervenientes nas condições gerais de saúde da população.

As condições sanitárias desta região de saúde são relativamente precárias. Tem uma taxa de cobertura média de 61,8% de água tratada, 60,8% de lixo coletado e apenas 1,2% de ligações de esgoto pluvial e/ou sanitário (Gráfico 4). Considerando, que a maior parte do lixo é destinado a aterros ou lixões, são condicionantes de saúde que mantém uma relação direta com a exposição ao risco para várias doenças, em especial, aquelas relacionadas com doenças infecciosas / parasitárias, doenças do aparelho digestivo e doenças de pele.

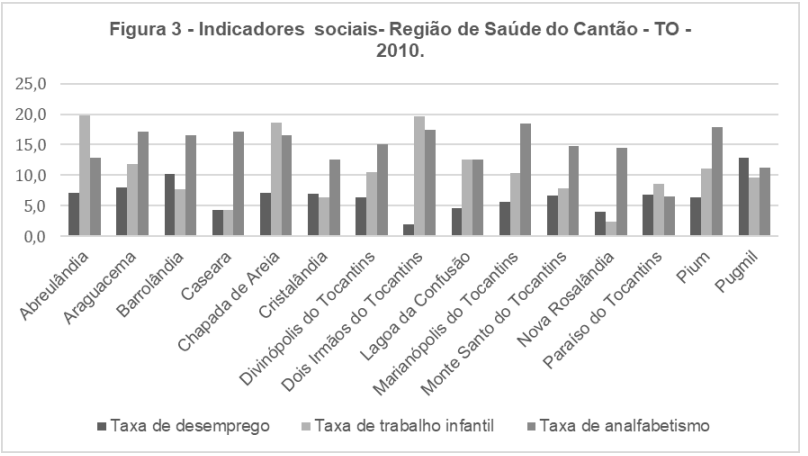
Figura 1 - Indicadores populacionais - Região de Saúde do Cantão - TO - 2010



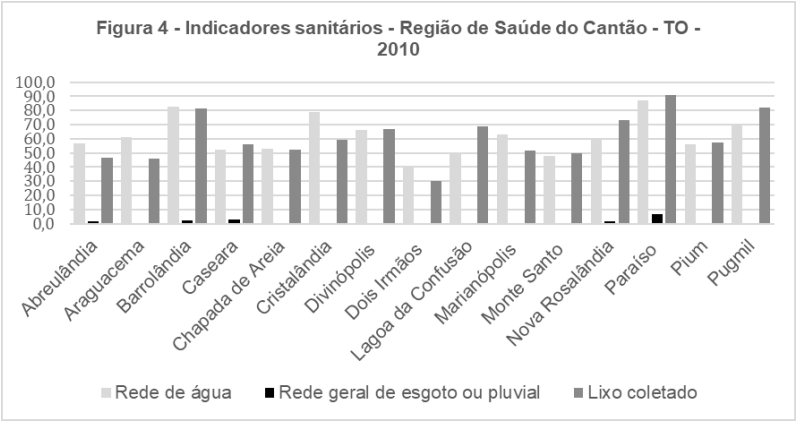
Fonte: IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010)

Com exceção de procedimentos realizados para partos, as doenças respiratórias são as maiores responsáveis pelas internações nesta região de saúde, acompanhada por causas externas (lesão e envenenamentos) e por doenças de pele. Em termos de mortalidade hospitalar, as doenças do aparelho circulatório são as causas mais frequentes de óbito, seguindo pelas neoplasias e pelas complicações do processo perinatal. Ou seja, trata-se de indicadores que demonstram a relevância do processo preventivo e educativo enquanto um elemento relevante para minimizar as doenças (Quadro 1).

Em relação aos riscos à população, são mais presentes nas doenças infecciosas, do aparelho circulatório e relacionados a mortalidade infantil, em especial no período perinatal. Todos os municípios da região de Saúde, naturalmente apresentam suas vulnerabilidades, porém merece destaque, de acordo com o Mapa de Risco elaborado, os municípios de Barrolândia, Marianópolis e Pugmil. Onde as ações de educação em saúde, e de educação na saúde, são fundamentais para aprimorar a eficácia do sistema de saúde pública (Quadro 2).

Quanto aos equipamentos de saúde, todos os municípios da região de saúde possuem Unidades Básicas de Saúde (UBS) e equipes de saúde da família. Os municípios de Araguacema, Barrolândia, Divinópolis, Dois Irmãos, Monte Santo, Nova Rosalândia, Paraíso, Pium e Pugmil possuem academias de saúde, em um nítido sinal de preocupação da saúde pública preventiva. Destaca-se que nesta região de saúde, a maior parte de equipamentos, em especial os de média complexidade, estão estabelecidos no município polo, Paraíso TO. Também, existe uma proximidade relativa entre esta região de saúde com Palmas -TO (a capital) facilitando a referenciação em termos de alta complexidade (Quadro 3).

Quadro 1 – Taxa de internação e mortalidade por Região de Saúde/Município e Capítulo CID-10 – Região de Saúde do Cantão TO - 2018.

Região de Saúde/Município	Doenças infecciosas e parasitárias		Neoplasias		Doenças do sangue		Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas		Transtornos mentais e comportamentais		Doenças do sistema nervoso		Doenças de olho		Doenças de ouvido		Doenças do aparelho circulatório		Doenças do aparelho respiratório	
	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort
Cantão	5,8	3,6	5,6	6,5	0,8	3,1	2,2	4,0	1,2	0,6	1,3	3,3	0,4	-	0,5	-	6,2	10,2	13,1	4,5
Abreulândia	4,3	6,0	5,4	5,0	2,2	7,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	-	0,0	-	8,6	10,1	3,2	2,8
Araguacema	12,0	1,6	2,5	5,7	0,3	3,6	6,8	3,2	1,0	0,0	1,5	1,4	0,8	-	0,0	-	6,0	5,8	13,3	3,4
Barrolândia	4,3	12,9	10,0	9,7	0,9	0,0	0,5	12,5	0,0	0,0	0,5	7,3	1,4	-	0,5	-	11,4	13,8	7,6	12,0
Caseara	2,5	10,7	7,6	7,2	1,7	0,0	0,8	15,8	1,7	0,0	0,0	6,7	0,8	-	0,0	-	5,1	13,3	7,6	8,1
Chapada de Areia	2,5	0,0	8,8	5,0	1,3	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	1,3	6,3	0,0	-	0,0	-	2,5	16,3	10,0	7,6
Cristalândia	8,7	6,8	5,8	6,7	1,8	3,5	2,9	2,1	1,1	0,0	0,7	6,1	0,4	-	0,4	-	8,0	7,5	16,0	5,3
Divinópolis	6,5	1,6	2,3	4,9	0,5	6,7	2,3	2,5	0,5	3,45	0,5	2,6	0,0	-	0,0	-	6,5	7,1	10,6	3,2
Dois Irmãos	4,3	5,2	10,9	8,2	0,7	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7	-	0,0	-	8,0	12,0	5,1	4,9
Lagoa da Confusão	10,7	1,4	1,4	7,4	1,4	2,4	3,0	4,7	0,2	0,0	1,4	2,0	0,6	-	1,8	-	5,9	8,0	15,6	3,8
Marianópolis do Tocantins	1,2	6,6	9,3	9,6	0,0	0,0	1,9	7,1	1,2	0,0	0,6	4,4	1,2	-	0,0	-	2,5	13,3	8,6	10,1
Monte Santo	3,1	3,7	14,4	2,9	2,1	4,2	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	6,7	0,0	-	0,0	-	7,2	9,4	15,5	3,3
Nova Rosalândia	3,0	6,6	6,0	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	1,5	0,0	0,0	-	0,0	-	9,8	10,6	10,5	10,2
Paraíso	3,9	5,3	6,6	6,1	0,7	3,9	1,3	4,5	1,8	1,15	0,8	4,0	0,3	-	0,3	-	5,4	13,0	12,8	4,5
Pium	4,6	0,8	5,0	5,8	0,2	0,0	2,7	1,0	2,5	0,0	4,6	0,0	0,0	-	0,6	-	6,7	4,8	19,0	1,7
Pugmil	6,0	8,8	5,0	13,7	0,0	0,0	4,0	10,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	-	1,0	-	7,0	12,2	9,0	8,1

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). *Os dados de mortalidade hospitalar são do acumulado dos últimos 10 anos.

Quadro 2 – Taxa de internação e mortalidade por Região de Saúde/Município e Capítulo CID-10 – Região de Saúde do Cantão TO - 2018.

Região de Saúde/Município	Doenças da pele		Doenças do aparelho digestivo		Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo		Doenças do aparelho geniturinário		Gravidez, parto e puerpério		Afecções originadas no período perinatal		Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas		Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte		Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas		Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	
	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort	Intern	Mort
Cantão	10,5	2,2	3,3	1,7	1,3	0,7	7,7	1,7	22,3	0,1	0,9	4,3	0,7	4,2	1,3	7,8	12,5	1,6	2,6	0,1
Abreulândia	15,1	3,5	0,0	0,0	4,3	0,0	7,5	1,2	29,0	0,0	0,0	11,4	1,1	9,1	0,0	6,7	15,1	1,2	2,2	0,0
Araguacema	9,3	1,3	4,8	1,4	0,5	2,9	11,0	0,4	13,0	0,2	0,3	1,5	0,3	11,1	3,5	8,3	12,8	1,7	0,5	0,0
Barrolândia	10,9	5,1	3,3	1,6	0,9	0,0	6,2	2,4	21,3	0,0	1,4	5,9	1,4	0,0	0,5	18,8	16,1	1,6	0,9	0,0
Caseara	14,4	2,0	3,4	3,8	0,0	2,0	5,1	5,7	30,5	0,0	3,4	1,3	0,0	0,0	0,0	7,7	11,9	1,8	3,4	0,0
Chapada de Areia	5,0	1,4	5,0	0,0	1,3	0,0	5,0	0,0	18,8	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	36,3	0,8	1,3	0,0
Cristalândia	5,5	1,5	1,1	2,2	2,2	0,0	10,5	0,5	22,2	0,0	2,2	5,0	0,4	4,8	1,5	18,2	6,9	1,8	1,8	0,0
Divinópolis	10,1	0,6	5,1	1,8	0,9	0,0	10,1	1,7	27,6	0,1	0,5	4,4	1,8	10,0	0,9	6,4	6,5	7,1	0,5	0,0
Dois Irmãos	8,7	2,8	2,9	2,0	2,2	2,9	5,1	2,1	32,6	0,6	0,7	3,0	0,7	0,0	1,4	16,7	8,0	12,0	1,4	0,0
Lagoa da Confusão	6,8	1,9	5,0	0,9	1,2	0,9	5,9	0,8	23,3	0,1	0,8	2,4	0,3	12,5	1,8	1,5	5,9	8,0	1,0	0,8
Marianópolis do Tocantins	8,6	3,9	3,1	0,0	1,2	0,0	7,4	2,5	25,9	0,3	0,6	3,8	0,6	0,0	0,0	8,0	2,5	13,3	3,1	0,0
Monte Santo	9,3	1,9	1,0	3,2	0,0	0,0	4,1	2,6	25,8	0,0	0,0	0,0	1,0	20,0	1,0	0,0	7,2	9,4	2,1	0,0
Nova Rosalândia	15,0	1,8	0,8	1,9	0,8	4,9	7,5	3,0	24,1	0,2	0,0	4,1	0,0	0,0	0,8	0,0	9,8	10,6	7,5	0,0
Paraíso	10,4	3,3	2,8	1,7	1,3	0,3	7,8	2,1	23,9	0,0	0,9	4,8	1,0	3,3	1,1	10,2	5,4	13,0	4,1	0,1
Pium	18,1	0,7	3,2	1,6	1,5	0,0	9,0	1,0	12,2	0,0	1,0	7,8	0,0	0,0	0,6	8,5	6,7	4,8	2,1	0,0
Pugmil	17,0	3,1	3,0	0,0	2,0	0,0	6,0	5,9	19,0	0,0	2,0	2,6	0,0	0,0	2,0	8,3	7,0	12,2	1,0	0,0

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). *Os dados de mortalidade hospitalar são do acumulado dos últimos 10 anos.

Quadro 3 – Matriz de vulnerabilidade por Município e Capítulo CID-10 – Região de Saúde do Cantão TO - 2018.

Região de Saúde/ Munic	Doen infec parasit	Neopl	Doen sangue	Doen endóc, nutric	Transt-ment	Doen sistem-nervos	Doen olho	Doen ouvid	Doen aparel-circula	Doen apar respir	Doen da pele	Doen apare-diges	Doen sistem-muscl	Doen apare-lhrins	Gravid parto e puerp	Afec-çori-gin perin	Malf ações cong	Sintom outra parte	Lesões, envenen causas exter-nas	Fator serviç saú-de
Abreulândia	▼▼	-	▼▼▼	-	-	-	▼	-	▼	-	▼▼▼	-	▼	-	-	▼▼	▼▼▼	-	-	-
Araguacema	▼	-	-	▼	-	-	▼	-	-	-	-	-	▼▼	-	▼▼	-	▼▼	▼	-	-
Barrolândia	▼▼	▼	-	▼▼	-	▼▼	▼	-	▼▼▼	▼▼	▼▼	-	-	-	-	▼	▼	▼▼	▼	-
Caseara	▼▼	-	▼	▼▼	-	▼▼	▼	-	▼▼	▼▼	▼	▼▼	▼▼	▼▼	-	▼	-	-	-	-
Chapada	-	▼	▼	-	-	▼▼	-	-	▼▼	▼▼	-	▼	-	-	-	-	▼	-	▼	-
Cristalândia	▼▼	-	▼	-	-	▼▼	-	-	▼	-	-	-	▼	-	-	▼	-	▼▼	-	-
Divinópolis	-	-	▼▼	-	▼▼	-	-	-	-	-	-	▼	-	-	-	-	▼▼▼	-	-	-
Dois Irmãos	-	▼	-	-	-	-	▼	-	▼	-	-	-	▼▼▼	-	▼▼	-	-	▼▼	-	-
Lagoa Conf	▼	-	▼	-	-	-	-	▼	-	-	-	▼	-	-	-	-	▼▼	-	-	▼▼
Marianópolis	▼▼	▼	-	▼▼	-	-	▼	-	▼▼	▼▼	▼▼	-	-	-	▼▼	-	-	-	▼▼▼	-
Monte Santo	-	▼	▼	▼▼	-	▼▼	-	-	-	-	-	▼▼	-	-	-	-	▼▼	-	-	-
Nova Rosalândia	▼▼	-	-	-	-	-	-	-	▼	▼▼	▼	-	▼▼	▼▼	▼▼	-	-	-	▼▼	▼
Paraíso do Tocantins	-	-	-	-	▼▼	-	-	-	▼▼	-	▼▼	-	-	-	-	-	-	-	-	▼
Pium	-	-	-	-	▼	▼	-	-	-	▼	▼	-	-	-	-	▼▼	-	-	▼▼	-
Pugmil	▼▼	▼▼	-	▼▼▼	-	-	-	▼	-	▼▼	▼▼▼	-	▼	▼▼	-	▼	-	▼	-	-

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Dados trabalhados pelos autores.

Quadro 4 – Equipamentos de saúde - por Região de Saúde/Município e Capítulo CID-10 – Região de Saúde do Cantão TO - 2018.

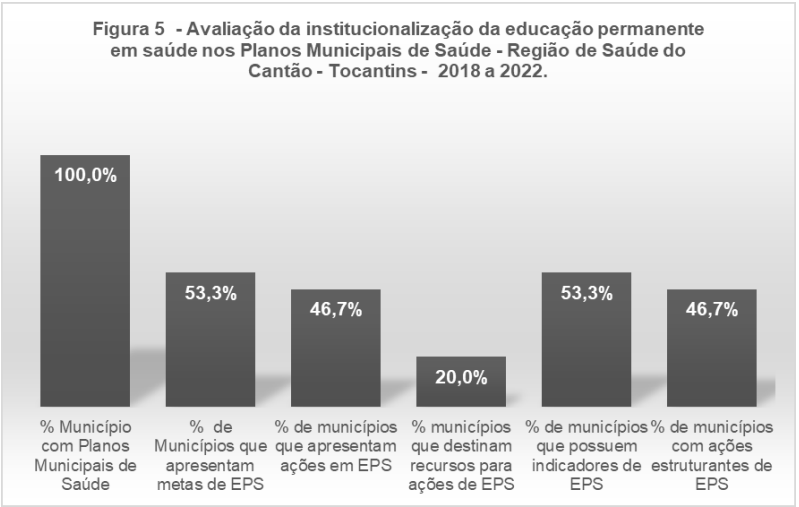
Região de Saúde/ Município	ACAD SAÚDE	CENTR	CAPS	UBS	CLIN	CONSULT	FARM	HOS GER	LAB	POLI	POST SAUD	PRON-TATEND	PRON-TSO-COR	SECR SAUD	UNID SAÚD INDÍG	UNID SERV DIAG	UNID VIGIL SAUD	**UNID-MISTA**	**UTI MÓV**	**UNID MOV TERR**	**Total**
Abreulândia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	3
Araguacema	1	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	6
Barrolândia	1	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	6
Caseara	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	4
Chapada de Areia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	4
Cristalândia	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	6
Divinópolis	1	-	-	3	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	8
Dois Irmãos	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	1	7
Lagoa da Confusão	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	10
Marianópolis	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	1	-	-	-	5
Monte Santo	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	4
Nova Rosalândia	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	4
Paraíso do Tocantins	1	1	1	9	14	23	1	2	-	1	-	-	1	1	-	11	1	-	1	-	68
Pium	1	-	-	3	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	2	1	-	-	-	10
Pugmil	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	4
Total	8	1	1	33	15	23	2	7	1	1	2	1	1	15	3	16	16	1	1	1	149

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Dados trabalhados pelos autores.

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE EPS NA REGIÃO DE SAÚDE DO CANTÃO

Na análise da inserção da EPS nos planos municipais de saúde da Região de Saúde do Cantão, verificou-se que 53,3% dos municípios apresentam diretrizes e metas relacionadas a EPS, 46,7% apresentam ações, e apenas 20% apontaram destinação de recursos para a execução delas.

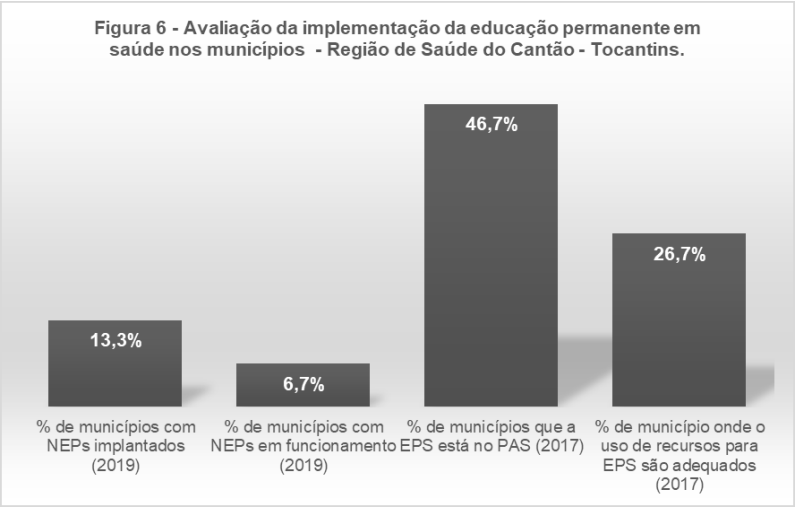
Considera-se, que a Política de EPS nos municípios desta região de saúde apresentarem ações estruturantes de EPS, o que demonstra que as concepções adequadas sobre a política estão sendo disseminadas e apreendidas de forma gradativa nas municipalidades (Figura 5).



Fonte: SARGSUS, 2018 (dados trabalhados pelos autores).

Por outro lado, destaca-se que na região a implantação e funcionamento dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde – NEP, ainda atingem percentuais muito baixos, onde apenas 6,7% dos municípios os têm em funcionamento e 26,7% dos municípios desenvolvem ações estruturantes da Política Nacional de

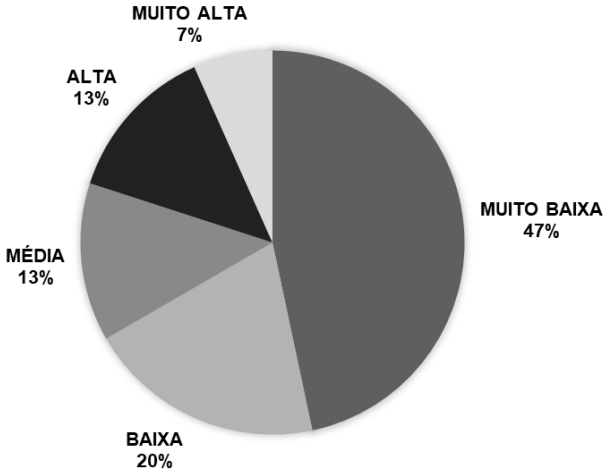
Educação Permanente em Saúde - PNEPS e ações educativas com princípios de EPS e com alocação orçamentária (Figura 6).



Fonte: SARGSUS, 2018 (dados trabalhados pelos autores).

Já do ponto de vista da efetividade da política pública de EPS na Região de Saúde, verifica-se que em 20% dos municípios o indicador de efetividade foi considerado como alto ou muito alto em contraposição a 67% considerado como baixo ou muito baixo (Figura 7).

FIGURA 7 - AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NOS MUNICÍPIOS - REGIÃO DE SAÚDE DO CANTÃO - TOCANTINS - 2019.



Fonte: SARGSUS, 2018 (dados trabalhados pelos autores).

Na Região de Saúde Cantão, dos 15 municípios que compõem a região 5 (cinco) deles não citam a EPS em seus planos. 10 (dez) municípios apresentam propostas de ações como, instituição ou manutenção de Núcleos de Educação Permanente em Saúde e capacitações dos trabalhadores, o que perfaz 73,3% do total da região. As capacitações são apresentadas de forma pontual com definição de números de trabalhadores a serem capacitados, demonstrando uma tendência a educação de formação continuada (Quadro 5).

Quadro 5 - Perfil dos municípios na institucionalização e implementação da Política de Educação Permanente em Saúde – Região de Saúde do Cantão – Tocantins – 2019.

MUNICÍPIO	INSTITUCIONALIZAÇÃO							IMPLEMENTAÇÃO				EFETIVIDADE DA EPS NOS MUNICÍPIOS
	PMS	Citação da EPS no PMS	Metas de EPS	Ações de EPS	Recursos destinados no PMS para EPS	Indicador para EPS	Ações estruturantes de EPS no PMS	EPS no PAS 2017	Ações de EPS dimensionadas na PAS 2017	NEP implantado	NEP ativo	
Abreulândia	X	X	X	X	-	X	X	X	X	-	-	MÉDIA
Araguacema	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	BAIXA
Barrolândia	X	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	MUITO BAIXA
Caseara	X	X	X	X	-	X	-	-	-	-	-	BAIXA
Chapada de Areia	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	MUITO BAIXA
Cristalândia	X	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-	MUITO BAIXA
Divinópolis	X	X	X	X	-	X	-	X	-	-	-	BAIXA
Dois Irmãos	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	MUITO BAIXA
Lagoa da Confusão	X	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-	MUITO BAIXA
Marianópolis	X	X	X	-	X	-	X	X	-	X	X	MÉDIA
Monte Santo	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	MUITO BAIXA
Nova Rosalândia	X	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X	ALTA
Paraíso	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MUITO ALTA
Pium	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	MUITO BAIXA
Pugmil	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	-	MÉDIA

Fonte: Dados de pesquisa (2018)

CONCLUSÃO

A partir das evidências, foi possível concluir que a maioria dos municípios da Região de Saúde Cantão estão inteirados da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS, pois 11(onze) dos 15 (quinze) Municípios citam a EPS em seus Planos Municipais de Saúde 2018 – 2021. A maioria dos municípios demonstrou também conhecer o instrumento de gestão pelo qual o ente estadual utiliza como meio de articulação com os municípios de forma a cooperar com a implementação da Educação Permanente em Saúde- EPS nos municípios, pois 7 (sete) municípios apresentam proposta de implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde – NEP e 3 (três Municípios já possuem NEP instituído.

A implementação da EPS em saúde nos municípios da região Cantão, pode-se dizer que se encontra em fase de estruturação, tanto na institucionalização da EPS nos instrumentos de gestão, quanto na implementação de metas e ações e implantação de instrumentos como, Politica Municipal de EPS, Núcleos de Educação Permanente, Plano de Cargos e Salários. As metas de EPS inseridas nos Planos Municipais de Saúde 2018 -2021, fazem referência a ações de capacitações pontuais e individualizadas, onde o trabalhador e retirado do ambiente de trabalho em busca de aperfeiçoamento, conhecimento e habilidades, onde é ofertado aos trabalhadores a destinação de recursos financeiros para pagamento de diárias, transporte como forma de apoio ao trabalhador para a busca de capacitações.

Foi constatado na região que os municípios de Paraíso do Tocantins, Nova Rosalândia e Marianópolis apresentam destaque nas ações de implementação da EPS. Do Município de Paraíso do Tocantins é esperado que esteja passo à frente, pelo aporte estrutural, desenvolvimento econômico e localização, sendo município

referência de saúde na região. Os municípios de Nova Rosalândia e Marianópolis trazem a peculiaridade por serem municípios com características semelhantes a maioria dos municípios da região, mas demonstraram avanços consideráveis na implementação da EPS.

Todos os municípios da região participam da Comissão Intergestora Regional-CIR e estão representados na Comissão de Integração Ensino Serviço, que constitui espaço privilegiado de negociação, articulação, definição de prioridades e decisão quanto aos aspectos operacionais do SUS no âmbito da Região de Saúde. Constituindo-se num espaço permanente de pactuação e cogestão solidária.

A maioria dos municípios visa a cooperação da esfera estadual para a realização de capacitação dos seus trabalhadores de saúde. Este cenário confirma que a capacitação é a estratégia mais usada para o desenvolvimento dos serviços de saúde, com a missão de fortalecer, conhecimentos, habilidade e atitudes e práticas que as organizações não oferecem por outros meios, como preconizado pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Uma reflexão importante ao se pensar capacitações e EPS é que nem toda capacitação implica em processo de EPS, embora vise, a melhoria de desempenho de pessoal. A EPS pode abranger diversas ações específicas de capacitação e não o inverso e requer elaboração, a partir de uma análise cultural institucional dos serviços de saúde em que se insere.

Portanto não se observa ainda, efetividade das ações de EPS de forma satisfatória nos municípios conforme explicitado nos instrumentos de gestão de saúde dos municípios. Portanto é notado a necessidade de passos na direção conceitual da prática de EPS como orientado por Mehy (2015), ver em si potencialidades de produção, conexões que permita realizar práticas de si em coleti-

vos com outros. O lugar de afetação de um problema pode acontecer com uma troca de ideias de como agir em uma certa situação, em uma conversa no cafezinho, na reunião de equipe, passar a ver no agir o trabalho vivo em ato.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. – Brasília: BRASIL, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5, I)

BRASIL. **Constituição (1988***)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. IBGE. **Dados econômicos, sociais e populacionais***.* Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde/ Ministério da Saúde***.* Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Ca-**

derno de educação popular e saúde*.* Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. – 2. ed., 2. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 44 p

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão (SARGSUS***).* Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 1.996 GM/MS, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Diário Oficial da União 2007; 20 ago.

BRASIL. **Portaria nº 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências**. Diário Oficial da União 2004; 13 fev.

BRASIL. **Portaria nº 3.194/GM/MS, de 28 de novembro de 2017**, publicada no Diário Oficial da União nº 229, de 30 de novembro de 2017, Seção 1, p. 141.

BOSI, M. L. M. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. **Ciênc. Saúde Coletiva [online].** 2012, vol.17, n.3, pp.575-586.

CARVALHO, A. L. B.; JESUS, W. L. A.; SENRA, I. M. V. B. Regionalização no SUS: processo de implementação, desafios e perspectivas na visão crítica de gestores do sistema. **Ciência & Saúde Coletiva [online].** 2017, v. 22, n. 4, pp. 1155-1164.

CASTRO, C. H. A. **Análise da implantação da educação permanente no estado do Tocantins**. 80 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho) – Universidade do Vale do Itajaí, 2009.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis - Rev. Saúde Coletiva,** v.14, n.1, p.41-65, 2004a.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. Educação Permanente em Saúde. In: Pereira I. B.; Lima J. C. F.; (orgs.) **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; 2008. p. 162-167.

CECCIM, R. B.; MERHY, E. E. Um agir micropolítico e pedagógico intenso: a humanização entre laços e perspectivas. **Interface (Botucatu) [online].** 2009, vol.13, suppl.1, pp.531-542.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário**. Interface (Botucatu) [online]**. 2005, vol.9, n.16, pp.161-168.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis, Rio de Janeiro**, v. 14, n. 1, p. 41-65, jun. 2004.

GARNELO, L. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. **Cad. Saúde Pública [online].** 2006, vol.22, n.5, pp.1115-1117.

FALKENBERG, M. B. *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva [online].** 2014, v. 19, n. 03, pp. 847-852.

FREITAS, L. O sistema público de saúde brasileiro. In Seminário Internacional Tendências e Desafios dos Sistemas de Saúde nas Américas. São Paulo, **Anais..., São Paulo**, Brasil agosto de 2002.

JACCOUD, L.; VIEIRA, F. S. Federalismo, integralidade e autonomia no sus: desvinculação da aplicação de recursos federais e os desafios da coordenação. **Texto para discussão 2399 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

MERHY, E. E. Educação Permanente em Movimento – uma política de reconhecimento e cooperação, **Saúde em Redes.** 2015; 1 (1): 07-14.

MOROSINI, M. V.; FONSECA, A. F.; PEREIRA, I. B. Educação em Saúde. In: PEREIRA I. B.; LIMA J. C. F. (orgs). **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; 2008. p. 155-162.

SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdade e de descentralização. **Ciência e Saúde Coletiva,** 7(3): 431-441, 2002.

TOCANTINS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Cartilha Educação Permanente / Secretaria Estadual de Saúde**. Palmas – TO: SESRT: ETSUS, 2016.

TOCANTINS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Tocantins: 2020-2023**. Palmas, TO: Secretaria de Estado da Saúde, 2018. 95

p. ISBN 978-85-93952-08-1. Disponível: https://saude.to.gov.br/gestao-profissional/etsus/

TOCANTINS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria SESAU n° 216**, de 27 de março de 2013. Institui os Núcleos de Educação Permanente nas Unidades da Secretaria de Estado da Saúde. Diário oficial [do] Estado do Tocantins, Poder Executivo, Palmas, TO, ano 25, n. 3.846, p. 17-18, 3 abr. 2013. Disponível em: http://diariooficial.to.gov.br/sistema/diario/2225/download

16. CIRCULAÇÃO DO PEDESTRE: ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E CONFORTO AMBIENTAL: O CASO DA PRAÇA DOS GIRASSÓIS – PALMAS - TO

Elisabete Soares Araújo
Kelly Cristine Fernandes de Oliveira Bessa
Thyago Phellip França Freitas
Liana Bezerra Dias de Lima
Liliana Pena Naval
Elvio Quirino Pereira

RESUMO

O artigo analisa a acessibilidade, mobilidade e conforto ambiental na Praça dos Girassóis, em Palmas, TO. O objetivo é compreender a circulação de pedestres considerando aspectos como infraestrutura e condições ambientais. Utilizando análises in loco e equipamentos de medição, o estudo avaliou a conformidade com as normas de acessibilidade e ruído ambiental. Os resultados revelaram desafios como iluminação insuficiente, barreiras físicas e níveis de ruído elevados em algumas áreas. Conclui-se que melhorias no sistema de iluminação e na infraestrutura física são necessárias para promover um ambiente mais acessível e confortável para os pedestres.

Palavras-chave: Pedestre. Mobilidade. Acessibilidade. Conforto ambiental.

ABSTRACT

The article examines accessibility, mobility, and environmental comfort at Praça dos Girassóis in Palmas, TO. The aim is to understand pedestrian circulation considering aspects such as infrastructure and environmental conditions. Using on-site analysis and measurement equipment, the study assessed compliance with accessibility and environmental noise standards. The findings revealed challenges such as insufficient lighting, physical barriers, and high noise levels in some areas. It concludes that improvements in the lighting system and physical infrastructure are necessary to promote a more accessible and comfortable environment for pedestrians.

Keywords: Pedestrian. Mobility. Accessibility. Environmental Comfort.

1. INTRODUÇÃO

O termo *espaço público* compreende todo e qualquer lugar de livre acesso destinado a várias atividades, funcionando de modo comunitário e se configura como uma entidade social, uma vez que o acesso não obedece a restrições (SERDOURA; SILVA, 2006) (BRASIL, 2000). As formas mais conhecidas são as avenidas, ruas, becos, travessas, largos, pátios, praças, parques e espaços afins que conformam a estrutura urbana não privada (FERNANDES, 2011).

A parte reservada para o trânsito de pedestres é a calçada, que pode ser destinada quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização e vegetação (Código de Trânsito Brasileiro, 1997).

A mobilidade envolve dois componentes: as características do indivíduo e os fatores econômicos relacionados às necessidades de deslocamentos, desempenho do sistema de transporte (RAIA Jr., 2000; VASCONCELLOS, 2000).

Segundo a Lei de n. 12.587, de 03 de janeiro de 2012 que instituiu as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana:

> Inciso I - Mobilidade urbana é a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano;
> Inciso II - Acessibilidade é a facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor;

A acessibilidade constitui a facilidade em distância, tempo e custo em alcançar fisicamente os destinos desejados (ARAÚJO *et. al*., 2011). Segundo Gil (2009), a acessibilidade dos pedestres aos espaços públicos caracteriza-se por apresentarem continuidade, estarem desobstruídos ou livres de barreiras físicas e com iluminação adequada. As condições ideais de calçadas, vias e praças são definidas pela NBR 9050 (ABNT, 2004) e DENATRAN (1987); (BRASIL, 2000).

A qualidade de caminhada do pedestre depende também do conforto ambiental, que consiste nas variáveis: térmica, acústico e luminoso e não pode ser baseada apenas em parâmetros físicos do espaço aberto, sendo necessário entender os usuários e as influências adaptativas: físicas, fisiológicas e psicológicas da sensação de conforto interno, o que contribui para a diferença entre a sensação real e o conforto calculado por meio de índices pré-estabelecidos (NIKOLOPOULOU; STEEMERS, 2003).

Nesse contexto, realizou-se um estudo sobre a circulação do pedestre, contemplando a acessibilidade, mobilidade e conforto ambiental, na Praça dos Girassóis, em Palmas (TO), já que é considerado um importante espaço público de circulação de pedestres, ponto turístico e de lazer, sede do Palácio do governo e vários órgãos públicos estaduais, e exige o trânsito a pé desde os estacionamentos e pontos de ônibus até os destinos almejados pelos pedestres. Portanto, este

estudo consistiu na análise das condições de acessibilidade, mobilidade e o conforto ambiental do pedestre usuários da Praça dos Girassóis, objetivando compreender esse espaço de circulação.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Compreender o espaço de circulação de pedestre, em relação aos aspectos acessibilidade, mobilidade e conforto ambiental.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

» Analisar o meio físico da Praça a partir dos aspectos da acessibilidade e mobilidade do pedestre;
» Caracterizar as condições de conforto ambiental na Praça, referente à iluminação, temperatura e ruído.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Ser pedestre é uma condição natural do ser humano, abrangendo um conjunto heterogêneo de pessoas (DAROS, 2000), e segundo a Constituição Federal de 1988, o direito mais simples e fundamental do ser humano é o de ir e vir. Deste modo o pedestre necessita deste deslocamento para efetuar atividades corriqueiras e rotineiras, promovendo assim a mobilidade do transeunte. Segundo Souza (2005, p. 120), "a mobilidade expressa de que forma e por que razões as pessoas se deslocam nas cidades". As pessoas necessitam estar em constante movimento.

Vasconcellos (2001) especifica que os principais fatores que interferem na mobilidade das pessoas são: a renda, o gênero, a idade, a ocupação e o nível educacional. Esses fatores socioeconômicos diferenciam e condicionam as condições de cada pessoa ou grupo social de movimentar-se pelo espaço urbano.

Lévy (2001) considera que as relações sociais de mobilidade são de diversas modalidades, pode-se "considerar a mobilidade como um sistema de movimentos potenciais, mais ou menos atualizados, que denominaremos virtualidades" (p. 3). Podem-se classificar, segundo o autor, estas virtualidades segundo três categorias: 1) a mobilidade torna-se possível porque existe uma oferta de mobilidade, a acessibilidade; 2) a mobilidade é efetiva porque os operadores possuem uma competência de mobilidade; 3) a mobilidade tem sentido porque, no quadro do domínio do espaço, ela entra na composição do capital social dos indivíduos (LÉVY, 2001, p. 3). Nessa perspectiva, a mobilidade dos indivíduos estaria ligada a três elementos: acessibilidade, competência e composição do capital social. Desse modo, "a realização prática da urbanidade passa pela existência de vários lugares tão inter-relacionados quanto possível, a fim de que tudo ocorra como se eles constituíssem um único lugar. [...] A urbanização é, por princípio, portadora de um crescimento das mobilidades intraurbanas" (LÉVY, 2001, p. 1-2).

Buscando a mobilidade do pedestre, por meio da acessibilidade, Vasconcelos (1985, p.26) considera a acessibilidade a facilidade (ou dificuldade) com que os locais da cidade são atingidos pelas pessoas e mercadorias, medida pelo tempo e pelo custo envolvido.

Cardoso (2008) destaca que acessibilidade em grandes centros urbanos, em geral segregacionistas, torna-se a acessibilidade ao trabalho e não aos diferentes serviços públicos, principalmente de saúde e lazer.

A função principal da cidade é promover o encontro entre pessoas e o espaço público é o lugar onde esse encontro acontece, é o lugar do convívio entre pessoas de diversos segmentos, com expectativas e interesses variados, sendo as praças um exemplo característico dessa amplitude de interações (FERNANDES, 2011).

As praças são espaços destinados, principalmente, ao encontro e convívio dos cidadãos e para o desenvolvimento de várias atividades. Logo, estes locais devem evidenciar uma relação adequada entre o equipamento urbano e material constituinte do mesmo e as atividades que se pretendem efetivar no espaço da praça, garantindo sempre as melhores condições de conforto para a vivência e práticas sociais, sendo que cada praça está associada a uma determinada função como religiosa, civil, administrativa, comercial, entre outras (FERREIRA, 2009).

Gil (2009) corrobora que os espaços públicos devem incentivar a permanência e usabilidade dos cidadãos, sendo considerado confortável a nível físico, oferecendo condições razoáveis de proteção dos elementos naturais, sejam eles calor, frio ou vento. Segundo Rossi, Krüger e Nikolopoulou (2011). Nakata, Souza e Faria (2011) destacam que o conforto térmico do pedestre é importante para a melhoria na qualidade de vida, sendo assim vários estudos tem-se voltados para este usuário por meio do planejamento de espaços físicos adequados.

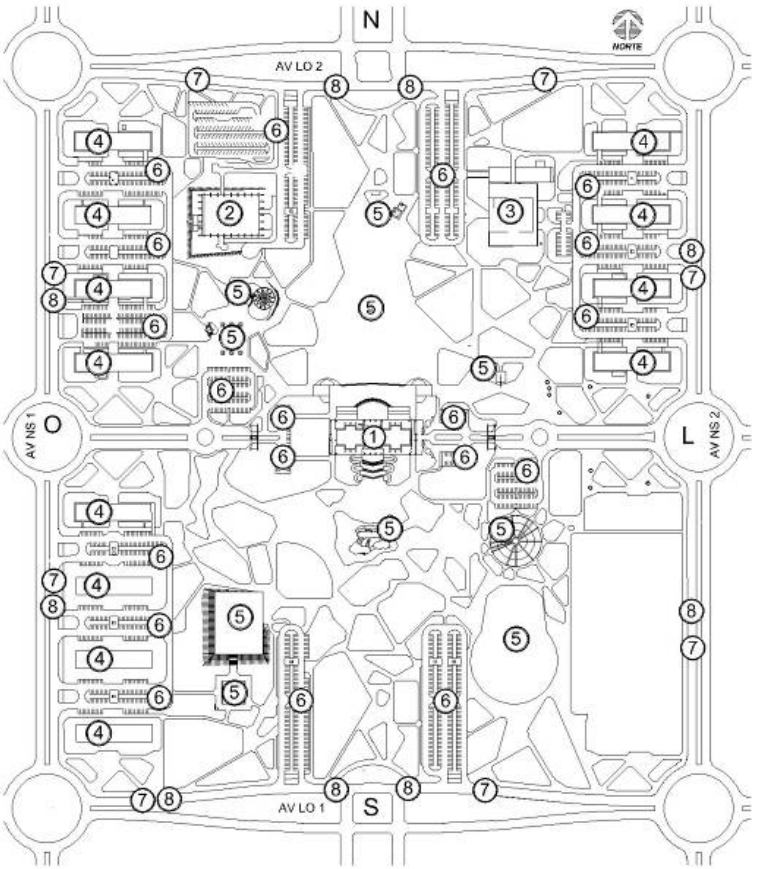
4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. ANÁLISE DO MEIO FÍSICO DA PRAÇA DOS GIRASSÓIS A PARTIR DOS ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE DO PEDESTRE

Para análise das características do meio físico da Praça foi utilizado o projeto executivo, elétrico e de paisagismo da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins (SEINFRA, 2000). A partir desses projetos e verificação *in loco*, os dados foram atualizados para elaboração dos croquis, utilizando-se o Programa Autodesk Exchange, AutoCAD, versão 2012.

O croqui 1 (Figura 1) apresenta a localização dos prédios públicos, estacionamentos, palácios, museu e monumentos existentes na Praça dos Girassóis, a área de estudo. Para plotar a localização das vias irregulares empregou-se imagens de satélite do programa Google Earth, versão 2013. Para geração do croqui apresentando todas as características físicas da Praça, incluindo as vias irregulares (trilheiros), e para a avaliação dessas áreas de circulação, foi gerado um croqui, a partir da sobreposição de todos os outros.

Figura 1 - Palmas-TO: Ilustração da planta baixa da Praça dos Girassóis. Crédito: Thyago P. Freitas, nov. 2013.



Legenda:
1.Palácio Araguaia
2. Tribunal de Justiça
3. Assembléia Legislativa
4. Secretarias Estaduais
5. Monumentos (5a Fonte luminosa, 5b Memorial, 5c cascata, 5d futura Catedral).
6. Estacionamentos
7. Ponto de ônibus.
8. Faixas de pedestres

4.3.1. CONFORTO ACÚSTICO

Para realização do presente estudo foi feita uma amostra, no período diurno, contendo 30 (trinta) medições realizadas por 3 decibelímetros, dB (A), com ajuste do medidor de nível de pressão sonora realizada pelo calibrador acústico, imediatamente antes da primeira e antes da segunda coleta em 94.0 dB, do nível de pressão sonora equivalente (LAeq), em decibéis, de acordo com a NBR 10151 (ABNT, 2005). A coleta de campo foi planejada determinando-se medidas móveis, tomadas por meio de transecto-rota, em linha reta, adotando-se intervalos de 10 minutos, em 10 (dez) pontos de medição estabelecidos previamente, com espaçamento de 150 m entre eles e a 150 m do limite da Praça, até 350 m, de acordo com a metodologia estabelecida por Katzschner; Bosch; Rottgen (2002).

Nos horários das 08h15min às 09h15minh, sentido oeste-leste, no quadrante sul da Praça, da Av. NS-01 para NS-02 e das 18h00min as 19h00min, no mesmo sentido, quadrante norte, houve 3 medições em cada um dos 10 pontos, das coordenadas UTM previamente mapeadas:

Os dados foram obtidos por meio de decibelímetros digitais, modelos MSL-1350, fabricados pela Minipa, séries 700, 698, 696, Calibrador Cal-3000 Itc 942 Classe I da marca Instrutherm e para localização dos pontos de medição o GPS 76, AM. Série 80284751 marca Garmin, esses equipamentos pertencem ao Laboratório de Física, Laboratório de Microbiologia e do Laboratório de Conforto Ambiental da UFT-TO.

4.3.2. CONFORTO LUMÍNICO

O conforto luminoso foi avaliado seguindo as normas brasileiras de iluminância média e mínima em espaços públicos conforme NBR 5101 (ABNT, 2002), a partir do projeto elétrico de ilu-

minação da praça (SEINFRA, 2000). Foi realizada a contagem no local do número, tamanho e padrão de disposição dos postes de iluminação pública no entorno da praça.

Para medição da luminosidade (lux), foi feita uma amostra, no dia 29 de novembro de 2013, das 20h00min às 22h, em 09 áreas de circulação de pedestre da Praça, distribuídas em quatro quadrantes, determinados no local e identificadas por GPS76, AM. Série 80284751 marca Garmin, utilizando-se dois luxímetros Light Meter, Instrutherm, modelo LD-207, série L 893813 e 893771.

Para a avaliação do conforto luminoso fez-se levantamento dos tipos de postes de iluminação na Praça dos Girassóis. Foi constatado que existem cinco tipos diferentes de postes com distintas intensidades de iluminação, identificados como: P1 = projetor embutido no piso, com foco fechado, lâmpada vapor metálico de 150 w/70 w; P2 = poste de 4,5 metros com uma lâmpada vapor metálico de 150 w/70 w; P3 = poste de 9,5 metros com duas pétalas e lâmpadas vapor metálico 400 w; P4 = poste de 10 metros (iluminação pública); P5 = poste de 17,5 metros com duas pétalas com uma lâmpada vapor metálico de 400 w.

Para facilitar a visualização dos dados sobre o número e tipos de postes, os mesmos foram localizados por quadrante da praça, em um total de quatro, utilizando como referencial o monumento atrativo do local, sendo: Q1 = quadrante sudoeste (SO) (Memorial); Q2 = sudeste (SE) (futura Catedral); Q3 = noroeste (NO) (Fonte Luminosa) e Q4 = nordeste (NE) (Cascata).

Nas primeiras medições a lente do aparelho foi posicionada no solo, no nível da base do Poste (BARREIRA, 2012), embaixo do foco de luz, a segunda a 2m de distância e a terceira a 5m. Foram registrados os valores encontrados e confrontados com os referenciais médios e mínimos de iluminância contidos na NBR 5101 (ABNT, 1992) e NBR 5461 (ABNT, 1991).

5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Praça dos Girassóis localizada na cidade de Palmas, apresenta altitude média de 232 metros, latitude 10º11'07 04.49" S e longitude 48º 20'01.57" (TOCANTINS, 2013).

A partir da edificação do Palácio Araguaia, sede do Poder Executivo Estadual, em 18 de outubro de 1990, no centro e no ponto mais alto da área de 571.000m² foi sendo construída a Praça dos Girassóis, de formato retangular (750m x 850m), interceptada a leste e oeste pela Avenida Juscelino Kubistchek (JK) e norte e sul pela Avenida Teotônio Segurado, as duas maiores avenidas da Capital (SILVA, 2008).

O projeto original foi alterado em 1993 e adaptado em 1998 com importantes modificações, dentre elas, a interrupção da Av. Teotônio Segurado e eliminação da rótula que existia no entorno do Palácio (FERNANDES, 2011). A inauguração ocorreu em 07 de setembro de 2000 com algumas obras ainda em andamento e outras sem previsão de início (TOCANTINS, 2013).

O Palácio Araguaia ocupa uma área de 4.000m². À entrada do Palácio Araguaia encontra-se Praça de Eventos com área de aproximadamente 20.000m² em forma do mapa do Tocantins, sendo um espaço destinado a diversos eventos culturais e sociais.

Do lado leste do Palácio Araguaia está localizada a Praça Krahô, no formato circular, que ocupa uma área de 2.827m². A sudoeste está localizado o Memorial Coluna Prestes, com área de 570 m², implantado sobre um platô de 3.956,21m² (FERNANDES, 2011), o qual possui um auditório com capacidade para 98 (noventa e oito) lugares e visitação mensal em torno de 500 (quinhentas) pessoas (TOCANTINS, 2013).

Abaixo do Memorial Coluna Prestes, do lado sudeste, encontra-se uma escadaria de 12 metros de comprimento, com 26 degraus, direcionada ao monumento Dezoito do Forte de Copaca-

bana, em uma área de 1.600m², elevados 50 cm do chão, rodeado por um espelho d'agua de 283,30m² (FERNANDES, 2011).

A sudoeste desse monumento foram edificados quatro prédios públicos que abrigam quatro secretarias estaduais e a sudeste do Memorial, existem aparelhos de ginástica ao ar livre por verificação *in loco*.

A noroeste do Palácio Araguaia encontra--se o Tribunal de Justiça, Palácio Rio Tocantins (CARVALHÊDO; LIRA, 2009). Ainda a noroeste do Palácio Araguaia, uma área de 1.500 m² abriga a praça de alimentação, com seis quiosques que funcionam das seis da tarde até meia noite, um banheiro público masculino e feminino e um parquinho infantil (*playground*) de aproximadamente 300 m². Uma fonte luminosa em forma de Girassol jorra suas águas em jato a uma altura de 10 m e ocupa um diâmetro de 26 m (TOCANTINS, 2013).

A Nordeste localiza-se a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e quatro prédios públicos. A parte sudeste da praça foi destinada para a sede da futura Catedral Metropolitana de Palmas, conhecida como Catedral do Divino Espírito Santo que ainda está em fase de construção.

A lateral sudeste inicialmente destinada à construção de quatro secretarias, atualmente é uma área verde objeto de estudo e discussão para outras destinações. Fernandes (2011) destaca que a praça possui uma área verde de 240.000m² e 1.675 árvores plantadas.

O calçamento da praça abrange uma área de 175.000 m² em pedra portuguesa e os doze prédios do poder executivo tem uma área total de aproximadamente 20.640 m². São nove áreas de estacionamentos públicos na parte interna dos prédios que entrecortam o calçamento e totalizam 2.243 vagas distribuídas uma área de 55.000 m² (FERNANDES, 2011). Os quadrantes sudoeste,

noroeste e nordeste possuem três acessos de entrada e saída aos estacionamentos internos da praça, sendo dois desses pelas avenidas principais JK sentido leste-oeste Teotônio Segurado norte-sul, (GOOGLE EARTH, nov. 2013).

Em cada quadrante foram dispostos dois pontos de ônibus espaçados de 344 em 344 metros, ao longo das avenidas que margeiam a praça, totalizando oito paradas. São nove faixas de pedestres que dão acesso à praça: três na Avenida LO-01, duas na LO-02, duas na NS-01 e duas na NS-02 (GOOGLE EARTH, nov. 2013).

Quanto ao mobiliário urbano existem cinco lixeiras de coleta seletiva em frente às secretarias e palácios e mais 62 lixeiras distribuídas em todo o espaço de circulação da praça. Existem também 81 bancos de assento, dois hidrantes e treze telefones públicos distribuídos pela praça, à maioria em frente aos órgãos públicos.

Segundo dados do projeto elétrico fornecido pela SEINFRA (2013) existe um total de 1041 postes distribuídos. Apresentando as seguintes dimensões: 4 m; 9,5m; 10m, e 17,5m, além de projetores e refletores subaquáticos.

A população adotou o lado externo da praça como um circuito de caminhada sendo ponto de partida e chegada de maratonas. Metragens registradas no piso identificam uma área externa de 2720 metros de percurso.

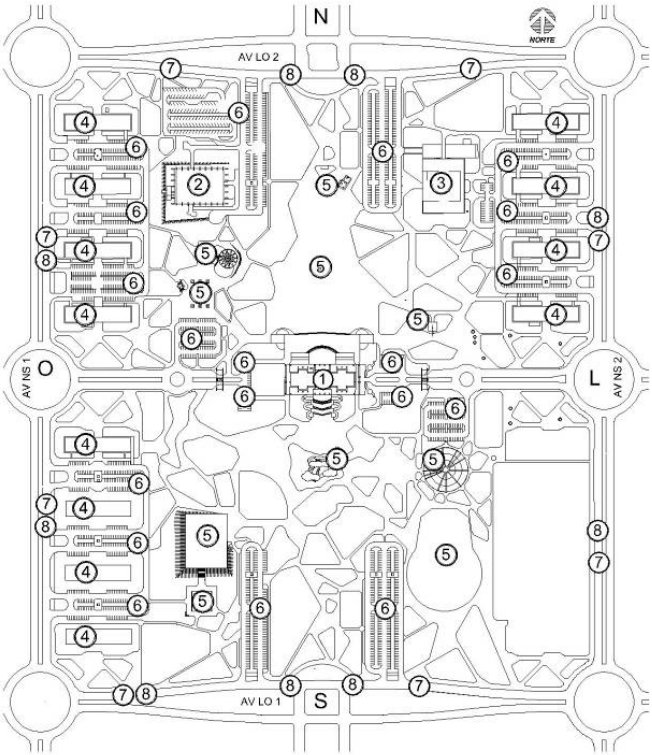
No entorno da Praça dos Girassóis existe intensa atividade comercial com a presença de diferentes prestadoras de serviços como farmácias, casa lotérica, restaurantes, imobiliária, shopping, hotéis, cartório, terminal de ônibus – Estação Apinajé e concessionária de automóveis, entre outros.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. CARACTERÍSTICAS DA PRAÇA DOS GIRASSÓIS A PARTIR DOS ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE DO PEDESTRE.

Para realizar este estudo foi confeccionado um croqui contendo as seguintes informações: Palácio Araguaia, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, os prédios públicos que abrigam as secretarias estaduais, monumentos, estacionamentos, ponto de ônibus e faixa de pedestre, conforme Figura 2.

Figura 2- Palmas – TO: Ilustração da planta baixa da Praça dos Girassóis. Crédito: Thyago P. Freitas, nov. 2013.

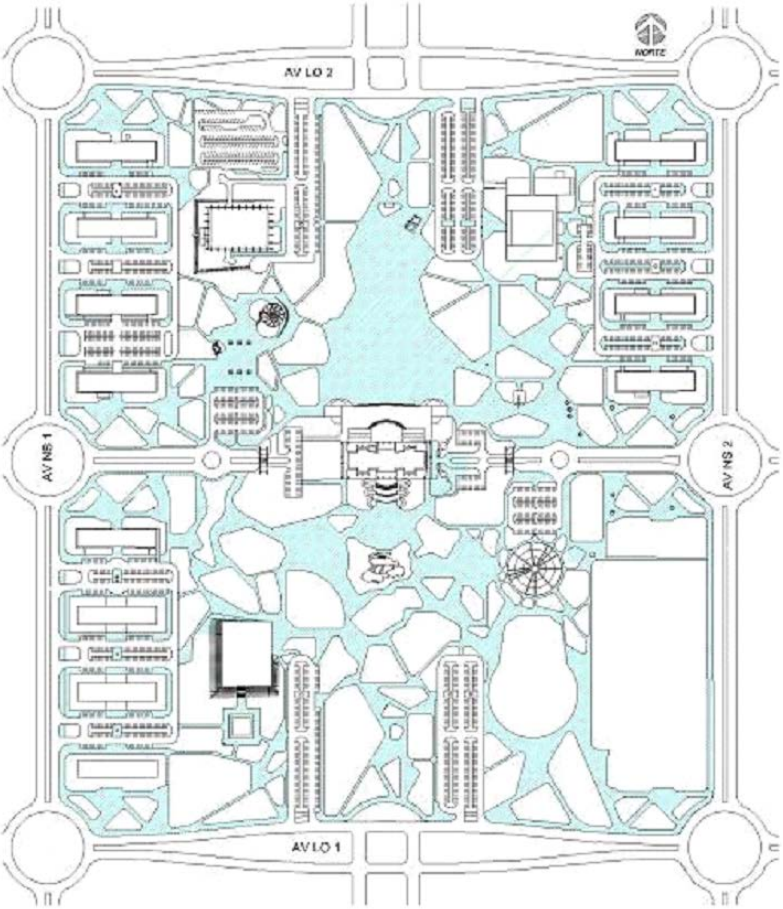


Observa-se que os prédios públicos que abrigam as secretarias estaduais estão localizados na borda da Praça, bem como a área norte apresenta a maior concentração destas edificações, com 10 edificações em oposição à área sul com 4.

Os monumentos estão localizados em diversas áreas na praça, tendo a sua disposição sem haver uma ligação formal entres estes conforme Silva (2010). Os estacionamentos totalizam 16 espaços, sendo 9 para as secretarias, 1 para o museu, 1 para a Catedral em construção, 1 para a Assembleia Legislativa, 2 para o Tribunal de Justiça e 2 para o Palácio Araguaia. As faixas de pedestres são em 9 faixas, sendo 3 ao sul, 2 a leste, 2 a oeste e 2 ao norte. Os pontos de ônibus são em 8 pontos, sendo estes alocados posteriores à faixa.

As áreas de circulação dos pedestres e suas interligações podem ser observadas na Figura 3:

Figura 3- Palmas – TO: Ilustração da área de circulação de pedestres na Praça dos Girassóis. Crédito: Thyago P. Freitas, nov. 2013.

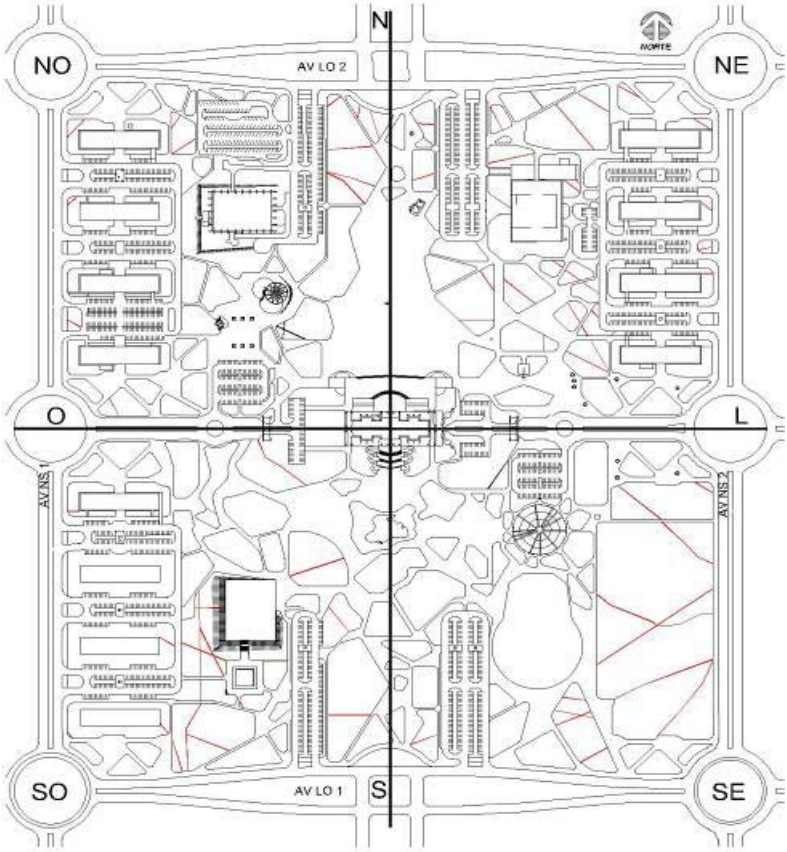


As áreas de circulação são em pedra portuguesa, cortadas em paralelepípedos e dispostas em forma de leque. Estas se ligam do lado oeste ao leste, sendo interrompidas na centralidade da praça e posteriormente são religadas na área norte grande área de circulação, que é conhecida com praça de eventos, com 25.136,56 m².

Conforme a NBR 9050 (ABNT, 2004), as circulações apresentam espaços maiores que 1,2 m de largura, sendo assim estão contemplando a circulação mínima para pedestres. Em geral o piso de pedra portuguesa apresenta boa regularidade.

O estudo da ocorrência de vias irregulares, apresentado na Figura 4, separados em 04 quadrantes, demonstra grande concentração dessas vias em alguns locais em detrimento a outros.

Figura 4- Palmas – TO: Ilustração das vias irregulares da Praça dos Girassóis. Crédito Thyago P. Freitas. Nov 2013.



No quadrante noroeste observa-se a menor concentração de vias irregulares com 353,79 m lineares, sendo a área limítrofe com o quadrante nordeste o maior quantitativo destas circulações.

No quadrante nordeste há um quantitativo de 652,42 m lineares e no quadrante sudeste há 859,66 m lineares de circulação irregulares, devido à grande concentração de atratividades em sua lateral, como comércio e bens e serviços. Devido à forte atratividade de comércio, localizado na parte sul do quadrante sudoeste, criaram-se vias irregulares com 585,18 m lineares.

Pela sobreposição dos dados obtidos nas Ilustrações 1, 2 e 3 verificou-se que o pedestre apresenta preferência por seguir sempre o menor percurso em seu trajeto, o que evidenciado por estudos realizados por Gomide, (2006). Verificou-se que algumas vias de circulação na Praça não são interligadas, por essa razão os pedestres utilizam o gramado como área de circulação, devido a descontinuidade do percurso.

Diagnosticou-se que as vias irregulares criadas pelos pedestres estão, em sua maioria, presentes em grandes áreas verdes localizadas nas áreas: nordeste, sudeste e sudoeste da Praça, o que segundo Cardoso, (2008) é uma característica inerente ao pedestre devido a sua preferência pelo menor percurso.

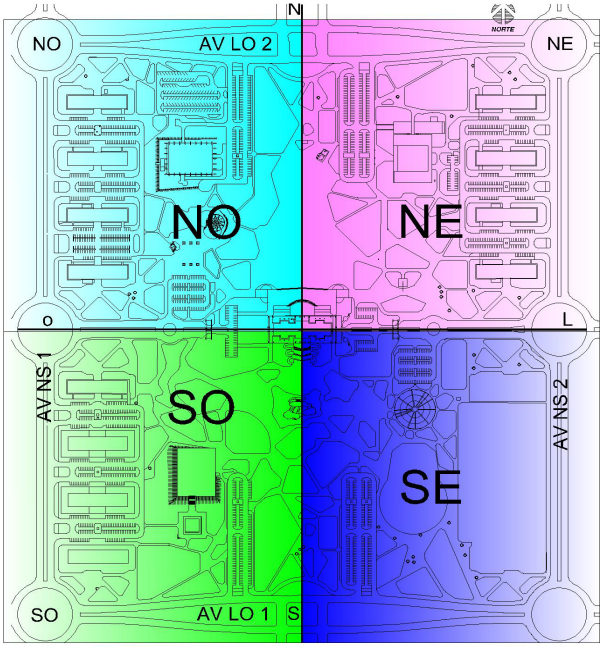
Vasconcelos, (2011) relata que os espaços devem ser acessíveis, não somente ao cruzar, mas a facilidade de chegar ao destino, sendo assim, esse percurso em locais não condizentes, é ocasionado pela velocidade impressa pelo pedestre em seu trajeto, e esta é influenciada diretamente pela forte presença de comércio e serviço localizada na área leste da Praça. Além dos oito (8) pontos de ônibus, ao redor da Praça, há a presença de uma estação de ônibus na área norte, o que explica a presença dos caminhos irregulares em direção à área leste da Praça.

Dischinger (2005) define que acessibilidade de orientação, é a percepção dos espaços de circulação por meio de elementos ambientais apresentados, visando à promoção da acessibilidade facilitada, seja pelo piso, caminhos ou outros. Contudo, a não percepção por parte do usuário da circulação coerentes reforça a utilização de vias irregulares.

Na área sudeste da Praça, a circulações irregulares são demonstradas por grandes caminhos, que ligam a Praça ao ponto de ônibus e faixa de pedestres localizado na extremidade leste desta área.

6.2. AVALIAÇÃO DO CONFORTO LUMÍNICO

De um total de 1149 postes presentes na praça, verifica-se que o tipo mais utilizado para iluminação dos espaços de circulação de pedestre é o P2, 893 nos quatro quadrantes (identificar com o mapa).



A tabela 1 Mostra que há uniformidade na distribuição do quantitativo de poste. Os dados sobre o número de postes, tipos e distribuição por quadrantes estão apresentados na Tabela 01.

Tabela 01: Distribuição dos tipos de postes, por quadrante, na Praça dos Girassóis.

Tipos de Poste						Total/Quadrante
Quadrantes	P1(PROJ)	P2(4,5)	P3(9,5)	P4(10M)	P5 (17,5)	
Q1 (NO)	21	232	21	30	-	315
Q2 (NE)	-	221	12	25	-11	258
Q3 (SE)	-	154	24	22	-	212
Q4 (SO)	11	286	37	31	-	364
Total/Tipo	32	893	94	108	11	1149

No entorno dos quadrantes Q1(NO) e Q4(SO), na Av NS-1, apresenta a melhor iluminação em função de duas hastes colocadas nos Postes de 10 m, que são destinados para iluminação da avenida, sendo uma haste de 2,00 m sobre a Avenida e outra de 1 metro posicionado sobre a área de circulação de pedestre na Praça dos Girassóis, que também recebe a iluminação do P2 que margeia esse percurso de 15 em 15 metros. Os postes de 10 m com duas hastes são encontrados somente na área leste da Praça dos Girassóis na Av. NS-1.

Entretanto ao considerar a parte interna do Q1(NO) que dá acesso à área de lazer, que funciona diariamente, no período das 18h00min a 24h00min observa-se 15 postes sem iluminação, da mesma forma que a parte interna do Q4(SO), próximo ao Memorial Coluna Prestes

Os quadrantes Q2 (NE) com 221 postes e o Q3 (SE) com 154, Av. NS-2 são os que apresentam o menor número de P2 dispostos para a área de circulação.

Na Praça dos Girassóis no quadrante Q2 (SE) o único atrativo é uma cascata e um dos caminhos disponíveis para o pedestre acessar o local são duas áreas de circulação, uma sem postes e outra com postes e sem iluminação, sendo que o uso dessas áreas anteriores se limita aos bancos de assento e contemplação de árvores.

Foi constatado que os Q2 (SE) e Q3 (NE), av. NS-2, são circundados por quadras de intensa atividade comercial durante o período diurno, que encerram suas atividades geralmente às 18h00min.

Conforme a NBR 5101 (ABNT, 2004), as praças são consideradas vias especiais e o espaço deve apresentar iluminância mínima de 10 lux. A norma 5461 (ABNT, 1991) conceitua o termo "lux" como unidade de iluminância de uma superfície plana de $1m^2$ de área, sobre a qual incide perpendicularmente um fluxo luminoso de um lúmen (unidade de fluxo luminoso emitido por uma fonte), uniformemente distribuído.

Avaliaram-se os valores de iluminância, dada em lux, em nove pontos dos espaços de circulação da praça com base na distribuição do mobiliário iluminescente (Tabela 02).

Tabela 02: Dados de iluminância (lux) em nove áreas de circulação de pedestres na Praça dos Girassóis.

Ponto	Quadrante	Tipo de Poste	Lux/distância entre as medições			lux médio	Coordenada 22L	Coordenada UTM
			base	2m	5m			
A	NO	P3 (9,5m)	93	87	33	69,66	792053	8873154
B	NO	P2(4,5m)	10	12	14	12	791966	8873200
C	NO|NE	P5(17,5m)	18	17	16	17,33	792167	8873158
D	NE	0	0	0	0	0	792285	8873206
E	NE	P3 (9,5m)	45	42	27	38	792378	8873216
F	SE	P2(4,5m)	0	0	0	0	792426	8873166
G	SO	P2(4,5 m)	12	6	3	7	792214	8872916
H	SO	P4 (10m)	52	38	25	38,33	791980	8872828
I	NO	P4 (10m)	17	13	11	13,66	791936	8872768

Os resultados observados na **Tabela 0**2 estão de acordo com os apresentados na **Tabela 01**, no qual mostra que os quadrantes com menor número de postes, (SE) e (NE), apresentaram os valores médios mais baixos de lux. Os pontos D e F do quadrante (SE) e (NE) não registraram leitura de lux.

O ponto D devido à ausência de postes nos espaços de circulação que seguem para área oeste da Praça de Eventos, próximo a Assembléia Legislativa, demonstrou que não houve observância das fórmulas contidas na NBR 5101 (ABNT, 2002) e o ponto F, apesar de haver postes P2, era ausente a iluminação.

Portanto, seja pela falta de postes, pela má qualidade de iluminação dos que existem, pelo distanciamento inadequado entre os postes P2 que na parte interna varia entre 10 a 15 m ou pela falta de manutenção, torna-se insuficiente a iluminação. Burnett e Pang (2004) afirmam que o desempenho da iluminação se deteriora ao longo do tempo, devido às condições ambientais e às características do tipo de lâmpada utilizada, por isso o (SE) possui iluminação ineficiente.

O ponto de coleta G, localizado no quadrante SO, também alcançou valores de lux abaixo do recomendado (média 7 lux) do permitido para áreas de circulação de pedestres em praças, assim foi considerado que o fluxo de pedestre no período noturno torna-se menos seguro para visitação.

Os postes que apresentaram o lux médio mais elevado foram o tipo P3, com 69,66 lux (Ponto A) localizado próximo ao *playground* e fonte luminosa, e o tipo P4, com média de 38,33 lux (Ponto H), localizados nas áreas de circulação externa da praça, ambos no quadrante Q1 (SO).

Nota-se que, embora o ponto H e I apresentam mesmo tipo de poste, esse último registrou menor intensidade de iluminação, com apenas 13,66 lux médio, o que explica como a distância desse

tipo de imobiliário influencia diretamente no conforto visual dos usuários, uma vez que o que difere os pontos H e I são os espaçamentos entre eles.

Essa mesma constatação foi observada entre os pontos B (NO) e G (SO) (SO), apesar de terem os mesmos tipos de poste, P2, apresentaram diferentes valores de iluminância, sendo que essa medida foi maior para o ponto B, lux médio de 12, que encontrava-se próximo à outros postes tipo P2, com distância entre eles de 10m, enquanto que o ponto G (SO), abaixo do Memorial, a média foi 7 lux, mas os postes dispostos de 23,5 em 23,5m, nas áreas destinadas aos estacionamentos registraram iluminância abaixo do mínimo exigido, de 10 lux

Sendo assim, o ponto B revelou maior valor de iluminância média, 12 lux e uma vez que é o tipo de poste mais utilizado para iluminação das áreas de circulação, deveriam estar dispostos em distância máxima de 10 em 10m para alcançar condições mínimas de conforto luminoso aos usuários da Praça.

Segundo Burnett e Pang (2004) a distribuição espacial de luz, particularmente em superfícies verticais que influencia a adaptação, o desempenho visual e, consequentemente, o grau de satisfação do usuário, sendo importante a iluminação tanto em quantidade quanto em qualidade para permitir o reconhecimento de outros pedestres que se aproximam.

A área mais iluminada no centro entre Q1(NO) e Q2 (NE) encontra-se na Praça de Eventos, ponto C, o qual obteve um lux médio de 17,33 em função dos postes do tipo P5, com altura de 17,5m e distribuição somente nesse espaço, atendendo aos parâmetros mínimos exigidos pela NBR 5101 (ABNT, 2002).

Ainda no quadrante NE, o ponto E revelou a eficiência de iluminação do poste tipo P3, pois mesmo disposto de forma isolada, próximo a Assembleia, apresentou uma média de iluminação de

38 lux, suficiente para uma boa visualização do ambiente por parte dos usuários, considerando os níveis mínimos de iluminância para o espaço em estudo.

Devido à diferença de lux encontrada nos Postes de 4,5 m a falta de manutenção é uma das causas do ambiente mal iluminado. O espaçamento entre os postes tipo P2, que são os mais utilizados, tanto para a iluminação das áreas de circulação dos pedestres na praça quanto áreas de estacionamento poderiam ser menor devido a sua capacidade de iluminação ser próxima do limite mínimo estabelecido pelas normas de Iluminação pública.

A NBR 5101 (ABNT, 2004) estabelece que quanto mais baixo o ângulo de emissão, menor deve ser o espaçamento entre as luminárias, a fim de se obter uniformidade da iluminância, pois a distribuição apropriada das intensidades luminosas das luminárias é um dos fatores essenciais de iluminação eficiente, devendo ser de acordo com a necessidade para visibilidade adequada (rápida, precisa e confortável).

6.3. AVALIAÇÃO DO CONFORTO ACÚSTICO:

A Tabela 1 apresenta o resultado referente aos valores dos níveis de pressão sonora coletados, conforme Tabela 03.

Tabela 03: Distribuição dos pontos de coleta e níveis de pressão sonora na Praça dos Girassóis.

Ponto de coleta			Horário da	Níveis de pressão sonora	
	Coordenadas UTN		coleta	Máxima	Mínima
1	0791965	8872820	8:15	61,3	41,8
2	0792066	8872828	8:30	53,4	41,8
3	0792147	8872826	8:45	42,1	51,6
4	0792287	8872826	9:00	61,3	42,3
5	0792421	8872826	9:15	57,7	44,1
6	0791956	8873202	18:00	71,9	49,7
7	0792082	8873208	18:15	57,2	47,6
8	0792159	8873200	18:30	59,1	48,8
9	0792283	8873208	18:45	54,1	48,7
10	0792425	8873214	19:00	73,2	49,1
11	0791968	8872890	8:15	53,9	47,1
12	0792069	8872900	8:30	44,6	43,2
13	0792148	8872902	8:45	54,0	51,1
14	0792291	8872906	9:00	50.6	46,0
15	0792420	8872900	9:15	53,2	49,1
16	0791961	8873108	18:00	53,9	36,1
17	0792077	8873098	18:15	63,8	45,8
18	0792156	8873096	18:30	65,9	46,1
19	0792299	8873104	18:45	53,9	46,2
20	0792424	8873088	19:00	55,0	46,0
21	0791969	8872732	8:15	71,1	63,8
22	0792068	8872732	8:30	64,0	63,1
23	0792147	8872734	8:45	62,5	67,2
24	0792286	8872720	9:00	72,5	62,8
25	0792419	8872726	9:15	65,6	63,0
26	0791963	8873318	18:00	70,0	54,3
27	07992086	8873334	18:15	67,1	53,5
28	0792178	8873288	18:30	60,1	50,0
29	0792291	8873304	18:45	59,1	49,8
30	0792424	8873302	19:00	61,2	50,0

Segundo NBR 10151 (ABNT, 2000) o critério de avaliação dos níveis de pressão sonora para ambientes externos, em dB (A), em área mista, com vocação recreacional, como é o caso da Praça dos Girassóis, no período diurno é de no máximo 60 dB (a) e noturno 55 dB (A).

A faixa máxima de ruído foi de 73.2 dB (A) conforme se constata na Tabela 1, quando foram observados picos de elevada pressão sonora, (71.9 dB (A) e 73.2 dB (A)).

As coletas de n. 21 a 30 foram feitas próximas ao limite da Praça, razão pelas quais, obtiveram o maior número de dB (A) devido ao movimento dos veículos.

Quanto mais ao centro da Praça, mais livre de ruído o ambiente se torna, conforme as coletas de 11 a 20, cujo transecto seguiu essa rota.

A média do máximo de ruído, 59,77 dB (A) na Praça dos Girassóis esteve dentro do nível máximo permitido pela norma para ambientes abertos, no período diurno (06h00min às 20h59min) e em dia útil.

A Praça dos Girassóis é um ambiente aberto e arborizado, o que minimiza os impactos provocados pela exposição contínua ao barulho emitido (PICANÇO, 2004; SHASHUA-BAR; PEARLMUTTER; ERELL 2011).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, pode-se estabelecer as seguintes considerações:

O ambiente desigual dos quatro quadrantes da Praça dos Girassóis gera mobilidade e acessibilidades diferenciadas;

Quanto às condições térmicas é evidente a importância da vegetação como reguladora do campo térmico urbano, já que estudos comprovam diferenças de até 8º C, sendo que a insuficiência arbórea em espaços abertos favorece situações de extremo desconforto humano por alcançar índices de temperatura fora do limite tolerado, acima de 26º.

8. REFERÊNCIAS

ABDEL-GHANY, A. M.; AL-HELAL; SHADY, M. R. **Human Thermal Comfort and Heat Stress in an Outdoor Urban Arid Environment: A Case Study.** Advances in Meteorology. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos:** Classificação. NBR 905. Rio de Janeiro: Segunda edição, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Iluminação Pública**: Classificação: NBR 5101. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em < http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf > Acesso em 02 nov. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Iluminação Terminologia**: Classificação: NBR 5461. Rio de Janeiro: 1991. Disponível em < http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf > Acesso em 02 nov 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acústico**: Classificação: NBR 10151. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em < http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf > Acesso em 05de nov 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade e mobilidade: Classificação:** NBR 9040. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em < http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf > Acesso em 20 nov 2013.

AGUIAR, F. O. **Acessibilidade Relativa dos Espaços Urbanos Para Pedestres com Restrições de Mobilidade.** Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes da Escola de Engenharia de São Carlos. São Paulo, 2010.

BARBETA, P. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. UFSC, 1998.

BOARNET, M. G.; FORSYTH, A.; KRISTEN-DAY; OAKES, M. Built Environment and Physical Activity and Walking: Results of a Predictive Validity Study for the Irvine Minnesota Inventory. ***Environment and Behavior***. v. 43, n.6, p. 735–775, 2011.

BOUYER, J.; VINET, J.; DELPECH, P.; CARRE, S. Thermal comfort assessment in semi-outdoor environments: Application to comfort study in stadia. ***Journal of Wind Engineering and Industrial Aerodynamics***. v. 95, p. 963–976, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm.>. Acesso em: 03 nov. 2013.

_____ Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.** Disponível em: <http://://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.> Acesso em: 03 out. 2013.

_____ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONAMA. Resolução nº. 01, de 08 de março de 1990. **Limites na emissão de ruídos em áreas habitadas aplicação da NBR 10151.** Disponível em: http://www.mma/gov.br/port/conama/>>. Acesso em: 05 out. 2013.

BURNETT, J.; PANG, A. Y. H. Design, and performance of pedestrian subway lighting systems. ***Tunnelling and Underground Space Technology***. v. 19, p. 619–628, 2004.

CARDOSO, C.E.P. **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais.** Tese (Doutorado em Servi-

ço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

CARVALHÊDO, W. S.; LIRA, E. R. Palmas Ontem e Hoje. Do interior do Cerrado ao Portal da Amazônia. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.1, n.2, p.51-73, jul. 2009.

CHEN, L.; NG, E. Outdoor thermal comfort, and outdoor activities: A review of research in the past decade. ***Cities***. v. 29, p.118–125, 2012.

DAROS, E. J. **O Pedestre**. ABRASPE - Associação Brasileira de Pedestres. São Paulo-SP, 2000.

DENATRAN, Departamento Nacional de Trânsito, 1987, Companhia de Engenharia de Tráfego CET. **Serviços de Engenharia - Manual de Segurança de Pedestres**. Brasília, DF, Brasil.

DISCHINGER, M. **Acessibilidade e Inclusão nas Instalações da Fundação Catarinense de Educação Especial.** Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2005.

FERNANDES, L. **As praças cívicas das novas capitais brasileiras.** 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2011.

FERREIRA, M. J. M.. ***Espaço Público e Estatuária: Diagnóstico de Vivências e Composição Urbanística.*** 2009. 129f.. Dissertação (Mestrado). Universidade do Minho – Escola de Engenharia. 2009.

FOLTÊTE, J. C.; PIOMBINI, A.. Urban layout, landscape features and pedestrian usage. ***Landscape and Urban Planning***. v. 81, p. 225–234, 2007.

FONTES, M. S. G. F. *et al.* **Thermal Comfort in Open Public Spaces: studies in green areas in cities of the Sao Paulo State, Brazil**. In: International Conference On Passive And Low Energy Cooling For The Built Environment, 3., Rhodes, 2010.

GENTIL, C. D. A.. **Segurança de circulação de pedestre e ciclista em vias urbanas. Estudo de caso: Palmas – TO**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Brasília. Brasília, 2009.

GIL, B. E. D.. **Mobilidade pedonal no espaço público: caso de estudo e aplicação ao projecto em Sete Rios**. 2009. 59f. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa. 2009.

GOMIDE, A.A. **Mobilidade Urbana, iniquidade e políticas sociais.** Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 12, p.242-250, 2006.

GUARDA, S. D.M. **Expansão urbana do entorno do lago do Município de Palmas (1990,1993, 1999,2002,2005):** acompanhamento por dados de sensoriamento remoto 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins.

HÖPPE, P. Different aspects of assessing indoor and outdoor thermal comfort. ***Energy and Buildings***. v. 34, p. 661–665, 2002.

KARIMINIA, S.; AHMAD, S. Dependence of Visitors' Thermal Sensations on Built Environments at an Urban Square. ***Procedia - Social and Behavioral Sciences***. v. 85, p. 523 – 534, 2013.

KATZSCHNER, Lutz; BOSCH, Ulrike; ROTTGEN, Mathias. **Behaviour of people in open spaces in dependency of thermal**

comfort conditions. In: INTERNACIONAL CONFERENCE ON PASSIVE AND LOW ENERGY ARCHITECTURE – PLEA, 19, France, 2002. Procedings, France: James & James Ltd., 2002, p.411-415.

KRUGER, E. L.; ROSSI, F. A. Effect of personal and microclimatic variables on observed thermal sensation from a field study in southern Brazil. ***Building and Environment***. v. 46, p. 690-697, 2011.

LABAKI, L. C.; FONTES, M. S. G. C.; BARTHOLOMEI, C. L. B.; DACANA, C.. Conforto térmico em espaços públicos de passagem: estudos em ruas de pedestres no estado de São Paulo. ***Ambiente Construído, Porto Alegre***. v. 12, n. 1, p. 167-183, jan./mar. 2012.

LÉVY,J. Os novos espaços da mobilidade. **Geographia**. Rio de Janeiro. Ano III-Nº 6- jul-dez, 2001.

LIN, B.; LI, X.; ZHU, Y.; QIN, Y. Numerical simulation studies of the different vegetation patterns' effects on outdoor pedestrian thermal comfort. ***Journal of Wind Engineering and Industrial Aerodynamics***. v. 96, p. 1707–1718, 2008.

LITMAN, T. Evaluating Active Transport Benefits and Costs. ***Victoria Transport Policy Institute***. 2013.

MELO, F.B. **Proposição de Medidas Favorecedoras à Acessibilidade e Mobilidade de Pedestres em Áreas Urbanas. Estudo de Caso: O Centro de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MELLO, B. A. **Estudo Das Variáveis Que Influenciam O Desempenho Das Travessias De Pedestres Sem Semáforos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Programa de

Pós-graduação em Engenharia de Transportes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MENDONZA, J. M. F.; SOLÀ, J.O., GABARRELL, X., RIERADEVALL, J., JOSA, A. Planning strategies for promoting environmentally suitable pedestrian pavements in cities. ***Transportation Research Part D***. v. 17, p. 442–450, 2012.

MONTEIRO, C.A.F. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: IGEOG/USP, 1976.

_____, MENDONÇA, F. **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.

NAKATA, C.M.; SOUZA, L. C. L.; FARIA, J. R. G. Simulação do conforto térmico do pedestre no ambiente urbano. **Revista Ação Ergonômica**, v. 5, n. 2, 2011.

NIKOLOPOULOU, M.; STEEMERS, K. Thermal comfort and psychological adaptation as a guide for designing urban spaces. ***Energy and Buildings***. v. 35, p. 95–101, 2003.

OKE, T.R. **Initial grundance to obtain representative meteorological observations at urban sites**. Canadá, 2006.

PAZ, L. H. F. **A influência da vegetação sobre o clima urbano de Palmas – TO**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Brasília – DF, 2009.

PICANÇO, A. P. **Monitoramento de poluição sonora no Município de Palmas-BRA**. Palmas: 2004.

ROSSI, F. A.; KRÜGER, E.; NIKOLOPOULOU, M. A Influência da Configuração Urbana no Microclima e na Sensação Térmica em Ruas de Pedestre de Curitiba, Paraná. **ENCONTRO NACIONAL SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO**, v. 11. 2011.

SHASHUA-BAR, L.; PEARLMUTTER, D.; ERELL, E. The influence of trees and grass on outdoor thermal comfort in a hot-arid environment. ***Int. J. Climatol.*** V. 31, p. 1498–1506, 2011.

SILVA, I. X. Uma proposta de planejamento ambiental urbano para a sub-bacia do Córrego Machado em Palmas - TO. 2004. Dissertação (Mestrado em Gestão e Auditoria Ambiental).

SISIOPIKU, V. P.; AKIN, D. Pedestrian behaviors at and perceptions towards various pedestrian facilities: an examination based on observation and survey data. ***Transportation Research Part F***. v. 6, p. 249–274, 2003.

SOUSA, M. T.R. **Uma abordagem sobre o problema da mobilidade e acessibilidade do transporte coletivo, o caso do bairro Jardim São João no município de Guarulhos-SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil. Universidade de Campinas, Campinas.

STATHOPOULOS, T. Pedestrian level winds and outdoor human comfort. ***Journal of Wind Engineering and Industrial Aerodynamics***. v. 94, p. 769–780, 2006.

STATHOPOULOS, T., WU, H., ZACHARIAS, J. Outdoor human comfort in an urban climate. ***Building Environ***. v. 39, n. 3, p. 297–305, 2004.

VASCONCELOS, A. S.; FARIAS, T. Evaluation of urban accessibility indicators based on internal and external environmental costs. ***Transportation Research Part D.*** v. 17, p. 433–441, 2012.

TOCANTINS. SECRETARIA DE CULTURA. **Praça dos Girassóis**. Tocantins: 2012.

_____. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA. **Projeto elétrico da Praça dos Girassóis**. Tocantins. 2000.

_____. **Projeto executivo da Praça dos Girassóis**. Tocantins. 2000.

_____. **Projeto de paisagismo da Praça dos Girassóis**. Tocantins. 2000.

VASCONCELLOS, A. Transporte **Urbano nos Países em Desenvolvimento Reflexões e Propostas.** 3 ed., São Paulo: Annablume Editora, 2000.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade:** análise das políticas públicas**.** São Paulo: Annablume, 2001.

YANG, W.; WONG, N. H.; JUSUF, S. K. Thermal comfort in outdoor urban spaces in Singapore. ***Building and Environment***. v. 59, p. 426-435, 2013.

ZEGEER, C.V.; SEIDMAN, C.; LAGERWEY, P.; CYNECKI, M.; RONKIN, M.; SCHNEIDER, R. ***Pedestrian Facilities Users Guide: Providing Safety and Mobility***. Federal Highway Administration, McLeen, U.S.A. 2002.

WEY, W. M.; CHIU, Y. H. Assessing the walkability of pedestrian environment under the transit-oriented development. ***Habitat International***. v. 38, p. 106-118, 2013.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Prof.ª Mariela Oliveira do Laboratório de Conforto Ambiental da UFT, ao Prof. Aurélio Picanço – diretor do Campus da UFT de Palmas, a Prof.ª Paula Benevides do Laboratório de Microbiologia Ambiental da UFT e ao Prof. Girlene Maciel do Laboratório de Física da UFT pela disponibilização dos equipamentos para a coleta dos dados.

LISTA DE AUTORES

ADRIANA LEONIDAS DE OLIVEIRA

Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Pós-Doutorado em Administração de Empresas Fundação Getulio Vargas (FGV), Universidade de Taubaté (UNITAU) (adrianaleonidas@uol.com.br)

AIRTON CARDOSO CANÇADO

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Pesquisador da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (airtoncardoso@yahoo.com.br)

DIONY VANDERLEI NOBRE DO ESPIRITO SANTO

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (dionynobre@yahoo.com.br)

EDINALDO JOSE SILVA

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Prefeitura Municipal de Itapevi (edinaldoj.silva74@gmail.com)

EDSON APARECIDA DE ARAÚJO QUERIDO OLIVEIRA

Doutorado em Organização Industrial pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Pós-Doutorado em Gestão da

Inovação Tecnológica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Universidade de Taubaté (UNITAU), (edsonaaqo@gmail.com)

EDSON TRAJANO VIEIRA

Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisador da Universidade de Taubaté (UNITAU) (etrajanov@gmail.com)

EDY POLLO SANTOS HASSEGAWA MOSCOSO

Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU) (edymoscoso@hotmail.com)

ELISABETE SOARES ARAÚJO

Mestranda em Gestão de Políticas Públicas pela pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Servidora da Secretaria da Fazenda do estado do Tocantins (elisabetearaujoadv@gmail.com)

ELVIO QUIRINO PEREIRA

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pós-doutorado em Sociologia pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (elvio@uft.edu.br)

FLÁVIA SERETTI DE ARAUJO REZENDE

Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Prefeitura Municipal de Itapevi, (flaviaseretti@gmail.com)

JADSON NUNES SANTOS

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Câmara Municipal de Itapevi (jadson@camaraitapevi.sp.gov.br)

JOCICLEIA CHAVES DIAS RODRIGUES

Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Pesquisadora Saúde Pública da Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Tocantins (jocicleia.chaves@yahoo.com.br)

KELLY CRISTINE FERNANDES DE OLIVEIRA BESSA

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (kellybessa@uft.edu.br)

LIANA BEZERRA DIAS DE LIMA

Mestrado em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (liana1708@uft.edu.br)

LILIANA PENA NAVAL

Doutorado em Engenharia Quimica pelo Universidad Complutense de Madrid, Espanha, Pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (lilianananaval17@gmail.com)

LUIZ CARLOS DE TOLEDO

Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU). E-mail: (luiz.ctoledo@unitau.br)

MAICON JOSÉ FERREIRA DA SILVA BARBOSA

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Prefeitura Municipal de Itapevi (m100hurt@gmail.com)

MARCELA BARBOSA DE MORAES

Doutorado em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE); Pesquisadora da Universidade Taubaté (UNITAU) (marcelabmoraes@gmail.com)

MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA

Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP); Pesquisadora da Universidade Taubaté (UNITAU) (oliveira.marcia@unitau.br)

MARCOS JORGE BATAGLIA

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (marcos.bataglia@gmail.com)

MOACIR JOSÉ DOS SANTOS

Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Pós-doutorado em História do Brasil pela Universidade do Minho (UMINHO-PT), Pesquisador da Universidade de Taubaté (UNITAU) (moacir.jsantos@unitau.br)

MONICA FRANCHI CARNIELLO

Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Pós-doutorado em em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade do Minho (UMINHO-PT), Pesquisadora da Universidade de Taubaté (UNITAU) (monicafcarniello@gmail.com)

ODILSON GOMES BRAZ JUNIOR

Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Prefeitura Municipal de São josé dos Campos (junior_braz@terra.com.br)

QUESIA POSTIGO KAMIMURA

Doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (FSP-USP), Pós-doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (FSP-USP), Pesquisadora da Universidade de Taubaté (UNITAU) (monicafcarniello@gmail.com)

RAFAEL AUGUSTO SASAKI NEVES

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (rafaelsneves@hotmail.com)

RENATO SOUZA SANTOS

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (renault.grunge@gmail.com)

ROBERTO EDUARDO LAMARI

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (robertolamari@uol.com.br)

SANDRA REGINA DOS SANTOS SILVA

Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (advogada.sandrasantos@gmail.com)

THYAGO PHELLIP FRANÇA FREITAS

Mestrado em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (thyagophellip@hotmail.com)

WALDECY RODRIGUES

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Pós-doutorado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (waldecy@uft.edu.br)

WELLITON JOSÉ DA SILVA

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (welljs85@gmail.com)

YGOR LIRA SARAIVA

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Camara Municipal de Itapevi (ygor_saraiva@hotmail.com)

LISTA DO COMITÊ ORGANIZADOR/ AVALIADOR

CIDOVAL MORAIS DE SOUSA

Doutorado em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutorado em Sociologia da Ciência e da Tecnologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (cidoval@gmail.com)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7812-8667

CRISTIANO CAPELLANI QUARESMA

Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pesquisador da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (quaresma.cristiano@gmail.com)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9486-9174

DIEGO DE MELO CONTI

Doutorado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pós-doutorado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC--Campinas) (diego.conti@puc-campinas.edu.br)

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1889-0462

EDSON APARECIDA DE ARAUJO QUERIDO OLIVEIRA

Doutorado em Organização Industrial pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Pós-Doutorado em Gestão da Inovação Tecnológica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Pesquisador da Universidade de Taubaté (UNITAU) (edsonaaqo@gmail.com)

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9336-4249

EDSON TRAJANO VIEIRA

Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisador da Universidade de Taubaté (UNITAU) (etrajanov@gmail.com)

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2171-2683

EDUARDO WINTER

Doutorado em Química Analítica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pesquisador do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (winter.inpi@gmail.com)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0896-9276

EDUARDO SHIMODA

Doutorado em Produção Animal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Pesquisador da Universidade Candido Mendes (UCAM) (shimoda@ucam-campos.br)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0896-9276

FRANCISCO CRISTOVÃO LOURENÇO DE MELO

Doutorado em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) (frademelo@gmail.com)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4181-1964

FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR

Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-Doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Pesquisador da Universidade Regional do Cariri (URCA) (lima.junior@urca.br)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6049-3893

JANDIR FERRERA DE LIMA

Doutorado em Desenvolvimento Regional (Ph.D) pelo Université du Québec à Chicoutimi, Canadá, Pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (jandir.lima@unioeste.br)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0359-0670

SILVIO CEZAR AREND

Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pós-Doutorado em Economia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Pesquisador da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), (silvio@unisc.br)

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7685-3710

WALDECY RODRIGUES

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Pós-doutorado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (waldecy@uft.edu.br)

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5584-6586